

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**RENATA CALEFFI**

**AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES ENTRE O TELEJORNALISMO  
E A CONSTRUÇÃO DE LEIS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ NO  
ANO DE 2015**

**CURITIBA**

**2018**

**RENATA CALEFFI**

**AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES ENTRE O TELEJORNALISMO  
E A CONSTRUÇÃO DE LEIS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ NO  
ANO DE 2015**

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Doutor em Políticas Públicas,  
no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas,  
Setor de Ciências Sociais,  
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado

**CURITIBA**

**2018**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Caleffi, Renata

Agenda de políticas públicas: relações entre o telejornalismo e a  
construção de leis na Assembléia Legislativa do Paraná no ano de 2015 /  
Renata Caleffi. - 2018.

310 f.

Orientadora: Eneida Desirée Salgado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas  
Públicas.

Defesa: Curitiba, 2018.

1. Telejornalismo. 2. Comunicação - Políticas públicas. 3. Leis -  
Elaboração – Paraná - 2015. I. Salgado, Eneida Desirée. II. Universidade  
Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-  
Graduação em Políticas Públicas. III. Título.


CDD 302.2345

## TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **RENATA CALEFFI**, intitulada: **AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES ENTRE O TELEJORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DE LEIS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 2015**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

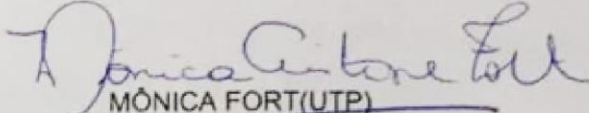
Curitiba, 07 de Março de 2018.

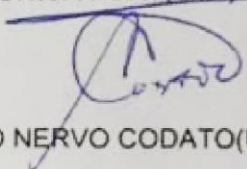
  
ENEIDA DESIREE SALGADO(UFPR)

(Presidente da Banca Examinadora)

  
FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO(UFPR)

  
JOÃO SOMMA NETO(UFPR)

  
MÔNICA FORT(UTP)

  
ADRIANO NERVO CODATO(UFPR)

*Não fosse isso  
e era menos  
Não fosse tanto  
e era quase  
(Leminski)*

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, minha (queridíssima) orientadora, Desiree. Ela é uma das mais brilhantes pessoas que conheci na vida. Desde o primeiro dia de orientação até as constantes crises de pesquisa, ela foi inspiradora. E na vida não há nada melhor do que ser inspiração, e ela é com maestria. Não há nenhum outro adjetivo melhor que este, na minha opinião. Inspiração para trabalhar, transformar, pesquisar, motivar e ensinar. Quem dera todos pudessem conviver e aprender um pouco com a “Desi”. Muito obrigada por essa inspiração. Como retribuição tentarei, todos os dias, ser inspiração para outras pessoas também.

Agradeço aos meus pais, Alvaro e Joice. Em meio a um doutorado com aulas de economia e inovação tecnológica, passamos pela fase mais difícil que eu imaginei enfrentar em toda a vida. Mas, como na vida é sempre melhor encontrar o lado bom, a presença de vocês durante meses em Curitiba fez com que tudo fosse mais proveitoso.

Ao meu (sempre) doce, Carlos, que entendeu meus estudos aos finais de semana, noites e feriados. Não mediu esforços para me ajudar com tabelas, gráficos e estatística. Providenciou carinho e afeto diante dos momentos ruins e também comemorações em todos os dias felizes.

Aos meus irmãos, cunhados (as) e família guarapuavana, que garantiram boas conversas e reflexões sobre qualquer coisa que não fosse essa pesquisa. Incluindo nessa grande família, os pequenos (só de tamanho), João Gabriel, Betina, Alice, Caetano, Ísis e Cauã. Os seis roubaram meu coração de tal maneira que tudo o que quero na vida é ser alguém melhor para que eles se orgulhem da tia que tem. Saibam, quando aprenderem a ler e compreenderem essas palavras, que vocês são a alegria mais sincera que tenho na vida.

A minha eterna amiga Suellen. Continuo levando seu sonho adiante para quem sabe, acalmar a saudade do meu coração. Você na minha vida foi luz, daquelas tão intensas que a gente fica iluminado para o resto da vida. Cuida de mim que meus pensamentos ainda são sempre com e para você.

Quero ainda agradecer aos professores de 4P que motivaram e abraçaram a ideia de pesquisar comunicação e políticas públicas e acompanharam o desenvolvimento do trabalho. Aos colegas do programa, amigos que o destino nos uniu no Jardim Botânico para compreender coisas iguais com objetos tão diferentes.

Por fim, e não mais importante, a Deus, que nestes últimos anos voltou para os meus dias. Obrigada, Obrigada, Obrigada!

## RESUMO

A presente tese consiste em apresentar um estudo de caso sobre as relações e não relações entre as notícias veiculadas no telejornalismo paranaense e a construção legislativa realizada na Assembleia Legislativa do Paraná durante o ano de 2015. Para isto são utilizadas correntes teóricas que discutem e confrontam o papel dos meios de comunicação na construção de políticas públicas, aliando a agenda-*setting*, agenda *building* e a teoria dos múltiplos fluxos com as discussões sobre visibilidade e midiaticização. Na segunda parte do trabalho é apresentada a metodologia utilizada para compreender essa relação tão sensível entre meios de comunicação e construção de políticas públicas para que então, na parte final desta pesquisa, sejam apresentados os resultados do monitoramento de mídia e a construção legislativa de fato. Os resultados são apresentados através da metodologia de análise quantitativa, a qual pode identificar os padrões e as relações entre os assuntos divulgados na mídia e a aprovação de leis durante todo o ano estudado. Já com a análise qualitativa, os resultados obtidos demonstraram os caminhos percorridos para a consolidação legislativa de casos específicos que aconteceram no ano em questão e foi possível notar que não há uma relação de causa/efeito entre a construção política e a pauta do telejornalismo local, refutando a hipótese deste trabalho.

Palavras-chave: Política; Comunicação; Políticas Públicas; Paraná; Televisão



## ABSTRACT

The present research consist in presenting a case study on the relationsand not relations between the television News in Paraná and the legislative constnution in the Legislative Assembly of Paraná during the year 2015. To this, the theoretical currents are used that discuss and confront the role of the media in the construction of public policies, combining the agenda-*setting*, agenda *building* and multi-flow theory with the discussions on visibility and mediatization. The second part of this research presents the metodology used to understand this very sensitive relation between media and construcion of public policies. With the qualitative analysis, the results obtained demonstrated the paths taken to consolidate the legislative framework of specific cases that occurred in 2015 and it was possible to note that there is no cause and effect relationship between the political construction and the agenda of local television journalism, refuting the hypothesis of this thesis.

Key-words: Communication; Policies; Public Policies; Paraná; Television



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ciclo de Políticas Públicas .....	26
FIGURA 2- Modelo Outside.....	45
FIGURA 3- Modelo da Mobilização .....	46
FIGURA 4 – Modelo Inside.....	48
FIGURA 5 – Três modelos da agenda- <i>building</i> : de onde surgem os problemas .....	49
FIGURA 6 – Modelo dos múltiplos fluxos .....	55

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – Estratégias metodológicas de pesquisa .....	82
QUADRO 2 – Características para análise mesclando teorias .....	87
TABELA 1 – Autores, números de projetos e proposições aprovadas .....	118
TABELA 2- Leis aprovadas em 2015 .....	122
TABELA 3- Projetos de lei apresentados em fevereiro que foram aprovados .....	136
TABELA 4- Ação e reação sobre a notícia .....	151
TABELA 5- Proposições legislativas que se transformaram em lei no mês de março.....	153
TABELA 6- Proposições legislativas que se transformaram em lei no mês de abril .....	156
TABELA 7- Proposições legislativas sobre o confronto em maio .....	158
TABELA 8- Proposições legislativas no mês de maio .....	162
TABELA 9- Proposições legislativas no mês de junho .....	170
TABELA 10- Proposições legislativas no mês de julho .....	175
TABELA 11 - Proposições legislativas no mês de agosto .....	176
TABELA 12- Proposições legislativas no mês de setembro .....	180
TABELA 13- Proposições legislativas no mês de outubro .....	185
TABELA 14- Proposições legislativas no mês de novembro .....	188
TABELA 15- Proposições legislativas no mês de dezembro .....	193
TABELA 16- Proposições legislativas dos deputados do PMDB e PT durante o ano de 2015 .....	196

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de propostas legislativas de 2011 até 2016 .....	107
GRÁFICO 2- Tema das reportagens .....	110
GRÁFICO 3- Tempo das reportagens do conteúdo veiculado .....	112
GRÁFICO 4 – Repetição das Notícias .....	113
GRÁFICO 5 – Número de entrevistados nas matérias veiculadas .....	114
GRÁFICO 6 – Tipo de peça jornalística.....	117
GRÁFICO 7- Editorias das reportagens de janeiro .....	131
GRÁFICO 8- Editorias das reportagens de fevereiro.....	132
GRÁFICO 9 – Editorias das reportagens de transporte entre janeiro e fevereiro .....	133
GRÁFICO 10 – Editorias das reportagens de março .....	142
GRÁFICO 11 – Decréscimo do tema educação em março .....	146
GRÁFICO 12- Editorias das reportagens de maio.....	161
GRÁFICO 13- Editorias das reportagens de junho.....	165
GRÁFICO 14 – Editorias das reportagens de corrupção no mês de junho .....	166
GRÁFICO 15 – Evolução da divulgação das operações de corrupção .....	167
GRÁFICO 16 – Editorias das reportagens de Julho .....	173
GRÁFICO 17 – Editorias das reportagens de agosto ... ..	176
GRÁFICO 18 – Editorias das reportagens de setembro .....	179
GRÁFICO 19 – Editorias das reportagens de novembro .....	183
GRÁFICO 20 – Editorias das reportagens de novembro .....	187
GRÁFICO 21 – Editorias das reportagens de dezembro .....	191

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – Revisitando conceitos	17
1.1 O ponto de partida para compreensão das relações entre meios de comunicação e a política	17
1.2 A pesquisa em Políticas Públicas	24
1.3 Perspectiva da <i>agenda-setting</i> sobre meios de comunicação no processo de construção de agenda	32
1.4 Agenda building: O contra-agendamento	43
1.5 Construção da agenda na perspectiva das políticas públicas	51
1.6 Além das teorias da montagem de agenda: Visibilidade política midiática	59
1.7 Mídiação e o conceito de uma sociedade midiaticizada	64
CAPÍTULO 2 – MÉTODO, MENSAGEM E COMPETÊNCIAS	68
2.1 Competências e possibilidades de construção de políticas públicas na Assembleia Legislativa do Paraná	68
2.1.1 Processo legislativo: Caminhos para a aprovação de políticas públicas	75
2.2 A escolha da RPC TV	78
2.3 Análise de construção de agenda	81
2.4 Monitoramento Paraná TV 2ª Edição	89
2.5 Classificação para análise	91
2.5.1 Conteúdo da peça jornalística	92
2.5.2 Assunto	94
2.5.3 Tempo de exposição	94
2.5.4 Perfil dos entrevistados	95
2.5.5 Perfil dos políticos inseridos nas peças	96
2.5.6 Tipo de peça jornalística	97
2.6 Monitoramento Assembleia Legislativa	98
2.7 Número do Projeto de Lei	99
2.8 Autor da proposta	99
2.9 Data do protocolo	101
2.10 Palavras-chave	102
2.11 Ementa	102
2.12 Encaminhamento	102
2.13 Caminhos para análise dos objetos	103
Capítulo 3 – RESULTADOS DE PESQUISA	105
3.1 Cruzamento dos dados e os resultados do monitoramento	105
3.2 Análise do conteúdo jornalístico	106
3.2.1 Assuntos com mais destaque no ano de 2015	109

3.2.2 Tempo de exibição -----	112
3.2.3 Quem são as fontes das notícias-----	114
3.4 Tipos de reportagem mais utilizados-----	117
3.4 Apresentação dos projetos de lei -----	119
3.5 Comparativo entre editorias jornalísticas e projetos legislativos -----	122
3.6 Relações durante os meses de Janeiro e Fevereiro-----	131
3.7 Relações durante o mês de Março -----	142
3.8 Relações durante o mês de Abril – A greve dos professores como destaque -----	147
3.9 Relações durante o mês de Maio -----	162
3.10 Relações durante o mês de Junho-----	165
3.11 Relações durante o mês de Julho -----	173
3.12 Relações durante o mês de Agosto -----	176
3.13 Relações durante o mês de Setembro -----	180
3.14 Relações durante o mês de Outubro-----	182
3.15 Relações durante o mês de Novembro -----	188
3.16 Relações durante o mês de Dezembro -----	191
4.0 Demais considerações de pesquisa-----	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	218
ANEXOS -----	223

## INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre comunicação e política (e as interferências entre elas) é sempre um desafio, afinal, as duas áreas são instáveis e, dependendo do momento histórico, com relações mutáveis e inconsistentes. Por este motivo, é necessário sempre estar atento às novidades e estabelecer um padrão é complicado – talvez até improvável. Mesmo assim, é possível encontrar relações que ajudem pesquisadores a compreender a sociedade e, em especial, como as relações entre comunicação e política podem ser determinantes.

Mais do que analisar apenas a comunicação e a política, vislumbrar uma relação que tem impactos diretos na sociedade é uma tarefa ainda mais desafiadora. Determinar as relações que levam um governante a transformar uma reivindicação em política afirmativa passa por diferentes suposições e não envolve apenas uma, duas, ou três áreas diferentes. É fundamental que o pesquisador tenha noção deste imenso campo, que pode ser tão amplo e, ao mesmo tempo, tão restrito para a pesquisa científica.

Esta tese é resultado de um estudo que buscou compreender a relação entre mídia e política e suas consequências para a sociedade – neste caso a brasileira. Não foi objetivo esgotar o tema e findar as discussões sobre meios de comunicação e política, temas tão relevantes para a compreensão da própria sociedade, da democracia, da política e da própria mídia. É, no entanto, como intenção primordial desta pesquisa, proporcionar mais um resultado para este vasto campo, que consegue ser controverso e desafiador, no mesmo instante que é tão estudado e aprofundado.

Um dos seus principais caminhos originais é a análise do agendamento em âmbito local, que pesquisado em acervos bibliográficos, tem pouco (quase nenhum) estudo inter-relacionando tais objetos. É por este motivo que a tese se apresenta com originalidade e garante importância científica, tanto para a comunicação quanto para a política e as políticas públicas.

Esta pesquisa tem como objetivo central compreender a relação entre a construção da agenda legislativa da Assembleia Legislativa do Paraná com as produções do telejornal Paraná TV 2ª Edição durante o ano de 2015. Será demonstrado ao longo do trabalho como as relações entre televisão e política são consideradas muito fortes e com impactos diretos na sociedade brasileira. A intenção é acompanhar e visualizar se há interferências também em um cenário local, onde há particularidades diferentes das observadas em âmbito federal.

Depois de definir os objetos empíricos que fazem parte das análises, foi necessário estabelecer os caminhos metodológicos e teóricos que acompanharam a análise dessa estreita relação, que está inserida em um contexto político econômico muito particular: o paranaense.

Entre todas as possibilidades de estudos de construção de políticas públicas (incluindo avaliação, implementação, definição do problema, etc.) optou-se por buscar compreender as relações entre a montagem (ou construção) da agenda midiática e sua relação com a efetivação de políticas públicas.

Como pergunta central de pesquisa, a tese busca compreender qual é a relação da mídia e a construção de políticas públicas no Estado do Paraná. Como os meios de comunicação não são atores que criam políticas públicas, ou seja, não são atores políticos de fato, a ideia é compreender se a divulgação de notícias pelo telejornalismo é capaz de influenciar no processo de construção legislativa. A pergunta leva em consideração as premissas estabelecidas pela corrente teórica da Escola de Chicago.

As hipóteses que auxiliam a construir essas perguntas são três. A primeira delas (**H1**) é a de que há relações entre a composição de notícias no telejornalismo paranaense e a construção de leis por parte dos deputados estaduais do Paraná. Ou seja, o telejornal local é capaz de agendar a efetivação de políticas públicas realizadas através de legislações. Já a segunda hipótese (**H2**) é que ao existirem, essas relações podem não ser afirmativas. A pesquisa ainda tem uma terceira hipótese (**H3**), a qual afirma a existência de um contra-agendamento, o qual o governo é um ator midiático importante, que garante visibilidade no telejornalismo e pauta o noticiário local.

A construção da agenda é objeto de estudo de vários pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento. Sobre o papel da mídia, especificamente, na construção da opinião pública e também nas decisões políticas as correntes que conseguem definir e destacar essa relação presentes no trabalho são a da *Agenda-setting* e da *Agenda building*. Junta-se a teoria dos múltiplos fluxos, que possibilitou a escolha do período estudado e também coloca a mídia em um papel de coadjuvante na construção de políticas públicas.

Os três conceitos possuem falhas e pontos positivos. E é justamente por este motivo que todos foram escolhidos. Ao encaixar as peças das três correntes, o objetivo é conseguir determinar um viés para a análise de mídia com relação à construção de políticas públicas no Paraná. Para completar este ramo teórico, também são estudadas as teorias com os conceitos de visibilidade e midiaticização, que garantem maior abrangência para compreender e responder as perguntas propostas.

Como será apresentado no Capítulo 1, os *media* podem ser considerados reflexos da opinião pública, ajudando a construir a agenda dos cidadãos e também dos decisores políticos. E esta relação com a sociedade pode ser um determinante para a explicação da construção de políticas públicas propostas através de notícias veiculadas no telejornal. Há referências que

comprovam essa relação entre meios de comunicação e a construção legislativa no Brasil. Contudo, esse processo não é fonte de pesquisa em realidades locais, tal como a paranaense.

Essa busca em compreender se há alguma relação entre mídia e política em âmbito local é uma inquietação há tempos. Se a televisão tem um papel tão fundamental na vida dos brasileiros (em geral), seria possível também definir que ela impacta diretamente na realidade mais local? Ou ainda, há uma tendência de igualdade nessa dualidade que são esses dois objetos?

Dando sequência a esta pesquisa, no capítulo 2 são demonstrados os caminhos metodológicos desenvolvidos para responder as questões de pesquisa e que também são base para a comparação entre os resultados encontrados.

Tanto o monitoramento dos projetos de lei quanto o conteúdo das matérias do telejornal estão explicitados neste trecho do trabalho. A partir daquele ponto iniciam as comparações que auxiliam na compreensão acerca da relação de causa – efeito / efeito – causa entre os dois objetos. Isso é feito através de uma análise comparativa entre os resultados, medindo quantitativamente os dados coletados durante o monitoramento do telejornal e da construção legislativa paranaense durante o ano de 2015.

A relação (e também a não-relação) encontrada servirá para responder a pergunta central dessa pesquisa: Qual é o papel do telejornalismo na construção da agenda legislativa paranaense? É neste ponto que as análises se aprofundam e são abertos os caminhos para os próximos passos da pesquisa.

Como a intenção é encontrar relações que existem entre a política e a comunicação, em específico, sobre a política paranaense e o telejornalismo local, foram acompanhadas todas as proposições legislativas, ou seja, todos os projetos de lei protocolados e o seu encaminhamento fazem parte da análise e todo o conteúdo do telejornal no mesmo período. Contudo, somente os projetos de lei que foram aprovados – ou seja, que se tornaram leis -, tem uma relação mais aprofundada comparativamente.

O monitoramento dos dois objetos está compilado e incluído na análise. Para dar conta desses resultados a pesquisa referencia o monitoramento considerando todas as teorias apresentadas. O Capítulo 3 estabelece quantitativamente as relações entre os dois objetos estudados, além de visualizar qualitativamente algumas destas estreitas ligações entre mídia e política.

É por meio desta análise que a pesquisa responde às questões propostas ao longo do trabalho e desenvolve os objetivos determinados anteriormente, sem deixar de contextualizar e complementar as teorias apresentadas.



Por estar inserida nas três áreas: Comunicação, Política e Políticas Públicas esta é uma pesquisa interdisciplinar, bem como o programa de doutorado na qual a tese faz parte.

Como todo trabalho interdisciplinar, a pesquisa ganha mais elementos para compor análises e contribuições científicas. Mas, ao mesmo tempo, essa instabilidade interdisciplinar e até mesmo a dificuldade de mensurar resultados torna a pesquisa sobre relações que levam a construção de políticas públicas um cenário muitas vezes confuso e não permanente. Essa mistura de análises seria então algo possível ou viável de realizar? Esta foi uma das perguntas mais frequentes durante a pesquisa de doutorado. Entretanto, ela sempre vinha acompanhada do ideal que nas ciências sociais e humanas, o caminho para que a ciência se efetive passa pela construção e desconstrução de paradigmas, de acertos e erros dos pesquisadores em utilizar, testar e incrementar métodos de pesquisa.

Uma tese não termina ou é encerrada. Assim como toda pesquisa, ela convive com uma eterna atualização e contradição sobre o que já foi escrito. As relações entre as três grandes áreas e as consequências diretas dessa influência entre ambas são o eixo central de pesquisa, que tem como pergunta central a de encontrar o papel dos meios de comunicação na construção de políticas públicas no Estado do Paraná.

## Capítulo I – Revisitando conceitos

### 1.1 O ponto de partida para compreensão das relações entre meios de comunicação e a política

O jornalismo pode ser visto como uma necessidade de informações que a população tem sobre várias situações do seu cotidiano. Cabe ao jornalista recolher os dados, confrontar fontes de informação e checar o conteúdo para então, distribuí-lo ao público diversificado e com anseios diferentes. Como explica Miguel (2014), o trabalho jornalístico recolhe as mais diversas informações, transforma os dados para processos técnicos (jornal, rádio, televisão, internet) e as distribui a uma audiência.

A função social do jornalista (e do jornalismo) é informar a sociedade, a fim de que ela possa ter discernimento sobre o seu próprio contexto social. Contudo, essa função social que o jornalismo tem na teoria nem sempre é visualizada na prática da profissão e do profissional. Muitas vezes, o interesse público da informação é substituído pelos interesses comerciais de empresas ou de atores.

Há uma hipótese na sociedade de que jornalismo remete ao público uma transposição da verdade dos fatos, que são revelados e fornecidos gratuitamente todos os dias para os cidadãos. Lippmann (2010) classifica essa relação como anomalia da civilização. Até porque, os jornais<sup>1</sup> são a única empresa capitalista que não é similar a qualquer outro negócio do mundo. Exemplificando esta citação, o autor explica que os jornais são produtos vendidos como qualquer outro (mesmo que apenas aos publicitários que garantem a circulação gratuita aos leitores), mas quando chegam ao cidadão, ele é julgado como uma instituição (tal como igrejas e escolas). Os críticos do jornal acreditam também nesse papel de instituições dos veículos de mídia. Isso acontece, como explica Habermas (1984), pois a comunicação de massa é vista como um negócio lucrativo e que é utilizada como ferramenta de conquista do público, através de estratégias políticas planejadas e repleta de interesses privados.

Mesmo nos dias atuais, em que centralidade dos jornais impressos não é mais observada e em tempos de crescimento imensurável das tecnologias de informação e comunicação, ainda é possível constatar a importância do fluxo comunicativo no processo político e social. Essa ideia é referente, principalmente, ao fato de que os meios de comunicação continuam sendo um canal que permite a transmissão massiva de informações ao público (embora a heterogeneidade

---

<sup>1</sup> Lippmann (2010) exemplifica todo o seu livro com o papel dos jornais na sociedade. Isso é devido ao período histórico em que escreve, o qual o jornal impresso era o meio mais importante para difusão da informação.

do público esteja cada vez maior). Aliado a isto, alguns temas mais salientes no quadro midiático conseguem impor ideais para a agenda da opinião pública.

E a dúvida sobre a capacidade dos meios de comunicação de influenciar opiniões de forma direta ou indireta faz parte da questão central de pesquisa. Em específico, a influência da mídia como delimitadora de graus de importância dos temas discutidos na Assembleia Legislativa do Paraná acaba determinando questões mais específicas, como: 1. A Assembleia Legislativa do Paraná utiliza a RPC (através do telejornal Paraná TV 2ª edição) para apresentar ou defender as políticas públicas elaboradas pelos deputados? 2. A população é ouvida pela RPC na discussão de projetos de lei? 3. As decisões políticas afetam as decisões de pauta do telejornal?

Estas perguntas poderão ser respondidas com a compreensão das teorias e revisão bibliográfica disposta neste capítulo e com a análise da construção legislativa e midiática durante o ano de 2015. É preciso delimitar um contexto histórico até as teorias mais recentes que mensuram a importância e saliência que assuntos debatidos na mídia conseguem obter junto ao Parlamento Paranaense, considerando as prioridades da mídia comparadas com o que consegue ser efetivado nas proposições legislativas.

Cabe ressaltar que este processo não é visualizado como sendo de mão única, por meio da qual a mídia determina a política pública. É sabido que esta relação existente entre política e mídia age como um processo constante e que o agendamento ocorre concomitantemente. Sendo assim, os interesses de cada campo são centrais e decisivos para os efeitos de agendamento da construção de políticas públicas paranaenses com as pautas midiáticas. Não há, portanto, uma centralidade nos *media* ou nos políticos, mas sim, a hipótese de que há uma troca de interesses latentes entre agendas que determinam a construção política.

Para iniciar esta pesquisa é preciso compreender um pouco das teorias da comunicação que explicam a necessidade de responder tais questões. Antes de ser um campo estudado por comunicadores, cientistas políticos e filósofos, os estudos de comunicação foram fontes de pesquisa que tinham como base as ciências exatas e naturais.

Como um dos primeiros modelos estudados, a teoria hipodérmica foi apresentada no período entre guerras mundiais e tinha como premissa que cada indivíduo era uma espécie de átomo isolado que reagia isoladamente às ordens e sugestão dos meios de comunicação de massa (Wolf, 1999). Isso acontece porque os principais pesquisadores desta corrente teórica enxergavam nas teorias biológicas a solução para os problemas da comunicação humana. A pergunta de pesquisa central da teoria hipodérmica estava direcionada a encontrar os efeitos dos *mass media* na sociedade de massa.

Essa teoria via as pessoas como meras receptoras e os meios de comunicação com forte poder de influenciar as decisões humanas. O modelo foi massificado principalmente depois da constatação do poder da publicidade de Hitler na Segunda Guerra Mundial. Contudo, não eram observadas nem as diferenças sociais e culturais dos indivíduos, muito menos suas particularidades e percepções. Essas limitações teóricas, aliadas ao fato de que novas pesquisas constataram a não massificação da sociedade como algo inerte acabaram retirando a teoria da circulação, abrindo as possibilidades para as pesquisas com cunho mais sociológico, político e psicológico.

Resumidamente, durante esta primeira fase dos estudos empíricos de comunicação, as pesquisas estavam mais preocupadas em estudar os efeitos dos meios, pois eles eram considerados instrumentos de que o Estado, outros indivíduos ou grupos, lançam mão para realizar alguma função. É justamente esta centralidade da mídia e neutralidade do receptor que faz com que tais estudos fossem descartados.

A partir destas pesquisas sobre os efeitos dos meios na sociedade, surgem diversas outras correntes teóricas. A que serve como aporte teórico para esta pesquisa é o Paradigma Funcionalista de Comunicação, mais especificamente com a Escola de Chicago. Esta foi a primeira escola a estudar os impactos dos meios no receptor, observando-o como heterogêneo e capaz de interpretar o conteúdo de uma maneira única.

Os primeiros estudos da Escola de Chicago surgiram no século XX, nos Estados Unidos, com autores que estudavam a comunicação como teoria empírica. O período histórico foi decisivo para as pesquisas, afinal, os Estados Unidos estavam passando por forte industrialização e imigração para a zona urbana, onde surgiam transformações sociais visíveis. A corrente é conhecida por difundir a ideia do interacionismo simbólico, que significa o estudo e análise da interação dos homens através dos processos comunicacionais – e esses processos não são apenas aqueles ocorridos no âmbito dos *media*, mas em toda comunicação realizada.

A Escola de Chicago afirma que o indivíduo é resultado de sua capacidade de comunicação com outros indivíduos e de sua experiência em seu contexto social, ou seja, ele é resultado de interações entre outros indivíduos e também com seu meio social (não apenas dos veículos de comunicação). A principal diferença desta corrente teórica com a sua anterior (hipodérmica) é, portanto, que o paradigma funcionalista determinava que os meios não tinham poder de transformações sociais, mas o próprio indivíduo possuía esse poder (RUDIGER, 2010).

Nesse sentido, a escola tem como pergunta de pesquisa qual é o papel dos meios de comunicação, como o rádio, televisão e jornalismo impresso, na construção da sociedade, tal como é a pergunta de pesquisa desta tese. Para os teóricos da escola, a pergunta pode ser

respondida através dos conflitos mediados por negociações, que determinam o procedimento comunicacional e também as interações entre os seres humanos.

Para Rudiger (2010), a escola de Chicago possui três conceitos centrais:

1. Os seres humanos atuam no mundo de acordo com os significados que lhes são oferecidos, ou seja, o indivíduo age de acordo as normas e os sentidos que já estão em vigor no ambiente social em que ele está incluído;
2. Os significados são provocados pelas relações de interação das pessoas, o que sugere que à medida que elas interagem, os significados podem ser criados ou alterados;
3. Os significados são manipulados pelo processo interpretativo que uma pessoa tem ao entrar em contato com esses elementos, e diante dessa nova interpretação poderá surgir um novo entendimento ou algo complementar seu sentido.

A partir disto, a comunicação é vista como um fenômeno de interação que compreende mensagens, comportamentos e atitudes e está determinada pelo contexto em que é inserida. É por meio da comunicação que as pessoas trocam informações e apresentam seus registros e conhecimentos, e é por isto que a vida social do indivíduo resulta da sua capacidade de se comunicar (TEMER, NERY, 2009, p. 38).

O desenvolvimento dos meios de comunicação terminou por transformá-los no principal meio de difusão do conhecimento na sociedade, colocando sob sua responsabilidade o trabalho de difusão das experiências e das ideias entre os seres humanos (RUDIGER, 2010, p.49).

Sendo assim, a comunicação é uma das pontes para a interação entre sujeitos, a fim de que sentidos sejam estabelecidos e concretizados. Neste processo, além de uma emissão e recepção de mensagens, os meios também servem como formadores de sujeitos e de sua realidade social, formando um mundo comum e partilhado entre indivíduos.

Como resultado desta corrente, a pergunta que os pesquisadores buscam encontrar é sempre a compreensão da função dos *mass media* na sociedade, buscando relacionar e interagir entre o público e os produtores de conteúdo. As pesquisas nesta linha da área da comunicação estudam como os meios de comunicação influenciam a vida dos indivíduos e qual é o papel da mídia na sociedade, bem como o objetivo central desta tese.

Buscar compreender qual é o papel do telejornal Paraná TV na construção de políticas públicas da Assembleia Legislativa do Paraná segue esse direcionamento apresentado pelos teóricos da Escola de Chicago e do Paradigma Funcionalista. O objetivo de fazer pesquisas que visam encontrar respostas sobre a função dos meios garante que a sociedade e sua relação com os meios de comunicação continuem sendo investigados e compreendidos, em uma relação cíclica. Como esta tese também se encaixa em uma pesquisa na área da comunicação, que tem

como objetivo explicar a importância dos meios na sociedade brasileira, é a intenção colaborar com a teoria funcionalista e estudos que criticam e corroboram com os pensamentos teóricos deste campo.

No Brasil, os meios de comunicação exercem um papel de destaque nas discussões políticas e formação de opinião pública há muito tempo. É uma variável recorrente a televisão como um ator coletivo importante na construção da agenda pública. Segundo pesquisa realizada pela Teleco Brasil (2012), o meio de informação mais utilizado pelo brasileiro é a televisão, presente em quase 97% dos domicílios.

Essa influência dos meios de comunicação é destacada por vários autores, incluindo Manuel Castells (1999), Marshal McLuhan (1969), Venício Lima (2004), Bernardo Kucinski (1998), Rousiley Maia (2006), etc. Estes autores estudam a interferência de diferentes meios de comunicação na construção social, incluindo a opinião pública, comportamentos e a própria política. Mas se buscar compreender a relação dos meios com a construção de políticas públicas o número de pesquisas cai significativamente.

Até a década de 60 não existiam referências nesta área. Os pesquisadores estavam mais preocupados em estudar os efeitos dos meios, pois eles eram considerados instrumentos de que o Estado, outros indivíduos ou grupos, lançam mão para realizar alguma função. Depois disto, a dedicação dos pesquisadores estava focada nos dois objetos: política e comunicação, mas ambas afastadas, sendo observadas como ciências separadas.

Apenas recentemente a área da comunicação política e da interdisciplinaridade foi concretizada. O motivo deste crescimento, segundo Gomes e Maia (2008), está nos questionamentos sobre a relação entre o exercício do governo e as disputas eleitorais com a comunicação de massa.

Entre os vários veículos existentes na atualidade (rádio, internet, jornais, revistas, etc.), a televisão é a escolhida justamente pela posição em que ocupa na sociedade brasileira. Vizeu (2010) explica que ela tem um espaço central na sociedade porque é uma opção barata e cômoda para receber informação. Santos (2008) também destaca este fascínio que a TV apresenta no Brasil. O autor comenta que por ser um dos principais meios de acesso à informação e entretenimento para a maioria da população, a televisão conquistou um poder de disseminar práticas e costumes que acabam influenciando na estruturação da sociedade.

Segundo Miguel (2014) a mídia não possui monopólio de distribuição de capital político, e isso acontece porque os agentes políticos de carreira tradicional conseguem impor limites à influência da mídia. Eles fazem isso através da desvalorização simbólica dos tipos de notoriedade que estão ligados aos meios de comunicação de massa.

Além disto, os atores políticos possuem um domínio sobre os eventos midiáticos que não são espontâneos, denominados por Miguel (2014) de pseudoeventos orientados para virarem notícia. Isso acontece devido ao controle sobre a agenda dos diversos acontecimentos que conseguem alicerçar os meios de comunicação ao processo político. “Tal fato não passa despercebido dos agentes políticos que hoje, em grande medida, orientam suas ações para o impacto presumível na mídia (MIGUEL, 2014, p. 159)”.

Corroborando com esta ideia, Brittos (2004) completa destacando que o Estado atua diretamente na relação entre televisão e política. Para ele há duas formas de interferências: uma do Estado como empresário e a outra como agente regulamentador. Quando o Estado outorga novas concessões ou permissões de televisão ele interfere no mercado e aumenta a disputa pelos consumidores. Já na questão empresarial, o Estado relaciona-se diretamente com estes organismos através da obtenção de posições político-institucionais através de atos políticos, como decisões, procedimentos, ações de infraestrutura, regulação de concorrência, opções de pesquisa e tecnologia, etc. “A ligação pode dar-se indiretamente ainda, pois a situação pode ser alcançada através de negociação com empresa que conquistou uma decisão do Estado, o qual, neste caso, participa por este procedimento, bem como por permitir seu repasse” (BRITTOS, 2004 p. 33).

Assim sendo, é importante observar o papel da mídia no processo de construção de políticas públicas no Brasil, pois é possível encontrar pesquisas que afirmam que ela é um forte instrumento dos políticos para atingir o público, e conseqüentemente garantir a próxima eleição. Em consulta aos bancos de teses e dissertações da Capes, não foram encontradas pesquisas que relacionem diretamente estes dois objetos. Este é o primeiro ponto inovador que a tese propõe e justifica sua concepção. Outra questão é buscar compreender se essa relação já visualizada no cenário nacional também existe quando as competências legislativas são mais restritas (no caso estadual e municipal, por exemplo).

Há exemplos de pesquisas que compararam a pressão midiática e a construção legislativa brasileira. Uma delas é apresentada por Mascarenhas (2007). O autor estuda a Lei 8.072/90, que trata de extorsão mediante sequestro como um crime hediondo. A lei foi sancionada após o sequestro do empresário Abílio Diniz, em 1989, e do empresário Roberto Medina, em 1990. Houve, segundo Mascarenhas (2007), uma cobertura midiática intensa, que favoreceu a aprovação da lei, que desde a sua apresentação até a aprovação levou apenas 34 dias. Na votação que aconteceu na Câmara dos Deputados, por exemplo, ela foi discutida e aprovada em apenas dois dias. A pesquisa em questão concluiu que esta lei foi resultado de uma pressão arquitetada dos meios de comunicação social, dois anos após a Constituição Federal.



“A sociedade não podia esperar! A mídia estava impaciente! Então, no dia 25 de julho de 1990 os diversos projetos de lei, misturados no substitutivo da Câmara aprovado no Senado se tornaram a Lei nº 8.072 de 1990” (MASCARENHAS, 2007, s/p).

Há também outros exemplos que comparam a relação entre a mídia e a construção legislativa em âmbito nacional. Uma das leis estudadas é a Lei 10.792/2003, que trata da criação o Regime Disciplinar Diferenciado. A lei foi resultado dos passeios de Fernandinho Beira-Mar expostos pela mídia, que indicaram que o assassinato de dois juízes das varas de execuções criminais de São Paulo teria sido realizado a mando de Beira-Mar. Além dessa, também há indícios que a Lei é uma resposta à rebelião no Presídio de Bangu I, liderado também por Fernandinho Beira-Mar.

Outro caso emblemático divulgado pela mídia e comentado no Congresso é o de Felipe Caffé e Liana Friendbach, assassinados por uma quadrilha com adolescentes, fez retornar à pauta da redução da maioridade penal ao Congresso e a pressão midiática volta na mesma velocidade.

A tramitação da Lei 12.737/2012, que dispõe da tipificação na forma criminal de delitos informáticos (crimes virtuais) é outra lei bastante questionada por sua relação com a produção midiática. Nesta legislação, são considerados criminosos os sujeitos que produzirem, oferecerem, distribuírem, venderem ou difundirem dispositivo ou programa de computador alheio intencionalmente, com destaque para as invasões econômicas, as de caráter privado (comercial ou industrial), a comercialização ou transmissão a terceiros dos dados conseguidos por estas informações obtidas sem permissão. O instrumento legal ganhou o nome de Lei Carolina Dieckmann, depois de fotos íntimas da atriz serem divulgadas na internet sem a permissão da vítima, em maio de 2010 e que teriam sido também motivo de chantagem para sua não divulgação. Posteriormente, a pauta foi recolocada em discussão no Congresso Nacional para a construção da Lei que tipifica os crimes virtuais com a penalização de condutas.

Em pesquisa de dissertação de mestrado, Caleffi (2013) comparou a aprovação da lei com base na divulgação da notícia no Jornal Nacional e foi possível comprovar que quando há uma notícia sobre o tema específico, também há movimentação na tramitação legislativa. Isso significa que quanto mais o telejornal abordou o crime na programação, mais rápida foi a tramitação da lei no Congresso Nacional, comprovando a relação entre as notícias veiculadas na mídia e a aprovação da construção de política pública.

Sica (2013) complementa e trata a lei como casuística e promocional, pois foi motivada por um caso concreto, distanciando-se assim da abstração e generalidade, e promocional porque a enorme repercussão permitiu ao Congresso legitimar o discurso de lei e ordem.

Mas a decisão também pode ser adiada, e o caminho da não construção legislativa ser notado. Caleffi (2013) retrata os caminhos dos projetos de lei para redução da maioria penal com base nas notícias veiculadas no Jornal Nacional e é constatado que há um jogo de atores mais presente para a não aprovação da legislação do que para a sua aprovação. Entre esses atores, alguns significativos e que possuem uma valorização junto ao Congresso, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), defendem a legislação atual através da justificativa de que a redução não irá solucionar os problemas de crimes, já que adolescentes em conflito com a lei não serão recuperados através do sistema carcerário atual. Desde a data de apresentação da primeira Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para a redução da maioria penal, já são 31 propostas apensadas na Câmara dos Deputados, além de 34 novas Propostas apresentadas no Congresso. Em nenhuma houve sucesso na tramitação da legislação. Ou seja, mesmo sendo um forte ator no processo da construção legislativa (como apresentado acima), em alguns casos a mídia não consegue fazer pressão suficiente para aprovação da lei.

Mas grande parte das pesquisas que observa a relação entre a construção legislativa e a produção midiática volta seu olhar para o Congresso Nacional. Entretanto, uma dúvida que permeia pesquisadores é qual é a relação em uma escala mais regional, especificamente entre a produção legislativa estadual e a midiática local. Seria possível afirmar que há uma relação também nessa construção?

É exatamente esta realidade que será analisada e a compreensão sobre tal relação estabelecida. Mas antes disto, é necessário investigar sobre como são construídas e o que são as políticas públicas, afinal, esta é uma pesquisa que relaciona a construção de políticas públicas e a mídia paranaense.

Por este motivo, abaixo é apresentada uma breve explicação sobre os conceitos e pesquisas no tema, buscando justificar a importância de definir sobre a construção da agenda, bem como estimular que mais pesquisadores alcancem resultados significativos no ramo das políticas públicas. Lembrando ainda que a construção ou montagem da agenda faz parte de uma das fases importantes para a construção de políticas públicas e só isto já garantia a presença da pesquisa no círculo da área em questão.

## **1.2 A pesquisa em Políticas Públicas**

Um dos deveres do Estado é promover, criar e responsabilizar-se pela implantação de políticas públicas para a sociedade. Nem todas estas políticas, necessariamente, precisam ser feitas pelos agentes públicos e políticos que estão no governo. Muitas delas sofrem com interferências externas ou até internas ao sistema, como, por exemplo, movimentos sociais,

partidos políticos e grupos de pressão. Essas influências acontecem durante todo o processo da construção da política, ou seja, desde a formulação, passando pela implantação e chegando à avaliação da política.

E é nesta concepção sobre o papel do Estado perante a sociedade que surge a teoria sobre as políticas públicas. O objetivo é verificar as ações de governos como um objeto científico, que pode ser analisado por pesquisadores aleatórios. Entre os vários estudos, desde Harold Laswell<sup>2</sup> em 1930, muitos autores já se dedicaram a compreender qual a função do analista de políticas públicas na sociedade atual.

Entre as perguntas de pesquisa há também diferentes fases e teorias que explicam e apresentam questionamentos, incluindo a compreensão da racionalidade dos tomadores de decisão, o comportamento dos atores, relações de poder, fases e processos das políticas, papel dos atores no processo, etc.

Nesta pesquisa segue-se o padrão que sugere que as políticas públicas formam um sistema, em que há uma relação entre todas as fases e que sofrem interferências diretas e indiretas de atores (incluindo partidos políticos, burocratas, mídia, grupos de interesse, etc.). Outra questão é perceber que essas inter-relações acontecem simultaneamente e se inserem umas nas outras.

As pesquisas em políticas públicas são consideradas recentes, mesmo assim são amplamente discutidas. No Brasil, as políticas públicas ganharam mais notoriedade com a Constituição Federal de 1988. Essa mudança de patamar se deu devido às reformas introduzidas neste período que garantiram direitos e deveres do Estado sob a perspectiva da construção de políticas públicas, garantindo um poderio maior da própria sociedade neste processo. Uma das características deste período foi a ampla participação de grupos no debate social para a promoção do bem-estar social. Desde 1988 foram diferentes períodos econômicos e sociais enfrentados pelos brasileiros, mesmo assim, políticas públicas permanecem com papel de destaque no Estado.

Como explicam Fortunato e Penteado (2015), é justamente no período de redemocratização que os meios de comunicação, principalmente a televisão, acabaram sendo consolidados como espaços de informação política e de relação social. Outro fator importante é a importância da visibilidade dos políticos nesta nova arena de debate.

Antes de avançar sobre as questões de visibilidade e relações entre mídia e política, é necessário delimitar mais o campo das políticas públicas. A definição de política, em português,

---

<sup>2</sup> Considerado um dos primeiros pesquisadores a compreender e combinar o conhecimento científico com os produtos de governo de maneira empírica.

tem o mesmo conflito semântico do espanhol: não há uma tradução diferente para a palavra inglesa *politics* e *policies*. Por este motivo, o conceito possui três diferenças que o pesquisador precisa ter em mente antes de iniciar qualquer assunto relacionado ao tema.

A primeira é aquela que define política no âmbito do governo e sociedades. A segunda é a política como atividade de organizações e lutas pelo controle de poder. Por fim, a política como a designação dos propósitos e programa das autoridades públicas. É justamente no terceiro conceito que os estudos de políticas públicas estão inseridos.

Para Deubel (2002), a definição de política pública designa a existência de um conjunto composto por vários objetos coletivos tratados por organizações governamentais ou instituições como meios e ações desejáveis (inteiramente ou parcialmente), com o objetivo de orientar o comportamento de atores individuais ou coletivos e modificar a insatisfação com o problema.

E o que é um problema público? A esfera dos problemas públicos é alterada em cada fase da humanidade. Enquanto na pólis a propriedade era algo da esfera privada, com a idade moderna este passou a ser um problema tratado amplamente na esfera pública. Mas como definir o que é um problema que necessite de atenção e implementação de políticas públicas?

Um problema público geralmente é uma questão apresentada por um ator coletivo que necessita de atenção dos atores do processo decisório. Eles podem ser identificados de diferentes formas. Uma delas é através de catástrofes, como por exemplo uma enchente ou desmoronamento. A outra delas é a percepção de problemas sociais já incluídos no cotidiano da população e que também merecem atenção, entretanto, são secundários perante problemas mais emergentes. Entre estes tipos de problemas públicos há, por exemplo as favelas (já inseridas no imaginário, que os decisores sabem do problema, mas não há urgência em resolver). Por fim, também existem os problemas que são construídos com base em indicadores sociais, como taxas de mortalidade infantil, índices de saneamento, salário de burocratas, etc. Um problema da sociedade trabalhado por atores políticos com o intuito de satisfazer atores coletivos que estão descontentes com tal problemática.

Sendo assim, o analista de políticas públicas possui três intenções ao realizar suas pesquisas: **1.** Verificar os objetivos coletivos que o Estado considera como necessário, incluindo o processo de definição e formulação dos problemas; **2.** Os meios e ações como são processados, por uma instituição ou organização e; **3.** Os resultados dessas ações, incluindo as consequências previstas, desejadas e imprevistas.

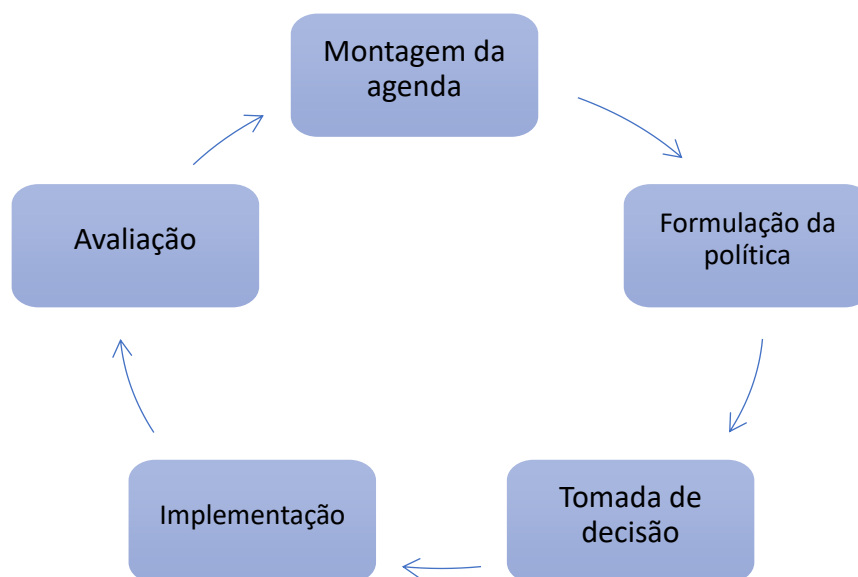
São várias fases que o analista pode estudar as políticas públicas, pois são diferentes as etapas e objetos de pesquisa. Nesse sentido, é preciso dimensionar um recorte específico para esta pesquisa. Esse processo de políticas públicas pode ser vislumbrado de distintas maneiras.

Ele pode ser demonstrado pelo ciclo de políticas públicas. Este ciclo demonstra as etapas em que um problema se transforma em política pública. Há um consenso entre os autores sobre as principais fases desse ciclo, sendo: 1. Identificação do problema; 2. Formulação de solução; 3. Tomada de decisão; 4. Implementação e; 5. Avaliação. Isso não significa que há uma relação de causa e efeito entre ambos, nem um início ou fim.

A Figura 01 demonstra as possibilidades de estudo das políticas públicas. É possível verificar que há cinco fases (montagem da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação). Há relações de causa e efeito entre cada fase, e cabe ao pesquisador definir o que é pretendido.

O que é necessário destacar nesta Figura 01 é que o processo não inicia e termina em um ponto específico do quadro. Ou seja, ele não precisa começar especificamente na construção do problema. Muitas vezes a política pública começa também na construção da agenda, implementação ou até mesmo na avaliação de uma política já existente. Isso significa que este é um ciclo em constante construção e atualização.

**Figura 01 – Ciclo de Políticas Públicas**



A Figura 01 ilustra como é formado o Ciclo de Políticas Públicas.

Fonte: Autora

O analista de políticas públicas também deve estar atento ao fato de que nem todas as políticas públicas são feitas sem interesses privados de atores importantes dentro do processo político. Há políticas públicas, portanto, que servem de subterfúgio para interesses privados de

grupos ou indivíduos, sendo, por muitas vezes, prioridade de governo. Nesse sentido, políticas públicas devem ser vistas como um todo, ou seja, as que atendem necessidades de distintos atores coletivos inseridos na sociedade.

Entre os atores que podem participar do processo, a pesquisa de tese busca compreender qual é a relação dos veículos de comunicação na construção de políticas públicas, em especial no Estado do Paraná. Para Fortunato e Penteado (2015), um dos elementos que pode influenciar direta ou indiretamente as políticas públicas é a mídia. Isso acontece devido ao poder que os veículos possuem em agendar temas de grande pressão da sociedade, bem como servir de espaço para avaliação pública das políticas decisivas ou ainda para servir de espaço de debate público sobre a Política Pública em qualquer uma de sua fase perante a população.

Como o objetivo é encontrar o papel dos atores coletivos na construção legislativa paranaense, é necessário encontrar os caminhos da construção (ou montagem) da agenda política e decisória das políticas públicas. A aprovação das leis, que também é objeto de estudo, permanece inserida nesta fase de agenda. Ambas as variáveis serão destacadas no percorrer deste projeto.

Este despertar de interesse é algo sensível e que pode ser realizado de diferentes maneiras. Geralmente acontece na fase da construção da agenda do problema. Capturar a atenção das elites não é algo fácil nem definido, até porque, são vários grupos com o mesmo interesse: solucionar seu problema, resolver seu conflito, ganhar visibilidade.

Não há, portanto, nenhuma definição de quem terá seu problema definido mais rápido ou da maneira desejada. Este processo é como um jogo, que valida interesses, barganhas e estratégias políticas.

A pesquisa está enquadrada no ramo teórico das teorias mistas. Neste aspecto, são observadas as variações e distinções que existem entre os fatores internos (*state-centered*) como externos (*society-centered*).

A sociedade é vista como uma teia de retalhos, composta por várias relações sociais complexas, que podem se inter-relacionar, ser interdependentes ou dependentes, mas que devem ser observadas de maneira horizontal, e não vertical. “*Esto sin perder de vista que es posible que la politica pública surja, a pesar de todo, como un resultado de una configuración de poder de tipo state-centered o society-centered, pero solo de manera ex post, es decir como conclusión de la investigación*”<sup>3</sup> (DEUBEL, 2002, p. 32).

---

<sup>3</sup> Isto sem perder de vista que é possível que a política pública surja, apesar de tudo, como um resultado de uma configuração de poder do tipo: estado-centro ou sociedade-centro, mas só na forma ex post, decidindo como conclusão da investigação (Tradução nossa).

Os estudos em políticas públicas são instrumentos que permitem verificar como o Estado e as instituições entendem um problema e planejam resolver o mesmo. Isso acaba demonstrando a concepção predominante da forma de governar de uma sociedade – quais são as concepções sociais, políticas e econômicas dos decisores.

Para compreender melhor, são destacados alguns conceitos importantes. Um deles é identificar quem é o *decision maker* da ação. No caso desta tese, a concepção de que o decisor que atua ativamente na construção da política pública segue os fundamentos de Meny e Thoenig (1992), que o coloca como espécie de capitão do barco, guiando as políticas públicas. Este capitão está cercado de marinheiros oferecendo conselhos e criando alternativas para os problemas de navegação. É preciso lembrar que o capitão é quem detém o verdadeiro poder e quem toma as decisões do barco. Neste jogo, as decisões que não acontecem também são estratégias do capitão, que decorrem da racionalidade do mesmo. Sendo assim, consideraremos, nesta pesquisa, os deputados estaduais como os capitães do barco da legislação paranaense.

Esses decisores têm papel central em várias fases da construção das políticas públicas. Inserido nesta tese, o papel fica centrado em duas fases do ciclo: a formulação da agenda (ou solução) e a tomada de decisão. Nestas duas fases, o objetivo é perceber em que momento um problema se destaca e consegue atingir as autoridades públicas (Estado) para que o mesmo consiga intervir e fazer algo a respeito. É possível distinguir analiticamente quais os elementos dessa articulação? Quem são os atores que participam do processo?

Para conseguir mensurar como e quando sofrem interferências dos atores coletivos, é delimitado um recorte específico do processo: a construção da agenda dos deputados paranaenses no ano de 2015, com base nas notícias veiculadas no telejornalismo. A agenda pode ser definida como o conjunto de problemas que entram no debate público (agenda pública) e quando o problema passa a ser discutido em arenas decisórias (agenda política).

Neste ponto, são várias as teorias que apresentam como e quando acontece o processo de montagem de agenda. Nem todos seguem os mesmos conceitos e ideias, entretanto, há aceitação de várias no campo das políticas públicas. Para a pesquisa ser mais eficiente para a área de políticas públicas, serão apresentadas na sequência, três conceituações teóricas que trabalham a construção da agenda política e pública.

Após a conquista do processo de construção da agenda, há o processo de tomada de decisão: o que será aprovado ou não. Isso demonstra que as autoridades têm o poder de, mesmo que o problema alcance o *status* de política pública, não decidir nada sobre o assunto. Como exemplo desta tese, um problema pode até se tornar um projeto de lei, mas isso não garante sua



aprovação. Por este motivo, para delimitar mais o campo da pesquisa, verificar os projetos que conseguem se tornar leis é fundamental.

Há um número imenso de estratégias políticas para a solução de cada problema. Esta é uma das justificativas, inclusive, do porquê alguns projetos não conseguem se tornar leis. Mesmo assim, há centenas de outros projetos que já possuem resolução normativa similar, que conseguem novamente *status* na Ordem do dia<sup>4</sup>.

Mas por que autoridades reconhecem a existência do problema e não o resolvem? Para Meny e Thoenig (1992) esta é uma tática que os políticos utilizam para modular o impacto da inclusão do problema na agenda. Se, após a sua inserção há uma diminuição na mobilização pública, há, conseqüentemente, uma queda no interesse político sobre a resolução do problema, e vice-versa.

O poder político é então entendido como algo construído por vários e distintos atores do processo. Os resultados desse jogo é que definem as políticas públicas. Isso acontece também porque existe a chance, de acordo com Deubel (2002), de as autoridades aceitarem o problema, mas não aprovarem a solução mais desejada pelos atores. Essa resolução valoriza mais a ação de intenção resolutiva do que o próprio conceito do problema.

Toda estratégia, no entanto, conta com vantagens e desvantagens para o ator político. Ele corre o risco de ter problemas políticos logo após defender ou rechaçar um problema. E é este o ponto central para compreensão de como um problema acaba fazendo parte de uma tomada de decisão.

Entre os atores coletivos responsáveis pela construção da agenda é possível destacar o papel dos veículos de comunicação na afirmação das opiniões publicadas. As respostas para os problemas apresentados são também fonte de intensas pesquisas nas áreas de comunicação e política.

Fortunato e Penteado (2015) explicam que pesquisadores, por muitas vezes, exageram a influência da mídia na construção das políticas públicas, dando aos meios de comunicação um poder maior do que os resultados empíricos demonstram. É justamente neste ponto que a pesquisa está inserida, em buscar quais são as interferências da mídia na construção política local, algo que ainda não foi mensurado no Paraná.

---

<sup>4</sup> A Ordem do Dia é a pauta dos projetos que serão votados e discutidos em uma sessão. Nesta fase da tramitação ocorre a discussão e votação da proposta e cabe ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná escolher e incluir os projetos que farão parte da Ordem do Dia. Dependendo do regime de tramitação a discussão pode durar de 12 a 24 horas e o mesmo projeto pode ser discutido em várias sessões distintas.

Os autores apontados colocam que as inter-relações entre mídia e políticas públicas podem ser identificadas em diferentes etapas, demonstrando-as através de um quadro, abaixo apresentado. No modelo proposto por Fortunato e Penteadó (2015), essas relações podem ser identificadas na definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação de opções, seleção de opções, implementação e avaliação. Elas se dividem em influência direta e indireta, de acordo com a etapa e as características.

**Quadro 1**  
**Relações entre Mídia e Políticas Públicas**

<b>Etapa</b>	<b>Influência</b>	<b>Atuação da mídia</b>	<b>Características</b>
1. Definição da agenda	Direta e/ou indireta	Visibilidade para determinados problemas da sociedade.	Pressão da opinião pública sobre agentes da PP; realce para temas com maior apelo popular.
2. Identificação de alternativas	Indireta	Visibilidade para determinadas alternativas apresentadas.	Disputa por espaço dentro dos canais midiáticos das alternativas.
3. Avaliação das opções	Indireta	Visibilidade para que algumas opções consigam ganhar consenso ou aceitação.	Disputa pela legitimidade das opções em disputa.
4. Seleção das opções	Indireta	Visibilidade para as opções apresentadas pelos agentes políticos.	O espaço midiático pode ser utilizado para os grupos de interesse indicarem suas preferências diante das opções apresentadas.
5. Implementação	Direta e/ou indireta	Visibilidade para a implementação e execução de determinada PP.	A cobertura da mídia de determinada PP pode ser positiva ou negativa, funcionando como um espaço de disputa simbólica entre os diferentes atores envolvidos.
6. Avaliação e monitoramento	Direta e/ou indireta	Visibilidade para os resultados alcançados pela PP.	A divulgação de resultados positivos ou negativos pela mídia de determinada PP é essencial para que o seu executor possa ampliar ou diminuir seu capital político, para sua continuidade, sua ampliação e receber mais recursos.

Fonte Fortunato e Penteadó (2015)

É com base no quadro que também surge a necessidade de comprovar se na construção de uma política pública qual é a relação entre a mídia e a política. Observar a distinção entre as escolhas midiáticas, sua agenda e seus processos é fundamental para compreender quais são as interferências entre mídia e política. No conceito dos autores Fortunato e Penteadó (2015), quanto maior a participação dos meios na formação do processo político, mais o capital político vai sofrer impacto, entretanto, o momento apresenta-se como forte interferência do campo midiático no campo político é no controle da agenda.

É preciso reconhecer que as notícias têm como característica dar visibilidade a temas específicos para cidadãos que estão esperando informações. Neste processo, formar a opinião pública passa também pelos veículos. Entretanto, a maioria das políticas públicas não tem

espaço garantido na mídia, e quando elas conseguem atender às expectativas dos jornalistas, sempre obedecem aos critérios de noticiabilidade. Como os canais de comunicação brasileiros são considerados homogêneos e com pouco espaço para discussões alternativas, há um favorecimento na manutenção do *status quo* que limita a capacidade de interferência da mídia de forma direta no campo político (FORTUNATO E PENTEADO, 2005, p. 134).

Seguindo a importância de leis aprovadas e também das não aprovadas e sua relação com o que é divulgado pelos meios de comunicação, especificamente a televisão, é necessário compreender como a construção da agenda sofre interferências no Paraná.

Entre as teorias das políticas públicas, há diferentes maneiras de pesquisar sobre a montagem da agenda. Em nenhuma há consenso total sobre os fatores que levam a construção da agenda. Há similaridades e discordâncias no processo. Assim, são apresentadas as três teorias mais utilizadas nas pesquisas, sendo a agenda-*setting* (na comunicação), agenda-*building* (ciência política) e múltiplos fluxos (políticas públicas). Cada uma destas teorias irá, ao fim, servir de aporte metodológico e bibliográfico para compreender como acontece a construção da agenda legislativa da Assembleia Legislativa do Paraná.

Aruguete (2005), enfatiza o processo de agendamento como uma união entre três agendas: 1. Agenda Política; 2. Agenda Pública e 3. Agenda midiática. Os estudos de agendamento, portanto, tem que alcançar a compreensão de todas essas construções para concepção mais eficaz do processo.

A proposta é observar o que está presente nestas três agendas, sendo que a relevância do estudo está no fato de que tanto a mídia quanto os políticos e o próprio público possuem papéis importantes no processo democrático. Visto isto, é notado que a sociedade se utiliza das informações provenientes da mídia para se informar a respeito dos temas de interesse público e também para avaliar a elite política. Dahl (2009), por exemplo, considera que a presença dos meios de comunicação tem modificado o acesso dos cidadãos aos campos de poder e são atores necessários nas democracias.

Outas duas teorias apresentadas na sequência também auxiliam na construção da agenda: a visibilidade e a midiatização. Ambas são complementares para compreender a organização de atores (especialmente a mídia) neste processo.

### 1.3 Perspectiva da agenda-*setting* sobre meios de comunicação no processo de construção de agenda

Muitas vezes, para um problema alcançar a agenda política, ele precisa antes, alcançar a agenda pública. Essa mobilização da esfera pública passa, geralmente, pela esfera midiática.

Conflitos e problemas são negociados para uma audiência com o objetivo de ascender à agenda governamental.

Mascarenhas (2010) destaca que acontecem vários eventos na sociedade que são pautados pela mídia. Ou seja, são fatos que ganham repercussão na opinião pública devido à exposição do tema nos veículos de comunicação. Entre os exemplos citados por ele estão os casos de comoção nacional apresentados em telenovelas, por exemplo.

O autor sugere que os casos com mais ampla repercussão tendem a aparecer mais na opinião do público. Neste sentido, ele afirma que os veículos de comunicação, quando é de interesse dos mesmos, podem se engajar na produção e na continuação de alguns temas ou eventos, e, a partir destes, o assunto ter como resultado a construção da agenda legislativa ou política. Como exemplo desta suposição, o autor destaca um dos casos mais relevantes para a comprovação da criação da agenda com forte saliência midiática no Brasil, que foi o assassinato da atriz Daniella Perez, este, tendo como resultado a elaboração e aprovação da Lei 8.930 de 1994 (que trata dos crimes hediondos).

Quem também classifica a mídia com grande poder de influência sobre a sociedade é Thompson (2008, p. 106), quando trata do controle exercido pela mídia nos acontecimentos da vida social. Para ele, ela se envolve ativamente na construção do mundo social, levando imagens e informações a todos, modelando os próprios acontecimentos. Kunczik (1997) complementa essa consideração afirmando que “os meios de comunicação de massa são considerados a base de um poder de persuasão capaz de difundir uma interpretação da realidade com uma qualidade diferenciada própria” (KUNCZIK, 1997, p. 89).

Para Cervi (2006) a influência da mídia acontece desde o início do século XX e se mistura às transformações de opiniões das pessoas, que passaram a ser cada vez mais voláteis e passíveis de modificações. Isso aconteceu devido aos constrangimentos em ambientes familiares, religiosos, de trabalho ou classe social diminuírem significativamente. A mídia, neste processo todo, acaba ajudando na mutabilidade de opiniões, pois ela consegue individualizar e atomizar a recepção de informações, que antes era feita mais intensamente pelos grupos e agora pode ser completada pelas informações e opiniões transmitidas pelos meios de comunicação (CERVI, 2006, p. 64). Mas é preciso ressaltar que esse fluxo de opiniões estabelecido pelo autor é difuso em cenários distintos.

Há também os pesquisadores que não declaram a centralidade da mídia no processo de influência da opinião pública. Como será apresentado adiante, essa relação de causa e efeito depende de algumas circunstâncias e do fluxo comunicativo. Tais determinações serão apresentadas nos próximos itens.

Antes disto, é preciso ainda retomar alguns conceitos importantes, visando responder a primeira pergunta de pesquisa: Teriam os meios de comunicação a possibilidade de agendar a opinião pública? Neste sentido, é apresentado o autor que deu origem aos estudos da teoria da agenda-*setting*: Walter Lippmann.

Lippmann (2010)<sup>5</sup> buscou encontrar respostas sobre a construção da opinião pública e o papel dos meios de comunicação na sociedade e nesta construção de opinião. De acordo com o autor há uma tendência em acreditar que a imprensa deveria apresentar para os cidadãos uma imagem verdadeira do mundo, tal como estamos interessados.

O que Lippmann (2010) argumenta é que o papel dos jornais – e consequentemente das mídias-, não é o de apresentar a verdade, mas mostrar as várias verdades escondidas em fatos isolados, colocando-os em relação com outros fatos a fim de que a população possa interpretar e concluir a sua própria verdade. E ainda, a opinião pública é uma relação triangular entre o fato (ou a cena), a imagem humana sobre essa cena e a resposta humana sobre essa imagem atuando sobre a ação na cena (LIPPMANN, 2010, p. 21).

É através e pela mídia que os indivíduos conseguem se atualizar sobre temas do seu social, nos quais ele não estava inserido no momento. Neste sentido, a opinião pública responde aos pseudoambientes, criados pelos media, e não exclusivamente ao ambiente em si. Isso significa que a opinião do público sofre interferências das notícias apresentadas nos meios de comunicação. O indivíduo não lê as notícias, mas escuta os relatórios dos fatos através de estereótipos criados pelo jornal. “Assim o líder ostensivo frequentemente descobre que o líder real é um poderoso proprietário de jornal” (LIPPMANN,2010, p. 215). E nestes pseudoambientes estão informações muito importantes sobre o seu cotidiano, incluindo decisões políticas e públicas que impactam na sua vida.

Cohen (1963) também ressalta a relação entre a mídia e o público. Para o autor, algumas vezes os veículos não dizem o que pensar, mas sobre o que pensar. Ou seja, estabelecem a agenda reflexiva do público para que este determine o assunto mais importante naquele dia. Cohen (1963) destaca sobre a capacidade de os meios de comunicação influenciarem indiretamente nos assuntos que a população tem que pensar durante tal dia.

São tais correntes teóricas que serviram de embasamento para a criação da teoria ou hipótese<sup>6</sup> da agenda (agenda-*setting*) desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw em

---

<sup>5</sup> O texto original foi publicado em 1922, mas a referência do trabalho é de uma versão atualizada da obra, datada de 2010.

<sup>6</sup> A discussão se este estudo é uma teoria ou hipótese é vasta. Isso porque, na conceituação teórica, a pesquisa em agendamento ainda é um sistema aberto e não um paradigma fechado (pronto), e por este motivo ela deve ser denominada como hipótese e não como teoria. Além disso, estudiosos também a classificam como hipótese por

estudos nos Estados Unidos, na Escola de Chicago. A pesquisa teve como objetivo visualizar a influência da pauta midiática na opinião pública, principalmente em períodos eleitorais. Este estudo visava encontrar a importância dos assuntos debatidos pelos meios de comunicação nos temas de campanha apresentados pelos atores políticos da época. O primeiro caso estudado pelos pesquisadores foi de Chapel Hill<sup>7</sup>, que tinha como hipótese a que os temas enfatizados nas notícias eram considerados, ao longo do tempo, os mais importantes para a agenda pública.

A pesquisa realizada em 1968 confirmou as hipóteses com eleitores indecisos, que tiveram uma transferência de saliência entre as notícias veiculadas pela imprensa e as considerações que os eleitores exigiam dos políticos durante as eleições, tais como as prioridades de governo, os principais problemas que o local tinha, etc. Isso significa que a pesquisa confirmou a hipótese de que há uma relação entre a opinião pública, a agenda de governo e os assuntos pautados e expostos pelos meios de comunicação.

Esta é considerada a primeira fase da pesquisa sobre a agenda-*setting*, como os autores da pesquisa a denominaram na época<sup>8</sup>. Nesta fase, a pesquisa delimita a relação entre a notícia publicada nos meios de comunicação e a influência desta notícia no público em períodos eleitorais, que são determinados como de grande atenção do público. A análise foi realizada através de pesquisas quantitativas, que demonstraram quanto cada notícia veiculada na mídia afetou o pensamento dos cidadãos norte-americanos durante o processo eleitoral.

A repetição de notícias diária e exaustivamente, utilizada pelos veículos de comunicação como estratégia, fazia com que a mensagem emitida fosse a de maior importância na opinião pública, e o que estava na agenda midiática, passava a ser também agenda pública (MCCOMBS, 2009, p. 18). Além disso, foram analisadas também as relações entre causa e efeito (veiculação da notícia e pesquisas de opinião pública); a relação entre tempo e causa, ou seja, a veiculação deve ser anterior à preocupação dos indivíduos sobre o problema apresentado e; o tempo de exposição das notícias.

---

esta ser baseada em pesquisas de opinião e análise de conteúdo dos meios de comunicação, que muitas vezes são métodos falhos, caracterizando então, a falta de uma análise fechada, se tornando algo mais parcial. Estas considerações serão trabalhadas mais amplamente na próxima seção desta tese, mas o leitor já observa, desde este ponto, que há um choque entre os paradigmas de comunicação e por este motivo, trabalhamos com hipótese e não como teoria.

<sup>7</sup> O caso de Chapel Hill selecionou cinco jornais, duas emissoras de televisão e duas revistas semanais. Os temas apresentados pelos meios de comunicação durante 24 dias foram codificados em categorias. Outra equipe de pesquisa aplicou 100 questionários sobre as reações dos eleitores que se classificavam indecisos nos votos. O resultado apresentado pela pesquisa mostrou que a mídia tinha um impacto elevado no eleitor. Mais do que isto, a agenda midiática conseguiu além de influenciar o eleitor, também alterar a agenda dos candidatos (MCCOMBS, 2009, p. 23-26).

<sup>8</sup>E todas as pesquisas dos autores que tinham como hipótese a influência dos *mass media* na agenda de temas para a agenda pública foram denominadas, durante a pesquisa em Chapel Hill, de agenda-*setting*.

O autor só confirma suas interrogações sobre o agendamento ao citar que, devido à intensidade da mesma pauta nos *mass media*, o assunto torna-se relevante para o público como uma aprendizagem constante que, mesmo invisível, se transformava num fenômeno muito maior. Isso acontece porque as pessoas aprendem com os meios. E essa absorção é incorporada em suas imagens e atitudes sobre objetos e fatos, transformando estes temas em suas agendas próprias (MCCOMBS, 2009, p. 80).

Diferente das teorias da comunicação que antecederam o paradigma funcionalista, McCombs identifica o indivíduo com um papel de autoridade e não de passividade. Ao contrário do que se afirmava na teoria hipodérmica (apresentada na primeira seção deste capítulo), na perspectiva da agenda-*setting* os veículos de comunicação sozinhos não conseguem definir itens para a agenda pública. Eles, na verdade, possuem um papel central na construção da imagem que passa pela cabeça das pessoas, e isto não é feito de maneira automática e repetitiva, mas com algumas características especiais.

Esta realidade é similar ao que Lippmann (2010) explica. É fato que a sociedade está preocupada com os assuntos públicos, tal como economia, infraestrutura, política e comportamento. Mas ao mesmo tempo o mundo está imerso nas necessidades e assuntos privados. O tempo e a atenção sobre o assunto externo se torna limitado e concorre com as próprias vontades individuais.

McCombs (2009, p.111) completa afirmando que o agendamento nada mais é que “uma teoria sobre a transferência da saliência das imagens da mídia sobre o mundo às imagens de nossas cabeças”, ou seja, através do agendamento é que o pesquisador descobre (ou não) se há interferência de imagens do que a mídia repassa para as decisões próprias de cada indivíduo. Sendo assim, quando o agendamento se concretiza, a agenda da mídia acaba se tornando a agenda pública.

Quando consideram o tempo necessário de exposição midiática para que um tema específico se torne agenda pública, os autores são específicos: “os efeitos do agendamento estão longe de ser instantâneos, mas são relativamente de curto prazo” (MCCOMBS, 2009 p.75).

Se o objeto de análise é o jornal, a forma de identificar essa exposição midiática está na compreensão do conteúdo da capa, do tamanho do título e matéria principal, que são as principais escolhas do leitor. Já para a televisão, que é o objeto desta pesquisa, a forma de analisar a capacidade de agendamento está na menção do fato no jornal noturno (que é o de maior audiência), o tempo gasto na notícia e a repetição do tópico (MCCOMBS, 2009, p. 18). Tais características apresentadas pelo autor servirão na análise de pesquisa da construção legislativa paranaense.

Ao longo das pesquisas realizadas com agenda midiática, nota-se que para um assunto entrar na agenda ele percorre um período de três meses de exposição midiática para então chegar ao público. Outras vezes, o que ocorre é uma troca de saliência, ou seja, os assuntos enfatizados pela mídia acabam se tornando importantes para o público (MCCOMBS, 2009, p. 111), mesmo em um período considerado de baixa exposição, principalmente nas análises referentes à televisão. Assim, esta é outra característica da teoria da agenda-*setting* que servirá de aporte para a pesquisa.

A teoria da agenda-*setting* pode ser dividida em cinco fases. A **primeira** delas considera que há uma relação muito forte entre o conteúdo da agenda dos meios de comunicação com a agenda da opinião pública. Além disso, há um aprendizado pelo público quase que somente com a versão midiática do fato. Neste ponto, a análise é voltada para a saliência existente entre a agenda midiática e a agenda dos indivíduos. Os veículos de comunicação exercem influência sobre o que as pessoas identificarão como assunto mais relevante para sua opinião.

Os temas que a mídia coloca na sua programação competem entre si. Alguns, no entanto, recebem mais atenção do que outros. É esta influência sobre a percepção dos assuntos mais importantes que a primeira fase se dedicou a compreender.

Sobre a construção de políticas públicas, tema desta tese, a construção da agenda, na concepção dos autores da agenda-*setting*, é resultado de um processo que passa pela agenda midiática, agenda pública e agenda de políticas. Para alcançar o patamar de construção de agenda política por várias vezes, portanto, o problema pode iniciar nos meios de comunicação. Após isto, a pauta pode (ou não) atingir a opinião pública. Caso ela consiga movimentar a opinião das pessoas, ela tem a possibilidade de agitar o sistema político em torno de uma solução.

As agendas (decisória, política e da mídia) são consideradas interligadas, mas cada dinâmica é própria da instituição (mídia, política, igrejas, movimentos sociais, etc.). Situando a construção da pauta <sup>9</sup>, por exemplo, é preciso destacar que há um processo de exclusão/inserção de notícias que passa por editores e interesses dos donos dos veículos de comunicação. Nem tudo o que é problema para os cidadãos necessariamente entrará nas notícias veiculadas pelos veículos, inclusive pelo fato de que grande parte dos *media* que informam a

---

<sup>9</sup> Pauta na linguagem jornalística significa o assunto que vai ser abordado. Ela é construída como uma ideia que pode ou não ser transformada em matéria. A pauta geralmente contém assuntos principais que serão abordados durante a reportagem, estabelece os critérios e direções ao repórter e ainda apresenta possíveis entrevistados.



população são da iniciativa privada, com interesses pessoais e políticos em todas as suas posições.

É neste ponto que é identificada a **segunda** fase das pesquisas de agendamento, que tem como pergunta de pesquisa por que os indivíduos deixam se influenciar sobre as notícias veiculadas na mídia. A resposta para a questão reafirma o papel do indivíduo no processo, não o classificando como alguém desprovido de razões e interesses particulares. E é exatamente esta a característica principal da segunda fase da pesquisa: a intensidade do agendamento depende das diferenças de cada pessoa. Isso significa que algumas pessoas, dependendo do seu interesse particular em algum dos temas, terão mais interesse em receber tal informação e transformá-la em opinião.

Já sobre a construção da opinião pública, que determina a agenda do público, McCombs (2009) explica que quanto maior for a necessidade de orientação do indivíduo, mais amplo será seu envolvimento na agenda midiática a respeito do tema. Isso significa que quanto mais interesse e menos conhecimento sobre um tema específico, há uma tendência mais ampla para que a agenda da mídia seja a agenda do público também.

O autor também considera outras duas características que auxiliam na definição da construção da opinião pública a partir da visão dos meios de comunicação. A primeira delas é a incerteza, a qual o indivíduo não sabe o que esperar sobre tal tema e busca nos meios a orientação necessária. A segunda característica é a relevância, ou seja, quanto o tema é relevante para que o tema seja necessário para orientação do indivíduo.

O contrário, segundo McCombs (2009), também se aplica. Quanto menor o interesse e maior o conhecimento sobre determinado assunto, a chance de pautar a opinião desta pessoa diminui consideravelmente. Sobre a incerteza, o autor considera que quando o indivíduo diminui a incerteza sobre o tema, os indivíduos acabam utilizando os veículos de comunicação apenas para monitorar a situação do fato.

Entre as duas fases acima apresentadas, há uma ligação que determina a **terceira** fase: a pesquisa sobre o agendamento dos objetos inseridos na agenda, denominados de atributos. Segundo McCombs (2009), os atributos são direcionados a fim de guiar nossa opinião. Em outras palavras, a terceira fase visa responder como a mídia pode influenciar nas questões de como pensar sobre um objeto. Sintetizando, é possível demonstrar que a agenda de atributos da mídia pode influenciar na importância da agenda de atributos do público.

A **quarta** fase das pesquisas de agendamento tem como pergunta de pesquisa a construção da agenda midiática: Quem a determina? A respeito da construção da pauta dos *media*, é preciso constatar que os proprietários de determinados veículos determinam a linha

editorial da imprensa em questão. Além disto, na seleção das notícias também as escolhas são fundamentais para determinar o que o público vai ou não saber. Para McCombs (2009) esta é uma variável dependente e que necessita também ser explicada.

As agendas de outras instituições são fonte de informação para os veículos de comunicação, em especial, em períodos eleitorais. A fase apresentada vislumbra a interligação entre as agendas governamentais, políticas, midiáticas e de opinião pública. Há, por muitas vezes, uma consonância entre as pautas das agendas. Muitas vezes, a agenda política e opinião pública também determinam a agenda midiática, num processo denominado de agendamento reverso.

A **quinta** fase das pesquisas de agendamento é denominada de *Network Agenda Setting Model*. A mídia, nessa perspectiva, exerce um papel importante na conexão entre indivíduos e as mensagens que estão em suas mentes, tal como descreveu Lippmann (2010). A mídia passa a ter papel decisivo na qualificação dos objetos específicos de um tema que serão relevantes ao público, ou seja, delimitar a visão mais adequada (ou conveniente) para uma pauta.

Desde a primeira pesquisa de McCombs (2009), vários estudiosos se dedicaram a apresentar pesquisas relacionadas ao tema em todo o mundo. Em grande parte, assim como os pioneiros concluíram, os demais autores apostam na grande influência da mídia nos assuntos da opinião pública, ressaltando que, mesmo com forte saliência de temas, os veículos noticiosos não são grandes ditadores da opinião, pois eles são apenas transmissores das notícias. Mas como apresentado nas considerações acima, é possível afirmar que os meios têm uma forte relação com o agendamento da opinião pública. Busca-se então, confrontar com a relação de mídia e construção das políticas públicas para estabelecer se há ou não agendamento das políticas construídas no Estado do Paraná.

Reforçando essas considerações, Pena diz que “a teoria do agendamento defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas” (PENA, 2007, p.142). Sendo assim, é possível perceber que aquilo que é conversado pelas pessoas pode ser observado através das pautas dos *media*.

Esta teoria do campo comunicacional, proposta pelos autores McCombs e Shaw, mas iniciada por Lippmann, substituiu duas teorias vigentes da época em questão, assim como apresentado anteriormente. Esta foi, sem dúvidas, a maior contribuição para a teoria funcionalista de comunicação, que buscava compreender qual era o papel da imprensa na sociedade. A imprensa, neste conceito teórico, é muito bem-sucedida quando diz aos leitores sobre o que eles têm que pensar, e não sobre o que pensar.

A teoria da agenda-*setting* retrata como o processo da construção das notícias (que passa por diversos filtros dos veículos de comunicação) pode afetar na construção da opinião pública. O processo, então, como destaca Azevedo (2004) inicia pela mídia, que seleciona assuntos determinados e ignora outros relevantes, passa pela determinação de atores escolhidos para falar dos objetos, chega ao enquadramento positivo e negativo sobre o tema e na relação direta e causal entre os tópicos apresentados pela mídia e a percepção pública sobre o objeto.

Os desdobramentos da teoria funcionalista, ao longo de décadas, foram extremamente estudados no campo acadêmico. Talvez por este motivo, no banco de teses e dissertações da Capes, há mais de 4 mil registros de dissertações e teses no Brasil que trabalham com agenda-*setting* ou parte de seus conceitos. Mas, o modelo ainda não é unânime no que tange à construção de agenda.

Pesquisas mais recentes também demonstram o desdobramento da teoria da agenda no campo comunicacional e político. Mas como aponta Formiga (2006), há uma falta de criatividade e avanços nas pesquisas sobre agenda-*setting*. A teoria da agenda-*setting* recebeu - e continua recebendo - várias críticas, a colocando em um status de teoria ainda não concluída.

Por este motivo, antes de avançar no *corpus* teórico da tese, é necessário realizar uma atualização das pesquisas em agenda-*setting*, acompanhando as mais recentes buscas dos pesquisadores. Não é possível retirar a teoria da tese, pois ela fundamenta o papel dos meios de comunicação na construção da agenda e da opinião pública, tão importantes para o debate.

Há diferentes concepções da teoria da agenda desde o seu surgimento. Grande parte dos estudos em comunicação partiu dos pressupostos estabelecidos por esta teoria, mas a atualização foi sendo realizada e, hoje são vários os estudos que atualizaram os recortes feitos por McCombs e Shaw.

Silva (2008) propõe visualizar a teoria da agenda-*setting* sob uma nova perspectiva: a do contra agendamento, sendo uma atualização da própria hipótese da agenda-*setting*. Cabe ressaltar que este não é o mesmo fenômeno da teoria que será abordada posteriormente, apesar de ter similaridades. Para Silva (2008) há outro modo de observar o processo de agendamento, a qual as pautas podem surgir de demandas sociais (que incluem a própria sociedade, os movimentos sociais, as organizações, o Estado, etc.) e são divulgadas pelos meios de comunicação com valores difusos<sup>10</sup>. Assim sendo, o processo de agenda-*setting* nos dias atuais já pode ser visto através de intersujeitos argumentativos que são capazes de defender causas e direitos em favor de si ou de um todo.

---

<sup>10</sup> Silva (2008) destaca que essa inclusão pode ser realizada através de três conceitos: A do valor-notícia, outra sobre o valor-serviço e, por fim, através do valor-permuta.

Este processo de contra agendamento é visto como uma possibilidade de contra argumentação vislumbrada por uma pluralidade de sujeitos e agendamentos, a qual é denominada por Silva (2008) de verdadeira esfera pública, essência e sinônimo de esfera argumentativa.

Neste sentido, a evolução da teoria da agenda-*setting* possibilita observar mais relações do que apenas àquelas propostas por McCombs e Shaw, apresentadas anteriormente. A visão de que a mídia era capaz de agendar apenas a opinião pública é somada a outras referências e o processo de agendamento já é completado por outras relações multilaterais, que incluem as interlocuções entre mídia-sociedade, mídia-Estado, mídia-mercado e mídia-própria mídia.

Enquanto os governos reservam a si o direito de orçar recursos do Tesouro – e, portanto, públicos – para arcar com uma agenda também diversificada de temas, a sociedade (por meio de organizações e movimentos), enxerga nesse espaço público que é a mídia, um epicentro de ressonâncias, seja em matéria de tematização, seja em forma do retorno mais esperado: as adesões a uma causa, a participação em um movimento. (SILVA, 2008, p. 97)

Há diversas maneiras de realizar esse agendamento, inclusive através de produtos midiáticos não jornalísticos. Telenovelas, jogos de futebol e campanhas publicitárias atingem alto grau de mediação entre espectadores e mídia, mesmo quando a produção não é confirmada pelo jornalismo. Isso é denominado como merchandising social e, em especial no Brasil, tem uma grande relevância. Em outras ocasiões, tais produtos conseguem até pautar as notícias e mobilizações sociais, corroborando com a ideia de interagendamentos.

Lycarão e Sampaio (2016) destacam que as novas pesquisas em agendamento modificaram a compreensão das possibilidades, alterando a ideia de que para existir, tenha que haver uma fonte unidirecional de estudo. Assim, as novas concepções transformaram a teoria da agenda-*setting* em um estudo que observa os fluxos multidirecionais e cíclicos, nos quais os receptores deixaram de ser pacíficos e constroem a opinião pública com o que os meios repassam. A partir disto, além de receptores e consumidores, a sociedade passa a ser coprodutora de conteúdo. “Como resultado, a própria agenda pública não seria determinada pela agenda midiática, mas passa a ser concebida como construção social entre diversos atores e setores sociais” (LYCARÃO, SAMPAIO, 2016, p. 34).

Como exemplo desta produção e coprodução de conteúdo, é cabível citar o papel de entidades como *Greenpeace*, movimentos sociais, etc., e a sua utilização nas estratégias para espetacularização de informações e de seus problemas. É através deste processo que os ativistas conseguem visibilidade midiática e mobilização da opinião pública para temas importantes para tais organizações.

O mesmo acontece com atores inseridos no processo político, a fim de garantir cotas de visibilidade e mediação. Essa questão de agendamento do Estado, da sociedade, do mercado será ainda muito trabalhada, principalmente na análise das legislações e da participação neste processo. Inclusive porque este contra agendamento proposto pelo autor é uma das teorias que precisam ser testadas também no cenário local.

Mesmo que a teoria leve em consideração o agendamento no público, é preciso ressaltar que os deputados estaduais também são parte desta massa que consome as notícias veiculadas na imprensa.

Lycarão e Sampaio (2016) completam destacando que o sistema político formal recebe grande atenção do jornalismo e tem capacidade de agendá-lo em diferentes situações, e isso não pode ser considerado momentâneo, mas estrutural. Essa relação acontece em decorrência de vários fatores, incluindo a importância da política dada aos meios e também a estreita relação entre a política e os meios de comunicação.

Como ressalta Silva (2008), além das cotas de visibilidade, os políticos conseguem anunciar nos meios e ter expressadas demandas de seu interesse próprio, através dos valores pagos para anúncios. E cabe lembrar que o recurso investido nos meios de comunicação para publicidade é oriundo de dinheiro público, que serve para gastos publicitários que deveriam, em tese, informar a população.

Duarte (2011) é enfático ao dizer que a comunicação pública realizada por governos teria que ser realizada para transmitir informações úteis aos diversos segmentos sociais, com o intuito de facilitar o acesso à serviços públicos, proporcionar conhecimento sobre a atuação governamental na execução de políticas públicas, prestar contas e reconhecer o pertencimento à cidadania da população. Entretanto, na prática a comunicação realizada pelos governos ainda agrega aspectos políticos e relações de poder explícitas – que por vezes ainda incluem atores do 3º setor. E isto muito é explicado em algumas ações publicitárias veiculadas na mídia. Por muitas vezes, os deputados estaduais e governo devem satisfações a seus eleitores, que são o público-alvo dos veículos de comunicação, em um efeito cíclico e que é repleto de relações diretas e indiretas.

Este é um ponto também necessário de compreensão do agendamento, afinal, como apresentado anteriormente, os meios de comunicação são empresas privadas que transmitem informações e quando chegam aos expectadores são compreendidas como organizações isentas.

Para completar essa relação de contra-agendamento, a pesquisa avança para além dos meios e chega nas teorias das políticas públicas e ciências sociais. A agenda-*building* é uma proposta que também é considerada como pesquisa de agendamento e que estabelece ainda

outra maneira de pensar o contra-agendamento. Através desta teoria será possível enriquecer o debate sobre a construção da agenda política, midiática e do público, trazendo uma nova perspectiva para a análise legislativa posterior.

#### **1.4 Agenda-*building*: O contra-agendamento**

A construção da agenda de políticas públicas que leva em consideração agenda midiática também é objeto de estudo de Cobb, Ross e Ross (1976). A teoria dos autores, denominada de agenda-*building* determina os motivos pelos quais a agenda pública é construída. Diferente da agenda-*setting*, esta teoria busca compreender a construção da agenda política em um caminho inverso da teoria apresentada anteriormente. Na agenda-*building*, autores verificam o processo de construção da agenda política e observam as suas interferências, mas os analisam a partir de perspectivas distintas.

Para Cobb, Ross e Ross (1976) a agenda deve ser apresentada de maneira inter-relacionada, interdependente e com disputa e ações de diferentes atores coletivos, que formam outras agendas específicas e estas determinam a agenda decisória. Nessa agenda decisória, todos podem ter acesso, já que o sistema aceita a participação. Mas para conseguir atingi-la é preciso habilidade de mobilização, envolvimento, condições econômicas e históricas, entre outras. Além disto, é preciso destacar que em decisões políticas visualizam o potencial dos problemas e a capacidade das instituições em resolvê-las. De nada adianta um problema ser apresentado se o mesmo não tiver alternativas necessárias para ser resolvido.

Segundo a teoria da agenda-*building* é preciso observar como as organizações políticas tendem a explorar alguns conflitos mais intensamente do que outros, com o objetivo de conquistar e mobilizar a opinião pública (MELO, 2007, p.4).

Há ainda a decisão que não acontece, e esta é denominada pelos autores de *nondecisionmaking*, ou seja, o ato de colocar e também não colocar um assunto em votação também é determinante no processo. Segundo Bachrach e Baratz (1962) essa é uma maneira de limitar o processo decisório e é feita geralmente através de manipulação de valores ou mitos, livrando os decisores de assuntos inseguros e complicados. Isso significa que os processos não decisórios sufocam demandas antes mesmo delas serem expressas, para que não consigam atingir e conquistar a arena de decisões. Se, em contrapartida, o tema alcança a arena decisória, ele também pode ser excluída através de uma relação de poder (CAPELLA, 2012, p. 5).

Cobb, Ross e Ross (1976) completam a ideia de Bachrach e Baratz, afirmando que um assunto pode ficar muito tempo na agenda pública, mobilizar a sociedade, e mesmo assim os

decisores conseguem adiar as decisões para não sofrerem sanções e/ou com a opinião pública contrária ou a favor do tema.

Sobre o público estar mais disposto para a mobilização (ou não), os autores explicam a questão com alguns requisitos similares aos apresentados anteriormente por McCombs e Shaw. Na concepção da agenda-*building*, para Cobb, Ross e Ross (1976), a sociedade se divide em dois tipos de público: atento ou genérico. Os atentos estão interessados nas questões públicas e geralmente são articulados com tais assuntos. Já os genéricos não têm o mesmo interesse e não estão preocupados com a resolução dos problemas da sociedade. Quando os problemas públicos ganham destaque, os atentos questionam a solução e os genéricos tendem a apoiar as decisões de governo. Isso demonstra que quanto maior for a atenção da população sobre o problema, maior tem que ser a mobilização dos decisores para conquistar apoio e tomar a decisão desta agenda.

E, como então, seguindo os preceitos da teoria da agenda-*building*, os problemas se tornam agenda política? São através de três movimentos: 1. *Outside*; 2. *Mobilization*; 3. *Inside*.

1. *Outside* é o problema que surge através de iniciativa externa ao governo, com grupos organizados, por exemplo. Este modelo de iniciativa externa requer que primeiro o problema seja visualizado na esfera pública para depois alcançar o status da agenda formal. Para Cobb, Ross e Ross (1976), há algumas características do movimento *outside*:

1.1 A **iniciação** é a primeira e mostra uma articulação de algum grupo específico que está fora do governo e utiliza da visibilidade para alcançar a agenda decisória. Muitas vezes, as estratégias para isto são realizadas com base nos sucessos anteriores de outras pautas da agenda dos grupos. Ou seja, há uma repetição de movimentos estratégicos para chegar o resultado esperado.

1.2. Também há a **especificação**. Nesta característica é preciso destacar que um grupo de pessoas pode ter o mesmo problema, mas individualmente não são ouvidas. Isso acontece porque não há uma relação entre essas pessoas ou não há um acordo entre a resolução do problema específico. Por este motivo, é necessário que haja uma especificação do problema e de suas soluções para que ele possa ser apresentado.

1.3 A terceira característica é a **expansão**. Nela, é possível verificar que para alcançar a agenda formal os grupos necessitam criar pressões com o objetivo de chamar atenção dos decisores. Essas pressões podem ser feitas através de alianças com novos grupos ou vinculando questões que já foram apresentadas anteriormente. Os grupos precisam, no entanto, estar focados nos problemas, pois há chances de perder o controle quando mais grupos entram na disputa do conflito. É necessário também ter distintas estratégias para agregar todos os grupos,

já que eles possuem diferentes níveis de interesse na questão principal. Como os autores explicam, os primeiros que se envolvem no problema, a partir do momento em que ele se expande, são os grupos de identificação, ou seja, aqueles que tem interesse próprio na resolução do conflito. Esse grupo de identificação não é grande e o sucesso em alcançar a agenda pública requer uma expansão sobre a questão (COBB, ROSS, ROSS, 1976, p. 128).

1.4 Cobb, Ross e Ross (1976) detalham a **entrada** (*entrance*), última característica, como o momento em que o problema consegue atingir um número grande de grupos e de pessoas e conquista visibilidade para chegar à agenda formal. O movimento sai da agenda pública e consegue atingir a agenda formal, na qual há uma abertura para os decisores partirem para as negociações e decisões.

Resumidamente, os autores explicam como o modelo *outside* inicia com o grupo externo ao governo articulando um problema para conquistar o *status* de problema público. A partir disto, este ator ou grupo expande o interesse sobre o assunto para outros grupos da população, a fim de ganhar destaque na agenda pública. Com esse resultado, cria uma pressão suficiente para que os decisores forcem a questão na agenda formal. De acordo com os autores, este modelo de construção de agenda é o que tem mais chances de dominação dos atores políticos em uma realidade de sociedades mais igualitárias.

A Figura 02 apresenta um resumo do modelo *outside* para que o leitor compreenda as fases e as características da mesma.



**Figura 02 – Modelo Outside**

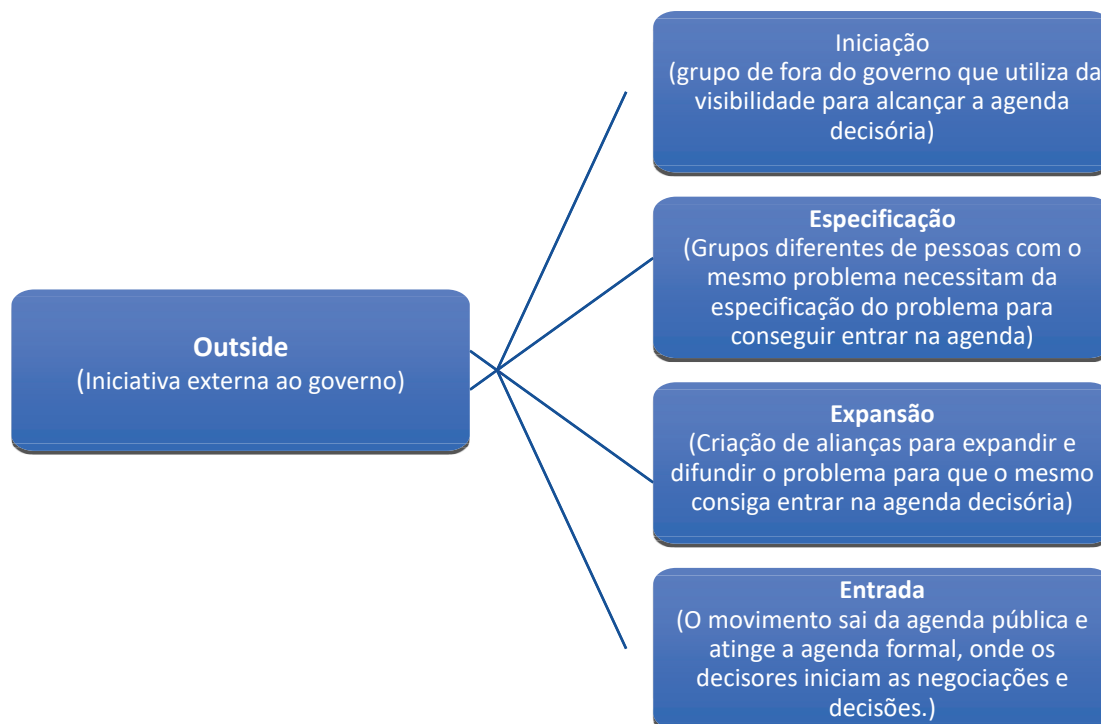


Figura 03 – Apresenta as características do modelo *outside* para a construção do problema com base na teoria da Agenda *building*.

Fonte: Autora

Mas é preciso observar que nem sempre as soluções encontradas ao mobilizarem esses passos conquistam o *status* de decisão formal. Ao contrário disto, qualquer rejeição da posição dos grupos é comum e ocorre com frequência (COBB, ROSS, ROSS, 1976, p. 132).

**2. A mobilização** é o segundo modelo apresentado pelos autores. Nele, as ações devem ser lançadas dentro do governo para automaticamente atingirem o *status* de agenda formal. Algumas vezes, além de se apresentar para a agenda decisória, o problema também tem que ser lançado para o público, visando conquistar mais adeptos e garantir o sucesso da ação. Os autores apresentam o modelo como um espelho do movimento *outside*, contudo, o reflexo mostra os governantes tentando emplacar a agenda pública para concretizar suas agendas formais, em uma situação de conquista de visibilidade pública para aprovação da agenda formal.

Este movimento também tem características específicas. Algumas delas são parecidas com a do modelo *outside*, mas os autores colocam algumas distinções.

**2.1 A iniciação** acontece quando um novo programa ou política são anunciados e entram na agenda formal. Eles entram automaticamente porque precisam ser discutidos entre os próprios decisores.

2.2. Posteriormente a **especificação** é a característica apresentada. Nela, o anúncio da política desperta uma cooperação da agenda pública, onde os líderes tentam deixar claro aos cidadãos a necessidade de apoio do público.

2.3 A **extensão** mostra que ao conquistarem apoio de grupos da população, é necessário atrair os mesmos para o engajamento cívico. Este engajamento é visado principalmente pelo grupo dos atentos.

2.4 Por fim há a **entrada**, e esta estabelece o momento em que a agenda passa de formal para pública. Como há possibilidades de contradições sociais, cabe ao governo lidar com o problema e a forma específica de achar as melhores soluções.

A Figura 03 apresenta o resumo do movimento apresentado pelos autores. Aqui é possível notar as diferenças entre ele e o modelo anterior.

**Figura 03 – Modelo da Mobilização**

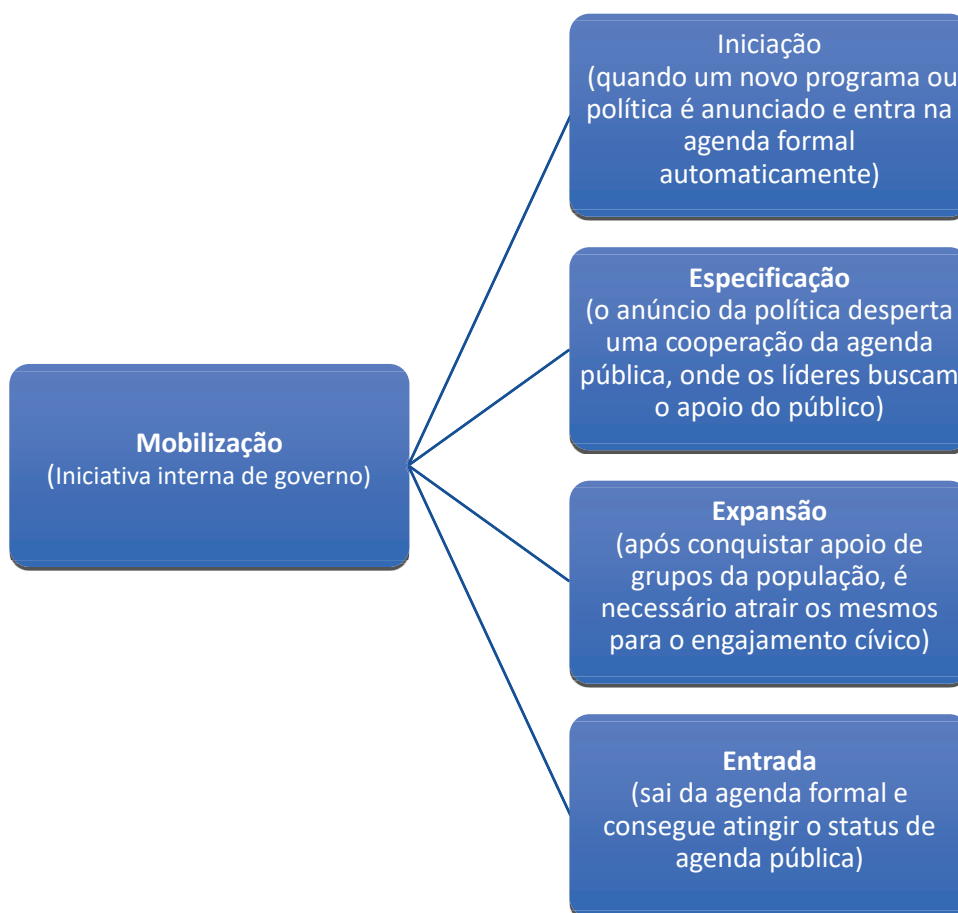


Figura 04 – Apresenta o modelo da construção do problema na mobilização, com base na teoria da Agenda *building*.

Fonte: Autora

3. O último modelo apresentado pelos autores é o **inside**. Nesta ideia, os problemas surgem internamente nos governos e não são divulgados para o público. A agenda formal é feita através de pressão política de partidos ou grupos ligados ao próprio governo, sendo que não é necessário que se mobilize a opinião pública para isto. Este é um modelo diferente dos outros dois apresentados acima, e suas características, portanto, também não são similares.

3.1 A **iniciação** e a **especificação** são características iniciais que mostram o grupo do governo ou atores inseridos neste processo articulando um problema ou proposta política para outros agentes políticos. O fato tem sucesso a partir do momento em que os demais atores conseguem observar esta reivindicação.

3.2 Quando isso acontece, os atores iniciam as **discussões** para apresentar a solução, mas ao mesmo tempo também limitam a expansão do problema para a agenda pública, “escondendo” o fato da sociedade de massa. Os autores destacam que esse movimento é homogêneo e geralmente é solucionado rapidamente.

3.3 Depois destas características acontece a **expansão**. Aqui é preterido um pouco da agenda pública, mas exclusivamente com os grupos de atenção, que criam uma sensação de urgência no tema, fazendo com que a resposta seja rápida e favorável, auxiliando o trabalho dos decisores a alcançar seus objetivos.

3.4 A **entrada**, última característica, codifica a proposta em agenda formal e, mais uma vez, sem a necessidade de aprovação da agenda pública.

As características deste modelo são apresentadas na Figura 04.

**Figura 04 – Modelo Inside**

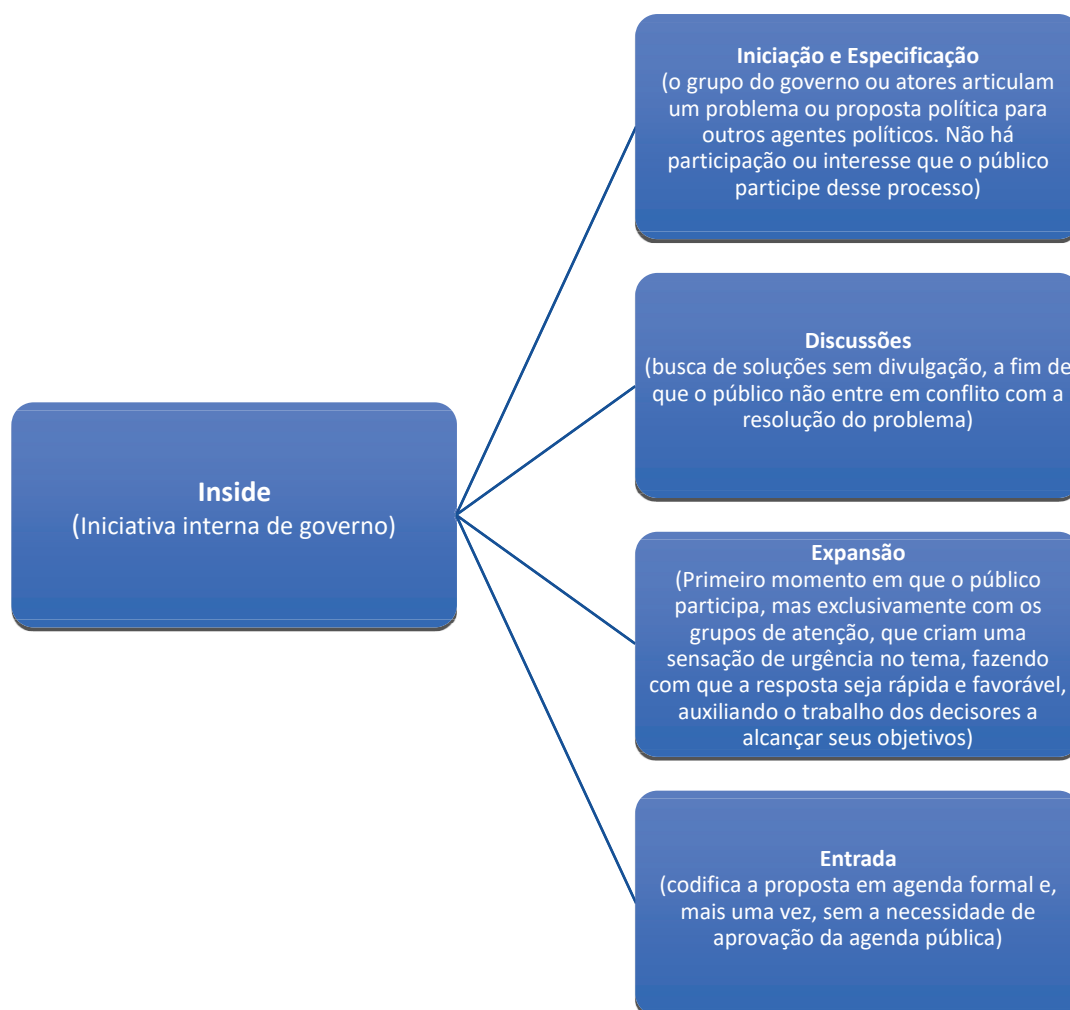


Figura 04 – Apresenta a construção do problema no modelo inside com base na teoria da Agenda-building

Fonte: Autora

A teoria da agenda-*building*, portanto, estuda como a construção da agenda é determinada (quem tem esse poder e como isso é realizado). Os três modelos apresentados auxiliam na compreensão das questões de pesquisa, pois trazem na sua concepção o conceito sobre quem tem o poder de influenciar e atingir a construção da agenda governamental da Assembleia Legislativa do Paraná. Ou seja, determinar de onde a política nasceu é outro fator chave para observar (ou não) a influência do telejornal na construção legislativa. Assim sendo, abaixo, na Figura 05, é mostrado o resumo dos três modelos, ajudando a compreender as possibilidades da análise desta tese.

Questões de como o governo utiliza os meios para influenciar a opinião pública e a origem de cada agenda serão colocados como referência para a metodologia de pesquisa. Isso auxiliará na compreensão de como a agenda de cada assunto é determinada. Vale destacar que

nenhuma das características exclui a outra, ou seja, é possível que haja o mesmo problema sendo discutido nas três características simultaneamente.

**Figura 05 – Três modelos da agenda-building: De onde surgem os problemas**

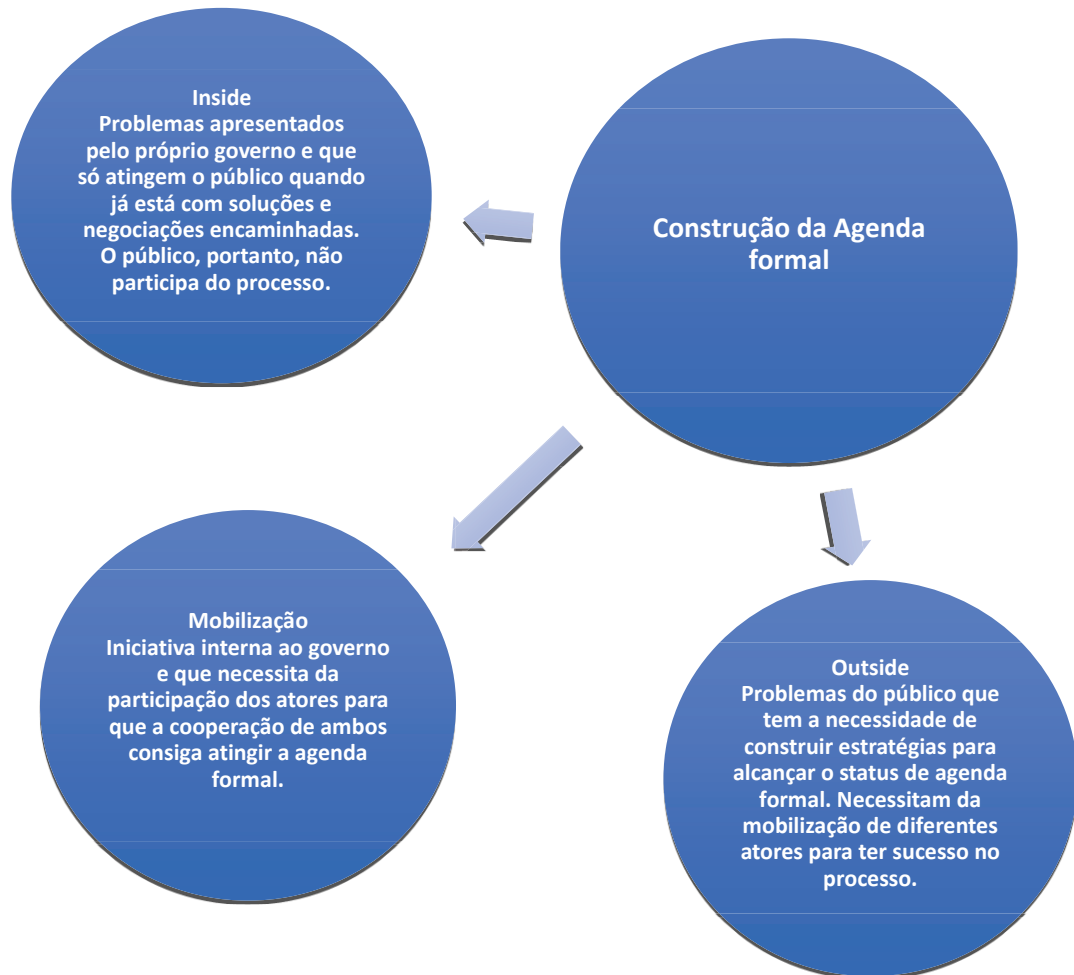


Figura 05 – Apresenta um resumo do processo de construção do problema com base na teoria da Agenda *building*, levando em consideração os três modelos apresentado pelos autores: Mobilização, *inside* e *outside*.

Fonte: Autora

Explicar esse contra-agendamento é fundamental para compreensão da construção de agenda política, pública e midiática. Avançando nos estudos da agenda-*building*, também há outras formas de pensar esse processo, apresentadas anteriormente no fim do item sobre a agenda-*setting*.

Apesar da agenda-*building* determinar como é construída a agenda governamental e a agenda-*setting* explicar como a construção da opinião pública é realizada, ainda é preciso investigar mais uma corrente teórica para a construção da agenda: a que visualiza a construção

específica de políticas públicas. Para tanto, é utilizada mais uma teoria amplamente estudada no campo das políticas públicas: os múltiplos fluxos de Kingdon.

### 1.5 Construção da agenda na perspectiva das políticas públicas

Seguindo as considerações e pesquisas que mostram dados e fatores para a construção da agenda política, apresenta-se a teoria dos múltiplos fluxos, desenvolvida por John Kingdon. Esta é uma das mais utilizadas teorias na análise de construção das políticas públicas e na construção da agenda decisória.

Kingdon (2003) procura responder o porquê alguns problemas conseguem atingir o governo e se transformam em políticas públicas. A pesquisa do autor então inicia apresentando quatro processos como fundamentais para esta construção e política: o estabelecimento da agenda, a consideração de alternativas, o processo das escolhas e a decisão final.

Como esta pesquisa visa especificamente encontrar as modalidades de construção da agenda, é apresentada somente a primeira etapa deste processo, que é o estabelecimento da agenda. Para Kingdon (2003) a agenda é muito importante no processo, pois ela apresenta uma lista de assuntos e problemas em que o governo poderá observar por momentos determinados. Mas para compreender melhor a sua formação, Kingdon (2003) separa a agenda em três tipos.

1. A primeira é a **agenda sistêmica**, também denominada de não governamental. Neste tipo de agenda, não há interesse governamental direto e imediato na resolução do conflito. O problema está à espera de uma oportunidade para poder entrar nas discussões e competir com as outras pautas das demais agendas.

2. A segunda agenda explicada pelo autor é a **institucional**. Nesta agenda, há atenção do governo sobre o problema existente, mas ela não faz parte das decisões dos governantes. Os problemas desta agenda também estão esperando oportunidades para entrar na pauta decisória do governo.

3. A terceira agenda é a **agenda decisória**, que é aquela que contém os assuntos que fazem parte da decisão dos governantes. Kingdon (2003) explica que nesta agenda estão os problemas das outras agendas que conseguiram uma oportunidade e fazem parte da agenda política dos governantes. Para isto, há um processo incremental, que une uma série de fluxos independentes, ultrapassando as camadas estruturais da decisão pública.

Mas o que seriam esses fluxos independentes? A resposta do autor é dividida em três. Segundo Kingdon (2003), os fluxos se dividem em *problems*, *policies* e *politics*.

1) Os **problems** (problemas) são condições sociais e a forma como elas despertam o interesse de ação. Eles podem ser indicadores econômicos, políticos, sociais ou até mesmo

respostas a ações já realizadas e/ou desenvolvidas. Neste modelo, é preciso observar de que forma as questões passam a se tornar problemas e ocupar a agenda de governo.

Esses *problems* precisam de outros fluxos para conseguir entrar na agenda das decisões, dependendo muito das condições do cenário político e social. Quanto maior for a predisposição para o engajamento, maiores as chances de outros atores se envolverem nas causas. Isso acontece porque as pessoas não estão interessadas o tempo todo em problemas, podendo ignorar uns em favor de outros.

Sendo assim, Kingdon (2003) aproveita para diferenciar os problemas das condições. A condição, apesar de ser percebida, pode não ter nenhuma reação. Uma condição, para o autor, é uma situação social percebida, mas que não desperta necessariamente uma ação em contrapartida. Ela só se tornará um problema se algum governante impulsionar esta reivindicação. Como o número de reivindicações é alto e ocorre simultaneamente com outras solicitações, cabe ao formulador de política interpretar as condições para ver se ela é ou não um problema com potencial. Se ganhar esta atenção, então a condição passa a ser um problema que pode se transformar em política ou não.

Para quem apresenta a condição, transformá-la em problema é fundamental para o resultado efetivo. Tal como explica Capella (2005), mais do que isso, também é necessário observar como este problema foi definido e articulado pelos formuladores de políticas, pois isso pode determinar muito seu sucesso ou insucesso.

II) O segundo fluxo apresentado por Kingdon (2003) é o de **alternativas** (que são o conjunto de alternativas disponíveis para os problemas). As questões apresentadas pelos *problems* geralmente não surgem com as possíveis soluções. Por este motivo, para cada solução, é preciso que se crie *policy communities* (um canal). Há muitas comunidades flutuando em uma espécie de caldo de políticas (*policy primeval soup*), nas quais, os problemas e as comunidades trafegam no mesmo nível de percepção. Há competições visíveis para atingir maior visibilidade e audiência, para que os problemas se tornem discussões públicas.

O número elevado de ideias e problemas sem soluções precisa ter algum resultado para ser efetivado como política pública. Por isto, tais conflitos são geralmente, discutidos por profissionais (entre eles cientistas, acadêmicos ou com base em dados significativos, que formam a *policy area*).

A mobilização para a agenda ocorre dentro dessas comunidades políticas e se refere a temas específicos. Para conseguir entrar na agenda decisória, o problema fica em *standby* pelos especialistas, até que a agenda pública ou de governo necessite dos seus conhecimentos para a resolução do problema. Mas os especialistas não são isentos de interesses na área política nem

tem as mesmas soluções para o mesmo problema. É possível ver competições entre ideias e técnicas, em uma comunidade fragmentada e diversificada.

Para poder disseminar as ideias e soluções, e então ser algo viável de política pública, a proposta tem que atingir mais atores sociais – que não são os mesmos das comunidades políticas nem da comunidade estratégica. Isso só ocorre de maneira intencional, e mobilizando mais comunidades (alternativas àquela que relatou o problema) e mais atores da opinião pública. É preciso destacar que o autor não considera apenas que outros atores sociais das comunidades é que determinam a política, mas também considera o público como um importante ator neste processo. Por isto, quanto mais aceitação a proposta receber das comunidades e dos indivíduos, mais fácil será a aprovação da política.

Esta mesma posição de Kingdon (2003) é apresentada por Gomes (2004), que destaca a importância de os decisores ouvirem a voz das ruas. Para o autor, o governo necessita dessa opinião pública a seu favor para confirmar suas intenções eleitorais futuras e também afirmar seu papel de “representante do povo”. A rua, sendo assim, se torna um campo eleitoral adiantado, em que o político defende as convicções que estão afloradas para justificar suas atitudes.

Segundo Capella (2005), através do efeito multiplicador dessa difusão de ideias, o fluxo de políticas se espalha e consegue ganhar mais interessados em resolver este problema. Isto pode demonstrar quão extenso pode ser o processo decisório e seus estudos.

**III)** Por fim, Kingdon (2003) explica o terceiro fluxo, que é a **política**. É o único fluxo independente dos demais, atuando solitário e criando regras e prioridades. O campo político é repleto de negociações. Interesses, relações de poder, barganhas, etc. são observados constantemente. Elas até podem sofrer influências dos demais fluxos, contudo, não estas não são essenciais para as discussões e decisões.

Este fluxo é observado nas negociações realizadas no próprio campo político e pode ser caracterizado por três elementos: 1. Humor social acerca do assunto, 2. Política de grupos que pressionam o governo e 3. Mudança interna do governo.

O humor social, citado pelo autor, é como a sociedade recebe o problema. Para alguns ele pode auxiliar e impulsionar a construção da agenda. Já para outros, o clima social pode prejudicar muito e até fazer a ideia desaparecer. Os governantes atentos podem perceber este clima e aproveitar a situação a seu favor.

Os grupos de pressão precisam ser organizados para conseguir mobilizar outros grupos que também podem exercer pressão sobre os formuladores. Isso significa que, quanto mais consenso entre os grupos de pressão a proposta tiver, mais chances ela terá de conseguir efetivação. Contudo, mesmo quando há conflito entre grupos distintos, não necessariamente



haverá desistência da proposta. Às vezes, o conflito também é necessário, mas sem dúvidas o resultado será mais difícil de ser conquistado.

O terceiro elemento apresentado pelo autor são as mudanças internas de governo, entre elas a mudança de gestores, dos representantes do poder legislativo e a chefia de empresas e órgãos públicos. As mudanças podem acontecer por diferentes motivos, mas o mais comum é durante a troca de governo.

Com novas pessoas, também surgem novas ideias. E isso acaba potencializando a chegada de problemas até a agenda. Ao mesmo tempo, também são deixadas de lado questões de agendas anteriores – ora porque não há interesse nas políticas dos governos passados, ora porque a visibilidade do problema sucumbiu diante de novos ideais.

Este é justamente o ponto importante das considerações da agenda de Kingdon (2003), que justifica o período de estudo desta pesquisa. Segundo o autor, entre as situações do fluxo político que geram mais chances de mudar as políticas nacionais, é preciso destacar o clima social e as mudanças dentro de governo, como duas das maiores chances de mudança de agenda de governo. Sendo que, o início de um novo governo é considerado o momento mais propício para mudanças na construção da agenda.

E essa influência política na formação da agenda com a troca de pessoal é denominada de *national mood*, que significa forças organizadas e as mudanças administrativas que ocorrem a partir das eleições para o Executivo e Legislativos. É neste momento que há mais chances de alterações na agenda, afinal, grupos de pressão também estão mais interessados no cenário político. Para Kingdon (2003) quando há mudanças no Executivo e no Legislativo, são abertas as janelas de oportunidade, que definem as decisões da agenda.

Sendo assim, anos que sucedem eleições para cargos no executivo e legislativo tem mais possibilidades de construção de agenda para novos problemas. Para esta tese, o ano de 2015 representa justamente o período indicado por Kingdon. Ano pós eleição, com novos deputados e novos administradores (apesar da reeleição do então governador, Beto Richa).

Novas ideias para um novo clima político estadual. Assim, é preciso considerar o ano como decisivo no que tange à administração da gestão. Dos 54 deputados estaduais eleitos no Paraná, 33 foram reeleitos, ou seja, reassumiram suas cadeiras no legislativo. Isso significa que a renovação do Parlamento estadual foi de apenas 38,8%.

Mas, como em grande parte das assembleias legislativas brasileiras, não são os mesmos deputados estaduais eleitos que permaneceram no cargo após a posse, em janeiro de 2015. Dois deputados foram substituídos ainda em 2015. Douglas Fabrício (PPS), que era reeleito, deu lugar para Cristina Silvestri (PPS), eleita pela primeira vez. Já Ratinho Junior (PSC) deixou o

cargo para Evandro Araújo (PSC), ambos pela primeira vez atuando como deputados estaduais. Sendo assim, a Alep foi renovada 40,8% em 2015.

Mesmo assim, há trocas nas administrações dos gabinetes dos deputados e também mudanças na base de governo. Na mais significativa, toda a base do deputado Ratinho Junior (PSC) agora é parte integrante e ativa do governo Beto Richa, bem como deputados que trocaram de partido para a nova legislatura, como Artagão Junior (PSB) (ex-PMDB).

Retomando os conceitos da construção da agenda na teoria dos múltiplos fluxos, Kingdon (2003) explica sobre as oportunidades de mudança na agenda política. Como isso acontece? Geralmente quando os três fluxos apresentados acima se unem: o problema é reconhecido, a solução é encontrada e há condições políticas proporcionando a mudança. Mas também existem oportunidades, segundo Kingdon (2003), para que a agenda seja acionada, sendo eles os indicadores, as circunstâncias e o feedback social.

São abertas as denominadas janelas da oportunidade a partir da convergência de fluxos, em um processo em que os fluxos, que estavam atuando sozinhos, se cruzam. Com este encontro, é criada uma oportunidade para mudança e convergência. Além disso, também é possível, através desta ação, a abertura das discussões do tema na agenda governamental e, se as conjunturas forem suficientes para conseguir alcançar a agenda decisória, esta janela da oportunidade possibilitará a construção da política pública em questão.

A oportunidade de abertura desta janela não significa que o problema resultará na construção política, nem que as comunidades estão preparadas para visualizar as janelas abertas. Entre as oportunidades mais explícitas o autor coloca a voz das ruas e as mobilizações através de manifestações de massa entre as pessoas, que ocupam lugares públicos e pressionam direta e indiretamente a opinião pública – muito mais do que o governo.

Capella (2005) explica que na teoria dos múltiplos fluxos um novo problema consegue chamar a atenção do governo com o uso de indicadores, eventos, *feedback* social e até mesmo dentro da política. Mas as janelas também se abrem de forma desordenada e não programada, ou seja, com iniciativas externas que conseguem alcançar o *status* de problema.

Porque nem todos os problemas conseguem despertar a atenção é outra questão apresentada por Kingdon (2003). De acordo com o autor, essa também é uma importante peça do quebra-cabeças da construção das políticas públicas. Entre as peças mais relevantes para o processo estão os decisores ou formuladores. Caso não seja de interesse dos mesmos alterar a política pública, todos os fluxos podem atuar que ainda assim não conseguirá sucesso.

Como as janelas da oportunidade não permanecem abertas por muito tempo, e o fluxo político sendo alterado muito rapidamente, é preciso estar atento e ser eficaz. As comunidades

precisam aproveitar cada oportunidade para consolidar e reafirmar sua solução para um problema. Até porque, quando as janelas se fecham, o problema volta ao seu fluxo inicial.

Capella (2005) apresenta um quadro explicativo para compreender todo este processo apresentado por Kingdon e que resume a teoria do modelo dos múltiplos fluxos.

**Figura 06- Modelo dos Múltiplos Fluxos**

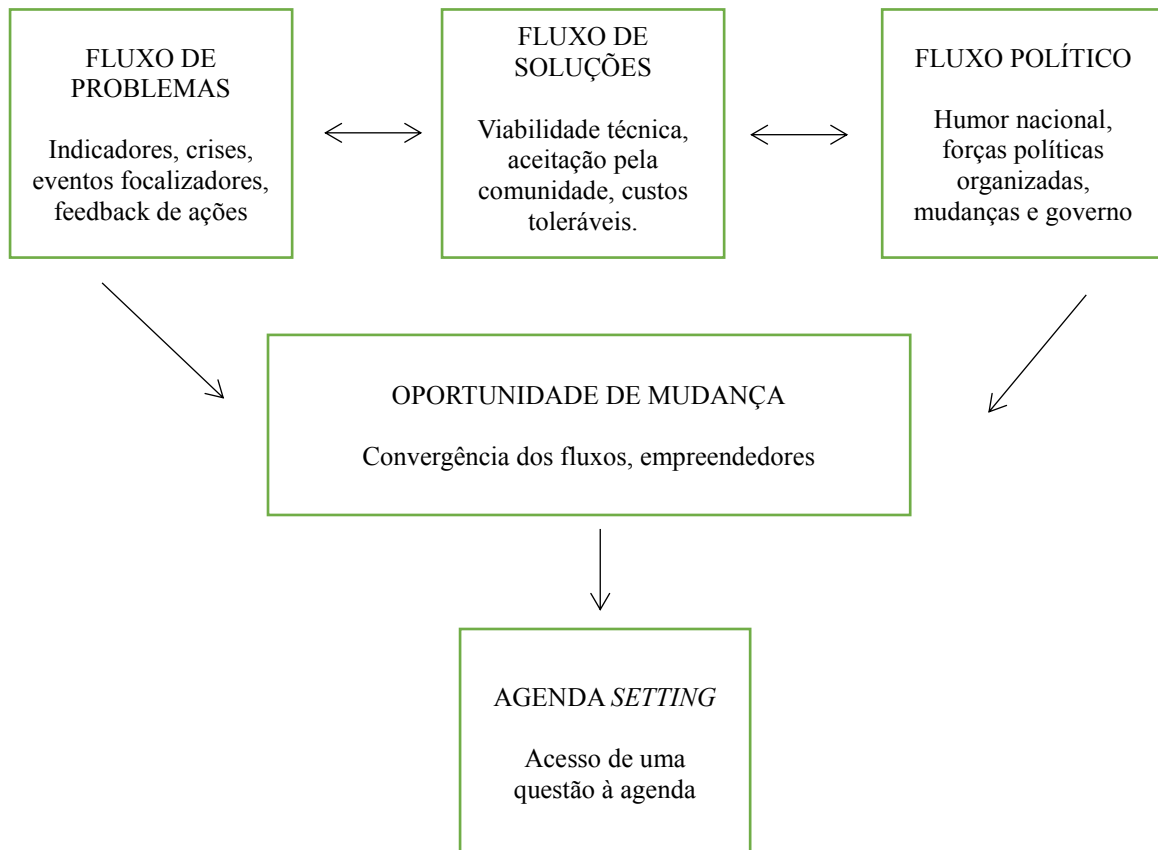


Figura 06 – Modelo de Capella para compreensão dos múltiplos Fluxos de Kingdon

Além dos decisores, outros atores também são fundamentais neste processo de construção de agenda, com base no modelo de Kingdon (2003). Há aqueles que interferem na agenda governamental e outros que afetam diretamente a definição das alternativas.

O primeiro grupo contém os atores que são “invisíveis”, que fazem parte de comunidades onde as ideias são visualizadas e também apresentadas para a sociedade. Esse grupo, segundo Kingdon (2003) influencia mais na proposição de alternativas do que na tomada de decisão. Eles podem atuar em diferentes circunstâncias e segmentos. Entre os atores deste nível estão os profissionais acadêmicos, especialistas, membros da administração (assessores, analistas, etc.) e também os servidores públicos e os movimentos sociais.

Este grupo é considerado invisível porque nem sempre tem a exposição necessária para conquistar espaço na agenda decisória, mesmo assim, são considerados fundamentais na construção de políticas públicas, justamente porque conseguem apresentar alternativas para cada problema que chega até a agenda política.

Já o segundo grupo é composto por atores visíveis, e estes estão com a atenção do público e da imprensa voltada para eles. Isso porque, esses atores estão mais expostos à opinião pública, já que possuem posições de poder de destaque. Entre os atores visíveis estão o Presidente, membros do governo e do Congresso, etc.

O autor afirma que nenhum ator político dentro deste sistema tem mais capacidade para definir a agenda do que um presidente. Ele é o único ator capaz de vetar propostas, nomear pessoas para cargos decisórios, chamar atenção do público e também definir a agenda dos demais atores. Mesmo assim, nem sempre o presidente é capaz de sozinho mobilizar e construir a política pública.

Segundo Capella (2005), além de exercerem influência na agenda de governo, os deputados e senadores também auxiliam na geração de alternativas, pois os parlamentares dispõem de recursos legais para a produção de leis que servem de apoio para as principais mudanças. “Além disso, estes atores estão também frequentemente expostos aos outros participantes e à cobertura midiática, por meio de seus discursos nas tribunas, de suas participações em grupos e comissões internas, e da divulgação de textos e notas em que justificam sua atuação” (CAPELLA, 2005, p. 14).

Outra relação de importância do poder legislativo, segundo Kingdon (2003), está na baixa alternância dos ocupantes das cadeiras legislativas. Como apresentado acima, mais da metade dos deputados paranaenses, por exemplo, foram reeleitos para a legislatura 2015-2018.

Essa baixa alternância, em comparação aos cargos executivos, é imprescindível para os processos de formação de agenda, já que os parlamentares precisam atender seus eleitores com mais efetividade, para se manter na função de representante por mais tempo e também para reafirmar suas posições político-partidárias, a fim de conquistar mais poder e prestígio nos grupos políticos mandatários.

Ou seja, como Kingdon (2003) apresenta que quando há uma troca de legislatura aumentam as chances de mudanças das pautas da agenda é fundamental perceber também que a não troca de cadeiras interfere no mesmo sentido para o processo decisório. Pautas de “perdedores” das urnas deixam de fazer sentido. Já as agendas dos reeleitos ganham força para aprovação e viabilidade.

No modelo do autor também é preciso observar que, como o fluxo de questões na sociedade é amplo, os grupos estratégicos exercem uma função especial, dando visibilidade ao problema e tentando encontrar *decisions makers* interessados em aproveitar a visibilidade do assunto.

Para Kingdon (2003), o processo de divulgação de problemas, sem a persuasão do público, diminui a chance de sua aprovação junto aos *decision makers*. Além disto, o aumento do convencimento público gera um reconhecimento de que o problema e a proposta são relevantes para o bem social, auxiliando todo o processo decisório. Isto pode ser classificado como a busca pela visibilidade, ou, pelos estudos mais contemporâneos da comunicação, como um processo de midiaticização (questão que será apresentada ao final deste capítulo).

Antes de apresentar os conceitos de visibilidade e midiaticização, é preciso destacar o papel dos veículos de comunicação na teoria dos múltiplos fluxos. Isso é necessário, pois o objeto de pesquisa, além da construção da agenda no legislativo, é a saliência entre as notícias veiculadas no telejornalismo paranaense e a formulação de políticas.

Kingdon (2003) acredita no papel dos meios no processo, mas não garante, tal como na agenda-setting, um papel tão decisivo dos meios de comunicação na formulação de agenda dos políticos (ou da política). Segundo a teoria dos múltiplos fluxos, os indicadores não permitem que os pesquisadores classifiquem os meios como decisivos neste processo. Assim sendo, o autor classifica a mídia como um dos atores importantes no processo de construção de agenda, mas ele não pode ser considerado como central em todo o processo.

Contrariando as afirmativas teóricas anteriores, é preciso compreender porque o autor tem essa posição. A explicação dada pelo autor é que a mídia não tem a capacidade de agendar antes da construção da agenda, pois ela só transmite o resultado da formação da agenda. Isso significa que a mídia não tem poder de agendar os decisores porque é apenas uma retransmissora do resultado final da política. Mais do que isto, ela não consegue emplacar a agenda justamente porque sua própria agenda é estabelecida de um outro modo em que a velocidade e mudança do tema são altos. Quando uma outra agenda é mais saliente, aos olhos dos veículos, ela ganha um status maior que a anterior.

Este processo de troca de temas não inclui as possibilidades de apresentar os problemas e buscar alternativas. O espectador então só fica sabendo dos problemas que são noticiados, mas as possíveis soluções para ele são esquecidas já no próximo *fade*, assim que o apresentador o convida para assistir a próxima reportagem.

A mídia só retoma o problema, segundo o autor, após a questão ser decidida na agenda e a política ser formulada – mas nem sempre isso acontece. Muitas vezes, a solução é esquecida e não desperta o interesse dos veículos de comunicação.

Em outras palavras, o que Kingdon deixa claro é que os meios têm uma rotina diferente da formulação de políticas. Por ter uma circulação alta e rápida de temas, nem sempre é possível destacar sua importância para essa construção. O que há, portanto, é um papel secundário, que o autor destaca apenas como relevante, mas não decisivo. Se comparado, por exemplo, aos grupos de pressão, a relevância midiática é considerada irrelevante.

Qual seria esta importância? Está na circulação de ideias nas comunidades e na capacidade que os meios têm em apresentar temas. “A focalização de uma questão pela mídia impressa e televisiva pode auxiliar na canalização da atenção de diversos atores para essa mesma questão” (CAPELLA, 2005, p. 18). Outra questão importante que o autor não considera é a possibilidade de mobilizar a opinião pública – tópico trabalhado no item anterior, que trata da agenda-*setting*.

### **1.6 Além das teorias da montagem de agenda: Visibilidade política midiática**

Como já destacado anteriormente, o pesquisador de comunicação, política, sociologia, entre outros, tem como necessidade observar o conjunto do processo social como um todo. No caso desta tese é necessário que seja pensada a comunicação e a política em conjunto, muito porque elas caminham juntas no processo de construção de políticas públicas. Além disso, a análise da construção social de políticas públicas e a influência dos meios de comunicação é o objetivo da pesquisa.

Gomes (2004) apresenta uma das possibilidades de compreender este caminho, muitas vezes sinuoso e com distrações. Entre seus vários textos, o autor apresenta os conceitos de visibilidade midiática e as possibilidades deste processo ser uma ferramenta de oportunidade política para atores ou grupos de pressão exercerem um papel de destaque no processo político.

Há inter-relações em todo o processo que perpassam a mídia e a política. Algumas delas estão nas relações entre governo e a disputa eleitoral, estratégias eleitorais com atenção especial para os efeitos midiáticos, o marketing, a dependência da linguagem comunicacional nos discursos políticos e a dominação das audiências.

Gomes (2004) explica que há uma confluência entre as esferas sociais que tem uma ligação especial que as aproxima: a comunicação de massa. Assim sendo, é notório observar que a existência da atividade política sofre impactos dos meios de comunicação e das habilidades dos meios para, principalmente, conquistar a opinião pública. Por outro lado, há

ainda o lado da utilização dos meios para conquistar visibilidade, não somente para garantir a legitimidade social, mas para permanecer no aparelho político estatal (GOMES, 2004, p. 132 e 133).

Retornando à esfera pública, quando Habermas (1984) apresenta o papel dos meios como fundamentais para estimular e difundir o debate público, o próprio autor reconhece em estudos posteriores que este papel não pode ser acumulado pela imprensa, que não consegue tornar acessível tudo o que é discutido no meio social. Entretanto, corrobora com sua ideia inicial de que os *media* conseguem conectar diferentes arenas com a opinião pública. Para Marques (2009) é este um papel central da visibilidade midiática, pois a mídia consegue fazer com que atores (pessoalmente ou suas demandas e problemas) saiam da opacidade e ampliem a construção de espaços de discussão no debate público. Sendo assim, essa visibilidade midiática não é um campo neutro e com exposições de pontos de vista e discursos. Ela pode ser considerada uma arena repleta de conflitos, onde atores tentam deixar seus argumentos de fácil acesso e aceitáveis, do mesmo modo como tentam convencer os demais atores da validade dos seus enquadramentos para seus problemas sociais (MARQUES, 2009, p. 23).

Miguel (2014) abre um parêntese e diz que a mídia possui dificuldade de apresentar tudo para as pessoas, e é justamente aqui que a visibilidade se torna tão importante aos políticos. Como fazer que a população saiba aquilo que não apareceu, que a mídia não mostrou? Até mesmo porque, como sugere Lippmann (2010), é a própria mídia que nos mostra como enxergar nosso próprio mundo.

Nem precisa esperar as campanhas eleitorais episódicas e os discursos de campanha para intervir, votando no jogo político. Nas democracias liberais chegou-se a um tal estágio de circulação de informação política que a esfera civil pode praticamente reconfigurar todos os dias, depois da leitura do jornal matutino ou depois de apreciar o telejornal da noite, a sua opinião e a sua disposição sobre os partidos políticos, o governo, os sujeitos e temas políticos, as agendas parlamentares e o seu quadro de prioridades (GOMES, 2004, p. 113).

Especificamente sobre o papel dos parlamentares, Gomes (2004) destaca que eles têm na construção legislativa sua maior cota de visibilidade, já que é neste momento que eles são os *decisions makers*, como comentado anteriormente nesta tese. Isso acontece porque as funções parlamentares estão ligadas em maior número à construção legislativa. O restante da visibilidade midiática política fica mais associada ao Poder Executivo.

Estar à frente do Congresso na mesa diretora ou comissões possibilita aos congressistas uma atenção maior da sociedade e a visibilidade confere aos parlamentares a sensação de estar sempre diante de um processo eleitoral, tendo como a sociedade civil um espelho de suas

decisões. Os deputados, senadores, vereadores estão sempre cortejando a esfera pública através de suas ações, sofrendo sanções e também benefícios desta visibilidade. É como um processo de construção de imagem pública, com o intuito de agradar seus públicos e garantir a reeleição.

O Poder Legislativo, buscando manter seu poder, acaba utilizando muito a mídia e os meios de comunicação. Em especial, nos discursos e discussões no Congresso, seja como indicadores econômicos, financeiros, balanço de escândalos ou ainda como subsídios para a formação da opinião pública.

Diferente, portanto, do que considera Kingdon (2003), que não vê os meios de comunicação com papel de destaque na construção da agenda, Gomes (2004) destaca que existe uma dependência do sistema político nos media. A comunicação, segundo o autor, até pode ficar longe da política, se distanciar dos acontecimentos políticos rotineiros, entretanto, os políticos não têm essa possibilidade de distanciamento dos veículos. Isso acontece porque no sistema democrático atual, as decisões da esfera civil acabam passando quase sempre pela mídia, sendo de suma importância ao processo eleitoral, já que a mídia auxilia na visibilidade dos atos e na justificativa de ações, aproximando o político de seu eleitor, ou seja, “(...) a esfera política não consegue chegar de modo eficiente à esfera civil sem a mediação fundamental dos meios, recursos, instituições e lógica da comunicação de massa” (GOMES, 2004, p. 320).

Thompson (2008) complementa esta ideia destacando que a televisão oferece oportunidades para os líderes políticos, pois ela dá mais visibilidade que qualquer outro meio. O papel dos meios de comunicação, para o autor, é tão fundamental para compreender o motivo pelo qual a política é recorrentemente utilizada como referência para retratar a política e seus atores, como se não houvesse outra maneira de discutir sem que se utilizem os meios como ponto central de mediações.

Machado (2000) atribui à televisão a ideia de aumento das mobilizações e decisões políticas, principalmente no campo das estratégias. O autor mostra que no Brasil, durante todo o regime militar, houve uma censura explícita aos veículos de comunicação, incluindo a transmissão ao vivo sendo proibida – com exceção a casos em que o próprio regime autorizava tais transmissões. Machado (2000) também destaca um exemplo dessa relação. Segundo o autor, durante a votação do Congresso Nacional, da PEC nº5/1983, proposta pelo deputado Dante de Oliveira, a qual instituiria as eleições diretas no Brasil. O Congresso não autorizou a transmissão da votação e teve como resultado a derrota da emenda pela ditadura.

O contrário também existe. Em 1992, na votação do Congresso para o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, acusado de corrupção, a votação no Congresso foi televisionada em tempo presente, com a população assistindo e cobrando (MACHADO, 2000,



p.129). O resultado acaba então sendo diferente do primeiro exemplo. Collor não é mais presidente e a televisão ganha papel de destaque no ideal democrático brasileiro.

Outra relação de visibilidade política através dos meios é o discurso de Tancredo Neves na construção de seu governo, no qual ele relata que preferia brigar com seu Ministro do Exército a discutir com o presidente da Rede Globo, Roberto Marinho. Isso, segundo Gomes (2004), nada mais é que uma troca de interesses do próprio sistema. “Há sempre interesse em jogo, seja no engajamento por conveniência pontual, motivado por um cálculo de ganho imediato, seja no compromisso orientado por convicções e princípios” (GOMES, 2004, p. 162).

A visibilidade então é considerada um recurso muito utilizado pelos políticos, pois há uma disputa de imagem acirrada, e todas as ações políticas são voltadas para a conquista e a manutenção da votação para se continuar no poder. É por este motivo que as mobilizações públicas, como apresentado na teoria de Kingdon (2003) são tão importantes.

Gomes (2004) estabelece então que a exposição midiática favorável é uma meta para os agentes da política, pois isso lhes rende muitos benefícios junto ao público. Ao mesmo tempo, anseiam por exposições desfavoráveis aos seus adversários ou agentes de opinião contrária às suas, perante alguma reivindicação, pois isso pode acarretar em instrumentos positivos ou negativos para a opinião pública – e esta, geralmente se reflete em votos a menos para seus concorrentes. Outra possibilidade neste desgaste do adversário é saber como está direcionada a opinião pública sobre determinado assunto. Se houver sucesso na opinião do outro, é possível escolher tomar o mesmo rumo.

Mobilizar a opinião pública leva tempo e requer estratégias. Sendo o voto o objetivo central dos políticos brasileiros, o poder que um veículo de comunicação possui, ao dar visibilidade de atos, é de forte interesse da esfera política. E ainda com o poder que a televisão possui exibir, fazer ver e acontecer, acaba por criar uma dependência entre a coisa pública e a sociedade, já que o político precisa do voto, e o público busca nos meios de comunicação de massa a sua informação cotidiana, acaba sendo um eixo central no processo democrático.

E é com essa visibilidade que o político alcança seu maior objetivo: ganhar seus votos (tanto para uma primeira eleição como para a sua reeleição). A cena política, como parte da cena pública, também é construída e ordenada por esses selecionadores e editores, sendo dependente de meios, recursos, instituições e agentes do sistema da comunicação de massa. Ora, o estar em cena não é algo que se ofereça optativamente aos agentes do campo político. Sem tal esfera de exposição pública de massa não haveria acesso relevante ao eleitorado que possui o recurso fundamental para o campo político: o voto.

A presença na esfera de visibilidade pública é fundamental (GOMES, 2004, p.144). Como o público e a sociedade não estão disponíveis o tempo todo, conseguir captar a atenção dele no mesmo espaço, como um telejornal, é uma importante ação da esfera política para conquistar seus interesses. E para isto, ele precisa de apoios dos meios de comunicação de massa e da política midiática, agindo como se esses veículos fossem mais um de seus aliados políticos. Mais importante que a própria mobilização é alcançar o público interessado e capaz de mobilizar e a comunicação ainda controla os recursos de atenção pública de todo o país, sendo que, quando o tema atinge grande proporção na esfera de visibilidade pública, ele consegue ser notado pela audiência como algo que realmente é relevante.

Os poderes legislativos e executivos eleitos pelo povo desejam o voto. Para conquistar o voto, eles precisam que sua exposição midiática seja favorável e positiva. Contudo, nem sempre a visibilidade é alcançada desta maneira e, assim como a visibilidade pode ser uma arma favorável, ela pode destruir com os votos conquistados até o momento. É por isto que a estratégia política é sempre a de protagonizar fatos, denominados por Gomes (2004) “ao gosto da imprensa” e levantar bandeiras que o grande público adote como as melhores possíveis. Isso tudo com a intenção de manter uma imagem pública eficiente.

E este gosto da imprensa é conquistado, muitas vezes, através do conhecimento técnico dos padrões jornalísticos, entre eles os critérios de noticiabilidade e o aproveitamento de eventos. Nisto também está incluso o conhecimento sobre o padrão de audiência e das necessidades do sistema privado de comunicação.

Os políticos, assim sendo, passam a contar com assessoria para serem competentes nos fluxos comunicativos, a fim de descobrir o que pensa e se sente o público e para produzir discursos e fatos conforme a opinião que se quer que o público tenha. Nesse sentido, a campanha agora se confunde com o mandato. Os legisladores não apenas governam ou legislam, mas o fazem como se estivessem o tempo todo em campanha política, visando se manter no poder. A campanha agora é permanente, a eleição é interminável.

Os atores necessitam, para ter sucesso em suas questões, fazer com que suas prioridades se transformem em necessidades para o público. Portanto, as agendas da audiência dos meios de comunicação são igualmente preocupantes para os legisladores.

Sobre esta agenda do público, Gomes (2004) corrobora com os autores acima apresentados, destacando as diferenças entre eles. Os atores políticos precisam descobrir qual é a agenda prioritária do público, e ainda, não observar apenas aquela que está diariamente na pauta da opinião pública, mas também àquelas que estão latentes, ou seja, prontas para eclodir,

ou aguardando no imaginário social, porque quando a agenda está em destaque, há muita concorrência entre os agentes políticos, buscando mais visibilidade no tema.

Já quando a agenda é latente, há mais chances de conquistar o principal local da fala diante dos meios de comunicação. Isso requer sensibilidade, planejamento e estratégia. Estas características são necessárias principalmente para alterar as demandas dos veículos, que tem uma rotina de rapidez de pautas e assuntos. Tal como Kingdon explica, é preciso estar atento quando uma janela da oportunidade se abre na agenda para conseguir pautar sua demanda.

É preciso também ressaltar que muito do que acontece no jogo político (podendo ser nos bastidores, inclusive), não tem o interesse de chegar ao palco da opinião pública, pois este é um jogo de cena representado para apenas alguns, e não ao público em geral. O que acontece no palco midiático (ou do grande público), serve apenas para distrair a plateia e manter a visibilidade de todo o sistema, gerando no próprio povo, o conforto de que existe de fato, um governo do povo (democracia) (MIGUEL, 2014, p. 152).

### **1.7 Mdiatização e o conceito de uma sociedade mdiatizada**

As pesquisas em mdiatização possuem correntes teóricas diferentes e, apesar de uma sequência consciente do tema, há divergências bastante significativas para a pesquisa acadêmica.

Para Hjarvard (2014), a mdiatização geralmente se refere ao processo pelo qual elementos centrais de uma atividade social ou cultural (por exemplo política, religião e educação) são influenciadas e dependentes da mídia. Neste sentido, a mídia, a cada dia mais comercializada e independente do direcionamento público, acaba deixando a sociedade mais sua dependente. Neste termo, a lógica de mídia se refere a como institucional e tecnologicamente funciona a mídia. As pesquisas desta corrente são geralmente sobre política e comunicação.

Já a segunda corrente, da tradição socioconstrutivista é mais filosófica e sociológica do conhecimento. Leva em conta aspectos do interacionismo simbólico (Paradigma Funcionalista de comunicação, mais especificamente a Escola de Chicago) e considera as teorias de mídia. Seus principais autores são Krotz, Knoublauch, Lundbly e Jasson. Tem como objetivo central investigar as inter-relações entre a mudança da comunicação midiática e a transformação sociocultural como parte das práticas de comunicação cotidianas. Considera inclusive, como a alteração das práticas de comunicação alteram a realidade comunicativa. Para Hjarvard (2012), a mdiatização é um processo em que a sociedade se torna ou é submetida a uma dependência da mídia e de sua lógica de produção.

Depois de compreender as duas tradições, Hepp (2014) se propõem a estudar ambas em conjunto. Segundo ele, é possível fazer pesquisa levando em conta os dois ideais. Para isto, basta analisar a inter-relação (a longo prazo) entre a mudança da mídia e da comunicação por um lado, e a mudança da cultura e da sociedade, por outro, de uma maneira crítica. Isso porque, a diferença entre as duas é como elas definem as especificidades da mídia (lógica de mídia institucionalizada ou transformadora).

Segundo Couldry (2008), a midiaticização de política é um exemplo de um setor onde algo como uma lógica de mídia está em ação, ou seja, ela acontece na produção cotidiana política, na implementação de política e na deliberação pública. Estes conceitos amplamente estudados nas pesquisas de políticas públicas.

Gomes (2010) explica também que a midiaticização pode ser compreendida como uma árvore é vista. Ou seja, a totalidade não é dada pela soma de suas partes - galhos, folhas, tronco, raízes -, mas pelos padrões de interconexões entre ela, o solo, o ar e a água, os processos midiáticos não são formados apenas por sua estrutura, mas pelas interconexões com a sociedade para a construção de sentido.

Para Asp (2014), a mídia exerce seu poder de duas maneiras. A primeira delas é influenciando a percepção e as crenças da audiência. A segunda, é a influência sobre o conteúdo que chega até às audiências. Isso quer dizer que a dependência que as políticas possuem com a mídia, aumentam o poder da mídia, o que leva uma mudança de poder que pode alterar tanto o sistema político como a distribuição do poder social.

E por que os atores na sociedade se adaptam à mídia? Segundo Asp (2014), os media tornam o sistema político dependente, pois podem fornecer uma audiência ao político. Obviamente, sem uma audiência, o poder político é menos visível. Indiretamente, portanto, os políticos utilizam os meios para tornar seu poder político legitimado. Na outra mão, as notícias da mídia são dependentes dos políticos, por estas precisarem das informações dos mesmos para dar às suas audiências. Isso significa que há uma dependência mútua entre as duas instituições, e que precisa estar contida na análise social das situações de midiaticização.

E compreender essa rede de influências cruzadas faz com que o pesquisador consiga entender a utilização da mídia como forma de pressão política em busca de interesses econômicos. Isso é muito comum no Brasil, principalmente porque, jornais e emissoras de rádio e TV tem relações com políticos ou com empreiteiras de serviços públicos (MIGUEL, 2014, p.170).

Outro fator apresentado por Miguel (2014) é a posição no campo político das votações. E para isto basta lembrar os campeões de votação nas eleições: personagens midiáticos,

radialistas, cantores, esportistas, que ocupam um lugar menos que secundário no Congresso. Isso acontece porque o capital midiático não é o mesmo que o capital político, embora em momentos eles se unam e contribuam um com o outro.

Bogoch e Peleg (2014) destacam que juízes teriam que ignorar a opinião pública ao fazer suas decisões, que são independentes e baseadas apenas na lei. No sistema legal real, no entanto, muitos países já verificam a interferência dos processos de midiática no sistema de aplicabilidade legislativa. Segundo os autores, quando Chefe de Justiça de Israel, Dorit Beinisch, diz em “Law has spread out of the courts” demonstra que uso da mídia por atores legais tem sido perigoso para todo o processo legal, pois pressões externas têm sido maiores que a confiança no poder judicial independente e a imunidade profissional dos juízes.

Há vários perigos nessa influência. Um deles, apresentado é que a lógica de mídia e a lógica legal são diferentes. Enquanto a lei exige uma análise racional aprofundada diante de novas provas, evidências ou procedimentos, a mídia possui um ritmo, gramática e formato que são favorecidos pelos repertórios rápidos e com prazos estritos, caracterizados por resultados superficiais, como se fosse uma corrida de cavalo orientada. Um dos exemplos atuais desta interferência é a Operação Lava Jato, que contraria princípios legais e leva em consideração a rotina de produção de mídia para conquistar visibilidade.

Os juízes deliberam a portas fechadas (com exceções), justamente para limitar o conhecimento público, já a mídia favorece a transparência e a exposição do fato. Juízes minimizam sua personalidade, e a lógica da mídia demanda uma personalização e histórias dramáticas. E essas tantas e importantes diferenças deveriam minar a possibilidade de a midiática entrar na esfera jurídica (BOGOCH e PELEG, 2014, p. 446-447).

Mas por que o sistema legal se apoia na mídia? Uma das hipóteses é de que, apesar de não depender da exposição midiática para aprovação das decisões – já que os juízes são, em sua maioria, concursados e que não passam pelo processo eleitoral- ainda assim é necessária a legitimidade institucional com apoio do público ao sistema judicial, pois o sistema tem “*neither purse nor sword*”.

E a participação da mídia aumentou na mesma proporção em que a participação das pessoas diminuiu (muito porque houve uma redução do espaço reservado à observadores legais no sistema). Isso também significa no conhecimento que os cidadãos possuem sobre o próprio sistema jurídico: o que eles sabem é o que, geralmente, é apresentado pela mídia.

Bogoch e Peleg (2014) afirmam também que o medo da reação da mídia possui impacto direto nas decisões dos atores legais do processo. A partir de agora, a mídia faz parte dos

jogadores, sendo uma chave especial no processo. E é exatamente isto constatado pela teoria da mediação.

E para encontrar essa análise da construção legislativa, que teoricamente teria que ser blindada à opinião pública e midiática, é preciso buscar uma forma de análise.

De acordo com os preceitos de Strömbäck (2011), que busca encontrar os graus de mediação através de três itens, é possível identificar as relações entre mídia e poder político utilizando esses parâmetros a seguir:

1. Visibilidade do jornalista - presença do jornalista na cobertura fazendo stand-up, âncora entrevistando jornalista ao vivo ou âncora entrevistando jornalista em estúdio.
2. Enquadramento da política com questões relevantes - apura a forma como os assuntos são retratados, se há questões de políticas públicas, impactos e implicações gerais na legislação, busca entender problemas e soluções e
3. Enquadramento da política como jogo estratégico - mede o grau em que o conteúdo retrata a política como uma "corrida de cavalos", em que a construção discursiva sobre a vitória ou a derrota em eleições, debates, negociações ou coligações se sobrepõe.

São exatamente esses pontos que farão parte da análise para visualizar se há ou não relações entre as pautas da RPC TV com a construção da agenda política na proposição de leis durante o ano de 2015.

Tais correntes teóricas apresentadas neste capítulo sugerem a possibilidade de estudar, de diferentes maneiras, como a construção da agenda de políticas públicas acontece. Entre os vários modos e objetos, ambas possuem características que poderiam ser retiradas e vislumbradas com a realidade paranaense. No entanto, esta pesquisa se propõe a testar várias possibilidades de compreensão de como acontece este processo, levando em consideração pontos positivos e negativos de cada autor/teoria.

Assim, a continuidade da tese tratará os resultados e condensará as características de cada teoria a serem observadas na análise dos resultados. Todos os passos e caminhos metodológicos estão dispostos no próximo capítulo da tese, que também trata das competências da Assembleia Legislativa do Paraná, as discussões históricas da relação entre política e mídia e os primeiros resultados dessa pesquisa.

## **CAPÍTULO 2 – MÉTODO, MENSAGEM E COMPETÊNCIAS**

### **2.1 Competências e possibilidades de construção de políticas públicas na Assembleia Legislativa do Paraná**

Contribuindo para a pesquisa paranaense, esta tese tenta estabelecer as relações entre a mídia e a política, ambas em nível estadual. Uma das questões apresentadas no capítulo anterior é que as competências das assembleias estaduais e municipais são bem diferentes das do Congresso Nacional. E esta é, inclusive, uma das justificativas de pesquisa, afinal, as relações entre as assembleias legislativas em âmbito micro não são fonte de pesquisa no Brasil.

Como visto, há várias pesquisas que confirmam a hipótese de que a mídia, por várias vezes, consegue acelerar a tramitação legislativa e garante um papel de destaque na construção política nacional. Entretanto, as atribuições da Assembleia Legislativa do Paraná – bem como a de outros Estados da federação -, não tem uma amplitude tão grande de decisões como as estabelecidas pelo Congresso Nacional. Estudar, portanto, essa relação é importante para a compreensão das relações entre o processo midiático e o político levando em consideração um aspecto local.

O primeiro passo para conseguir visualizar as relações entre a produção legislativa paranaense e as pautas do telejornal local é compreender quais são as funções e competências da Assembleia. É por este motivo que o primeiro tópico deste capítulo explana as possibilidades desta construção legislativa, demonstrando quais são de fato as competências da Assembleia Legislativa do Paraná.

O artigo 53 da Constituição Estadual dispõe que é competente para decidir:

1. Plano Plurianual e orçamentos anuais;
2. Diretrizes orçamentárias;
3. Tributos, arrecadação e distribuição de rendas;
4. Dívida pública, abertura e operações de crédito;
5. Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
6. Normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;
7. Fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar;
8. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas da administração direta, bem como a fixação de remuneração.

9. Regime jurídico dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional, bem como o provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria, reforma e transferência de militares para a inatividade;
10. Criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;
11. Organização do ministério Público, da Procuradoria-Geral, da Defensoria, Tribunal de Contas, Polícia Militar, Polícia Civil e demais órgãos da administração pública estadual;
12. Organização e Divisão judiciária;
13. Bens de domínio público;
14. Aquisição e alienação de bens imóveis do Estado;
15. Transferência temporária da sede do Governo Estadual;
16. Matéria decorrente da competência do artigo 23 da Constituição Federal<sup>11</sup>;

A Assembleia Legislativa, de acordo com o Artigo 54 da mesma Constituição estadual, elege a mesa e constituir comissões, estabelece o regimento interno, aprova créditos suplementares, concede licença para processar deputado, fixa subsídios do governador e vice-governador e dos secretários de estado.

Sobre as competências e autorizações ao Governador e Vice, a Assembleia deve conhecer a renúncia, conceder licença para se ausentarem do país e processar, julgar nos crimes de responsabilidade, destituir do cargo após condenação irrecorrível por crime comum cometido dolosamente ou de responsabilidade, fazer a tomada de contas ao governador quando não apresentadas no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa e fazer o julgamento das contas prestadas pelo Governador e exame dos relatórios de plano de governo.

Também é de competência de os deputados processar e julgar o Procurador-Geral da Justiça, do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública pelos crimes de responsabilidade. A exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término de seu mandato.

---

<sup>11</sup> O artigo 23 da Constituição Federal diz que: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional (BRASIL, 1988)”.



Os deputados têm como função também escolher cinco dos sete conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Estado, apreciar as contas anualmente deste Tribunal e também aprovar as escolhas de conselheiros apresentada pelo Governador do Estado. A apreciação da legalidade dos convênios celebrados pelo Governo é função ainda da Assembleia, bem como a autorização de plebiscitos, referendos, a solicitação de intervenção federal, a aprovação ou suspensão de intervenção em municípios e aprovação de convênios intermunicipais para modificação de limites.

Em 2015 outra função da Assembleia foi colocada em cena, que é a do inciso XXXI do mesmo artigo, que trata sobre a mudança temporariamente de sede. Na ocasião da greve dos professores, houve uma mudança de sede para que a votação do plano de medidas econômicas propostas pelo Governo do Estado fosse efetivada.

Sobre as sessões legislativas, é determinado pelo artigo 61 que anualmente, independente de convocação, haverá reuniões de 02 de fevereiro a 17 de julho, retornando no dia 01 de agosto e seguindo com os trabalhos até 22 de dezembro. As convocações extraordinárias poderão ser feitas pelo Presidente da Casa ou pelo Governador e vice-governador.

Depois de compreender sobre quais são as atribuições legislativas da Assembleia paranaense, é preciso avançar e compreender também quais são as possibilidades de participação na construção legislativa do Estado, principalmente porque a análise de tese leva em conta o papel dos veículos de comunicação como interlocutores deste processo.

Determinar quais são as possibilidades de participação de atores coletivos na construção legislativa é um dos objetivos desta tese. Por este motivo é fundamental conhecer a normativa paranaense para o tema. Levando em conta, é claro, que essas relações podem não ser afirmativas – e esta segunda é a hipótese central de tese. Para todas as possibilidades de participação que são confirmadas pela legislação paranaense há uma regulamentação específica descrita abaixo.

O Poder Legislativo do Paraná é exercido pela Assembleia Legislativa do Paraná, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição do Estado do Paraná. Os membros da Assembleia são representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional de voto direto e secreto, sendo que só podem ser eleitos candidatos que possuam: nacionalidade brasileira, estar em pleno exercício de direitos políticos, alistamento militar, domicílio eleitoral no Estado, filiação partidária e idade mínima de 21 anos. Todas as legislaturas têm duração de 4 anos, podendo ser prorrogáveis por mandatos indetermináveis.

O Poder Legislativo paranaense foi criado com a Província do Paraná, em 1853, pelo Imperador Dom Pedro II, e no ano seguinte foi realizada a primeira sessão solene da Assembleia

Legislativa Provincial do Paraná. Em 1930, com o Regime de Getúlio Vargas, a Assembleia encerrou suas atividades. Em 1935, já denominada Assembleia Legislativa, retornou aos trabalhos legislativos do Estado. Durante 1937 a 1947, os trabalhos foram novamente suspensos. Depois do período de suspensão, a Assembleia Legislativa voltou a ter suas funções asseguradas, as quais foram estabelecidas pela Constituição do Estado do Paraná.

As competências são, conforme determina o artigo 53 da Constituição do Estado, fazer, suspender, interpretar e revogar as leis estaduais, fiscalizar e controlar os atos do Executivo, zelar e responder pela organização administrativa da Assembleia e julgar governador e secretários de estado em crimes de responsabilidade.

Sobre o processo legislativo, a Constituição, do artigo 63 ao artigo 73, compreende a elaboração de emendas à Constituição estadual, de leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos, resoluções e leis delegadas. A iniciativa legislativa (leis complementares e ordinárias) pode ser realizada por qualquer membro ou comissão da casa legislativa, do Governador do Estado, Tribunal de Justiça, Procurador Geral ou cidadãos.

Ao governador, cabe a iniciativa de leis que estabelecem a criação de cargos na administração pública direta e autárquica, bem como a remuneração destes cargos; servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, cargos, estabilidade, aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares; organização da Defensoria pública e Polícia Civil e Militar; criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração direta. Em todos os casos, o governador pode solicitar urgência na tramitação do projeto.

Outra possibilidade é a proposta de lei por iniciativa popular. Ela pode ser efetivada através de um projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos 50 municípios – e estes municípios devem conter pelo menos 1% de eleitores inscritos, ou seja, em cada um destes municípios o projeto deve ser assinado por pelo menos 1%<sup>12</sup> dos eleitores.

No que tange à iniciativa popular de projetos de Lei, a Assembleia Legislativa do Paraná registra apenas um caso, que ocorreu em 1999. A proposta sugeria que o governo mantivesse 51% das ações da Copel – Companhia Paranaense de Energia. O projeto não resultou em lei, em contrapartida, conseguiu mobilizar administradores públicos e legisladores para que a empresa estatal não fosse privatizada.

---

<sup>12</sup> Em 2012, o número de eleitores cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral era de 7.727.727 eleitores no Estado do Paraná. Visto este número, a parcela de eleitores que devem assinar o projeto de lei deve ser de 77.277 eleitores registrados.

No ano de 2012, no Estado do Paraná foi apresentada uma Proposta de Emenda à Constituição do Estado para alterar as condições de apresentação dos projetos de lei de iniciativa popular. A PEC foi proposta pelos deputados Professor Lemos, Leonardo Paranhos, Adelino Ribeiro e André Bueno. Assim como na PEC federal, a paranaense previa uma diminuição no número de assinaturas para a inscrição dos projetos de lei de iniciativa popular. Ao invés de 1%, sugere-se que seja de 0,5% do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos 10 municípios (a legislação atual prevê que seja em 50 municípios).

O projeto de regulamentação, apresentado pelo deputado Tião Medeiros, foi aprovado na CCJ e atua em conformidade com a Constituição, mantendo a porcentagem de 1% e o número de 50 municípios.

Mesmo sem a aprovação da PEC, há outras formas de participação popular na construção legislativa no Estado do Paraná. O artigo 21 é o primeiro da Constituição do Estado a determinar outro tipo de participação do cidadão nas políticas estaduais. Na norma, o Estado tratará em lei complementar as regiões metropolitanas urbanas e microrregiões, e tal legislação deverá assegurar a participação dos municípios e da sociedade civil organizada para a gestão regional determinada.

Outras normativas estaduais também tem a previsão de participação do cidadão nas construções das políticas públicas e das legislações, como a prevista no artigo 154, que trata da política agrícola estadual e determina que seu planejamento e sua execução, na forma da lei, seja feito com a participação paritária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, com o objetivo de desenvolvimento econômico e social, bem como a preservação dos recursos naturais e ambientais do ambiente rural.

O artigo 166 (sobre a seguridade social) estabelece que é dever do Estado garantir a coordenação e execução de uma política social que assegure a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços para as populações urbanas e rurais e, no item III, que garanta a participação organizada da sociedade civil na definição e execução dos objetivos, permitindo, portanto, que os interessados nestes programas tenham participação efetiva.

Ao tratar da Saúde, o artigo 169 determina a integração da comunidade, através da constituição do Conselho Estadual de Saúde, de caráter deliberativo e garantidor da participação dos usuários, prestadores de serviços e gestores. Neste artigo é visualizada pela primeira vez, durante toda a Constituição, a palavra deliberação como ferramenta de participação e de construção de políticas públicas.

Já o artigo 174, sobre a Ação de Assistência Social, delimita que as políticas estaduais e municipais coordenarão, em conjunto com a participação de entidades beneficentes e comunidade, as decisões sobre a descentralização de todas as políticas deste tema ofertadas/estabelecidas pela União. O estímulo para a cultura e o direito a manifestações da espiritualidade humana são apresentados no artigo 190, o qual delimita que o Poder Público defenderá a participação de todos os segmentos sociais, visando a valorização das pessoas.

O artigo 194 estabelece que o Conselho Estadual de Cultura, organizado e regulamentado por lei, contará com a participação de categorias distintas da sociedade, todas com direito a voto. Sobre a inovação e tecnologia, no artigo 200, também está determinada a participação da população na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

Através do artigo 210 da Constituição estabelece que o Estado e os municípios instituirão, em conformidade com a participação popular, o programa de saneamento básico. No item III do mesmo artigo ainda é confirmada a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, para todos os usuários da rede, no que tange aos processos decisórios. Os dois últimos artigos referentes à participação da população na construção de políticas públicas no Estado do Paraná, reguladas pela Constituição, são o artigo 220, que explica sobre a promoção dos programas de assistência integral à criança e ao adolescente e o artigo 227, que institui o Conselho Permanente dos direitos humanos. Este último inclui a participação de mais atores coletivos, sendo eles: representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, e de associações representativas da comunidade.

Apresentadas as leis que tratam da participação social na construção legislativa paranaense, observa-se que em apenas duas oportunidades a Constituição trata da deliberação como um processo aberto aos cidadãos. Em ambos os casos, ela acontece através dos Conselhos. Isso significa que o poder de deliberar não está nas mãos do cidadão paranaense, mas a encargo dos representantes escolhidos pelo povo – membros do Legislativo e do Executivo paranaense.

Na análise de Coelho e Nobre (2004), a democracia hoje é dividida em duas arenas. A primeira, mais formal, é aquela das eleições periódicas, onde são disputados os postos de representação. A segunda visa confrontar a primeira, com a criação de mais espaços para a deliberação e participação de atores nos processos decisórios. Na ideia do autor, as duas arenas latejam por estudos sobre as relações entre as duas, pois a democracia hoje está situada justamente na posição entre quem pode ou deve ocupar a participação e a deliberação no Estado Democrático de Direito.

Participar e deliberar sobre assuntos relevantes ou que estão na agenda pública são ferramentas que possibilitam ao cidadão um controle sobre o poder de decisão de algo que tem impacto direto em sua vida. Smith (2009) destaca que na legislação direta o cidadão tem poder de decisão alto, pois ele pode propor um projeto que terá efeito legislativo normativo. Isso significa que está nas mãos do cidadão o poder de transformação de uma política pública em sua fase inicial, principalmente no que tange a construção da agenda política. Em outras palavras, é uma política *bottom-up* (baixo para cima), onde cidadãos, sociedade civil organizada ou movimentos sociais instigam para o surgimento de um problema e apresentam uma possível solução para o mesmo.

Por isto, é retomada neste ponto a hipótese de pesquisa. A construção legislativa com problemas apresentados por atores coletivos que não pertencem ao governo geralmente acontece fora do circuito legislativo, ou seja, nascem com iniciativas externas do governo e entram na agenda formal (decisória) como explica o modelo *outside*. Relembrando, este modelo é aquele que para conquistar o *status* de problema público, os atores precisam mobilizar atores e grupos de interesse a fim de ganhar destaque na agenda pública e então, forçar sua entrada na agenda formal.

Mas será que na prática isso realmente é comprovado? Algumas das leis contam com a participação de diferentes atores, e são estes que serão apresentados ao longo das análises legislativas expostas na sequência desta tese.

Outra hipótese é a de que a fim de que mais atores estejam envolvidos no engajamento para a solução do problema uma das possibilidades é a mobilização da opinião pública. É através dela que a população participa<sup>13</sup> do processo político, das decisões políticas e também do debate midiático. Isso porque, é através da divulgação feita pela mídia que acontece uma das possibilidades dessa efetivação e mobilização da opinião pública.

E o papel da comunicação no processo deliberativo<sup>14</sup> não pode ser resumido apenas à ação dos meios na difusão da informação. Este é um processo mais complexo em que a comunicação tem como função dar a oportunidade aos indivíduos de apresentar seus pontos de vista e suas perspectivas para outros cidadãos, e dando argumento para uma discussão baseada no respeito recíproco (MARQUES, 2009, p. 13).

---

<sup>13</sup> E aqui cabe ressaltar que é participar e não deliberar.

<sup>14</sup> Apesar da deliberação não ser o objeto central de pesquisa, é necessário apresentar esta concepção justamente pelo fato de que a esfera pública mediada é o referencial teórico base da tese.

Marques (2009) explica que os meios conseguem propagar e articular espaços de disputa discursiva, contribuindo para a construção de problemas públicos, além de se apropriarem do tema e continuar o debate que começou em outras instâncias de interação social. “Como atores, os *media* selecionam e canalizam fluxos de comunicação provenientes de diferentes setores sociais, tornando, assim, disponíveis diferentes pontos de vista em oposição” (MARQUES, 2009, p. 23). É neste ponto que começa a descrição do segundo objeto de pesquisa: o telejornalismo.

Como apontado no capítulo anterior, trazer os problemas para a esfera midiática possibilita a propagação do conteúdo de maneira mais rápida e abrangente. São várias as maneiras de fazer isto, e em um país onde a televisão é o veículo mais consumido para informação, o canal é extremamente importante neste processo.

Não significa que a televisão será vista durante a pesquisa como o meio propagador e difusor da deliberação no país e no Estado do Paraná. Em compensação, como apresentado acima, as possibilidades de participação de atores coletivos na construção política paranaense legalmente requerem habilidades e mobilização intensa. Por isto, os telejornais são considerados agentes propagadores dos problemas públicos que tem a capacidade de alcançar a agenda decisória de uma maneira muito mais rápida e eficiente do que as existentes na Constituição do Estado.

Este conceito é baseado nos ideais propostos por Lippmann (2010), que destacam os meios como atores importantes na construção da opinião pública. E está determinado aqui o objetivo central desta tese: verificar as relações da construção das/entre as agendas de governo e da mídia no Estado do Paraná, durante o ano de 2015.

### **2.1.1 Processo legislativo: caminhos para a aprovação de políticas públicas**

Após observar as competências da Assembleia Legislativa do Paraná e os caminhos democráticos, também é preciso notar como a produção legislativa é convertida em construção de políticas. Os ritos do processo e todo o direcionamento para que um projeto se torne lei, além dos impasses que deixam o projeto, muitas vezes parado ou resultam nos processos de não decisão.

Assim que protocolado o projeto de lei obedece sempre aos mesmos ritos. O primeiro é o protocolo em Plenário. Logo depois ele segue para a Diretoria Legislativa, que realiza a numeração, capa, etiqueta, digitalização, análise de similitude e instrução. Se o projeto possuir um erro de técnica legislativa ele deve ser encaminhado ao Núcleo de Apoio Legislativo, que

encaminha as correções diretamente para a Comissão de Constituição e Justiça. Se não há erros o projeto segue diretamente para a CCJ.

A próxima etapa é a análise do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça. Nesta comissão o projeto tem dois caminhos. O primeiro é a aprovação e a sequência para demais comissões. O segundo deles é a não aprovação. Quando isso acontece o autor pode entrar com pedido de reconsideração ou recurso. Se esse recurso for improvido, o projeto é arquivado, já se ele é aprovado o projeto volta a ter os mesmos trâmites dos projetos anteriores.

Quando o projeto necessita ir para outras comissões, ele é encaminhado pela CCJ, caso contrário segue para a Diretoria de Assistência ao Plenário (D.A.P.). Ao passar pelas outras comissões, o projeto de lei pode ter três destinos. O primeiro dele é a aprovação sem emenda, o segundo a não aprovação e o terceiro a aprovação com emendas. Nos dois primeiros casos o projeto é encaminhado para a Diretoria. Já se ele é aprovado com emenda deve, obrigatoriamente, retornar à CCJ.

Na D.A.P. o projeto passa por três discussões, pela comissão de redação e a escrita da redação final. O Plenário pode apresentar emenda (e aí novamente o projeto retorna à CCJ), rejeitar a proposta (o projeto é arquivado) ou então aprová-lo. Neste último caso, o projeto segue para sanção ou veto do Governador. Quando a lei é sancionada, é publicada em Diário Oficial. Já se o governador escolhe vetar a proposta, o projeto retorna à Assembleia onde os deputados estaduais podem manter o veto ou então rejeitá-lo. Caso haja a manutenção do veto o projeto de lei é arquivado. Caso aconteça a rejeição do veto o projeto se torna lei.

O fluxograma abaixo apresenta todos esses caminhos apresentados anteriormente. As informações são da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Paraná.

### Fluxograma projetos de lei



Fluxograma sobre a tramitação legislativa na Assembleia Legislativa do Paraná

Fonte: Autora



## 2.2 A escolha da RPC TV

A televisão ainda é o meio de comunicação mais consumido pelos brasileiros, apesar de crescente porcentagem da internet. É através dela que a grande maioria do povo se informa. De acordo com pesquisa Brasileira de Mídia, divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (2015)<sup>15</sup>, os cidadãos do Paraná são os que mais usam as plataformas digitais para leitura de periódicos online (39%). Mesmo assim, a mesma pesquisa indica a predominância da televisão nos lares brasileiros. 95% dos entrevistados afirmaram assistir televisão com frequência e destes, 73% o fazem diariamente.

Especificamente no Paraná, 75% dos entrevistados afirmaram assistir a televisão todos os dias e a média de horas em frente ao aparelho é de 3h50 minutos em dias de semana. Outro dado da pesquisa é que 59% dos paranaenses assiste aos canais abertos de televisão, onde está inserido o objeto de pesquisa desta tese (PRTV). Sendo o meio mais assistido, a televisão também possui a maior porcentagem de consumo de informação através deste meio. Dos entrevistados da pesquisa, 79% afirmou que utiliza a televisão para se informar e saber notícias, seguido de 67% que usa para diversão e entretenimento.

O rádio continua sendo a segunda forma de comunicação mais utilizada, com 55% da audiência no território nacional (tratando de consumo diário), e no Paraná este número cai um pouco para 42% de ouvintes diários. Mas o consumo em tempo entre este percentual de 55% de pessoas que o utilizam é maior que o da televisão, sendo de 3h48 minutos nos dias de semana. 63% deste total de ouvintes utiliza o rádio para informação.

Sobre a internet, o consumo está crescendo principalmente no tempo de utilização, que já é maior que o tempo gasto na televisão (mais de 4 horas), mas em número total de usuários a internet permanece na terceira colocação dos meios mais consumidos no Brasil. No Paraná, o uso uma vez na semana é o que possui porcentual maior de abrangência (45%). Diariamente, paranaenses consomem o meio digital 42% por 4h32 minutos – tempo superior ao da televisão e do rádio. Entre os motivos pela utilização da internet empatam com 67% o uso para diversão e entretenimento e a informação e notícias.

A pesquisa da Secretaria da Presidência, apresentada acima, demonstra que os canais abertos ainda são a maneira mais consumida da televisão no Paraná. E como este é o meio mais utilizado para que os cidadãos do Estado se informem, a pesquisa observou estas considerações para a escolha do objeto.

---

<sup>15</sup> Pesquisa disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>

A emissora de televisão aberta do Paraná RPC TV começou sua operação em 1960, mas o nome RPC só surgiu em 2010. Atualmente a rede possui oito afiliadas (Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel e Paranavaí), com programação local e estadual. A empresa afirma<sup>16</sup> que tem mais de 5 milhões de telespectadores<sup>17</sup>. A cobertura da TV digital atual é de 73%.

A emissora pertence ao grupo GRPCOM, empresa que é uma das maiores no ramo da comunicação social do Brasil. Além da RPC, o grupo ainda é formado pelos jornais Gazeta do Povo e Tribuna, pelas emissoras de rádio 98 FM e Mundo Livre, além da unidade móvel de alta definição HDView. O grupo foi criado em 2000 e em 2010 recebeu o nome de Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM).

Segundo informações dispostas no site da empresa, a missão é ser a maior e a melhor provedora de informação, serviço e entretenimento do Estado do Paraná. No mesmo local está disposta a visão do grupo, a qual destaca que com visão e critérios éticos o GRPCOM transformou a comunicação no Paraná, sendo considerado que “conhecer a história do GRPCOM é conhecer uma parte significativa da história da comunicação, do desenvolvimento do Paraná e da construção da democracia no Brasil”<sup>18</sup>.

As relações entre a emissora e a política nacional são realmente históricas e ajudam a compreender as relações entre televisão e política no cenário nacional e local – apesar de não parecerem tão positivas quanto a afirmação apresentada no descritivo do site da emissora. Durante o regime militar, em 1976, o então presidente da Rede Globo, Roberto Marinho foi pressionado para tirar a emissora paranaense das mãos de Paulo Pimentel. Na época, Pimentel era um político liberal que ganhava força política nacionalmente. Sobrinho (2011) diz que, sem explicações, a Globo em 1976 cancelou o contrato com Pimentel e transferiu a programação da sua afiliada para os sócios Francisco de Melo Cunha e Lemanski<sup>19</sup>. Neste fato, há a primeira relação de poder entre política e media, que teve fator decisivo naquele período específico.

A opção pelo Paraná TV 2ª edição também acontece por outros motivos. Os telejornais paranaenses possuem pautas similares. Isso foi observado através de monitoramento anterior, realizado em pesquisas da autora dentro do Grupo de Pesquisa da Imagem, da UFPR. Foi constatado, durante a observação, que há um número alto de notícias do mesmo fato tanto nas demais emissoras: Band, RIC e SBT. Isso significa que o conteúdo das notícias não é algo tão

---

<sup>16</sup> Em seus princípios editoriais, dispostos no site da própria emissora.

<sup>17</sup> Dados apresentados no site da emissora, através do link (<http://redeglobo.globo.com/rpc/>)

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.grpcom.com.br/grpcom/historico.html>

<sup>19</sup> Há ainda outras relações entre a emissora Globo e o governo nacional, contudo, como o objeto de pesquisa é estadual, estabelecemos apenas esta relação para exemplificar.

diferente entre as emissoras paranaenses, principalmente no que tange aos assuntos políticos do Estado. A cobertura tende a ser padrão, por isto não é preciso analisar todos para obter a relação entre media e política. Isso demonstra que a escolha do Telejornal Paraná TV 2ª edição poderia ter sido substituída por outros telejornais locais, entretanto como a Globo é a emissora mais vista pelos brasileiros segundo pesquisa apresentada no capítulo 1 desta tese, optou-se em escolher o telejornal da emissora afiliada no Paraná.

O Paraná TV 2ª Edição está no ar desde 1999, quando ainda se chamava Jornal Estadual. Apesar do telejornal citado ser totalmente local (ou seja, as 8 emissoras possuem conteúdos próprios e os transmitem para seus telespectadores) o telejornal curitibano e também das outras regiões transmitem as notícias mais importantes de todo o estado, principalmente com a exibição de conteúdos que foram destaques no Paraná TV 1ª Edição. Quando uma manchete do interior do estado é destaque, o conteúdo também é exibido nas demais regiões. O telejornal é específico da região metropolitana de Curitiba, mas as notícias principais da edição são repassadas para o interior do Estado.

Em 2015, ano da análise o telejornal foi apresentado por Sandro Dalpícolo, sendo substituído algumas vezes por apresentadores da própria emissora, como Jasson Goulart e Giselle Camargo. O conteúdo do telejornal é variado e é destinado ao público paranaense, com notícias sobre trânsito, emprego, saúde, educação, etc.

O telejornalismo e a construção legislativa já foram fonte de pesquisas anteriores. Essa estreita relação tem como resultado a aprovação de diferentes legislações no país, incluindo as já citadas no capítulo anterior (Lei Carolina Dieckmann, Lei dos crimes hediondos, etc.). Mas é possível definir quando a agenda da televisão se torna agenda decisória? E mais, essa relação observada amplamente no cenário nacional também é uma realidade quando se trata de política local?

São justamente estas questões que a pesquisa pretende responder, levando em conta características das teorias apresentadas no capítulo 1. Para que isso seja possível é fundamental estabelecer relações e testar a hipótese central da pesquisa (que é a de que o telejornal consegue impactar nas decisões políticas), a fim de encontrar as respostas de pesquisa. Através destas considerações, é necessário recuperar as perguntas e começar a encontrar as respostas de pesquisas, além de testar a hipótese. Para isto, iniciam aqui as considerações metodológicas da pesquisa, que será utilizada posteriormente na análise dos objetos empíricos da tese.

### 2.3 Análise de construção de agenda

Fazer pesquisa é testar, argumentar, acertar e errar. São estas características que transformam as hipóteses em ciência. Para Demo (2008) reconstruir o conhecimento tem dois motivos: um para construir um novo conhecimento e outro para plantar um tipo de cidadania esclarecida. Por este motivo, quem pesquisa geralmente aprende a questionar a sociedade e seus padrões. Outro fator imprescindível para a pesquisa segundo o autor é a possibilidade de desconstruir. Para ele, só é pesquisa quando é passível de reconstrução e desconstrução.

Partindo desse pressuposto, verificar que a agenda pode ser estudada e compreendida de diferentes aspectos, como apresentado anteriormente, auxilia na construção de várias possibilidades de análise. Cada característica de cada agenda pode ser determinante para a compreensão de uma realidade específica.

Conforme explicam Lycarião e Sampaio (2016), desde o nascimento da teoria do agendamento, muitas foram as pesquisas que estabeleceram relações entre a mídia, a política e a construção da opinião pública. Entretanto, por vezes, mesmo estudando um objeto em comum, pesquisas apresentaram resultados dispersos. Isso acontece, segundo os autores, porque há diferenças na metodologia de pesquisa de cada um, mas é possível, no entanto, observar coerências entre todos esses resultados.

Qual a relevância dos atores, qual o papel de cada cidadão e, principalmente, as expectativas dos *decisions makers* na produção de uma agenda que seja também de interesse dele são conceitos fundamentais na pesquisa do agendamento. Esse resultado tão distinto é uma das características da pesquisa de construção de agenda e não as que levam em consideração uma ou outra teoria específica.

Ao longo da reflexão teórica proposta no capítulo anterior, foi possível observar que todas as teorias possuem falhas, mas também bons aspectos teóricos e metodológicos, além de características em comum que podem servir como aporte teórico para esta tese. Acredita-se, no entanto, que para dar mais credibilidade a esta pesquisa e testar hipóteses de diferentes correntes teóricas irá possibilitar um crescimento teórico-metodológico para pesquisas em comunicação, políticas públicas e ciências sociais em geral.

Por estes motivos, a tese se propõe testar algumas características das teorias e vislumbrar possibilidades de análise em cada uma delas, conciliando ainda os referenciais sobre visibilidade e também midiaticização. O objetivo não é criar uma nova teoria nem um novo método para a pesquisa de agendamento, mas confrontar os aspectos teóricos com objetos empíricos com a realidade da construção legislativa paranaense, agindo de uma maneira que contemple todas as teorias abordadas no capítulo anterior.

Essa metodologia de teste pode não ser eficaz para todos os tipos de pesquisa que combinem as relações aqui vislumbradas, entretanto a intenção é que seja útil para pesquisadores que analisem a construção de políticas públicas e a construção da agenda midiática. Este é mais um passo para que haja cada vez mais, pesquisas que busquem compreender esta estreita relação. Justifica-se, conforme o explicitado por Demo (2008), o intuito de fazer ciência através da construção e desconstrução de antigos paradigmas, montando e desmontando recortes teóricos e metodológicos, a fim de aumentar possibilidades de pesquisa e campos exploratórios.

A proposta dessa tese é, portanto, analisar de maneira quantitativa e qualitativa os dados do monitoramento do ano de 2015 e testar estes caminhos metodológicos a fim de encontrar resultados que demonstrem tanto o papel da mídia na construção legislativa no Paraná quanto a influência das decisões parlamentares na produção de conteúdo midiático. Reafirma-se aqui a hipótese de um agendamento e contra-agendamento constante entre estes dois atores coletivos.

Bauer e Gaskell (2003) confirmam a ideia de que para que haja, de fato, uma cobertura satisfatória nas pesquisas em ciências sociais, é possível utilizar muitos métodos e dados, pois um pluralismo metodológico se origina de uma necessidade metodológica (BAUER e GASKELL, 2003, p. 18)

Tal como Bauer e Gaskell (2003) destacam, a pesquisa social se assemelha a uma partida de futebol, onde o pesquisador deve estar a parte dos acontecimentos. Em outras palavras, não deve nem ser o torcedor nem o jogador, nem mesmo o juiz da partida, mediando os conflitos, mas ser alguém externo a todos os fatos, buscando compreender o resultado daquela disputa e perguntando como tais acontecimentos estão relacionados com as pessoas que vivem aquela determinada experiência.

Em uma definição breve, a pesquisa quantitativa trabalha com dados e modelos estatísticos para compreender padrões e resultados. Já a qualitativa vê na interpretação da realidade social o sentido para encontrar as respostas dos problemas sociais e humanos. Enquanto a primeira trabalha com números e dados, a segunda apresenta reflexões e comparações sociais sobre o problema. Mas é preciso saber que ambas não concorrem e não se sobressaem. Pelo contrário, é necessário compreender que os dois métodos são complementares.

O exemplo apresentado por Bauer e Gaskell (2003) detalha exatamente o que acontecerá nesta tese: “Se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existe no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais” (BAUER e GASKELL, 2003, p. 24).

É justamente neste ponto que Lopes (2016) enfatiza que construir metodologicamente uma pesquisa é uma tarefa árdua e que exige muito do pesquisador, afinal, é através deste ponto que ele opera, pratica os seus níveis e suas fases de elaboração de texto. Cada nível e cada fase é realizada de maneira sistemática pelo pesquisador.

Independentemente do método (quantitativo ou qualitativo) há, como explicam Bauer e Gaskell (2003), quatro dimensões para a pesquisa social, que devem ser aliadas do investigador. A primeira são os princípios estratégicos, e estes podem ser realizados com levantamento por amostragem, observação participante, estudo de caso, experimentos, entre outros. O segundo é o método de coleta de dados, que pode ser realizado através de entrevista, observação, busca documental, etc. O terceiro é o tratamento analítico dos dados, ou seja, de que maneira serão analisados os dados coletados na dimensão anterior. Neste ponto há possibilidade de análise retórica, análise de conteúdo, análise do discurso, análise estatística. Por fim, o pesquisador precisa determinar qual foi a intencionalidade do objeto, que pode ser a construção do consenso ou a emancipação do sujeito do estudo.

No ideal das dimensões, portanto, a pesquisa é assim definida:

#### **Quadro 01- Estratégia metodológica de pesquisa**

<b>Princípio estratégico (1ª dimensão)</b>	<b>Coleta de Dados (2ª dimensão)</b>	<b>Tratamento analítico (3ª dimensão)</b>	<b>Interesse do conhecimento (4ª dimensão)</b>
Levantamento por amostragem e Estudos de caso	Busca documental e Observação	Análise estatística e análise do conteúdo	Construção do consenso

Quadro sobre a estratégia metodológica de pesquisa que leva em consideração os preceitos de dimensões dos autores Bauer e Gaskell (2003).

Fonte: Autora

Assim, características de cada teoria servirão como base para a análise da construção da agenda da mídia e da Assembleia Legislativa no ano de 2015. A diferença de realizar uma análise levando em consideração as principais características das teorias da construção da agenda é ter uma possibilidade mais ampla de encontrar as particularidades e relações entre a mídia e a política. E por este motivo a análise precisa ser realizada em duas etapas: através de pesquisa quantitativa e qualitativa.

Em síntese, a etapa quantitativa será apresentada como parte introdutória da análise dos dados coletados, bem como a apreciação dos primeiros resultados da pesquisa. Nesta etapa será possível determinar as relações e inter-relações entre os dois objetos empíricos, através de dados e gráficos.

Já a análise qualitativa tem como objetivo central facilitar a compreensão das relações entre televisão e política analisando especificamente as propostas legislativas que foram aprovadas e se tornaram políticas públicas no Estado do Paraná.

Como tratado acima, não há convenções teóricas para abordar uma ou a outra teoria da construção da agenda. Por isto, esta pesquisa se propõe a pensar neste modelo que una particularidades e permita a que a análise seja feita em um amplo parâmetro, para que todas as pequenas características possam ser observadas. Algumas das características levadas em consideração na análise já foram mencionadas anteriormente, mas para auxiliar o leitor na compreensão, os caminhos são aqui retomados.

Para iniciar a análise, a pesquisa observará a origem de todas as leis aprovadas. A teoria da agenda-*building* define os modelos *inside*, *outside* e mobilização. Ambos demonstram de onde surgem as políticas e este é um ponto que auxiliará a compreender como uma política pode ser aprovada. Enquanto no modelo *outside* as iniciativas vêm de grupos de atores coletivos que buscam o engajamento cívico para atingir a agenda, a mobilização é um espelho, que nasce de dentro das esferas governamentais e vai a público para conquistar aprovação pública e determinar a urgência da política. Ela funciona, portando, como uma estratégia política para aprovação de leis. No modelo *inside*, será possível explicar porque algumas leis são aprovadas (rapidamente ou não) sem passar pelo clivo social.

Determinar de onde nasce o problema ajudará na compreensão do papel dos atores coletivos no processo. Muitas vezes será um caminho inverso do que é apresentado nos estudos iniciais da agenda-*setting*, por exemplo, a qual defendia que os meios de comunicação é que pautam a opinião pública diretamente. No lugar desta perspectiva, entra a ideia de que membros organizados da sociedade conseguem atuar ativamente no campo político e agendar os meios de maneira direta, através do agendamento reverso ou contra-agendamento. Como outra hipótese dessa situação está disposta a possibilidade de que são também os atores políticos que enviam para a agenda da mídia o problema, a fim de conquistar uma impressão de emergência na aprovação de soluções junto à opinião pública.

As interferências da agenda política no processo de construção do problema dos meios de comunicação, o papel dos atores coletivos nessa construção do problema e também da

política, o contra-fluxo (os políticos pautando a mídia), a mobilização dos atores e o enquadramento também serão levados em consideração durante a pesquisa.

Da agenda-*setting* original, proposta pelos autores da Escola de Chicago será levado em conta a análise de saliência da notícia com a formulação de leis, a relação do tempo e da causa em que isto é feito. São essas as características visualizadas como as mais importantes para a análise comparativa entre a construção legislativa e a montagem da agenda midiática.

O primeiro item, que é a **saliência**, conforme explica McCombs (2009), determina a transferência das imagens da mídia para a cabeça das pessoas. A agenda da mídia, quando a saliência é efetivada, se torna a agenda pública. É por isto que a análise de saliência, nesta pesquisa, tratará dos assuntos abordados pela mídia e que viram pauta, logo na sequência, na Assembleia Legislativa paranaense.

A construção de **problemas sociais** pela mídia é ligada à saliência produzida. O problema público já é existente antes da mídia chegar ao assunto, entretanto, a visibilidade conferida pelos meios a este problema tem como hipótese central a de auxiliar na propagação e na velocidade com que o problema alcance a agenda decisória.

Para a corrente da agenda-*setting* o **tempo** necessário para que a saliência aconteça varia. Pode tanto depender do meio em que a notícia é propagada quanto a duração da pauta no veículo de comunicação. É, portanto, o tempo de exposição da notícia até que ele conquiste a agenda política como construção legislativa a segunda característica que será observada na metodologia de pesquisa.

Entretanto, este tempo de exposição pode ser visto de duas maneiras. A primeira delas é a duração da reportagem (que é o estabelecido na característica acima). A outra é a quantidade que o problema é pauta no telejornal, trabalhado pela teoria como a **repetição de notícias**. Os teóricos da agenda-*setting* delimitam a repetição diária e constante como fator determinante para que um problema social alcance *status* político.

Da teoria dos múltiplos fluxos, a primeira justificativa é no período estudado nesta pesquisa. Como já mencionado, Kingdon (2003) enfatiza que entre todas as situações, aquela que mais mexe com o fluxo político e gera mais chances de mudar as políticas nacionais, está o clima social e as mudanças dentro de governo, principalmente o início de um novo governo.

Outras características mencionadas pelo autor também servirão para análise, entre elas a construção do problema de governo, o fluxo político e o papel dos decisores na construção da política pública.

Como fator chave para este processo de construção de políticas estão as janelas de oportunidade, afinal, a agenda é acionada através de várias características (indicadores, as



circunstâncias e o feedback social), mas as oportunidades e frequência com que isso ocorre é dispar. Para Kingdon (2003), janelas da oportunidade se abrem a partir da convergência de fluxos, através do processo em que os fluxos, que estavam atuando sozinhos, se cruzam e determinam um novo momento para a construção da agenda.

As três teorias já possuem pesquisas que confirmam suas hipóteses. Unir todas é uma nova maneira de pensar nos processos metodológicos para a análise das relações entre televisão e construção política. Mas por se tratar de teorias que determinam mais as estratégias políticas do que as relações e interesses entre os atores, sentiu-se a necessidade de incluir também as teorias de midiáticação e visibilidade.

Da visibilidade, completa-se o referencial de que é na legislação a maior cota de visibilidade que os deputados possuem, como explica Gomes (2004). Isso acontece porque as funções parlamentares estão ligadas em maior número à construção legislativa. O restante da visibilidade midiática política fica mais associada ao Poder Executivo.

Outro fator fundamental para a visibilidade política é aparecer na televisão como fonte. Neste ponto, os políticos servem como apoio para a construção da estrutura da notícia, preenchendo as condições de noticiabilidade exigidas pela comunicação. Um dos critérios que servirão como base da análise é justamente este ponto: a utilização dos políticos e parlamentares como fontes oficiais da informação e da notícia.

Para Gomes (2004), a política entra no circuito informativo como personagem das notícias, pelo auto inclusão da agenda nos jornais e na compra de espaço publicitário nos meios. Estas são formas, como o próprio autor destaca, de a política penetrar na informação através da esfera de visibilidade de modo civilizado. Há também outras maneiras, como a violência e a censura, mas acredita-se ainda que é através da informação negociada e ajustada junto aos veículos de comunicação que a visibilidade é mais recorrente.

Como os políticos que buscam a visibilidade para continuar exercendo seus cargos eletivos, as notícias têm como necessidade capturar a atenção do público. Está aqui outra característica fundamental exposta na metodologia: a busca pela atenção pública através da divulgação de problemas e soluções que aproximem o expectador do tomador de decisões. Isto será possível através da análise da dramatização dos agentes políticos na produção de efeitos emocionais sobre o espectador ou a não utilização deste recurso.

Compreender a midiáticação também satisfaz a construção da metodologia, isso porque os autores afirmam que a mídia pode exercer seu poder através de diferentes maneiras. A influência é na percepção e crença da audiência e também no conteúdo passado para os receptores. Ela é uma das legitimadoras dos problemas públicos, tornando o sistema político

atual seu dependente. Assim como na visibilidade, a midiaticização enfatiza o papel dos veículos na propagação da imagem dos políticos e seus ideais. Sem ela, o poder político parece não legítimo. Ao mesmo tempo, a mídia também é dependente da política para tornar pública informação que é de interesse público e fidelizar sua audiência. Assim sendo, há um processo de dependência mútua entre ambos.

Como aponta Strömbäck (2011), utilizando parâmetros específicos é possível identificar as relações entre mídia e poder político, sendo eles a visibilidade do jornalista, o enquadramento da política com questões relevantes e o enquadramento da política como jogo estratégico. É possível identificar que vários dos preceitos podem ser considerados similares e justamente por este motivo, eles permanecem na construção deste novo modelo metodológico. O objetivo de repetir essas informações é demonstrar como as teorias existentes já caminham em trilhas similares.

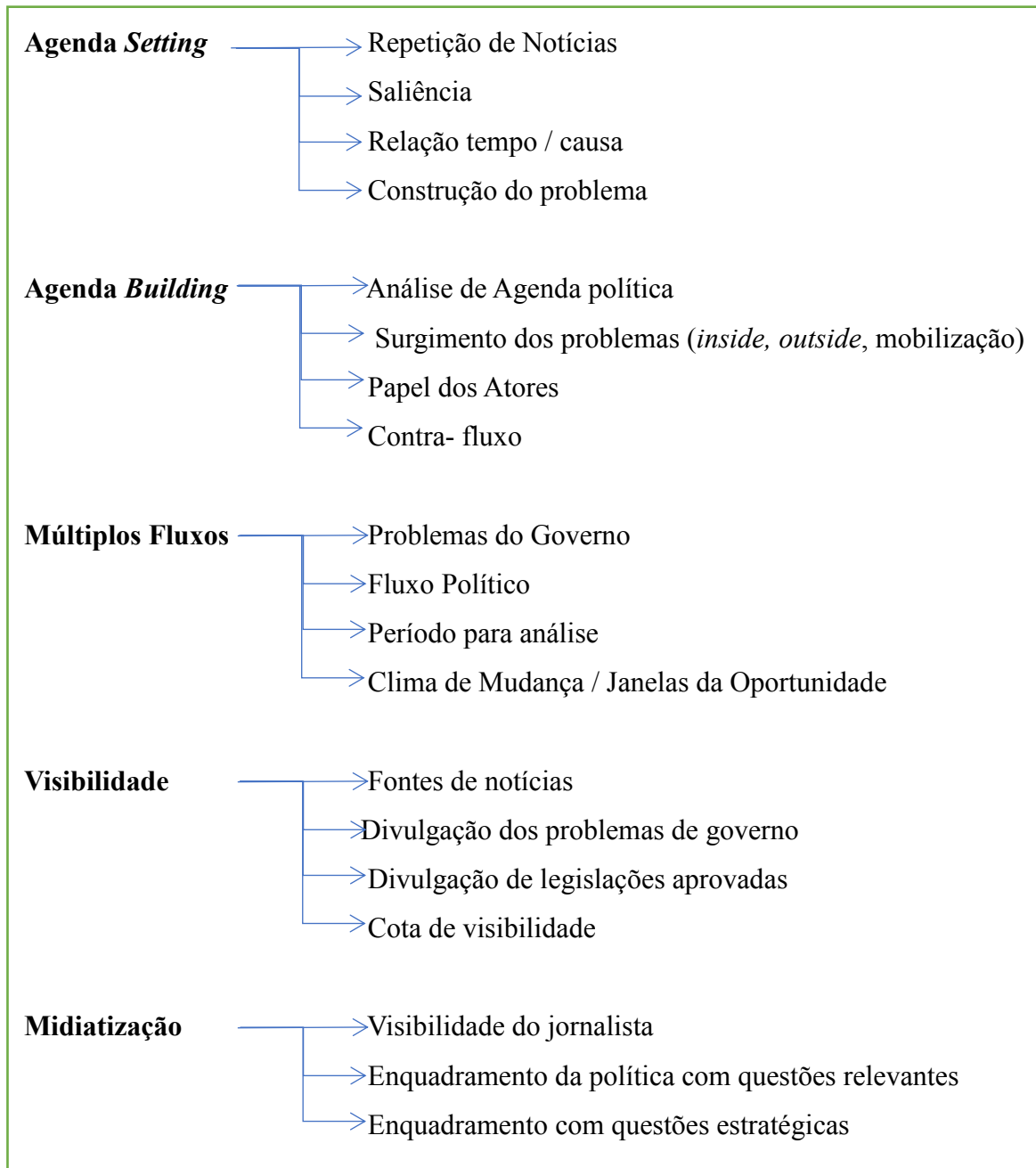
Garantir que mais características possam fazer parte da análise é uma das justificativas pelo qual esse trabalho pode ser considerado inovador na área das ciências sociais e humanas. É uma nova possibilidade que permitirá aos novos pesquisadores aprofundarem seus olhares aos processos de construção de políticas públicas relacionadas às ações midiáticas e políticas legislativas e aumentar ainda mais as críticas às perspectivas antigas da construção da agenda com base nos assuntos veiculados pelos meios de comunicação de massa. É a centralidade da mídia no processo político uma das coisas a serem questionadas durante a pesquisa, tal como opina Kingdon (2003) durante a sua construção teórica.

Para simplificar e resumir todo o conteúdo acima disposto, o Quadro 02 reúne todas as características que serão estudadas durante o monitoramento das reportagens e construção legislativa e, posteriormente, na análise comparativa dos resultados desse acompanhamento. Ele será retomado ao longo da pesquisa, a fim de encontrar as características de cada teoria de montagem de agenda na construção legislativa paranaense. Muitas vezes as teorias não serão explicitadas no trabalho, mas fazem parte da metodologia e dos olhares dispostos sobre os objetos empíricos.

O objetivo de toda esta construção é verificar as relações entre teoria e prática, aliada a possibilidade de construção de mais pesquisas que observem a relação entre a agenda política e a agenda midiática em todo o cenário nacional.

Além disto, o Quadro 02 também garante que características de todas as teorias estudadas estejam inseridas no trabalho, corroborando com a revisão bibliográfica apresentada no capítulo anterior.

## Quadro 02 – Características para análise mesclando teorias



Quadro 02 – Características para análise utilizando características de todas as teorias apresentadas.

Fonte: Autora

Observadas todas as características que compõem a metodologia de análise da construção da agenda de políticas públicas no Estado do Paraná no ano de 2015, é preciso estabelecer como esta análise será efetivada. Cabe lembrar que esta não é a primeira, nem a última pesquisa que encontra relevância nas concepções de construção de agenda. O grande diferencial está no objeto analisado e na concepção de mais correntes teóricas agregando o

*corpus*. Ambas buscam encontrar e determinar um caminho possível para a análise, facilitando e melhorando as pesquisas que seguem o mesmo referencial e tem os mesmos objetivos.

Neste caminho, é necessário observar como os monitoramentos do telejornal e da construção legislativa foram realizados. Eles ajudam a delimitar algumas características apresentadas no Quadro 02, como fundamentais na análise da construção da agenda. Isso significa que, a partir deste momento, já será possível observar os métodos deste novo modelo de análise.

Depois de demonstrar alguns dos itens no monitoramento, a análise será efetivada, levando em considerações as características apontadas no Quadro acima. Será uma pesquisa quantitativa de comparação de dados. Antes disto, porém, apresenta-se como o processo de coleta de dados foi realizado.

#### **2.4 Monitoramento Paraná TV 2ª Edição**

Saber o que é uma notícia é fundamental para o jornalista. Identificar características e o que é de interesse público fazem parte do dia a dia da profissão. Para Traquina (2013), a notícia tem onze características que a tornam informação, denominadas de valor-notícia, sendo elas: **1. Morte. 2. Notoriedade. 3. Proximidade. 4. Relevância. 5. Novidade. 6. Tempo. 7. Notabilidade. 8. Inesperado. 9. Conflito. 10. Infração. 11. Escândalo.** Essas características não são cumulativas.

Se atenderem a estas características<sup>20</sup>, o conteúdo é considerado notícia de interesse público. E as notícias são, portanto, vistas como um bem altamente perecível, determinadas muitas vezes pelo imediatismo para que ela não perca valor da informação. Os integrantes da comunidade jornalística buscam sempre a notícia em primeira mão, porque àquelas que já estão frias demais, ou seja, já passaram horas do acontecimento, deixam de ser notícia (TRAQUINA, 2013, p.35). Esses critérios de noticiabilidade estabelecidos por Traquina (2013) auxiliam a compreender o que está inserido (e também o que não entra nas manchetes) dos telejornais em âmbito nacional. São as características estabelecidas que fazem a rotina da profissão e estabelecem também o grau de importância das notícias veiculadas através dos meios de comunicação.

A notícia é a matéria-prima do jornalismo e a maneira pela qual as informações chegam até os indivíduos. Os critérios que regem a lógica da produção dos jornais demonstram o quão

---

<sup>20</sup> Traquina (2013) aponta que é preciso atender a no mínimo três dessas características para ser considerada informação com valor-notícia, no entanto, há estudos que destacam que qualquer característica apontada por Traquina nas onze acima citadas determina que a notícia esteja repassando informação ao seu receptor.

abrangente podem ser os conteúdos repassados pelos meios de comunicação diariamente. Mesmo com uma seleção baseada nos ideais propostos por Traquina (2013), há muito conteúdo que difere dos temas principais e variáveis sobre o que é notícia. Mesmo assim, é necessário fazer esta breve introdução para que seja possível compreender que a notícia é algo amplo e que possui características que difere a informação de um conteúdo de entretenimento, por exemplo.

Por determinadas distinções sobre o que é notícia e quais são as informações repassadas diariamente no telejornalismo paranaense, a pesquisa monitorou diariamente, durante todo o ano de 2015, os conteúdos apresentados no Paraná TV 2ª edição. O objetivo não é encontrar se o telejornal atende aos critérios de noticiabilidade propostos por Traquina (2013), mas compreender a produção noticiosa como um amplo espectro da realidade apresentada para a população paranaense diariamente.

O produto jornalístico que será analisado, como já apontado anteriormente, está entre as maiores audiências ao vivo de todo o Estado. Além disto, a emissora também disponibiliza todo o conteúdo online, no site da RPC, o que ajuda na disseminação dessas informações. Muitas das notícias obedecem aos critérios apresentados por Traquina (2013), ressaltando que o telejornal cumpre (em grande parte do seu conteúdo) a função social de levar informação aos seus telespectadores<sup>21</sup>. Vários exemplos das coberturas com tais características serão demonstrados na análise do conteúdo monitorado.

O Paraná TV 2ª Edição foi acompanhado durante todos os dias do ano de 2015 (exceto nos quais não houve a veiculação do telejornal por decisão da emissora – preenchimento da grade com outros conteúdos - e aos domingos, dia em que o telejornal não é exibido). Além de acompanhar o conteúdo apresentado no telejornal, a pesquisa detalhou e compilou os resultados. Para facilitar a análise, as peças jornalísticas foram separadas em categorias de análise, que abaixo serão apresentadas e explicadas detalhadamente. Essas categorias são baseadas em editorias comuns utilizadas nos meios de comunicação, tanto para jornal impresso quanto para meios digitais ou audiovisuais.

No decorrer da pesquisa, devido ao grande número de resultados coletados e monitoramento, algumas peças jornalísticas se mostraram desnecessárias para esta análise e foram excluídas das tabelas e gráficos. A escalada é quando o apresentador, antes de iniciar o

---

<sup>21</sup> Não é feita uma análise do conteúdo do telejornal para verificar se todas as notícias têm uma função social, mas acredita-se, neste ponto, que como proposto por Traquina (2013) nos critérios acima apresentados, ao cumprir pelo menos três critérios o telejornal esteja transformando as informações em notícias – e ressalta-se que não estão sendo citadas todas as matérias, mas a sua grande maioria.

telejornal, apresenta os assuntos mais relevantes que serão tratados na edição. A nota pelada é aquela que o apresentador informa diretamente o telespectador sem imagens ou do repórter. A previsão do tempo é feita pelo Paraná TV sem a presença de um apresentador específico, sendo apenas um infográfico lido pelo apresentador, em que o mesmo não aparece, apenas a sua voz dá a informação sobre as condições climáticas em várias partes do Estado.

Ambas foram retiradas do resultado abaixo apresentado, mas é preciso lembrar que elas fazem parte do telejornal diariamente. A escolha de retirar os três da análise foi apenas para recorte de pesquisa, pois acredita-se que elas não possuem um impacto tão grande de influenciar a opinião pública e/ou já estão inclusas em outras partes do conteúdo do telejornal. Toda a tabulação com as categorias de análise apresentadas abaixo está disponível anexa a esta pesquisa.

## **2.5 Classificação para análise**

Todo o conteúdo de um ano de telejornal foi decupado<sup>22</sup> individualmente pela pesquisadora desta tese, evitando diferenças de interpretação entre uma análise e outra, seguindo sempre os mesmos critérios de monitoramento. Isso ajuda a manter um padrão de interpretação das notícias definidas, pois algumas possuem dois ou mais temas na mesma peça. Por exemplo, em uma hipótese de notícia com tema: “Enquanto professores protestam, deputados aprovam pacote de medidas econômicas”, há possibilidade de incluir o conteúdo em várias editoriais, como educação, política, Estado. Entretanto, optou-se, em todos os casos, a determinar qual era o assunto central do conteúdo jornalístico para definir a resposta da editoria. A análise só era feita após assistir a reportagem e verificar qual foi o objetivo central do jornalista ao noticiar a matéria. Neste caso, o exemplo se enquadrou na editoria política, pois apresentou predominantemente o papel dos deputados na aprovação do pacote de medidas econômicas propostas pelo governador Beto Richa.

A compilação de todos os dados decupados foi colocada em uma planilha, na qual cada coluna representa a classificação correspondente a cada objeto de análise (todas as classificações estão abaixo explicadas). Esta tabela foi realizada através de software do Google, o qual, através das respostas colocadas em seu formulário, já separa automaticamente os dados na planilha específica. Contudo, viu-se necessária a realização de novas planilhas para conseguir mensurar da melhor forma o resultado da análise, principalmente no que se refere ao período de veiculação para comparação com o período da proposição e tramitação legislativa.

---

<sup>22</sup> Decupagem significa assistir todas as reportagens exibidas no telejornal e responder as questões de pesquisa com base no conteúdo jornalístico apresentado em cada conteúdo.

Esta é outra característica específica da análise quantitativa em pesquisas das ciências sociais, que busca encontrar respostas similares com os mesmos dados coletados. Testar e re-testar as hipóteses é fundamental para compreender o papel da televisão na construção legislativa paranaense.

Abaixo são apresentadas todas as classificações realizadas em cada conteúdo jornalístico estudado, ou seja, todas as notícias veiculadas no telejornal respondem às questões apresentadas, sendo elas: 1. Conteúdo da peça jornalística; 2. Assunto; 3. Tempo de Exposição; 4. Perfil dos entrevistados; 5. Perfil dos políticos entrevistados; 6. Tipo de peça jornalística.

### **2.5.1 Conteúdo da peça jornalística**

A primeira classificação das peças do telejornal é o seu conteúdo. Entre as classificações disponíveis optou-se pelas categorias mais utilizadas no telejornalismo e, em especial, pela própria emissora. Sendo assim, a peça poderia ser sobre doze temas pré-definidos pela pesquisadora. Em caso de reportagens que não se enquadraram totalmente em uma editoria específica, optou-se por colocar na mais próxima ao tema central.

O conteúdo da peça jornalística auxilia a compreender quais temas são mais relevantes para o jornalismo em cada dia de produção, ou seja, quais são as escolhas da emissora para cada na programação, tal como explica Traquina (2013), destacando que o jornalismo opera suas notícias através de uma seleção e de uma construção do que é selecionado pelos óculos particulares que mostram certas coisas e escondem outras (TRAQUINA, 2013, p. 75).

Nas categorias de análise também estão dispostos os valores-notícias, apresentados anteriormente por Traquina (2013). O conteúdo de cada peça jornalística atende, muitas vezes, aos onze valores estabelecidos, mas algumas vezes os critérios estabelecidos pelo autor não fazem parte das notícias veiculadas no telejornal.

Esta é uma das possibilidades de comparativo entre a construção legislativa e o telejornal, já que se um problema da categoria estiver mais em ascensão e aparecer também em crescimento na construção legislativa pode representar a construção da agenda e a troca de influências entre os dois objetos de pesquisa. Nos critérios metodológicos de análise, o monitoramento das editorias ajuda a perceber o fluxo político. A repetição e saliência de temas predominantes e as estratégias para questões relevantes.

Abaixo é explicado o que foi considerado para cada categoria de conteúdo da notícia.

- 1. Saúde:** Materiais que falem sobre o tema saúde em ações preventivas realizadas pelo Estado ou iniciativas privadas, problemas com unidades de atendimento,

reclamações, projetos de sucesso, mortes em unidades de saúde, greves em hospitais e de servidores, etc.

2. **Educação:** Materiais que apresentaram relação com a educação básica e superior. Greve de professores do ponto de vista dos problemas em sala de aula para alunos e pais. Conteúdos de inovação, ciência e tecnologia. Mercado de trabalho através de cursos e profissionalização. Carreira. Universidades estaduais. Inovações tecnológicas que nascem das universidades do Estado.
3. **Esporte:** Projetos sociais que incentivaram o esporte. Campeonato brasileiro da série A, B e C. Campeonato Paranaense.
4. **Violência / Polícia:** Conteúdos que mostrassem os problemas com a violência; Furtos e roubos. Conteúdo policial de crimes e violência. Problemas com a falta de segurança nas cidades. Prisões superlotadas.
5. **Política:** Propostas legislativas das Câmaras de Vereadores ou da Assembleia Legislativa. Reivindicações contra o aumento de salário dos vereadores. Problemas com licitações da Assembleia Legislativa. Greve dos professores. Aumento de salário de servidores públicos.
6. **Lazer:** Possibilidades de diversão nos finais de semana. Atrações turísticas do Paraná.
7. **Estado:** Novas políticas públicas apresentadas ou efetivadas pelo Estado. Conteúdo sobre as ações do Governo do Estado e Governo Federal. Garantias de direito da população.
8. **Corrupção:** Operação Lava Jato. Operação Publicano. Operações do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Prisão de prefeitos, vereadores e de auditores fiscais.
9. **Cultura:** Peças teatrais, festivais e shows. Feiras em municípios. Incentivo à prática cultural em todo o Estado. Diversão.
10. **Midiatização:** Conteúdos divulgado pelo telejornal sobre a própria emissora ou sobre o conteúdo do telejornal.
11. **Transporte/ trânsito:** Matérias apresentando os problemas do transporte público da região metropolitana. Greve dos motoristas. Mudança de sentido em vias. Trânsito das rodovias em feriados e finais de semana. Preço das passagens.
12. **Economia:** Crise econômica no Brasil e no Paraná. Como economizar ou investir dinheiro. Crise em bancos. Inflação. Preço dos alimentos e do dólar. Estragos econômicos oriundos de fenômenos meteorológicos.



### 2.5.2 Assunto

Sobre a categoria “assunto”, a classificação é sobre o que a reportagem está passando ao telespectador no telejornal, como um resumo do fato. Foi colocada uma frase com as principais informações da notícia, ou seja, o *lead*<sup>23</sup> dela.

Explicar isso na tabela de análise auxilia na comparação com as propostas de leis apresentadas pelos deputados no mesmo período, já que a ementa da proposta de lei segue os mesmos princípios e também tem um assunto chave na sua resposta.

Classificar qual o assunto da notícia melhora a análise, pois é possível definir o que foi tratado na notícia e comparar, posteriormente, com a proposição legislativa. É fundamental saber se o assunto é o mesmo de ambas, para poder comparar a construção da agenda.

Do mesmo modo que a análise anterior, verificar qual é o assunto tratado auxilia na especificação da comparação, ou seja, se um assunto como saúde é determinante, estabelecer se há uma relação direta ou não com a proposição legislativa pode ser genérica. Entretanto, se o assunto for a falta de medicamentos em hospitais e houver, no mesmo período, uma proposta legislativa para a compra permanente de medicamentos, pode-se afirmar que há uma troca de saliências entre as agendas.

### 2.5.3 Tempo de exposição

As notícias são vistas como algo perecível, ou seja, possuem um prazo de validade curto. Isso significa que o imediatismo age na mesma velocidade que a informação pode ser contada e esquecida, logo na sequência. “Os membros da comunidade jornalística querem as notícias tão “quentes” quanto possível, de preferência “em primeira mão”. Notícias “frias” são notícias “velhas”, que deixam de ser notícia” (Traquina, 2013, p. 35).

É por este motivo que uma reportagem no telejornal pode variar muito seu tempo de exposição. A maioria dos telejornais utiliza em média de 2 a 3 minutos para uma reportagem completa. Mas há casos em que a notícia pode durar apenas alguns segundos.

Quanto maior é este tempo de exposição da notícia no telejornal, maior a possibilidade de fixar o conteúdo na mente do expectador (McCombs, 2005, p. 211). É por este motivo que o tempo de duração da notícia influencia diretamente na intenção do telejornal em destacar (ou não) determinado assunto.

---

<sup>23</sup> Lead para o jornalismo são as principais informações da notícia, que obrigatoriamente respondem as seguintes questões: O Que? Quem? Quando? Onde? Como? Por que?

#### 2.5.4 Perfil dos entrevistados

A escolha dos entrevistados é outro ponto fundamental para o jornalismo. Quem fala pode definir muita coisa, inclusive a opinião editorial do jornal sobre o tema. No jornalismo os entrevistados são denominados fontes da notícia. Schimtz (2011) explica que as fontes são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências que estão envolvidas nos fatos ou eventos divulgados pelos meios de comunicação. Essas fontes podem agir de forma proativa, ativa, passiva ou reativa. São através delas que os jornalistas obtêm informações para transmitir ao público, a notícia.

As fontes podem ser classificadas ainda como detentoras do conhecimento específico e que, através da divulgação da explicação que ela detém para o jornalista, o mesmo consegue transformar tal dado em conhecimento compartilhado. São as vozes de quem viveu a notícia ou evento relatando, com suas crenças e pontos de vista, ao público o fato, mesmo que de maneira subjetiva.

Lage (2001) destaca que há fontes mais e menos confiáveis. Entre elas estão as fontes oficiais, oficiosas ou independentes. Essas fontes são reconhecidamente ligadas a entidades ou indivíduos, empresas, organizações como sindicatos ou do próprio governo.

Para Traquina (2013) três generalizações são defendidas pelos jornalistas ao escolher suas fontes. A primeira é que a maioria dos indivíduos tem algo para falar e defender como (apenas) sua opinião. Para ser credível, no entanto, o indivíduo precisa provar que é uma fonte segura de informação.

A segunda generalização é que indivíduos específicos com cargos como de presidentes de comissões estão em uma posição que os dá a condição de saber mais que qualquer outra pessoa ou organização. Apesar de saber exatamente qual sua opinião e as defender, eles não são exclusivamente os únicos que podem defender o parâmetro x ou y.

Já o terceiro ponto é que instituições e organizações tem significados específicos, como de proteção sobre elas próprias. E isto também pode dificultar todo o jogo de interesses. Essas características podem ser encontradas nas reportagens do telejornal estudado.

O que é preciso destacar também é que as fontes, muitas vezes, buscam visibilidade no telejornal. Por interesse próprio ou de grupos e organizações, as fontes podem colaborar com a produção jornalística, direcionando o repórter. Schimtz (2011) em pesquisa sobre fontes no jornalismo enfatiza que as estratégias de visibilidade utilizadas pelas fontes, em sua grande maioria, têm interesse em alcançar a agenda da opinião pública. Ou seja, as fontes utilizam do telejornalismo para obter visibilidade na esfera pública e legitimar sua identidade, formando um ponto de vista positivo e de alta credibilidade (SCHIMTZ, 2011, p. 14).

Mas como as fontes utilizam do jornalismo se são os editores e repórteres que escolhem suas fontes? No caso específico desta tese, como os atores políticos estão envolvidos centralmente no processo, as escolhas já são pré-definidas pelos próprios agentes políticos. Isso significa que líderes de oposição e governo, presidente da Assembleia, membros de comissões, relatores, etc., são as fontes oficiais da informação e, geralmente, são as fontes utilizadas pelos veículos de comunicação.

Estes atores chegam aos jornalistas mediadas, por muitas vezes, por outros jornalistas (assessores de imprensa). Esta informação é importante, pois auxilia a compreender porque determinados atores também são escolhidos. Em uma briga pela visibilidade midiática, o acesso orientado e a linguagem apropriada também auxiliam no momento em que o repórter escolhe sua fonte. A escolha dos atores políticos é justamente o ponto do próximo item analisado.

### **2.5.5 Perfil dos políticos inseridos nas peças**

Compreender quem são os entrevistados é um dos pontos de análise. O seguinte é visualizar quem são os atores políticos envolvidos nesta transmissão de conteúdo. Em busca da visibilidade midiática, a concorrência é alta na Assembleia Legislativa. Encontrar os atores que mais aparecem e que são os porta-vozes oficiais da informação também respondem a algumas questões de pesquisa.

Sobre as isso, é preciso também entender que a notícia é mais valorosa quando recai sobre alguém que influencia diretamente na política. “(...) o nome e a posição da pessoa são importantes como fator de noticiabilidade. O que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante” (TRAQUINA, 2013, p. 77).

Do mesmo modo, Miguel (2014) argumenta que os meios de comunicação ampliam o acesso aos agentes públicos e a seus discursos, e isso, na prática, garante uma exposição permanente aos olhos do grande público sobre tudo o que os agentes políticos fazem ou deixam de fazer.

Como aponta Gomes (2004) a escolha dos políticos como fontes da informação é fundamental também para eles, já que aumentam a sua cota de visibilidade. Quem aparece pode ser uma hipótese decisiva nas urnas, posteriormente. Além disto, pertencer a Comissões ou ser um dos líderes de governo é outra ferramenta fundamental para ter mais visibilidade.

Isso acontece porque hoje não há espaço para tudo o que a esfera pública previa (discussão, exposição, visibilidade, etc.) e os meios de comunicação de massa acabam sendo o espaço discursivo de disseminação das universalidades.

A escolha de fontes específicas também responde a outra ordem apontada por Traquina (2013): a da facilidade, ou seja, fontes oficiais são mais fáceis de contatar e são consideradas confiáveis porque sempre estão bem informadas sobre determinado tema.

Retomando a pesquisa de tese, é possível colocar aqui os líderes de partido, governo e oposição, além de deputados e presidentes de comissão como os atores mais viáveis aos jornalistas. Primeiro porque eles precisam estar informados sobre os assuntos debatidos a fim de orientar as decisões dos demais partidários. Depois porque estão com laços mais estreitos com os próprios jornalistas, devido à recorrência de sua função de fonte oficial. Estes são outros aspectos que serão observados durante a análise do próximo capítulo. É fundamental compreender se essa relação com as fontes oficiais das notícias do telejornal é confirmada no monitoramento.

### 2.5.6 Tipo de peça jornalística

Outra forma de compreender como o telejornal passa a informação ao receptor é observando como essa informação é montada na edição do telejornal. São várias maneiras como a reportagem pode ser confeccionada:

1. **Reportagem Completa:** Matéria produzida pelo repórter, onde ele aparece através da passagem, com presença de entrevistados e offs (que são as informações lidas pelo repórter e acrescentadas imagens para ilustrar as informações).
2. **Reportagem Simples:** Matéria produzida pelo repórter. Pode não ter entrevistados ou passagem, mas há offs do repórter ilustrando a matéria. A pesquisa inclui neste quesito as reportagens que ou não tem a presença do repórter ou não tem entrevistados.
3. **Nota Coberta:** Lida pelo apresentador, a notícia é ilustrada com imagens. A diferença entre ela e a reportagem simples está na não presença do repórter no processo.
4. **Link Gravado:** Fala exclusiva do repórter, que aparece em grande parte do conteúdo. Pode ter um entrevistado na gravação. É feita externa ao estúdio de televisão, mas foi gravada anteriormente à edição.
5. **Link ao Vivo:** Assim como o link gravado, possui todas as características acima, a diferença é que o repórter aparece ao vivo conversando com o apresentador.
6. **Entrevista em Estúdio:** Raramente acontece no telejornal Paraná TV 2ª edição, a entrevista em estúdio é quando um personagem aparece no estúdio do telejornal

sendo entrevistado pelo apresentador. É ele quem conduz a entrevista e não possui interferências externas de repórteres ou editores.

Em vários dos tipos de peça jornalística o jornalista aparece como contador oficial da história. E aparecer é uma das características apontadas pelos graus de mediatização, a fim de compreender as relações entre a mídia e o poder político.

## **2.6 Monitoramento Assembleia Legislativa**

No início deste capítulo apontou-se um pequeno resumo histórico da Assembleia Paranaense. O Parlamento do Paraná tem diferentes funções, mas obedece sempre ao Regimento Interno e a Constituição do Estado do Paraná. As sessões, conforme estabelecem as duas normativas são realizadas no Palácio Dezenove de Dezembro, no Centro Legislativo Anibal Khury, em Curitiba. Há a possibilidade de, por motivo de força maior ou motivo relevante, da Assembleia ter deliberação da Mesa Executiva em outro ponto de território estadual (ou seja, em qualquer lugar ou município paranaense).

As sessões ordinárias acontecem de fevereiro a julho (com recesso de 15 dias) e retornam em agosto, seguindo até dezembro. Já as deliberações extraordinárias podem ser realizadas em qualquer momento, assim que forem convocadas, desde que tratem somente sobre o objeto da convocação.

O artigo 154 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná trata sobre as proposições legislativas. São consideradas proposições, de acordo com o regimento, todas as matérias sujeitas à deliberação na Casa Legislativas. Elas são recebidas pela Mesa, numeradas, datadas, despachadas para as Comissões competentes e, se aprovadas, publicadas no Diário Oficial ou site da Assembleia para consulta pública. Ou seja, todas os atos normativos são publicizados, no conceito de dar publicidade aos atos realizados na Assembleia. As proposições podem ser tanto projeto de lei, quanto projetos de resolução, de decreto legislativos, propostas de emenda à Constituição, emendas, requerimentos e vetos.

Como há um número muito grande de propostas legislativas durante um ano, optou-se por analisar apenas os projetos de lei apresentados no ano de 2015. Eles já garantem a comparação com as notícias do telejornal e estabelecem uma relação de causa/efeito entre os objetos.

Com base nestes limites legislativos estabelecidos, foi realizado o monitoramento de todos os projetos de lei apresentados na Assembleia Legislativa do Paraná no ano de 2015. No total, mais de 950 projetos foram protocolados. Todos respondem às questões abaixo apresentadas, com a intenção de poder realizar o cruzamento dos dados posteriormente.

## **2.7 Número do Projeto de Lei**

Sobre os projetos de lei, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná estabelece no artigo 159 que eles são destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador. Estes projetos têm caráter político, administrativo e processual.

Todos os projetos de lei, assim que protocolados, ganham um número, que acompanha o projeto até a aprovação da lei, arquivamento ou tramitação legislativa nas comissões da Assembleia. Este número é diferente em caso de aprovação da Lei.

## **2.8 Autor da proposta**

Como já citado, os deputados têm nas propostas legislativas a sua maior cota de visibilidade, pois são nelas que eles conseguem aparecer para a mídia, apresentando soluções para problemas que mobilizaram o público.

Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, as proposições legislativas de iniciativa dos deputados estaduais são lidas pelo presidente sempre na mesma sessão em que são protocoladas, ou seja, imediatamente. Isso facilita o cruzamento de dados comparando as notícias do telejornal e das proposições legislativas.

A leitura não garante a efetivação a votação. O projeto é deliberado e enviado à Comissão competente para ser numerado, registrado e publicado. Naturalmente este processo é lento, contudo há ferramentas que agilizam o processo, entre elas o regime de urgência. Segundo o Regimento, caso haja regime de urgência em qualquer proposta legislativa, deve haver a imediata autuação e encaminhamento à Comissão Competente.

Outra questão importante é que se a proposição for apresentada pelo Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal de Contas, Procurador-Geral de Justiça, do Defensor-Geral da Defensoria Pública ou então as que são assinadas por pelo menos cinco deputados, ela independe de apoio para ser enviada à Comissão. É neste ponto que muitas das legislações propostas e aprovadas serão explicadas durante a pesquisa, fazendo parte das características de fluxos políticos, papel dos atores, de onde surgem as políticas, relação tempo/causa e as estratégias políticas.

A mesa diretora, importante na escolha de projetos de lei que farão parte da deliberação, é o órgão do colegiado que dirige todos os trabalhos legislativos e administrativos da Assembleia. Os membros têm mandato de dois anos e a composição deveria, em tese, observar

a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares formados no início da legislatura.

A mesa diretora da Assembleia Legislativa, em 2015, era composta pelo Deputado Ademar Luiz Traiano (Presidente), Jonas Guimarães (1º Vice-Presidente), André Bueno (2º Vice-Presidente), Gilberto Ribeiro (3º Vice-Presidente), Plauto Miró Guimarães Filho (1º Secretário), Ademir Bier (2º Secretário), Adelino Ribeiro (3º Secretário), José Carlos Schiavinato (4º Secretário) e Ney Leprevost (5º Secretário).

Se comparada com a mesa diretora da legislatura anterior (2013/2014), é possível notar que apenas dois Deputados permaneceram na mesa diretora, sendo Plauto Miró Guimarães Filho como 1º Secretário, Gilberto Ribeiro como 4º Secretário e Jonas Guimarães como 2º Secretário. O restante da mesa era composta por Valdir Rossoni (Presidente), Artagão Júnior (1º Vice-Presidente), Douglas Fabrício (2º Vice-Presidente), Nelson Luersen (3º Vice-Presidente), Gilson de Souza (3º Secretário) e Stephanes Junior (5º Secretário). Entre todos os membros da mesa, apenas o 3º vice-presidente, Deputado Estadual Nelson Luersen não é da base de apoio do governador Beto Richa.

A mudança na mesa diretora é outro ponto importante para ser observado na análise, principalmente pela justificativa de Kingdon (2003) do clima de mudanças acionado através das mudanças estruturais de governo. É preciso observar que das nove cadeiras disponíveis, três foram ocupadas por parlamentares que já faziam parte da mesa diretora anterior, ou seja, não houve modificações em um terço da composição.

Uma das hipóteses também é que proposições que tenham a presença de membros da mesa diretora podem ter uma vantagem no encaminhamento legislativo. Esta hipótese será testada durante a análise.

A outra questão de cota de visibilidade apresentada por Gomes (2004) é a dos deputados líderes de partido ou de oposição/situação. Conforme estabelece o Regimento Interno, os deputados podem ser agrupados por representação partidária de pelo menos três deputados ou com blocos parlamentares com quatro deputados. Estes grupos devem escolher um líder para representação – provavelmente o parlamentar que terá mais visibilidade como fonte de notícias. Partidos com menos de três deputados não possuem lideranças.

O Governador do Estado e os deputados da bancada da oposição indicam também os líderes de governo e de oposição, que possuem prerrogativas regimentais similares aos dos demais líderes de bancadas, sendo que no horário das lideranças estes dois personagens poderão fazer o uso da palavra por 10 minutos improrrogáveis.

Além da midiática, os líderes ainda possuem outras cotas de visibilidade. Uma delas é que, conforme estabelece o artigo 20 do Regimento, os líderes podem usar da palavra a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, podem usar a palavra para defender determinada respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças, participar dos trabalhos de qualquer comissão, mesmo que não seja membro da mesma (entretanto, não há direito a voto), podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta, solicitar a suspensão dos trabalhos por até 15 minutos para discussão entre os membros da bancada sobre o tema abordado na sessão e indicar à mesa membros da bancada para compor as comissões (e também substituí-los a qualquer momento).

Saber quem são os deputados, cargos que ocupam em comissões e também sua relação com os deputados que compõe a bancada da maioria é outra característica que será observada na aprovação (e também a não aprovação) dos projetos de lei.

Outro fator importante é a apresentação de projetos de lei vindos do Poder Executivo. No artigo 234 do Regimento Interno é estabelecido que a apreciação das proposições do Governador do Estado com urgência independe da aprovação o Plenário para a tramitação neste regime e ela pode ser solicitada pelo governador em qualquer fase do trâmite legislativo. Além disto, o prazo máximo para deliberação é de 45 dias do recebimento pela Assembleia.

Esta modalidade de autoria é comum na Assembleia Legislativa Paranaense, como será apresentado na compilação de dados do próximo capítulo e ajuda a determinar os atores coletivos envolvidos no processo de construção de políticas públicas paranaenses.

## **2.9 Data do protocolo**

Como apontado anteriormente, a data do protocolo determina o dia em que o projeto de lei será apresentado na Assembleia Legislativa. O Regimento Interno estabelece no artigo 183 que a primeira discussão do projeto de lei tratará apenas sobre a sua constitucionalidade e legalidade. A partir daí o projeto é encaminhado para a respectiva Comissão. Já a segunda discussão versará sobre o mérito da proposição. Todo projeto de lei que for protocolado na Assembleia segue os mesmos trâmites, com exceção dos casos apresentados acima.

Além de observar a data da proposição para verificar a velocidade dos trâmites do projeto de lei, a data do protocolo auxilia a perceber as relações entre a lei e as notícias na mídia. E é justamente neste ponto que as características dos modelos *inside*, *outside* e mobilização da agenda-*building* tem mais propensão de serem visualizados.



## 2.10 Palavras-chave

As palavras-chave das proposições legislativas indicam os temas principais do projeto de lei. Elas auxiliarão como recurso metodológico para a comparação entre as proposições e as notícias televisivas, pois possibilitarão verificar a troca de saliência entre notícias e projetos de lei. Outra característica que será observada é a origem do projeto: se é com base nas notícias ou se serviu como pauta para o telejornal.

Geralmente são de três a cinco palavras-chave que compõe os projetos de lei. Além de auxiliar como comparativo de relações entre telejornalismo e construção legislativa, essas palavras-chave também ajudam a população a pesquisar no site sobre temas específicos.

## 2.11 Ementa

No projeto de lei, os autores devem sempre redigir o texto de maneira clara e objetiva, com fundamentação escrita que obedeça às disposições do Regimento Interno. Não é permitido a proposição legislativa de matérias que não são de competência da Assembleia Legislativa e/ou de deliberação em projetos de lei. E ao escrever o texto legislativo, os deputados anexam um resumo da legislação, denominado de ementa.

A ementa de todos os projetos de lei explica o tema (temática) e conteúdo da proposição. O autor do projeto é quem a faz, assim como todo o texto da matéria do projeto de lei. No cruzamento de dados este será um ponto de análise importante, que auxiliará a estabelecer as relações de causa e efeito entre as propostas de lei e as notícias do telejornal.

## 2.12 Encaminhamento

Conhecer os trâmites de cada processo legislativo da Assembleia auxilia na compreensão desta análise. Isso ajuda a compreender os passos percorridos por cada legislação para ser aprovada. Sendo assim, de acordo com o Regimento Interno da casa legislativa paranaense, todo projeto de lei passa por diferentes fases para se tornar lei.

Os projetos de lei são lidos pelo Presidente sempre na mesma sessão que são protocolados. Na sequência, os projetos são submetidos a apoio para alcançarem o *status* de deliberação (ou não). Se ela for considerada objeto de deliberação, é encaminhada para a Comissão competente para ser numerada, registrada e publicada no prazo máximo de três dias. Salvo quando o encaminhamento for de urgência, onde a comissão legislativa deverá fazer a numeração imediatamente. Se a proposta não for objeto de deliberação ela é considerada rejeitada. Como citado anteriormente, independem de apoio algumas das proposições

legislativas, incluindo àquelas do Governador do Estado e assinadas por mais de cinco Deputados.

Notas técnicas podem ser anexadas às proposições legislativas, respeitando o rito de ser encaminhada ao autor da proposição que pode acolher ou não os termos da nota técnica (integral ou parcialmente).

Todas as proposições devem ter um parecer emitido pela Comissão a que foram encaminhadas e nenhuma será votada e discutida antes deste parecer. Se essas Comissões observarem semelhança de projeto entre proposições, o fato deverá ser comunicado ao Plenário para que elas sejam anexadas e encaminhadas para a Comissão de Constituição e Justiça para unificar os textos sob a autoria de todos os Deputados que escreveram o projeto. Já se a unificação não for aceita, ambos os textos seguirão em tramitação com o protocolo de cada um.

Os projetos de lei podem ser rejeitados apenas quando as Comissões que ele teve encaminhamento emitirem parecer contrário quanto ao mérito. O conteúdo deste projeto rejeitado só poderá fazer parte de outro projeto na mesma sessão legislativa, através de proposta que tenha o apoio da maioria da Assembleia.

Os projetos de lei com parecer positivo de sua Comissão respectiva são enviados novamente ao plenário para deliberação. Lá eles passam por duas discussões. O texto definitivo do projeto é distribuído aos deputados e incluído na Ordem do Dia para a discussão de sua redação final. Se aprovadas, são enviadas ao Governador para sanção e, posteriormente, publicadas em Diário Oficial. A mesa pode aceitar ou não proposições para votação.

### **2.13 Caminhos para análise dos objetos**

As categorias determinadas acima serviram para a coleta de dados e informações relevantes para o processo de análise. Entretanto, elas sozinhas não respondem às hipóteses de pesquisa nem ajudam a compreender as várias questões que surgiram no decorrer deste trabalho.

Como apontado no Quadro 02 disposto acima, esta pesquisa leva em consideração características específicas das teorias da construção da agenda, visibilidade e midiaticização para compor a análise dos dois objetos empíricos escolhidos (Assembleia Legislativa do Paraná e Paraná TV 2ª Edição). Cada uma destas características foi selecionada através do embasamento teórico que sustenta esta pesquisa e que está disposto no referencial do primeiro capítulo.

Para conseguir mensurar tantos dados coletados foi necessário avançar na pesquisa e analisar as relações entre o telejornalismo e a construção legislativa. São essas relações que estarão demonstradas no próximo capítulo e que garantem a realização desta tese.

Lopes (2016) aponta que em pesquisas de comunicação geralmente segue-se um padrão metodológico que passa pela referência teórica, metódica e técnica, onde as quatro fases de pesquisa são fundamentais: 1. Definição do objeto; 2. Observação; 3. Descrição e 4. Interpretação. Ao longo de todo este texto já foram percorridas as três primeiras fases destacadas pela autora. A partir de agora, em uma possibilidade de interferir de fato e gerar resultados significativos e que contribuem para outras pesquisas, é a hora de iniciar a interpretação.

## Capítulo 3 – RESULTADOS DE PESQUISA

### 3.1 Cruzamento dos dados e os resultados do monitoramento

Compreender e interpretar os dados coletados ao longo da pesquisa é uma das fases mais emblemáticas de uma tese. Este é um processo que demanda tecnicidade e uma análise criteriosa e cuidadosa de todo o conteúdo. Com esta pesquisa não é diferente.

É por isto que foram criadas as categorias de análise que constroem o *corpus* da tese. Delimitar o que faria parte (e também o que não seria analisado) foi uma tarefa complicada e que pode receber críticas, mas foram escolhas metodológicas necessárias para a possibilidade de conclusão deste trabalho. Haviam outros caminhos também possíveis para análise e interpretação dos dados, porém, através das correntes teóricas já apresentadas no Capítulo 1, as decisões parecem ser as mais acertadas para esta análise.

Para dar conta de responder todas as questões de pesquisa, foi preciso recortar as informações para chegar em algo compacto e que também é apto a testar hipóteses, resolver as perguntas de pesquisa e alcançar os objetivos propostos no início desta tese. Por isto anteriormente foram demonstradas todas as categorias de acompanhamento dos objetos de pesquisa, através do monitoramento com decupagem das informações.

Não significa que estas categorias devem servir como padrão para todas as pesquisas que estudem as relações entre o telejornalismo e a construção legislativa. Contudo, elas podem ser utilizadas por quem tiver as mesmas questões de pesquisa para outras localidades ou esferas de poder e, ao mesmo tempo, excluídas assim que houver verificação de falhas ou não comprovações de resultados.

Dando sequência lógica ao processo de construção de pesquisa, neste capítulo são observadas diferentes características do Quadro 02 (disposto no capítulo anterior) na explicação de cada categoria do monitoramento, entre eles as possibilidades de verificar de onde surgem os problemas, as cotas de visibilidade a troca de saliências e o papel dos atores coletivos na construção das soluções.

Muito mais do que fornecer instrumentos para a análise, o objetivo também é testar se as teorias retratam o que acontece na realidade brasileira, afinal, grande parte dos pesquisadores apresentados no Capítulo introdutório estudaram realidades bem diferentes da encontrada no Brasil.

Avançando nas particularidades, a realidade paranaense é ainda mais especificada e não há registros de relações da construção da agenda no estado até a presente data. Isso será possível

e inovador a partir deste estudo de caso, que acompanha a divulgação de fatos expostos na mídia e a construção legislativa na Assembleia Legislativa no ano de 2015.

### **3.2 Análise do conteúdo jornalístico**

Durante o ano de 2015, excluindo poucas categorias de análise do telejornal Paraná TV 2ª Edição (já explicadas em capítulo anterior), a pesquisa chega ao número final de 1.687 matérias divulgadas de 01 de janeiro de 2015 até 16 de dezembro do mesmo ano. Todo o conjunto de notícias faz parte da análise de maneira quantitativa, delimitada neste capítulo. A análise do telejornal inicia antes do começo das sessões legislativas, respeitando o período de agendamento proposto pelos teóricos da agenda-*setting*.

Já a análise qualitativa das notícias depende diretamente das correlações entre a agenda do telejornal e da construção legislativa que será feita ao longo da pesquisa, em determinados pontos, através das análises de casos específicos. Assim sendo, não são todas as reportagens que fazem parte da análise qualitativa, por não terem relações com a proposições legislativas ou por escolhas metodológicas de pesquisa, mas cabe ressaltar que todas elas contabilizam na análise quantitativa.

Como os trabalhos legislativos só iniciam em fevereiro, o monitoramento legislativo começa concomitantemente com o início das sessões, no dia 03 de fevereiro de 2015, seguindo até o dia 16 de dezembro do mesmo ano (data da última sessão legislativa). No total foram 951 projetos de lei apresentados na Assembleia Legislativa do Paraná durante este período, ou seja, em um ano de produção legislativa há um número de quase mil projetos de lei elaborados pelos atores políticos. Vale destacar que nem todos são de autoria de deputados estaduais, como será apresentado posteriormente.

A primeira análise deste capítulo tem início no comparativo das proposições legislativas na Assembleia ao longo dos anos. O objetivo é comprovar a teoria de Kingdon (2003), que trata do clima de mudança após o processo eleitoral e que é uma das categorias apresentadas anteriormente para compreensão do processo de construção da agenda. Segundo o autor, há mais propensão para alterações legislativas assim que um pleito eleitoral é encerrado. No caso da Assembleia Legislativa do Paraná, 2015 é o ano subsequente ao pleito eleitoral.

Por que este clima de mudança acontece? De acordo com a teoria dos múltiplos fluxos, o humor social está intimamente ligado em como a sociedade recebe um problema. Ela pode ajudar a impulsioná-lo ou então sufoca-lo na agenda política.

Assim sendo, os governantes, durante as eleições, possuem uma tendência a buscar encontrar quais são os problemas da sociedade para fazer deles, seus compromissos de

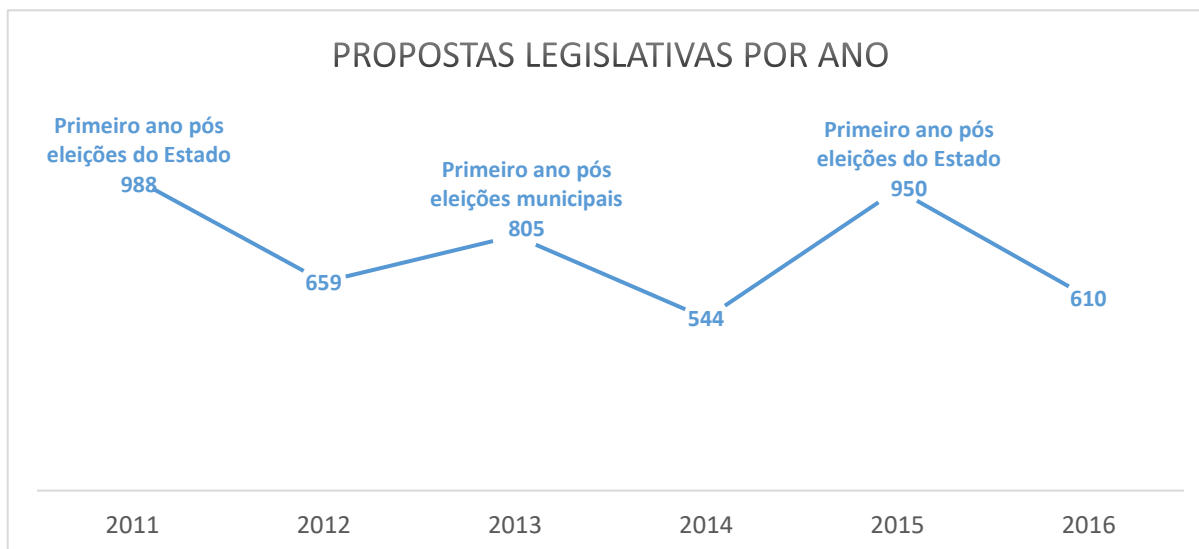
campanha para angariar votos. Isto funciona como uma espécie de caldo de sopa, onde problemas estão flutuando e, em determinado momento ou circunstância, os decisores os captam para apresentar soluções. E são nas eleições que os problemas vêm à superfície, exigindo dos governos resoluções imediatas, que agitam a população na busca de melhorias para os problemas públicos.

Por isto, quando o pleito eleitoral termina, há um número maior de problemas identificados e soluções qualificadas. É neste ponto que grande parte dos decisores atentos aproveitam a situação a seu favor e já apresentam as soluções aos seus eleitores. Funciona também com a visibilidade que esta solução dá ao decisor. Ele garante para seu eleitor que está fazendo o seu trabalho de constante busca para melhorar a qualidade de vida do povo que o elegeu. Outra hipótese é que há interesses privados que devem ser solucionados imediatamente após o pleito eleitoral.

É este conjunto de vibrações que faz com que os anos posteriores às eleições sejam os que possuem o maior número de proposições legislativas. Para comprovar a teoria, foi observado o número de projetos de lei durante os anos de 2011 até 2016, observando se há alterações na quantidade de proposições em períodos pós-eleitoral.

Em consulta no site da Assembleia Legislativa do Paraná sobre o número de proposições nos anos estudados, foi possível observar que o ano inicial dos deputados na Casa Legislativa (e conseqüentemente do Governador do Estado) há uma tendência de aumento de projetos de lei apresentados.

Abaixo, o Gráfico 01 apresenta um comparativo de números de proposições legislativas com base nos anos de 2011 seguindo até 2016. É possível notar visivelmente um aumento das proposições a cada ano posterior ao processo eleitoral, ou seja, 2011, 2013 e 2015. Destaque ainda para a queda significativa no número de proposições nos anos seguintes, diminuindo para pouco mais de 600 projetos de lei apresentados. O gráfico confirma a primeira justificativa da tese, que ressalta a escolha do ano de 2015 para a pesquisa.

**Gráfico 01 – Número de propostas legislativas de 2011 até 2016**

Dados com base em pesquisa de propostas legislativas no site da Assembleia Legislativa do Paraná em 30/07/2017

Fonte: Autora

Como é possível observar, o ano de 2011, primeiro ano de mandato da legislatura e do governo Beto Richa, o número de propostas legislativas foi de 988. Já em 2012, ano em que acontece um pleito eleitoral (desta vez com as eleições municipais), o número de proposições cai para 659. No ano seguinte, pós-eleições municipais, novamente o número de proposições aumenta, subindo para mais de 800, com o mesmo índice caindo no ano subsequente.

2014 é o ano das eleições para a Assembleia Legislativa e, curiosamente, é o ano em que há menos proposições apresentadas na Casa, apenas 544. Uma das hipóteses é que os deputados estão nas cidades de seus redutos eleitorais disputando o voto com os demais candidatos.

Novamente em 2015 o número de proposições sobe. Como foi apresentado, apesar de não ter um índice alto de mudança de deputados estaduais, ainda sim o número de proposições cresce. O dado de que não há uma renovação grande na Assembleia corrobora com o ideal do clima social de mudança, pois mais próximos de seus eleitores durante o pleito, os deputados retornam para a Assembleia com vários problemas com soluções diversas para transformar em políticas públicas. O mesmo acontece com o governador, Beto Richa. Em 2016, novamente os números de proposições caem drasticamente.

A escolha do ano de 2015, portanto, confere com a justificativa deste projeto e delimita um recorte específico pontual para esta pesquisa, afinal, conforme visualizado abaixo, é o ano da legislatura que há mais projetos de lei apresentados na Assembleia Legislativa do Paraná (ficando atrás apenas de 2011, quando foram apresentados 988 projetos de lei).

A mesma comparação do Gráfico 01 não é realizada com o número de reportagens do telejornal, por este ter uma dinâmica diferente e a análise requerer uma demanda alta de tempo para mensurar tal resultado. Além disto, o número de reportagens não afeta diretamente no clima social para mudança, pois a mídia não sofre (diretamente) as influências de um processo eleitoral – é claro que as editorias têm impacto no processo, mas não cabe aqui esse estudo. O que acontece com a agenda da mídia é aumentar a relação entre os problemas públicos e a opinião pública – já que os problemas ficam mais aflorados e divulgados durante o processo de eleição.

Para McCombs (2009), a causalidade é um significativo grau de relação entre a construção da agenda midiática e do público. Segundo o autor, com base nas pesquisas de Chapel Hill foram desenvolvidas várias análises sobre essa relação atualmente. E esta é também uma pesquisa que caminha na direção de encontrar respostas sobre essas correlações, mas, diferente de analisar a agenda do público, é priorizada a comparação entre a agenda midiática e a agenda política. Este é um dos pontos de partida para compreender o início desta pesquisa e que segue os preceitos comentados no capítulo anterior estudados pelos autores da agenda *building*. Novamente retoma-se os conceitos teóricos da construção da agenda nesta parte da pesquisa e reafirma a importância de mesclar as três teorias para compreensão mais abrangente do processo em uma realidade local.

### **3.2.1 Assuntos com mais destaque no ano de 2015**

Na televisão é necessário conquistar e reconquistar os telespectadores todos os dias, pois a audiência é o que move o telejornalismo. Publicidade e investimentos, por exemplo, são fundamentais para direcionar o sucesso ou insucesso de programas de televisão. Para conseguir atender aos interesses do público, os telejornais utilizam estratégias. Uma delas é delimitar os assuntos que farão sucesso no receptor.

Editorias fazem parte do telejornalismo e elas retratam especificamente o que acontece na sociedade incluindo informações sobre esporte, saúde e educação. Elas são utilizadas diariamente no jornalismo e não seguem uma ordem de prioridades – na prática, o que é mais relevante no sentido e valor-notícia é a manchete, independentemente de sua editoria.

É o que McCombs (2009) explica como uma influência não deliberada e premeditada, porque o que é veiculado é resultado da necessidade da mídia em selecionar e destacar poucos tópicos em seus relatos como sendo as notícias mais salientes de determinado dia.

No entanto, é possível destacar que alguns temas são sempre mais predominantes no telejornalismo, principalmente porque para conquistar a atenção do seu público, o telejornal dá



preferência a assuntos emocionais com uma linguagem dramática (TEMER, NERY, 2009, p. 110).

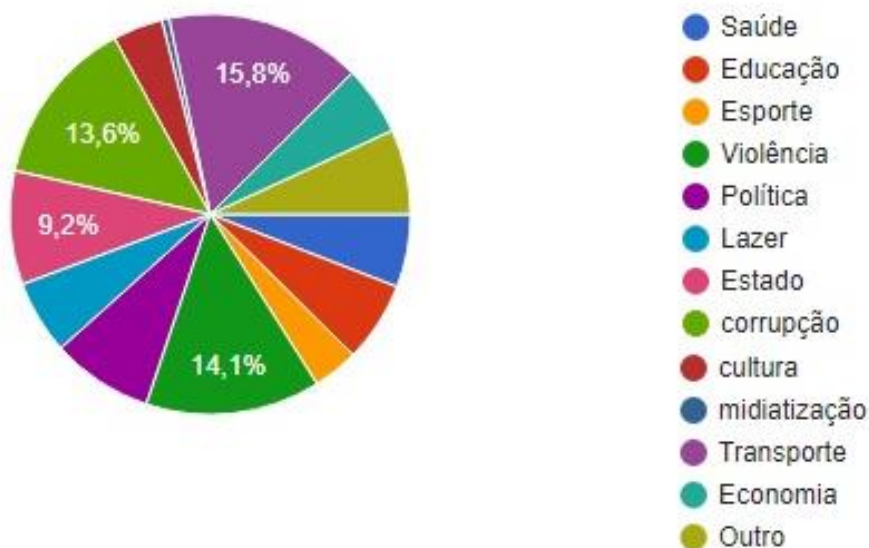
No monitoramento do telejornal durante o ano de 2015, foi necessário criar as categorias de análise para as editorias. Ou seja, separar os conteúdos veiculados por editorias. Essa separação em 13 diferentes editorias, sendo corrupção, educação, Estado, política, lazer, transporte, violência, saúde, cultura, esporte, economia e midiaticização ajuda a mensurar os resultados e comparar com a produção legislativa paranaense, afinal, o conteúdo das proposições pode ter relação direta com as editorias mais divulgadas pelo telejornal. Ambas já foram explicadas anteriormente.

Como explica McCombs (2009), há uma intensa competição entre os temas do cotidiano que tentam entrar na agenda. Mas a sociedade não presta atenção em tudo ao mesmo tempo. Por isto, os recursos de audiência do público nos noticiários são tão significativos para quem estuda as relações de construção de políticas públicas através das teorias da montagem de agenda. Mesmo assim, a atenção do público varia, de acordo com as pesquisas do autor, de dois a seis temas.

E a repetição das notícias é fundamental para compreender quais temas terão mais chances de entrarem na agenda pública. Isso significa que quanto maior for a exposição de uma editoria ou tema no telejornal, maior será a chance de ele conseguir agendar a opinião pública. Portanto:

*Os mass media são professores cuja principal estratégia de comunicação é a redundância. Uma e outra vez, nossos professores dos mass media repetem tópicos, às vezes com grande ênfase, noutras épocas só de passagem. Em primeiro lugar é a acumulação destas lições num período de oito semanas que é refletida nas respostas dos estudantes cidadãos quando nós perguntamos sobre os mais importantes temas que a nação enfrenta (MCCOMBS, 2009, p. 80).*

No Gráfico 3 são demonstrados quantitativamente as editorias mais divulgadas no telejornal estudado. Em primeiro lugar está a categoria trânsito/transporte com 15,8% das notícias veiculadas. Na sequência está a violência (14,1%) e corrupção (13,6%). Ainda em destaque as notícias do Estado, que somam pouco mais de 9% das notícias.

**Gráfico 2 – Tema das reportagens**

Dados com base no monitoramento realizada durante o ano de 2015 no Paraná TV 2ª Edição que destaca as editorias das peças jornalísticas no telejornal.

Fonte: Autora

As editorias mais divulgadas pelo telejornal durante o ano de 2015 mostram uma preocupação do telejornal estadual com a categoria trânsito e transporte. Como será apresentado posteriormente, durante o ano de 2015 ocorreu o fim da integralização do transporte público da região metropolitana de Curitiba, contribuindo com o aumento da produção de conteúdo sobre a editoria. Outra constatação é que o tema transporte, com informações sobre trânsito em rodovias e em cidades é uma fonte corriqueira utilizada pelo telejornal.

Sobre a corrupção, dois assuntos foram intensos durante o ano: o primeiro é a operação Lava Jato e as diversas prisões na sede da Polícia Federal, em Curitiba. Grande parte das notícias divulgou o andamento da operação na capital paranaense, com as prisões e depoimentos. O segundo assunto de corrupção que o telejornal também dedicou grande parte do seu tempo a divulgar foi a operação que investigou as fraudes na Receita Estadual de Londrina, com fraude em licitação e exploração sexual. O Gaeco acusou o primo do governador Beto Richa, Luiz Abi Antoun de coordenar as fraudes no governo estadual. Com relação as duas operações, a análise qualitativa ajudará a compreender os trâmites e relações com a construção legislativa no Estado posteriormente.

Além dos temas, outro fator essencial para a compreensão do poder de interferir na agenda é o tempo gasto para expor o conteúdo. Assunto delimitado no próximo item.

### **3. 2.2 Tempo de exibição**

Todo o conteúdo veiculado, independentemente de sua editoria, respeita o limite temporal do telejornal, no caso específico do Paraná TV 2ª edição, entre 20 a 40 minutos de informação diária. Para o público poder receber todas as manchetes do dia, no entanto, as notícias geralmente são rápidas – característica esta do telejornalismo. Geralmente, as notícias do telejornalismo brasileiro seguem uma média de 1 minuto a 1 minuto e 30 segundos

O tempo é um dos recursos mais importantes no telejornalismo. É tão decisivo tanto porque o espaço da grade horária em que um telejornal ocupa na emissora obedece um padrão específico, com patrocinadores e assuntos, quanto porque quanto mais tempo ocupar, maior será a visibilidade do tema para a audiência.

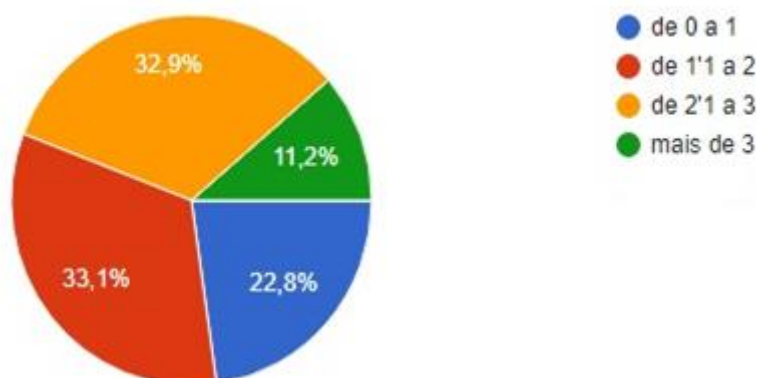
Como Lippmann (2010) explica, quando a audiência está em casa, ela tende a estar preocupada apenas com seus assuntos privados, sendo o tempo e a atenção limitados para serem gastos com informações selecionadas pela televisão naquele momento. Assim, se o editor escolhe que uma notícia renderá mais tempo para sua audiência receber aquele conteúdo, maior será a chance de que a opinião do veículo seja afirmada pelos telespectadores.

No telejornalismo o usual é mostrar ao mundo o que acontece no próprio mundo de uma maneira acelerada, a cada dia sendo construída uma imagem de novidade, mesmo que o assunto esteja repetido.

O tempo menos utilizado no telejornal monitorado foi para reportagens com mais de três minutos, ou seja, para aquelas reportagens mais aprofundadas e que tem caráter mais informativo. E isto não é algo incomum, afinal, reportagens de televisão seguem um ritmo acelerado da informação e usualmente variam com tempos inferiores a três minutos. Tempo é um valor notícia muito precioso aos editores e repórteres de televisão.

Mas como na maioria dos telejornais, os conteúdos variam entre os tempos de 0 a 1 minuto, de 1 a 2 minutos e de 2 a 3 minutos. O Gráfico 3 apresenta as porcentagens dos conteúdos analisados durante o ano de 2015 do Paraná TV 2ª Edição.

### Gráfico 3 – Tempo de reportagem do conteúdo veiculado



Dados com base no monitoramento realizada durante o ano de 2015 no Paraná TV 2ª Edição que destaca o tempo de duração das peças jornalísticas no telejornal.

Fonte: Autora

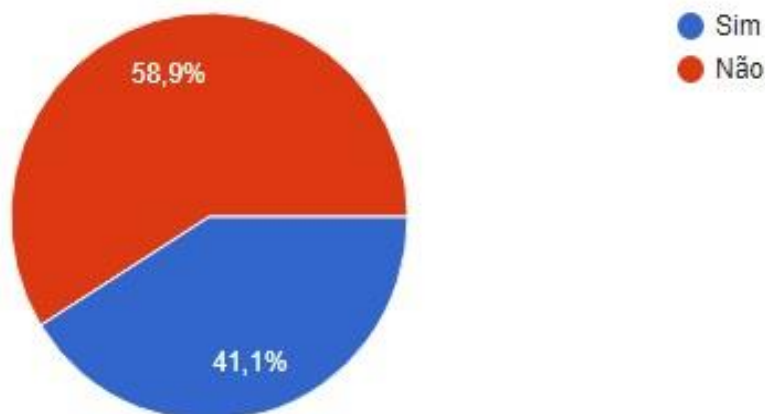
McCombs (2009) destaca que a constante repetição de informações divulgadas nos noticiários. É essa repetição diária de notícia, como explica a teoria da agenda-*setting*, que aumenta a chance de agendar a opinião pública. Isso pode acontecer com maior ou menor ênfase, dependendo do quanto o tema se torna relevante ao público ou o quanto a imprensa quer que o tema seja relevante ao público.

Observar então se o telejornal repete diariamente as informações é uma das estratégias para perceber as intencionalidades dos temas apresentados. Quanto maior a repetição, há uma tendência a mais em conseguir sucesso na montagem da agenda. E isso é denominado de troca de saliência – que é um dos dados apresentados na tabela metodológica como item importante para compreensão da construção e políticas públicas e a relação com a mídia.

Durante o monitoramento, o Paraná TV 2ª Edição utilizou esse recurso com frequência. Quase metade (41,1%) das notícias veiculadas são continuação de reportagens exibidas em dias anteriores. É neste ponto que uma das características de análise pode ser observada, sendo possível afirmar que o telejornal busca agendar a opinião pública com base na saliência das notícias com frequência alta. Se o efeito do agendamento dura por cerca de 8 semanas na agenda midiática, como sugere a teoria da agenda-*setting*, será possível verificar apenas na pesquisa qualitativa dos estudos de caso.

O Gráfico 4 demonstra a porcentagem de notícias com e sem continuação de outras divulgadas em dias anteriores.

#### Gráfico 4- Repetição de notícias



Dados com base no monitoramento realizada durante o ano de 2015 no Paraná TV 2ª Edição que demonstra se a notícia tinha ou não relação com conteúdo divulgado anteriormente pelo próprio telejornal.

Fonte: Autora

#### 3.2.3 Quem são as fontes das notícias

McCombs (2009) fala de três fatores, os quais ele considera como sendo os elementos-chave do processo produtivo: as fontes que fornecem informações, as interações e a influência dos veículos de comunicação entre si (agendamento intermídia) e a terceira, que são as normas sociais do jornalismo. O primeiro elemento apontado por McCombs (2009) são os atores que informam os jornalistas. Segundo o autor, parte daquilo que sabemos origina-se em fontes oficiais e, principalmente, de assessorias de informação. Além das fontes de informação, os próprios meios exercem influência sobre os demais, ou seja, os veículos maiores são responsáveis em agendar os locais e regionais. E as agências de notícias também possuem forte relação com a agenda da mídia. Já a terceira variável apontada por McCombs (2009) são as normas e tradições do jornalismo.

Dar veracidade aos fatos, contar as histórias, dar credibilidade ao conteúdo divulgado, informar. São diversas as explicações e características que são consideradas primordiais para a utilização de fontes nas notícias. Segundo Temer, Nery (2009), as fontes não são consideradas primordiais no conteúdo, ao invés disso, são elementos secundários do telejornal. Isso porque cabe ao repórter a narrativa dos fatos e incluir um texto que una as fontes e conte o fato de maneira que o receptor compreenda o que aconteceu. Mesmo assim, as fontes são parte da história e dão dimensão emocional ao acontecimento.

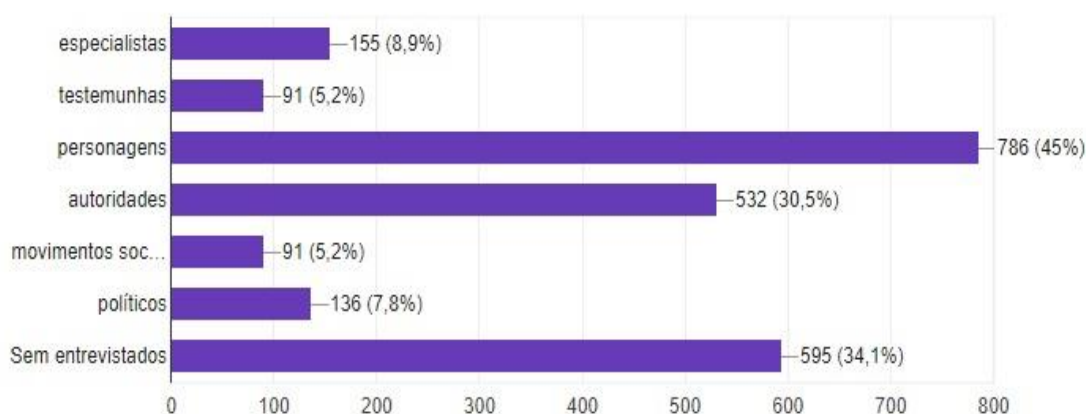
Os entrevistados (geralmente as fontes da notícia) podem contar a história de diferentes maneiras, e isto se deve muito a primeira frase deste item. Por vezes, o jornalista precisa explicar um conceito e utiliza os especialistas para explicar. Outras vezes é necessário entrevistar autoridades, que dão veracidade ao fato e deixam a informação com uma credibilidade maior.

Para a maioria das reportagens, no entanto, o Paraná TV 2ª edição utiliza personagens, ou seja, pessoas comuns que estão envolvidas diretamente na notícia. Esses personagens contam a sua perspectiva do fato e ajudam o repórter a contar a história. No total, foram 786 personagens entrevistados durante os conteúdos veiculados no telejornal no ano de 2015.

Vale ressaltar que a peça jornalística pode ter mais de um entrevistado ou não ter nenhum, posição que ocupa a segunda colocação (595 peças sem entrevistados).

O Gráfico 5 apresenta um resumo do perfil dos entrevistados pelos repórteres do telejornal durante o ano de 2015.

**Gráfico 5 – Número de entrevistados nas matérias veiculadas**



Dados com base no monitoramento realizada durante o ano de 2015 no Paraná TV 2ª Edição que destaca quem foram os entrevistados do telejornal.

Fonte: Autora

McCombs (2009) explica que o presidente é capaz de influenciar o foco da cobertura da mídia a fim de formar uma opinião pública favorável sobre determinado assunto, influenciando diretamente nas ações do Congresso. E isso acontece porque ele está no centro das atenções da mídia, oferecendo oportunidades também para agendar os critérios de noticiabilidade. Às vezes ele é capaz de atrair atenção da mídia e determinar a opinião pública sobre alguns temas, noutras ele não consegue essa oportunidade e acaba seguindo os padrões midiáticos e da opinião pública.

Justamente neste ponto que o Governador Beto Richa está incluso na análise. Por vezes ele conseguiu entrar na agenda midiática, em outros casos, no entanto, seu poder de decisão foi insuficiente.

Em dados gerais, as fontes mais utilizadas pelo telejornal, no entanto, não foram nem de autoridades nem de especialistas, mas de personagens, seguidas por reportagens sem nenhum entrevistado. Políticos fizeram parte apenas de 7,8% das fontes dos conteúdos jornalísticos, isto significa que a visibilidade que o telejornal deu, em forma de entrevistas, foi baixa durante o ano de 2015.

Miguel (2014) complementa as ideias destacando que a mídia é um dos principais instrumentos de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos atualmente. Ser este local de exposição das mais diversas representações do mundo social estão intimamente ligado aos diferentes grupos de interesse presentes na sociedade. Assim sendo, os discursos veiculados não acompanham a pluralidade de perspectivas e interesses sociais, e pensando nos deputados que possuem divergências entre os projetos de lei, a diversidade de opiniões sobre o mesmo tema não pode ser compreendida no programa de televisão.

É possível resolver este problema de representatividade de opiniões? A mídia aponta os interlocutores oficiais do processo. Isto pode ser comprovado com os políticos que foram entrevistados ao longo de 2015<sup>24</sup>. Entre os cinco que mais apareceram, destaque para o Líder do Governo na Assembleia, Luiz Claudio Ramanelli (36 entrevistas), o Líder da Oposição, Tadeu Veneri (31 vezes), o Presidente da Assembleia Legislativa (30 entrevistas), o Governador do Estado, Beto Richa (22) e Missionário Arruda (6). Os dados coletados demonstram que ser líder de governo ou de oposição, além de Presidente da Assembleia no ano de 2015 deu mais visibilidade midiática em forma de entrevistas do que a dada ao Governador do Estado do Paraná.

A compilação dos dados confirma parcialmente a afirmação de Gomes sobre as cotas de visibilidade. Ao retornar aos conceitos apresentados pelo autor, relembra-se que estar a frente do Congresso, Ministério e comissões da Câmara gera uma atenção maior da sociedade sobre os congressistas envolvidos. Desta maneira, a visibilidade de quem ocupa estes cargos é maior do que a dos demais. Além disto, os deputados cortejam a esfera pública através de suas ações em busca de manter seu poder e utilizam a mídia para afirmar essa posição, sendo que em

---

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que não são todos os entrevistados do ano, mas os que influenciam diretamente na Assembleia Legislativa do Paraná. Ou seja, os deputados estaduais e Governo do Estado. Foram excluídos deste comentário, portanto, vereadores, Secretários, Movimentos Sociais, etc.

discussões, discursos ou escândalos há um aumento significativo das cotas de visibilidade da mídia para com o Poder Legislativo.

Os reflexos desta afirmação podem ser considerados verdadeiros com o resultado da pesquisa. As entrevistas com os deputados aconteceram geralmente durante a greve dos professores, crises com escândalos de corrupção de deputados e Governador e também na proposição legislativa.

Estas características são confirmadas com a sequência de deputados que apareceram no telejornal durante o ano de 2015. O próximo, Deputados Edson Praczyk, com cinco entrevistas, apareceu durante denúncia do Ministério Público o apontando como deputado que desviava dinheiro da Assembleia Legislativa. Mesma situação do próximo da lista, deputado Nereu Moura, com quatro entrevistas e que foi investigado por corrupção.

Ainda aparecem como entrevistados durante o ano estudado os Deputados Hussein Barak (3), Requião Filho (3), Anibelli Neto (2), Péricles de Melo (2), Professor Lemos (1), Bernardo Ribas Carli (1), Felipe Francischini (1), Paranhos (1), Gilson de Souza (1), Lupion (1), Guto Silva (1), Plauto Miró (1) e Rossoni (1).

O que não é confirmado, no entanto, é que o líder do Poder Executivo é o centro das atenções da mídia e da opinião pública. O governador Beto Richa aparece apenas na 4ª colocação em número de entrevistas concedidas ao telejornal Paraná TV 2ª edição. Já a vice-governadora fica em posição ainda mais distante, tendo concedido apenas duas entrevistas durante todo o ano de 2015. Miguel (2014) complementa que a influência dos meios de comunicação é diferente conforme a posição dos agentes políticos no campo em que estão inseridos. Assim, “quanto mais elevadas as posições de poder que se pretende alcançar, maior a necessidade de visibilidade nos meios de comunicação” (MIGUEL, 2014, p.170), fator este não determinante na visibilidade do governador do Estado perante o telejornal.

### **3.4 Tipos de reportagem mais utilizados**

O usual em uma informação no telejornalismo é a notícia apresentada através de uma reportagem completa (com off, sonora e passagem<sup>25</sup>). Contudo, nem sempre o repórter e o editor possuem tudo o que é necessário para a construção deste tipo de peça jornalística. Por vezes é a falta de imagens, outras de personagens ou até a impossibilidade de gravar a passagem do repórter que impedem que a reportagem completa seja veiculada. Mesmo com todos os

---

<sup>25</sup> Off é o texto lido pelo repórter sem que ele apareça no vídeo, as sonoras são as entrevistas com os personagens da reportagem e a passagem é o momento em que o repórter aparece no vídeo.

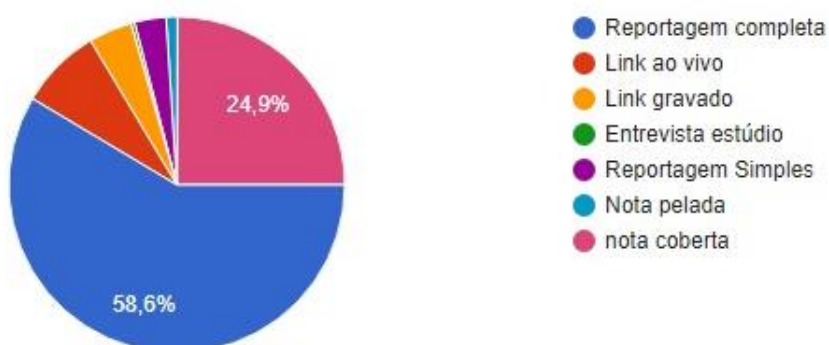


imprevistos da rotina de produção, a reportagem completa foi o tipo de peça mais utilizado pelo telejornal, sendo utilizada em mais de 56% de todos os conteúdos veiculados.

Em segundo lugar ficou a nota coberta, com 24,9%. A nota coberta é lida pelo apresentador do telejornal. Conforme Strömbäck (2011), destaca, a presença do apresentador é um dos critérios utilizados para mensurar a midiatização no jornalismo. Essa visibilidade não é confirmada quando existe a nota coberta, pois ela é totalmente coberta com imagens e apenas a voz narrando a história. É diferente de uma reportagem completa ou dos links exibidos durante o telejornal.

O Gráfico 6 apresenta o resultado do monitoramento do Paraná TV 2ª Edição durante o ano de 2015 sobre os tipos de peça jornalística utilizados no telejornal.

**Gráfico 6 – Tipo de peça jornalística**



Dados com base no monitoramento realizada durante o ano de 2015 no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as peças jornalísticas mais utilizadas pelo telejornal.

Fonte: Autora

A utilização em maior escala de reportagens completa é comum no telejornalismo. Isso acontece muito porque os repórteres conseguem, respeitando muitas vezes os critérios de noticiabilidade expostos por Traquina (2013) e já lembrados acima, montar toda a notícia com as informações necessárias.

Em segundo lugar o destaque é para o percentual de notas cobertas. Uma das explicações está no tempo do telejornal (que não é muito amplo) e para dar conta de todas as notícias do Estado do Paraná tem a necessidade de resumir as informações que chegam ao telespectador.

Assim, ao invés de o repórter apresentar a notícia com versões e entrevistas, o telejornal opta por trazer destaque ao apresentador, que lê as informações em off e não precisa do auxílio do repórter para confirmar tal notícia.

### 3.4 Apresentação dos projetos de lei

Durante o ano de 2015, a Assembleia Legislativa do Paraná teve um dos anos mais marcantes de sua história. Muito por causa da greve dos professores, onde os deputados acabaram sendo o centro das atenções e suas escolhas criticadas e apoiadas pela população em tempo real, mas pela crise da representatividade. Escândalos de corrupção e desvio de dinheiro público também fizeram parte das manchetes do jornalismo no ano e, as consequências dessa midiaticização ajudam a compreensão sobre a construção de políticas públicas paranaenses durante este ano emblemático.

E em meio a um cenário político em conflito, o número de proposições legislativas foi de mais de 900. A Tabela 1 apresenta um resumo dos atores coletivos e o número de proposições apresentadas por eles durante o ano. Não estão na lista os deputados estaduais que não apresentaram proposições, apenas os que foram autores de projetos, mesmo aqueles com nenhuma proposta transformada em legislação.

Na primeira coluna está o autor da proposição, seguido da segunda coluna pelo número de projetos que este autor apresentou. A terceira coluna destaca o número de leis aprovadas pelo ator responsável pelo projeto de lei. Na quarta coluna está a porcentagem de aprovação legislativa, que auxilia a compreender a influência dos deputados na efetivação da construção política.

**Tabela 1 – Autores, número de projetos e proposições aprovadas**

<b>Autor da proposição</b>	<b>Número de projetos apresentados</b>	<b>Leis aprovadas</b>	<b>Porcentagem de aprovação</b>
Ademar Traiano	13	10	76,9%
Adelino Ribeiro	3	2	66,6%
Ademir Bier	11	4	36,3%
Alexandre Curi	11	6	54,5%
Alexandre Guimarães	12	2	16,6%
André Bueno	2	0	0%
Anibelli Neto	16	4	25%
Artagão Junior	7	3	42,8%
Bernardo Carli	4	1	25%
Cantora Mara Lima	12	3	25%
Chico Brasileiro	12	3	25%

Claudia Pereira	18	10	55,5%
Claudio Palozzi	17	0	0%
Cobra Repórter	7	2	28,5%
Cristina Silvestri	2	0	0%
Douglas Fabrício	7	3	42,8%
Dr. Batista	17	5	29,4%
Edson Praczyk	7	3	42,8%
Elio Rush	5	2	40%
Evandro Araújo	12	4	33,3%
Evandro Junior	6	2	33,3%
Felipe Francischini	20	8	40%
Fernando Scanavaca	9	6	66,6%
Francisco Buhner	1	1	100%
Gilberto Ribeiro	39	5	12,8%
Gilson de Souza	8	2	25%
Guto Silva	19	7	36,8%
Hussein Bakri	21	2	9,5%
Jonas Guimarães	1	0	0%
Luiz Carlos Martins	3	0	0%
Luiz Claudio Romanelli	17	7	41,1%
Marcio Nunes	9	3	33,3%
Marcio Pacheco	19	1	5,2%
Marcio Pauliki	15	1	6,6%
Maria Vitória	21	9	42,8%
Mauro Moraes	3	0	0%
Missionário Ricardo Arruda	17	5	29,4%
Nelson Justus	4	3	75%
Nelson Luersen	13	1	7,6%
Nereu Moura	67	8	11,9%
Ney Leprevost	104	11	10,5%
Paranhos	33	1	3,03%
Paulo Litro	9	3	33,3%
Pedro Lupion	6	5	83,3%
Péricles de Mello	12	3	25%
Plauto Miró	2	1	50%
Professor Lemos	44	10	22,7%
Rasca Rodrigues	39	9	23,0%
Ratinho Junior	4	0	0%
Reichembach	5	3	60%
Requião Filho	20	2	10%
Schiavinato	20	3	15%
Tadeu Veneri	7	4	57,1%
Tercilio Turini	24	11	45,8%
Tiago Amaral	4	1	25%
Tião Medeiros	4	1	25%
Tribunal de Contas	2	2	100%
Defensoria pública	1	1	100%
Comissão Executiva	6	3	50%

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e desenvolvimento rural	18	12	66,6%
Comissão de Direitos Humanos e Cidadania	1	0	0%
Tribunal de Justiça	6	6	100%
Procuradoria Geral	5	3	60%
Poder Executivo	68	63	92,6%
<b>Total</b>	<b>951</b>	<b>296</b>	<b>31,1%</b>

Dados coletados no site da Assembleia Legislativa do Paraná de fevereiro de 2015 a julho de 2016

Fonte: Autora

A Tabela 1 demonstra o resumo de proposições por cada ator coletivo durante o ano de 2015 na Assembleia Legislativa. Corroborando com a ideia de que a participação popular é baixa no Estado, nenhuma proposta legislativa de iniciativa popular foi apresentada no ano monitorado.

Em porcentagem, o número fica mais desigual, pois há deputados que apresentaram apenas um projeto de lei e lograram êxito, tendo assim 100% de aprovação legislativa. Entre todas as proposições apresentadas no ano de 2015, 296 se tornaram leis. Entre os deputados que mais tiveram leis aprovadas estão o Tercílio Turini (11), Ney Leprevost (11), Ademar Traiano (10) e Claudia Pereira (10).

Em dados quantitativos de número de leis apresentadas, Ney Leprevost figura entre os que possuem maior atividade parlamentar. O deputado apresentou 104 proposições legislativas durante o ano de 2015. Na sequência aparecem os deputados Nereu Moura (67), Professor Lemos (44) e Rasca Rodrigues (39).

Mas nenhum deputado supera a aprovação de outro ator. As leis mais aprovadas foram as enviadas pelo Poder Executivo, somando 63 proposições. Proporcionalmente também uma curiosidade. Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça tiveram todas as suas proposições aprovadas. Número de aprovações alto também para a Procuradoria Geral (dos 5 projetos, 3 foram sancionados como lei). Do total de 296 leis aprovadas, 90 não foram propostas especificamente por deputados estaduais, totalizando pouco mais de 30% do total.

Verifica-se também na tabela 02 a presença de deputados que ficaram por curto período de tempo na Assembleia, pois assumiram cargos no Governo do Estado, apresentando proposições legislativas, entre eles Ratinho Junior e Douglas Fabrício, ambos Secretários de Estado de Beto Richa, e entre eles há um número diferente de aprovações legislativas. Enquanto Douglas Fabrício conseguiu aprovação de três propostas, o deputado Ratinho Junior ficou com porcentagem de aprovação de 0%.

### 3.5 Comparativo entre editorias jornalísticas e projetos legislativos

Além de demonstrar os percentuais de aprovação legislativa durante o ano de 2015, mais importante é realizar a análise comparativa das linhas editoriais do telejornalismo e das proposições legislativas.

Para isto ser possível, criou-se mais uma categorização dentro dos projetos de leis e das notícias veiculadas pelo Paraná TV 2ª edição, nos quais há um comparativo mensal entre os assuntos tratados nas proposições e as editorias mais abordadas pela televisão.

Para que a análise seja mais detalhada, as comparações são feitas a partir dos meses em que são apresentadas as legislações e divulgados os conteúdos jornalísticos. Segundo as teorias do contra-agendamento, o período de resposta é mais curto que os três meses propostos por McCombs (2009). Portanto, o teste de saliência aqui será realizado com base nesta atualização da teoria do agendamento. Cabe ressaltar que a análise estabelece os critérios expostos nas teorias da agenda, que auxiliam a compreender tanto a relação de causa-efeito quanto a de causa-causa entre a mídia e a política, ambos expostos nas teorias da agenda-*building* e contra-agendamento das recentes pesquisas em agenda-*setting*.

Além disto, a análise também identificou algumas correlações individualmente, conforme estabelecem as teorias, para que seja identificável todas as relações entre os dois objetos e se confirme ou refute a hipótese de pesquisa.

Complementando as análises, também são retomadas as teorias dos múltiplos fluxos e da visibilidade e midiaticização, expostas no Capítulo 1, bem como as formatações metodológicas aplicadas no Capítulo 2.

Para começar a compreensão sobre a construção legislativa da Assembleia Legislativa, alguns dados complementares são fundamentais. O primeiro deles é compreender quais projetos de lei foram efetivados como legislações durante o ano de 2015.

A tabela 2 catalogou todos os projetos de lei aprovados e sancionados em 2015. Eles foram separados e classificados conforme o interesse e tema. Para a tabulação de tese, como o número projetos foi de 286, optou-se por excluir leis que tratavam de alteração de bens imóveis do Estado do Paraná, denominação de rodovias, entre outros.

De todos os projetos apresentados, aprovados e sancionados, apenas 71 trataram efetivamente da construção de políticas no Estado. A autoria deles é variada, incluindo Poder Legislativo, Executivo e Tribunais. São leis apresentadas em 2015 e que, até meados de 2016 foram aprovadas e sancionadas pelo Governador do Estado. Para facilitar a análise foram separadas as leis em colunas, que demonstram o projeto, a ementa, a data de protocolo e o autor da proposta legislativa.

Esta tabulação demonstra que as políticas públicas de fato foram a minoria das proposições legislativas aprovadas e sancionadas no ano de 2015. Apesar do número de proposições ter sido elevado, a tramitação burocrática do processo legislativo, aliada às forças políticas e a um número alto de inconstitucionalidade nas proposições resultam neste dado baixo de efetivação na construção legislativa.

Cabe ressaltar que número excessivo de leis no país não auxilia na efetivação das políticas sociais, inclusive é de acordo que este alto grau legislativo pode ser, em grande parte do tempo, prejudicial ao sistema. Mas, apesar disto, muitas das políticas sociais que existem hoje são decorrentes de construções legislativas.

**Tabela 2 – Projetos de Lei apresentados em 2015 que se tornaram leis e que tratam de construção de políticas públicas no Estado do Paraná**

Projeto de Lei 2/2015	03/02	Luiz Claudio Romanelli	Dispõe sobre a contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das agências do trabalhador do Paraná – portal MTE – mais empregos – pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como, empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.
Projeto de Lei 3/2015	03/02	Luiz Claudio Romanelli	Dispõe sobre a criação do livro de reclamações do consumidor em todos os estabelecimentos de fornecimento de bens ou prestação de serviços do Estado do Paraná.
Projeto de Lei 7/2015	03/02	Professor Lemos	Dispõe sobre a proibição de abastecimento de combustível, pelos postos de gasolina, após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.
Projeto de Lei 12/2015	03/02	Paulo Litro	Institui no estado do Paraná, o programa primeiro emprego paranaense.
Projeto de lei 22/2015	03/02	Edson Praczyk	Os produtos comercializados no Estado do Paraná obrigatoriamente deverão indicar em suas embalagens a realização de testes em animais na produção e estudo de seus produtos.
Projeto de lei 27/2015	03/02	Maria Victória	Dispõe sobre a política de tratamento de doenças raras no Estado e dá outras providências.
Projeto de lei 37/2015	03/02	Anibelli Neto	Os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física.

Projeto de lei 53/2015	03/02	Péricles de Melo	Dispõe sobre a obrigatoriedade aos estabelecimentos do Estado do Paraná, que comercializam bicicletas ou ciclos, e dá outras providências.
Projeto de lei 55/2015	03/02	Péricles de Melo	Dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivos para segurança nas piscinas privativas e coletivas, no Estado do Paraná.
Projeto de lei 95/2015	09/02	Claudia Pereira	Proíbe revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.
Projeto de lei 134/2015	24/02	Poder Executivo	Mensagem nº 003/2015 - dispõe sobre a criação do cadastro informativo estadual - Cadin estadual e dá outras providências.
Projeto de lei 135/2015	24/02	Poder Executivo	Mensagem nº004/2015 - dispõe sobre a criação do programa de estímulo à cidadania fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências.
Projeto de lei 138/2015	24/02	Alexandre Curi	Dispõe sobre a proibição o uso, na alimentação de suídeos, de restos de alimentos que contenham proteínas de origem animal de qualquer procedência.
Projeto de lei 144/2015	25/02	Rasca Rodrigues, Alexandre Curi	Permite a comercialização e o trânsito da fruta cítrica denominada de poncã no Estado do Paraná.
Projeto de lei 159/2015	03/03	Marcio Pauliki, Felipe Francischini	Dispõe sobre critério para liberação de cadáver no Instituto Médico Legal – IML – do Paraná, para sepultamento.
Projeto de lei 164/2015	09/03	Poder Executivo	Mensagem nº 005/2015 - nova redação aos dispositivos que especifica lei nº 18.419, de 07 de janeiro de 2015, que estabeleceu o estatuto da pessoa com deficiência do Estado do Paraná
Projeto de lei 170/2015	10/03	Poder Executivo	Mensagem nº 006/2015 - alteração do art. 8º da lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o programa luz fraterna.
Projeto de lei 180/2015	16/03	Claudia Pereira e Hussein Bakri	Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram a rede pública e privada de saúde do estado, da ocorrência com indícios de maus tratos que envolva a criança e o adolescente, na forma que especifica.
Projeto de lei 184/2015	16/03	Paranhos	Estabelece a política de estado para o parto humanizado.
Projeto de lei 185/2015	16/03	Ricardo Arruda	Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio.
Projeto de lei 200/2015	18/03	Claudia Pereira	Dispõe sobre a obrigatoriedade por parte dos hospitais públicos e privados, do registro e da comunicação imediata de recém-nascidos com síndrome de down às instituições, entidades e

			associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência no Estado do Paraná
Projeto de lei 205/2015	23/03	Requião Filho	Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de automóveis sediadas no Estado do Paraná apresentar ao consumidor o orçamento nas revisões conforme o especificado pelo fabricante no manual do veículo.
Projeto de lei 212/2015	24/03	Poder Executivo	Mensagem nº 010/2015 - dispõe sobre a criação do programa de parcelamento incentivado - PPI, do programa incentivado de parcelamento de débitos - PPD e da cessão de direitos creditórios, e adota outras providências.
Projeto de lei 226/2015	30/03	Tião Medeiros Felipe Francischini	Dispõe sobre o controle do número i.m.e.i - international mobile equipment identity - (identificação internacional de equipamento móvel) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares.
Projeto de lei 227/2015	30/03	Ricardo Arruda	Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, e seus componentes, no Estado do Paraná.
Projeto de lei 229/2015	30/03	Tião Medeiros	Dispõe sobre a obrigatoriedade de bloqueio de aparelhos celulares nos casos de comunicação de furto ou roubo.
Projeto de lei 252/2015	07/04	Poder Executivo	Mensagem nº 16 - dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná e dá outras providências.
Projeto de lei 253/2015	07/04	Gilberto Ribeiro	Altera a redação do caput do art. 1º da lei estadual nº 14.425/04, estendendo o benefício previsto para os alunos portadores de doença celíaca (intolerância ao glúten).
Projeto de lei 257/2015	13/04	Tribunal de Justiça	Alteração dos artigos 233 e 234 da lei estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - código de organização e divisão judiciárias do estado do Paraná.
Projeto de lei 267/2015	13/04	Reichembach	Institui os centros de zoonoses nos municípios sede de regionais de saúde da secretaria de estado da saúde do Paraná – Sesa.
Projeto de lei 287/2015	15/04	Tercilio Turini e Claudia Pereira	Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos do estado do Paraná e dá outras providências.
Projeto de lei 311/2015	23/04	Guto Silva	Dispõe sobre a divulgação de informação referente à movimentação financeira dos



			concursos públicos estaduais, e dá outras providências.
Projeto de lei 313/2015	23/04	Requião Filho	Dispõe sobre a a obrigatoriedade de devolução integral e em espécie do troco ao consumidor de bens e serviços nos estabelecimentos situados no estado e dá outras providências.
Projeto de lei 327/2015	04/05	Poder Executivo	Mensagem nº 22/2015 - instituição da política estadual de proteção e defesa civil - Pepdec, e adoção de outras providências.
Projeto de lei 337/2015	05/05	Claudia Pereira	Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno.
Projeto de lei 377/2015	18/05	Poder Executivo	Mensagem nº 23/2015 - aprovação do plano estadual de educação e adoção de outras providências.
Projeto de lei 392/2015	20/05	Poder Executivo	Mensagem - define as obrigações de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da constituição federal, e adota outras providências.
Projeto de lei 421/2015	27/05	Poder Executivo	Mensagem nº 26/2015 - altera, na forma que especifica, a data base para a revisão geral e estabelece, para os anos de 2015 e 2016, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídios das carreiras estatutárias civis e militar do poder executivo do estado do paraná, e adota outras providências.
Projeto de lei 472/2015	24/06	Tribunal de Justiça	Ofício nº 604/2015 - reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal do poder judiciário do estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015.
Projeto de lei 473/2015	24/06	Procuradoria Geral de Justiça / Ministério Público	Ofício nº 621/2015 - reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do ministério público do estado do Paraná e dá outras providências.
Projeto de lei 476/2015	24/06	Marcio Pacheco	Dispõe sobre o uso de aplicativo móvel pela secretaria de estado da segurança pública e administração penitenciária e demais entidades conveniadas, destinado a auxiliar na localização de pessoas desaparecidas, a ser denominado "alerta vida", e dá outras providências.
Projeto de lei 478/2015	29/06	Poder Executivo	Mensagem nº 30/2015 - nova redação e revogação de dispositivos da lei nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, que institui o Paranaeducação.

Projeto de lei 483/2015	29/06	Tribunal de Contas	Ofício nº 182/15 - dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações e do auxílio-alimentação no âmbito do tribunal de contas do estado do paraná, em observância ao artigo 37, inciso x, da constituição federal, e revoga e acresce dispositivos na lei 17.947/14.
Projeto de lei 484/2015	29/06	Comissão executivo	Alteração da data base para a revisão geral anual e estabelecimento, para os anos que especifica, do índice de revisão geral para os servidores efetivos e comissionados integrantes do quadro de servidores da assembleia legislativa do estado do paraná, e adoção de outras providências.
Projeto de lei 490/2015	29/06	Defensoria Pública	Concessão, para revisão geral anual do ano de 2015, do índice geral de 8,17% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da defensoria pública do estado do Paraná.
Projeto de lei 496/2015	01/07	Tribunal de Justiça	Ofício nº 770/2015 - altera dispositivos das leis nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, e cria a estrutura da secretaria da direção do fórum em todas as comarcas e foros do estado do Paraná.
Projeto de lei 505/2015	06/07	Poder Executivo	Mensagem nº 36/2015 - alteração da lei nº 17.480, de 10 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o sistema estadual de informações de governo - Paraná, cria o conselho estadual, de tecnologia da informação e comunicação - paraná e cria o programa estadual de informações integradas.
Projeto de lei 580/2015	10/08	Gilberto Ribeiro	Dispõe sobre a disponibilização e incentivo ao uso de giz antialérgico nas instituições de ensino do estado do Paraná.
Projeto de lei 610/2015	18/08	Hussein Bakri	Dispõe sobre a colocação de placas com informações em todos os monumentos históricos do estado do Paraná e dá outras providências.
Projeto de lei 661/2015	15/09	Poder Executivo	Mensagem nº 49/2015 - alteração dos dispositivos que especifica da lei nº 17.504, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o conselho estadual dos direitos da mulher do Paraná.
Projeto de lei 662/2015	15/09	Poder Executivo	Mensagem nº 50/2015 - institui o fundo estadual de combate à pobreza do Paraná, dispõe quanto ao imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos, e adota outras providências.

Projeto de lei 686/2015	23/09	Poder Executivo	Mensagem nº 52/2015 - revogação das leis nºs 17.465, de 2 de janeiro de 2013 e 17.628, de 17 de julho de 2013, que autorizaram o poder executivo a instituir empresa pública sob a denominação de imprensa oficial-Paraná
Projeto de lei 715/2015	05/10	Poder Executivo	Mensagem nº 57/2015 - estima a receita e fixa a despesa do orçamento geral do estado para o exercício de 2016, em conformidade com a constituição federal, a constituição do estado do Paraná, a lei federal nº 4.320/64, a lei complementar federal nº 101/2000 e a lei estadual nº 18.532/2015, que estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentário do exercício financeiro de 2016.
Projeto de lei 717/2015	05/10	Pedro Lupion	Dispõe sobre a remoção de resíduos sólidos gerados em navios e embarcações que atracam na área portuária paranaense.
Projeto de lei 734/2015	13/10	Poder Executivo	Mensagem nº 46/2015 - autorização para o poder executivo delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências.
Projeto de lei 742/2015	19/10	Poder Executivo	Mensagem nº 58/2015 - alteração e inclusão dos dispositivos que especifica na lei nº 17.138, de 2 de maio de 2012, que autoriza o governo do estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e associações de proteção e assistência a condenados.
Projeto de lei 754/2015	20/10	Luiz Claudio Romanelli, Cobra Reporter, Paulo Litro, Francisco Buhner, Nelson Justus, Mara Lima, Dr Batista, Pedro Lupion, Tião Medeiros, Elio Rusch, Nereu Moura, Cristina Silvestri, Schiavinato, Tiago Amaral, Alexandre Guimaraes, Marcio Nunes, Maria Victoria, Reichembach, Mauro Moraes, Artagão Junior, Felipe	Dispõe sobre o monitoramento de tráfego em serviços delegados de infraestrutura no estado do Paraná.

		Francischini, Guto Silva, Jonas Guimarães, Claudia Pereira, Ricardo Arruda, Bernardo Carli, Andre Bueno	
Projeto de lei 782/2015	04/11	Felipe Francischini, Pedro Lupion, Paranhos	Dispõe sobre obrigações e diretrizes a serem atendidas pelas transportadoras de animais vivos de interesse da defesa agropecuária com valor comercial agregado, e dá outras providências.
Projeto de lei 809/2015	11/11	Tribunal de Justiça	Cria varas judiciais, cargos de juiz de direito, cargos de provimento em comissão e altera a lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - código de organização e divisão judiciárias do estado do Paraná.
Projeto de lei 810/2015	11/11	Tribunal de Justiça	Institui o auxílio-saúde aos ocupantes de cargos em comissão do poder judiciário do estado do paraná e adota outras providências.
Projeto de lei 822/2015	16/11	Poder Executivo	Mensagem nº 059/2015 - desafetação e autorização para o poder executivo alienar bens imóveis de sua propriedade, assim como autorização para a companhia de desenvolvimento agropecuário do Paraná alienar bem imóvel de sua propriedade, conforme especifica.
Projeto de lei 824/2015	16/11	Procuradora Geral de Justiça e Ministério Público	Institui auxílio de caráter ressarcitório, para fazer frente a despesas com creche ou pré-escola, aos servidores ativos do ministério público do estado do Paraná com filhos com idade até 6 (seis) anos e dá outras providências.
Projeto de lei 849/2015	23/11	Comissão executiva, Jonas Guimarães	Institui, no estado do paraná, o geração atitude, programa que tem por objetivo a educação para o exercício da cidadania.
Projeto de lei 889/2015	02/12	Procuradoria Geral de Justiça e Ministério Público	Altera, conforme especifica, o termo inicial dos efeitos financeiros da Lei nº 15.914, de 28 de julho de 2008 e da Lei nº 16.868, de 12 de julho de 2011 e dá outras providências.
Projeto de lei 893/2015	07/12	Poder Executivo	Mensagem 68/2015 - autoriza o Departamento de Trânsito do Paraná a subsidiar o valor a ser repassado às clínicas conveniadas para os exames médicos especiais e autoriza medidas para conclusão do processo de liquidação do Banco de Desenvolvimento do Paraná s.a. (em liquidação).
Projeto de lei 894/2015	07/12	Poder Executivo	Mensagem Nº 69/2015 - Estabelece a estrutura de Cargos em Comissão da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, e Adota outras Providências.

Projeto de lei 896/2015	07/12	Poder Executivo	Mensagem Nº 64/2015 - Alteração de dispositivos da Lei Nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Paraná).
Projeto de lei 897/2015	07/12	Poder Executivo	Mensagem nº 63/2015 - alteração da redação do caput e inclusão de § 11 ao art. 1º da lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que autoriza o poder executivo a realizar repasse de recursos públicos na forma que especifica, a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela assembleia legislativa do estado.
Projeto de lei 904/2015	07/12	Poder Executivo	Mensagem Nº 70/2015 - fixação do efetivo da polícia do Paraná em 27.948 militares estaduais e adoção de outras providências.
Projeto de lei 905/2015	08/12	Tribunal de Justiça	Ofício nº 1.601/2015 - altera o valor de referência de custas (vrc) e das tabelas do regimento de custas, estabelecido na lei nº 6.149, e 9 de setembro de 1970, e modificações posteriores.
Projeto de lei 919/2015	09/12	Tribunal de Contas	Ofício Nº 657/15- dispõe sobre o regime de trabalho e de remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de contas do estado do Paraná, a criação, extinção e transformação de funções e cargos em comissão e a adoção de outras providências.

Dados extraídos do monitoramento legislativo de 2015, disponível no site da Assembleia Legislativa do Paraná

Fonte: Autora

Após perceber a construção legislativa durante o ano de 2015, foi necessário avançar na pesquisa e nos métodos de pesquisa apresentados no capítulo anterior. Como é o objetivo central da tese, buscou-se a partir deste momento, responder mais intensamente qual é o papel da mídia no processo da construção da agenda das políticas paranaenses.

Para isto é feita uma análise mais detalhada, que será feita na sequência. A partir deste ponto, são analisadas algumas cenas que aconteceram durante 2015 e que podem ter relações mais implícitas, tais como a teoria da agenda-*building* sugere, incluindo o agendamento do governo para a mídia e também da mídia para a opinião pública. São considerações que tentam encontrar mais ainda a resposta para o papel dos meios de comunicação na construção de políticas públicas paranaenses.

As próximas relações têm como objetivo aprofundar como a construção de algumas veiculações de reportagens ou séries podem ligar caminhos da construção midiática e legislativa, bem como de ações de governo e legislativas que resultaram em produtos jornalísticos divulgados pelo Paraná TV 2ª Edição.

Ao longo do texto também serão tratados temas que foram amplamente divulgados pela mídia, mas que não tiveram nenhuma relação na construção legislativa – nem na proposição de novas legislações ou regulações.

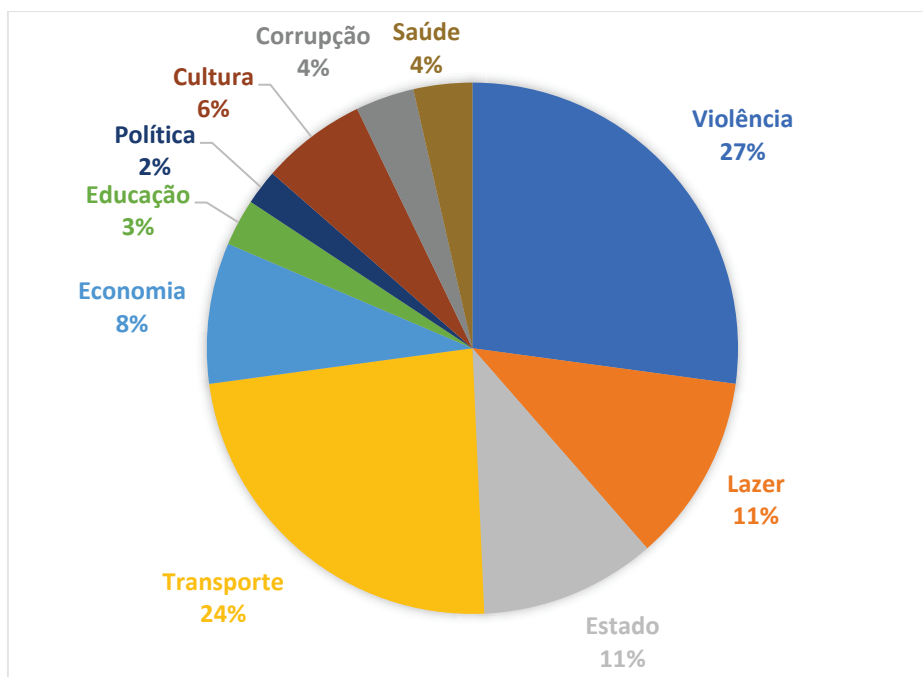
### **3.6 Relações durante os meses de Janeiro e Fevereiro**

O resultado do monitoramento do telejornal durante os meses de janeiro e fevereiro foram compostos neste mesmo item, pois as sessões legislativas só iniciaram em fevereiro, mas como há uma predisposição teórica de que o agendamento pode percorrer ao longo de 3 meses, o início do ano também foi contabilizado na pesquisa. Mesmo com as correntes recentes do agendamento afirmarem que o processo é mais rápido, optou-se por incluir o mês de janeiro nesta seleção.

As reportagens de dezembro do ano de 2015 também só seguiram até o encerramento das atividades da Câmara legislativa (16 de dezembro), pois não há interesse de pesquisar o resultado posterior ao fechamento das sessões legislativas.

Apesar de ser um mês que antecede os trabalhos da nova composição da Assembleia Legislativa, não há nenhuma reportagem no Paraná TV 2ª Edição com impacto direto na construção de políticas públicas durante o mês de fevereiro. A única reportagem sobre a atuação da Assembleia é a posse dos novos Deputados e o discurso da Vice-governadora, Cida Borghetti, na abertura das sessões legislativas.

Para iniciar a pesquisa comparativa, o mês de janeiro é o primeiro a ser detalhado. O ano começa como tema mais abordado pelo telejornalismo da RPC sendo a violência (27%), seguida pelo transporte (24%), Estado (11%) e lazer (11%). O gráfico 7 demonstra a intensidade maior destes três temas no conteúdo produzido no telejornal.

**GRÁFICO 7 – Editorias das reportagens de janeiro**

Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de janeiro no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

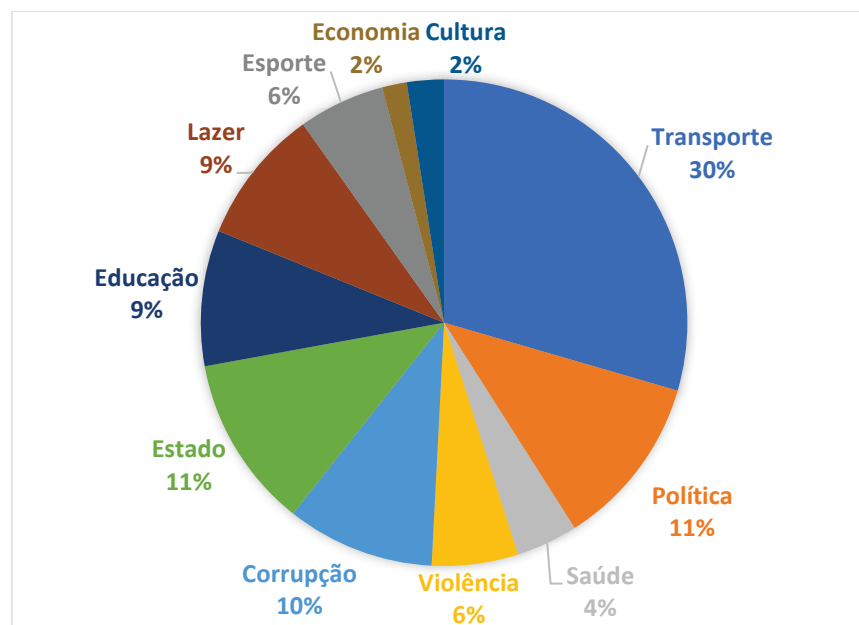
Fonte: Autora

O número alto de matérias sobre lazer, que destoa do restante do ano, está intimamente ligado à temporada de veraneio e férias escolares, época comum para reportagens especiais pelo telejornalismo paranaense. Já a editoria Estado conta com reportagens diversas, incluindo a posse do governador reeleito, Beto Richa, a entrega dos carnês de IPTU em diferentes cidades do Estado e também o início das discussões sobre as medidas econômicas para melhorar as contas públicas do Paraná. Não há nenhuma reportagem sobre ações da Assembleia Legislativa nem sobre deputados estaduais eleitos ou reeleitos.

O mês seguinte teve um grande destaque dos noticiários para o transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Como o gráfico 8 demonstra, o transporte foi o tema mais abordado durante o mês de fevereiro, que começou com uma greve dos cobradores dos ônibus e terminou com o fim da integração das passagens.

Notícias sobre o Estado e Política ficaram na segunda posição, com algumas relações com a primeira greve dos professores do ano de 2015 e o envio de pacote de medidas econômicas proposta pelo governo estadual à Assembleia Legislativa.

**GRÁFICO 8 – Editorias das reportagens de fevereiro**



Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de fevereiro no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

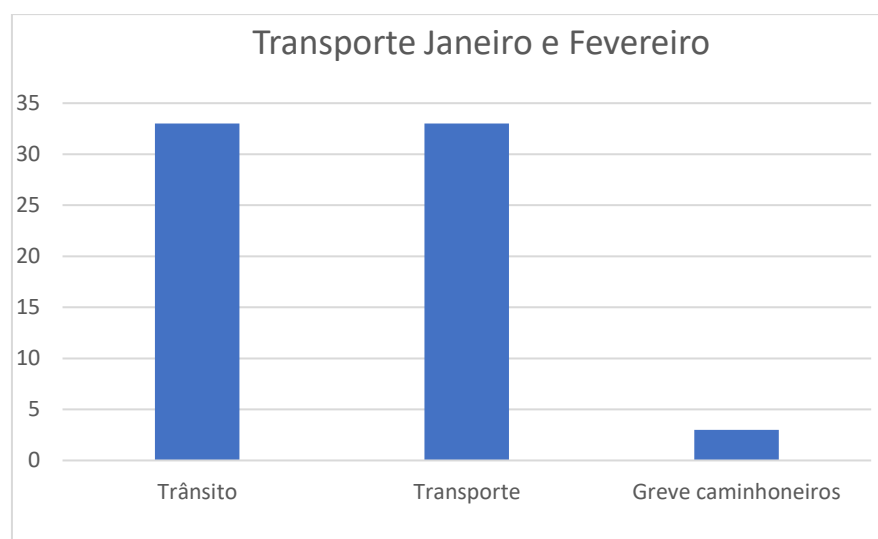
Fonte: Autora

Como durante os meses de janeiro e fevereiro a categoria transporte foi amplamente discutida e teve impactos diretos em uma política pública que existia na região metropolitana de Curitiba (a integração das passagens), ela foi subdividida em três outras categorias: 1. Questões acerca do trânsito; 2. Transporte coletivo; 3. Greve dos caminhoneiros. Entre as notícias veiculadas acerca do tema, a subdivisão está disposta no gráfico abaixo.

A linha vertical demonstra o número de reportagens veiculadas e ambos os assuntos (trânsito e transporte) tem o mesmo número de reportagens (33).



### GRÁFICO 9 – Editorias das reportagens de transporte entre janeiro e fevereiro



Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de janeiro e fevereiro no Paraná TV 2ª Edição que apresenta os conteúdos da editoria trânsito/transporte.

Fonte: Autora

Na coluna trânsito estão todas as reportagens que trataram sobre questões relacionadas ao tráfego em rodovias, acidentes de trânsito ou interdições em trechos de ruas ou estradas. Já na coluna transporte estão apenas as matérias que divulgaram questões acerca do transporte coletivo. Além de Curitiba, também foram mostradas matérias de outras regiões do Paraná, incluindo aumento no valor do transporte e greve de servidores. Sobre a greve dos caminhoneiros, exposta na terceira coluna, a repercussão foi pequena, embora o movimento tenha acontecido em todas as regiões do estado e do Brasil.

O fim da integração do transporte público teve início no começo do ano, mas a divulgação de notícias pela RPC seguiu ao longo de 2015. O tema pautou a opinião pública da região metropolitana, pois impactou diretamente no dia a dia da população e foi um dos assuntos das discussões eleitorais para prefeito de Curitiba em 2016.

Foram 58 reportagens divulgadas pelo Paraná TV que enfatizavam a greve do transporte público (iniciada no dia 07 de janeiro) até o fim da integração e os problemas com as linhas de toda a Região Metropolitana. Há também várias reportagens que destacaram a insatisfação dos usuários com o sistema. Do total, 30 matérias foram divulgadas entre os meses de janeiro e fevereiro.

Mesmo com tanta visibilidade midiática sobre o assunto, não foi verificada na Assembleia Legislativa nenhuma aprovação legislativa sobre transporte público.

Sobre a produção legislativa durante o mês de fevereiro, a diversidade foi alta. A grande maioria das legislações aprovadas é de autoria dos deputados estaduais. Do total de legislações, apenas duas foram propostas do Governo Estadual (Uma sobre a criação do cadastro informativo estadual – Cadim e a outra sobre o programa de estímulo à cidadania fiscal<sup>26</sup>, ambas propostas apresentadas no dia 24 de fevereiro).

Na primeira sessão houve a leitura do plano de Governo, pela vice-governadora, Cida Borghetti, além da apresentação da mesa diretora eleita para ocupar, pelo período de dois anos, a Assembleia Legislativa do Paraná. Já com cobertura midiática, o tema da reportagem completa de abertura das sessões legislativas tem a dificuldade financeira no cenário local e nacional como destaque. Entre os entrevistados estão a vice-governadora, o presidente da Assembleia, Ademar Traiano e o chefe da casa civil, Eduardo Sciarra.

Além do transporte coletivo, outro tema bastante divulgado pela RPC durante o mês de fevereiro e que impactou diretamente na agenda decisória estadual foi o pacote de medidas econômicas proposta pelo Governo Estadual. O pacote teve como defesa dos autores o equilíbrio das contas públicas. Como resultado direto desta ação governamental teve início a primeira greve dos professores do ano.

Assim como no discurso apresentado pela emissora na reportagem da primeira sessão, a continuidade do conteúdo jornalístico foi em tom de crise econômica e discussão de pacote de medidas para contornar as dificuldades financeiras.

O início das manifestações dos professores da rede estadual de ensino é concomitante com o dia 03, quando o Governo Estadual enviou à Assembleia um pacote de medidas para regularizar a situação financeira do governo. No mesmo dia, professores temporários protestaram contra o governador em frente ao Palácio das Araucárias, em Curitiba. Ambos os temas foram discutidos pelo Paraná TV 2ª edição, com reportagens sobre os dois fatos.

No dia seguinte, novamente a RPC divulga conteúdo explicando o envio de pacote de medidas econômicas. Como consequência das manifestações e da ação de governo, no dia 06 professores da rede estadual realizaram protestos em todo o Estado, com cobertura midiática do telejornal.

Já no dia 07 os professores se manifestam contrários ao pacote de medidas e anunciaram o início da greve. Como resposta às manifestações, governo garante mudanças em medidas de corte de gastos e alivia cortes no orçamento após a participação de professores na sessão da Assembleia em que seria votado o pacote de medidas.

---

<sup>26</sup> Sobre o programa de estímulo fiscal, no próximo capítulo o projeto será melhor trabalhado pela análise.

Seguindo com os fatos e a cobertura midiática, no dia 10 de fevereiro, governo e deputados recuam com a votação do pacote de medidas após professores e servidores estaduais entrarem na Assembleia (na linguagem do telejornal: “invadirem”). No mesmo dia foram duas reportagens divulgadas pelo Paraná TV.

No dia 11, os protestos contra o pacote de medidas seguiram e o telejornal divulgou outras duas reportagens. Uma delas sobre servidores protestando no Estado do Paraná e outra sobre manifestantes acampando na Assembleia após protestarem durante todo o dia.

Seguindo com as manifestações contra as medidas econômicas anunciadas e com votação programada, no dia 13 de fevereiro professores em greve ocuparam a Assembleia Legislativa contra a votação. O conteúdo foi divulgado pela RPC juntamente com uma reportagem lembrando todos os momentos de protestos que aconteceram durante o mês de fevereiro.

Como as medidas propostas pelo governador foram retiradas de pauta da Assembleia, a produção legislativa efetiva, ou seja, a aprovação das leis, não teve nenhuma relação direta com as notícias veiculadas no telejornal. Entretanto, é necessário destacar que há alternâncias na agenda decisórias diretas com as manifestações, principalmente depois de os professores e servidores estaduais ocuparem a Assembleia no dia em que seria votado o projeto.

Esta é uma relação direta entre a cobertura midiática e o escândalo político, que gera uma visibilidade negativa aos envolvidos. Tanto deputados quanto governador optaram por recuar na decisão do pacote de medidas a partir do momento em que o tema se transformou em uma ação delicada e que mexia com a opinião pública.

Tarrow (2009) explica que esse confronto político reafirmado com a ocupação da Assembleia ocorre quando pessoas comuns, aliadas a cidadãos influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades ou opositores. “O confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não têm recursos próprios” (TARROW, 2009, p. 18). E mais, esse confronto é uma ação coletiva que é caracterizada pelo não aceite das instituições às decisões de autoridades, sendo esta uma “das poucas soluções que estes indivíduos possuem contra o poder dominante” (TARROW, 2009, p. 19).

É similar o ideal de confronto explicado pelo autor ao processo de janelas da oportunidade, explicadas por Kingdon anteriormente. Professores e funcionários públicos estaduais viram na manifestação sendo amplamente divulgada para a esfera pública uma oportunidade de impedir o andamento do projeto de lei que continha o pacote de medidas econômicas.

Durante o mês em questão aconteceu a abertura dos processos legislativos do ano e há um número elevado de proposições legislativas neste período. Uma das explicações é justamente a de que os políticos iniciam seus mandatos tentando corresponder às expectativas de seus eleitores e justificando os apoios recebidos. Foram 46 propostas aprovadas, representando mais de 15% das leis aprovadas durante o ano na Assembleia. Como já mencionado pelas correntes teóricas apresentadas neste trabalho, há uma confirmação da abertura das janelas da oportunidade neste período pós-eleitoral, onde há mais leis apresentadas e aprovadas.

É também neste período em que a visibilidade está mais a florada e, por isto, um confronto é tão crucial aos atores deste jogo político. Evitar a aprovação do pacote de medidas, nesse período, também pode ter sido uma estratégia para agendamento do assunto perante a opinião pública, a fim de tentar angariar mais adeptos ao pacote ao longo dos meses (sendo esta uma hipótese).

Sobre as propostas legislativas apresentadas em fevereiro e que se tornaram leis, não foi observada relação direta entre as notícias veiculadas e o processo legislativo. Retirando as proposições que inseriram no calendário datas comemorativas, títulos de cidadãos, dominação de rodovias e criação de dias ou semanas de conscientização, a produção legislativa ainda assim foi significativa. Há 15 propostas que criam políticas públicas, incluindo algumas que possuem relação com outro conteúdo jornalístico.

Abaixo a tabela 3 apresenta as legislações criadas em fevereiro.

**Tabela 3 – Projetos de lei apresentados em fevereiro que foram aprovados**

Número do projeto	Data de protocolo	Autor	Tema
Projeto de Lei 2/2015	03/02/2015	Luiz Claudio Romanelli	Dispõe sobre a contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das agências do trabalhador do Paraná – portal MTE – mais empregos – pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como, empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.
Projeto De Lei 3/2015	03/02/2015	Luiz Claudio Romanelli	Dispõe sobre a criação do livro de reclamações do consumidor em todos os estabelecimentos de fornecimento de bens ou prestação de serviços do Estado do Paraná.
Projeto De Lei 7/2015	03/02/2015	Professor Lemos	Dispõe sobre a proibição de abastecimento de combustível, pelos postos de gasolina, após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.
Projeto de lei 22/2015	03/02/2015	Edson Praczyk	Os produtos comercializados no Estado do Paraná obrigatoriamente deverão indicar em suas embalagens

			a realização de testes em animais na produção e estudo de seus produtos.
Projeto de lei 27/2015	03/02/2015	Maria Victória	Dispõe sobre a política de tratamento de doenças raras no Estado e dá outras providências.
Projeto de lei 37/2015	03/02/2015	Anibelli Neto	Os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do estado do paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física.
Projeto de lei 53/2015	03/02/2015	Péricles de Melo	Dispõe sobre a obrigatoriedade aos estabelecimentos do Estado do Paraná, que comercializam bicicletas ou ciclos, e dá outras providências.
Projeto de lei 55/2015	03/02/2015	Péricles de Melo	Dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivos para segurança nas piscinas privativas e coletivas, no Estado do Paraná.
Projeto de lei 92/2015	09/02/2015	Comissão Executiva	Altera o caput do art. 1º da lei 16.823, de 8 de junho de 2011, que dispõe sobre remanejamento, cessão e disponibilidade funcional de servidores efetivos do quadro funcional da Assembleia Legislativa.
Projeto de lei 95/2015	09/02/2015	Claudia Pereira	Proíbe revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.
Projeto de lei 134/2015	24/02/2017	Poder Executivo	Mensagem nº 003/2015 - dispõe sobre a criação do cadastro informativo estadual - Cadin estadual e dá outras providências.
Projeto de lei 135/2015	24/02/2017	Poder Executivo	Mensagem nº004/2015 - dispõe sobre a criação do programa de estímulo à cidadania fiscal do Estado do Paraná e dá outras providências.
Projeto de lei 138/2015	24/02/2017	Alexandre Curi	Dispõe sobre a proibição o uso, na alimentação de suídeos, de restos de alimentos que contenham proteínas de origem animal de qualquer procedência.
Projeto de lei 144/2015	25/02/2017	Rasca Rodrigues, Alexandre Curi	Permite a comercialização e o trânsito da fruta cítrica denominada de poncã no Estado do Paraná.
Projeto de lei 145/2015	22/02/2017	Claudia Pereira	Institui o programa de exame de mamografia móvel no âmbito do Estado do Paraná - programa mamóvel.

Dados coletados no site da Assembleia Legislativa do Paraná

Fonte: Autora

A hipótese de que o telejornalismo consegue agendar as decisões políticas em âmbito local não possui confirmação elevada durante o primeiro mês de atividades da Câmara, exceto pela retirada do pacote de medidas econômicas e o adiamento da votação. Não há também relações com os conteúdos divulgados no mês de janeiro e a confirmação de produção legislativa. A comparação entre a mídia local e as propostas aprovadas teve, até este momento, baixa efetivação. Aqui é possível visualizar uma contestação da hipótese da pesquisa, afinal, os dados não apresentam relações entre os dois objetos.

Entre os vários projetos propostos e aprovados durante o mês de fevereiro, uma proposição legislativa mostrou ter ligação estreita com a veiculação de reportagens pela mídia. Contudo, a relação não é entre o telejornalismo local e a construção legislativa paranaense. Apesar de não ter relação direta com o telejornalismo local, a pesquisa abre parênteses e demonstra a ligação entre *media* e política no Paraná.

No dia 01 de fevereiro, o programa da Rede Globo, Fantástico, divulgou uma reportagem de 3 minutos e 30 segundos que tratava sobre a demora na aprovação do Projeto de Lei sobre a segurança em piscinas pelo Senado Federal.

Na reportagem do Fantástico, a apresentadora explica na cabeça do VT que há um ano o programa mostrou a história de três crianças que morreram afogadas depois de terem o cabelo sugado pelo ralo da piscina. A cabeça é completada pelo apresentador, que diz que situações simples para evitar esse tipo de acidente ainda aguardam aprovação no Congresso Nacional.

A reportagem contém grau de dramaticidade, com músicas para cobrir os offs. Não há repórter narrando a notícia, são os próprios apresentadores que “contam” a história aos telespectadores. Há inserção de entrevista dos pais das vítimas, contando o que aconteceu com seus filhos para que ambos falecessem em piscinas e a falta das crianças em suas vidas.

Durante o texto de off, é relatado que a proposta legislativa que torna obrigatória a utilização de medidas de segurança sugeridas pela ABNT estavam, ainda no ano anterior, paradas no Congresso. Um ano após a ‘denúncia’, a proposta dessa vez aguarda votação no Senado – enfatizado que sem data para que o projeto seja votado.

O conteúdo jornalístico mostra um condomínio em que os moradores adotaram as medidas de segurança após a reportagem ser veiculada no ano passado – criando a ideia de que a revista eletrônica teve papel fundamental na efetivação da opinião pública sobre um tema específico.

Para finalizar, o Fantástico apresenta as denúncias feitas ao engenheiro responsável pela obra da piscina em que uma das crianças morreu, afirmada pela entrevista com os pais, que pedem justiça pelo ocorrido.

É justamente sobre este assunto que no dia 03 de fevereiro, dois dias após a veiculação da reportagem, o Deputado Estadual, Péricles de Melo, propõe a aprovação do projeto de lei 55/2015, que determina a instalação obrigatória de dispositivos para segurança nas piscinas privadas e coletivas, no Estado do Paraná.

Na justificativa legislativa, o deputado alega que o projeto de lei visa contribuir para a segurança física dos usuários de piscinas, com o intuito de prevenir acidentes por sucção ou afogamento pela falta de dispositivos que impeçam esse problema.

Além disto, o Deputado destaca que o afogamento é a segunda causa de morte de crianças de 1 a 9 anos de idade em todo o território nacional. Outra questão disposta na justificativa é que apenas 2% das piscinas brasileiras tem ralos com dispositivos de segurança. A medida vale para estabelecimentos recreativos, que a partir dos dispositivos deverão ser

fiscalizados pelo Estado, mas também para piscinas em residências, onde é obrigatória a implantação de normas de segurança para evitar mais acidentes e mortes.

Assim que encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi rejeitado por inconstitucionalidade gerada por vício de iniciativa do Poder Legislativo Estadual. A conclusão da CCJ é datada de 31 de março de 2015.

Em 22 de abril, o deputado Edson Praczyk relatou voto em separado para aprovação do projeto de lei. Sônia Carvalho, da Diretoria Legislativa da Assembleia emitiu informativo dando sequência ao processo devido a aprovação do voto em separado favorável, na forma do substitutivo geral, aprovado pela maioria. O projeto então seguiu para a Comissão da Indústria e Comércio no dia 23 de abril do mesmo ano.

Entidades foram consultadas sobre o projeto de Lei. A Fiep declarou ser divergente com ressalvas ao projeto, declarando que a proposta deveria ser melhor analisada e readequada, com o intuito de que a obrigatoriedade imposta pelo projeto seja revertida para a obrigatoriedade de os fabricantes informar aos consumidores/usuários das piscinas sobre os riscos do mau uso.

Já a Faciap (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná) apontou que a regulação deve ser feita pelos municípios e não pelo Estado. A associação solicitou o arquivamento da propositura.

De volta à Comissão de Indústria e Comércio, o deputado Guto Silva apresentou voto em separado contrário a aprovação da legislação em questão, destacando parecer contrário devido ao vício de competência material, já que este é um conteúdo de interesse e competência municipal. A não aprovação do voto em separado aconteceu no dia 14 de setembro. Na mesma comissão o presidente Márcio Paulik e o Deputado Estadual Artagão Junior votaram pela aprovação do projeto, referindo sobre a relevância social do tema. O projeto de lei foi aprovado, assinado e encaminhado no dia 21 de outubro.

Dando sequência aos encaminhamentos, com aprovação das duas comissões, o projeto seguiu para a Comissão de Defesa do Consumidor, onde os deputados Requião Filho e Paranhos votaram pela aprovação do projeto de lei, justificando que nada foi encontrado para não dar sequência ao projeto e parabenizando o autor pela iniciativa proposta. A aprovação aconteceu no dia 9 de dezembro de 2015.

Em 17 de dezembro o projeto foi encaminhado para a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, sendo aprovado e assinado relatório pelos deputados Marcio Pacheco e Paranhos em 29 de fevereiro de 2016 (um ano após a apresentação do projeto na Assembleia).

O projeto seguiu então para a Diretoria de Assistência ao Plenário, onde teve uma subemenda do deputado Edson Praczyk, onde contempla apenas as piscinas de uso público, e não privado do Estado do Paraná e também a garantia de tempo para as empresas se adaptarem a nova normativa, no prazo de 180 dias.

A proposta então segue novamente para a CCJ para apreciação da subemenda, a qual foi aprovada no dia 19 de abril de 2016 pelos deputados Nelson Justus e Nereu Moura.

Em 03 de maio, já retornando à Diretoria Legislativa, o projeto de lei 55/2015 foi aprovado pelos deputados, assinado pelo Presidente Ademar Traiano e encaminhado ao Governador do Estado para autógrafo.

No mesmo período, ao acompanhar as notícias veiculadas no Paraná TV 2ª Edição, constatou-se que não foi divulgada nenhuma reportagem sobre segurança em piscinas do Estado do Paraná. A única reportagem que trata de um assunto similar é a reportagem sobre banhistas no Parque de Passaúna, divulgada no dia 19 de janeiro de 2015.

Com a apresentação do tema em âmbito nacional, a visibilidade sobre o assunto pode ser considerada maior. Ao mesmo tempo, a tramitação da legislação no Estado do Paraná não era a única proposta legislativa que estava em andamento.

Uma lei semelhante tramitava no Congresso desde 2007. Proposta pelo Deputado Federal Mário Heringer (PDT – MG), o Projeto de Lei 1162/2007 foi protocolado no dia 24/05/2007. A ementa do projeto, mais ampla do que a ementa paranaense, estabelece as normativas para prevenção de acidentes em piscinas no território nacional, define responsabilidades com a integridade dos usuários, estabelece informações de segurança a serem prestadas aos usuários, medidas de segurança obrigatórias e impõe penalidades pelo descumprimento das regras estabelecidas pelo projeto de lei.

A tramitação deste projeto legislativo foi lento de 2007 até o ano de 2014, quando foi dado sequência no processo junto a Comissão de Seguridade Social e Família. O relator do projeto, Darcísio Perondi (PMDB-RS) cita, durante seu parecer, a presença de atores coletivos na construção da política pública em questão. Segundo relatório<sup>27</sup>:

No dia 1º de janeiro de 2014 o garoto Kauã Davi de Jesus Santos, de 7 anos, se afogou nesta quarta-feira após ter o braço sugado pelo ralo de uma piscina, em Caldas Novas. O menino foi resgatado pelo Corpo de Bombeiros e levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade. No dia 14 de janeiro no mesmo condomínio um novo acidente ocorreu e um senhor de 43 anos teve a perna quebrada

---

<sup>27</sup> Disponível em

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=FE804AE05B2EDC040670333040CEC12A.proposicoesWebExterno1?codteor=1239131&filename=Tramitacao-PL+1162/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FE804AE05B2EDC040670333040CEC12A.proposicoesWebExterno1?codteor=1239131&filename=Tramitacao-PL+1162/2007)



após ficar preso em ralo na mesma piscina (PROJETO DE LEI 1162/2007 – Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, p. 3, disponível anexo).

A citação confirma a afirmação de Lycarão e Marques (2016), que destacam que o modelo de contra-agendamento indica que líderes de opinião e críticos adensam temas e insumos com força suficiente para movimentar os fluxos comunicativos. É provável, através de tal encaminhamento dado ao relator para o projeto, que a intensidade de mobilização das famílias que tiveram crianças afogadas em piscinas tenha sido eficaz para conseguir agendar a política de votação da política pública.

Como o processo ainda estava tramitando no Congresso, a necessidade também de gerar fluxos comunicativos em direção aos meios, fornecendo informações sobre o tema em questão. Logo após a veiculação da reportagem no Fantástico, o projeto que já estava no Senado, não teve andamento acelerado. Pelo contrário, o projeto ficou mais de um ano parado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

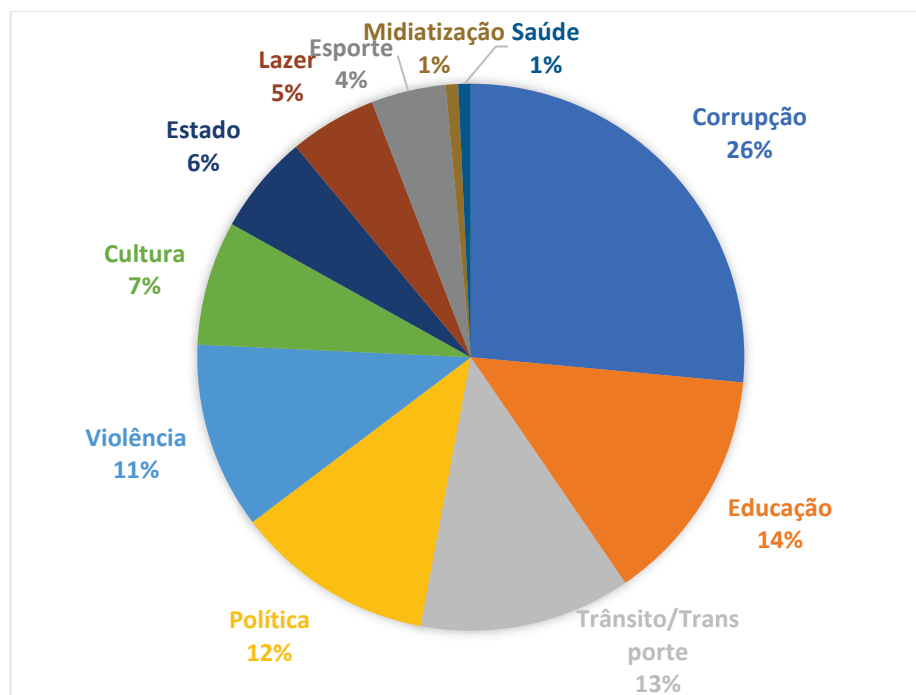
Como esta não é uma relação entre o telejornalismo local e a produção legislativa, a relação não pode ser considerada na pesquisa, entretanto, apresentar que há relações entre a mídia e a política paranaense é um dos objetivos de pesquisa, sendo aqui cumprido de uma maneira mais ampla. Ou seja, não foi encontrada relação entre produção legislativa e mídia local, mas foi observada uma aproximação entre divulgação midiática nacional e a produção legislativa local. Além disso, observa-se também o período de agendamento curto sendo comprovado, já que as notícias foram veiculadas em janeiro e a proposição legislativa aconteceu em fevereiro e aprovada em um período de um ano.

### **3.7 Relações durante o mês de Março**

Dando sequência à pesquisa, os meses de análise continuam. Durante o mês de março, a RPC divulgou em maior número reportagens sobre corrupção (26%), seguida pelo tema educação (14%) e trânsito/transporte (13%).

Outros temas que apareceram durante o ano não foram citados neste mês, incluindo economia. A editoria saúde é outro exemplo que destoa da planilha anual, já que o tema teve veiculação em apenas uma reportagem do mês de março.

O assunto saúde teve apenas uma reportagem com tempo entre 2 a 3 minutos e tratou sobre pessoas que se vestem de super-heróis para ajudar pacientes em hospitais de Curitiba. A veiculação aconteceu no dia 4 de março. O Gráfico 10 apresenta as porcentagens de veiculação das editorias no telejornal local durante o mês de março.

**GRÁFICO 10 – Editorias das reportagens de março**

Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de março no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

Na aprovação de leis a diversidade de temas é relevante. Foram 42 projetos aprovados de diferentes autorias (incluindo o Poder executivo). Sobre os temas, ao contrário do conteúdo dos telejornais, o mais preponderante foi saúde<sup>28</sup>.

Entre as legislações do tema saúde aprovadas no mês de março estão a do deputado Missionário Arruda, sobre a isenção de pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e que estiver em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio, a obrigatoriedade dos hospitais públicos e privados do registro e comunicação de recém-nascidos com síndrome de down para entidades e associações especializadas (proposição da deputada Claudia Pereira), o estabelecimento da política de estado para o parto humanizado (Deputado Paranhos), a obrigatoriedade de comunicação por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde sobre indícios de maus tratos que envolva criança e adolescentes (Deputados Claudia Pereira e Hussein Bakri), e o dia da conscientização de doação de leite materno (Deputado Gilberto Ribeiro). Nenhum dos temas abordados pelas legislações foi trabalhado pelo telejornalismo neste período inicial.

<sup>28</sup> A pesquisa ignorou as concessões de título de cidadãos benemérito e de utilidade pública nesta fase da análise

No entanto, no dia 10 de novembro, a RPC divulgou uma reportagem completa mostrando que a lei que isenta pacientes com doenças graves de pagar pedágio não estava sendo cumprida.

Esse projeto de lei foi protocolado na Assembleia no dia 16 de março de 2015 (Projeto de Lei 185/2015) pelo Missionário Ricardo Arruda. O deputado estadual em questão faz parte da base aliada de governo e enviou no dia 15 de abril ao líder do governo, Luiz Claudio Romanelli, um protocolo para orientação da liderança para aprovação do projeto. Há no processo também um despacho da Secretaria de Estado de Saúde enfatizando que não há nenhum posicionamento contraditório no Governo que impeça o andamento do mesmo.

Em encaminhamento ao Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, o diretor geral do órgão, Nelson Leal Junior explica que “apesar de bem fundamentada a justificativa do Deputado Ricardo Arruda, como o DER/PR não tem a prerrogativa de conceber benefícios tarifários sem que o ato gere direitos às Concessionárias de obter compensação no valor das tarifas, cumpre-nos recomendar a não progressão do Projeto de Lei em Pauta”<sup>29</sup>.

Mesmo com o parecer negativo do DER, o projeto teve sequência na Câmara dos Deputados. Mas as discussões da legalidade do mesmo continuaram. Através de voto em separado, o Deputado Edson Praczyk, da Comissão de Constituição e Justiça, apresentou projetos anteriores que também tinham como tema a isenção de taxa de pedágio para tratamento de saúde que não foram aprovados justamente pelo caráter de ilegalidade e por este ser um assunto de competência do Poder Executivo.

O voto em separado não acompanhou o relatório da Comissão, que aprovou o projeto através de relatoria do deputado Pedro Lupion e contou com acompanhamento da relatoria pelos demais membros da CCJ. Essa aprovação aconteceu no dia 19 de maio, ou seja, dois meses após o protocolo de projeto de lei.

Seguindo tramites legislativos, o projeto também recebeu parecer favorável da Comissão de Saúde Pública e da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Todos os relatórios foram encaminhados à Diretoria Legislativa em 02 de junho do corrente ano.

O projeto foi votado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de julho, encaminhado ao Governo do Estado no mesmo dia, promulgada em 21 de agosto e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 26 de agosto.

---

<sup>29</sup> Texto disponível no site da Assembleia Legislativa, inserido no processo do Projeto de Lei 185/2015.

É fundamental para a compreensão das relações entre a mídia e a política, analisar mais detalhadamente essas construções. Por isto, foi preciso também confrontar especificamente as leis com as reportagens feitas pelo telejornal durante o mesmo período. Neste sentido, é possível verificar duas correlações.

A primeira foi a divulgação de uma reportagem completa pelo telejornal que tratou sobre o aumento de 30% na conta de luz no dia 2 de março. A matéria teve tempo de 2 a 3 minutos e os entrevistados eram personagens e especialistas sobre o tema. Muito mais do que sobre o aumento, a matéria trabalhou sobre como economizar a luz para gastar menos ao final do mês.

A proposta de alteração do artigo 8º da Lei 17.639/2013 que dispõe sobre o programa Luz Fraterna foi apresentado no dia 10 de março e é de autoria do Poder Executivo, com a seguinte redação:

As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 30 de junho de 2015, sob pena de perda do benefício. Parágrafo único. Os atuais consumidores ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC, da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 30 de junho de 2015, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício - NB, consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (PARANÁ, Lei 17.369/2013, disponível em [http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod\\_legislativo\\_arquivo/mod\\_legislativo\\_arquivo.php?leiCod=53470&tipo=I](http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=53470&tipo=I)).

A redação anterior previa a adequação das empresas e cidadãos assim que terminado o período de vacância previsto no artigo 9º (1º de agosto de 2013).

Ao acompanhar a proposta legislativa em questão, observou-se que a mesma tramitou em regime de urgência, sendo aprovada por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça e também pela Comissão de Finanças – ambas as aprovações aconteceram no dia 17 de março. No mesmo dia o projeto é encaminhado para a Diretoria Legislativa, que aprova e o encaminha para o Plenário da Assembleia. No dia 25 de março o projeto é votado e aprovado, sendo reencaminhado ao Governador do Estado em 30 de março para sanção. No dia 06 de abril a lei foi sancionada e entra em vigor.

Dadas as justificativas do então projeto de lei e também a veiculação da reportagem da RPC é desconsiderada a relação de agendamento – ambas, apesar de terem o mesmo assunto (luz elétrica), não tratam das mesmas intencionalidades e nem tem o mesmo objetivo final.

O segundo objeto para testar as hipóteses de agendamento é a reportagem veiculada no dia 18 de março e que trata sobre integrantes do Movimento Popular por Moradia cobrando agilidade nos projetos habitacionais com o projeto de lei do Deputado Tadeu Veneri que incluía

o dia 19 de agosto como dia estadual de luta da população em situação de rua no calendário oficial do Estado do Paraná.

A peça jornalística é uma nota coberta de menos de 1 minuto de duração. O apresentador destaca que os integrantes do Movimento Popular por Moradia fecharam uma rodovia por uma hora e meia, queimaram pneus e protestaram para ter mais agilidade nos projetos de construção de moradias do Governo Federal e da Prefeitura de Curitiba. É destacado no texto da matéria que os integrantes do movimento vivem em áreas de ocupação, mas não há entrevistas com nenhum representante ou personagem.

Já o projeto de Lei 153/2015, dispõe, no artigo 1º, que fica incluído no calendário oficial do Estado do Paraná o “Dia Estadual da luta da população em situação de rua” para incentivar a defesa dos direitos humanos e da dignidade dessa população. O artigo 2º estabelece que o dia 19 de agosto será dedicado à reflexão coletiva e respeito da importância do conhecimento circunstanciado da situação de riscos pessoais e social em que vivem as pessoas em situação de rua e as violações de direitos humanos a quais são expostas.

Na justificativa da legislação, o deputado apresenta o dado histórico da data. Em 19 de agosto de 2004, 15 pessoas em situação de rua foram brutalmente agredidas na Praça da Sé, em São Paulo. No texto, “segundo notícias divulgadas, sete pessoas morreram e oito ficaram feridas”. Aqui está exposta uma percepção da influência das notícias veiculadas pelos meios de comunicação na composição de uma legislação.

Dando sequência à justificativa, também nota-se a presença de outro ator coletivo: o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR. Segundo o autor do projeto de lei, Tadeu Veneri, a iniciativa da proposta legislativa está moldada às diversas ações organizadas pelo Movimento no Estado e visa a ampliação e a qualificação das discussões referentes às políticas públicas voltadas para a população em situação de rua.

O projeto tramitou em regime normal na Assembleia Legislativa do Paraná, sendo aprovado em sessão plenária do dia 10 de junho do referido ano. No dia 18 de junho o projeto foi sancionado pelo Governador e se transformou na Lei 18.487, publicada em Diário Oficial do Estado no dia 22/06/2015.

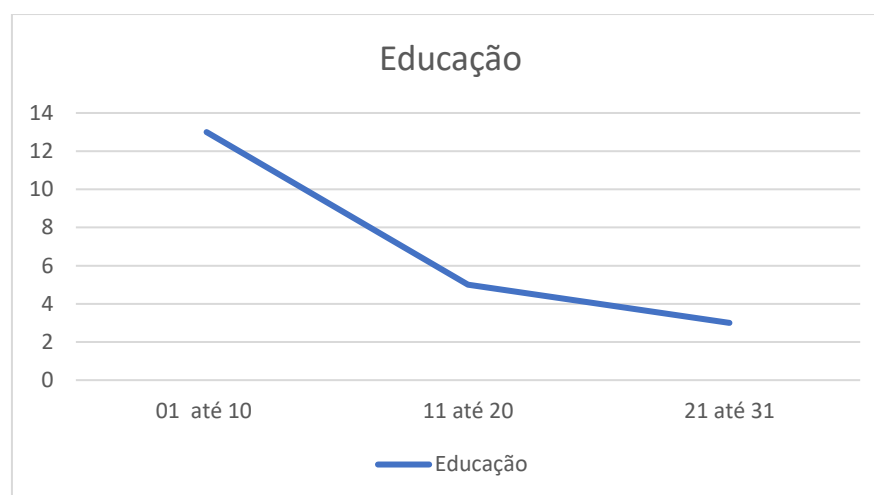
Apesar de tratarem de projetos sobre habitação, os dois conteúdos não são similares, tais como os apresentados acima no cenário da eletrecidade.

Sobre a educação, assunto mais debatido no telejornal durante o mês de março, a única produção legislativa que corresponde ao assunto é do Deputado Ademir Bier, que denomina o Centro Estadual de Educação Profissional Prefeito Adolpho Mariano da Costa, em Medianeira.

O telejornalismo cobriu com grande ênfase a greve dos professores, que iniciou em fevereiro, conforme apresentado acima. Os primeiros dez dias do mês, período em que a greve encerrou, tiveram o maior número de notícias sobre o tema, incluindo a votação pelo fim da greve, a decisão do Tribunal de Justiça em determinar o fim da greve e o retorno dos professores às salas de aula.

O tema educação decaiu significativamente ao longo do mês, conforme gráfico 11. As três linhas demonstram o decréscimo da editoria no telejornal em três períodos: do dia 1 ao dia 10, do dia 11 até o dia 20 e, por fim, do dia 21 até o final do mês.

**GRÁFICO 11 – Decréscimo do tema educação durante o mês**



Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de março no Paraná TV 2ª Edição que apresenta o declínio no tema educação ao longo do mês.

Fonte: Autora

Como o pacote de medidas foi retirado de votação da Assembleia, a greve dos professores que iniciou em fevereiro terminou antes de terminar a primeira quinzena do mês de março. Mas o ano de 2015 ainda teria mais atenção ao tema Educação e Política, e o mês seguinte, abril, é um marco na história paranaense. É justamente essa relação que será abordada no próximo item.

### **3.8 Relações durante o mês de Abril – A greve dos professores como destaque**

A greve dos professores do Paraná de 2015 entrou para a história do Estado. Em resumo, a paralização durante mais de 40 dias teve confronto com policiais, protestos no Centro Cívico e por todo o Estado e mobilização de outras classes em favor dos professores. Durante o

confronto, Deputados Estaduais votaram a medida econômica do Governador, Beto Richa, fora da Assembleia e foram até o local com camburões da Polícia.

Os professores eram contrários às mudanças na ParanáPrevidência, que alterava a previdência dos servidores públicos do Estado. Como apresentado nas relações entre os meses de janeiro até março, as medidas econômicas já estavam sendo discutidas e com tentativas de aprovação pelo governo do Estado desde o início do ano (e do mandato do governador reeleito).

Em confronto com a Polícia, no dia 29 de abril, foram contabilizados mais de 200 feridos. No dia 9 de junho a greve terminou no Estádio Dorival de Britto, com a presença de mais de 10 mil pessoas.

Seguindo a tabela elaborada para a análise desta tese, a análise do telejornal e da greve iniciou aproximadamente dois meses antes do confronto (02 de março) e seguiu com data até dois meses após o confronto (30 de junho) – data em que a greve já havia terminado e os alunos estavam em sala de aula novamente. Este é um período baseado nas teorias do agendamento e das escolhas metodológicas que foram citadas em capítulos anteriores.

No período analisado, o telejornal veiculou 598 reportagens (sendo elas notas cobertas, reportagens completas, entrevistas, links e reportagens simples). Destas, 99 foram sobre a greve ou confronto, totalizando 16,55% de todas as peças divulgadas pelo telejornal.

Antes do confronto, as matérias mais veiculadas foram sobre as editorias: corrupção (57 matérias), transporte (39), política (31), violência (25) e estado (19). A partir do confronto, a editoria de corrupção continuou sendo a mais veiculada (61), seguida por Estado (49), transporte (48), violência (42) e educação (33).

Especificamente sobre o conteúdo abordado no conteúdo que remetia à greve, Estado e Política ficaram com o maior número de notícias (48), seguido por Educação (35), Violência (13) e Cultura, Economia e Mídia apenas uma notícia cada editoria.

Uma reportagem no telejornal pode variar muito seu tempo de exposição. Quanto maior é este tempo, maior a possibilidade de fixar o conteúdo na mente do expectador (McCombs, 2005, p. 211). Sobre o tempo de exposição dos materiais, na maioria das vezes o tempo médio foi de 2 a 3 minutos (37%). Depois de 1 a 2 minutos (25%), mais de 3 minutos (21%) e menos de 1 minuto (16%).

Como sempre há um apresentador no telejornal analisado, a presença do jornalista na apresentação da notícia é um ponto observado em todas as matérias. Em 3% de todo o conteúdo específico da greve dos professores, além da cabeça e nota pé, o apresentador também apareceu conduzindo entrevista em estúdio, entre elas com o Governador do Estado, Beto Richa, e com o Presidente da Associação de Pais e Professores, Hermes Silva Leão. Nas entrevistas em

estúdio, o apresentador fica em papel de destaque, ao comandar as perguntas e direcionar o entrevistado para os caminhos escolhidos pelas rotinas de produção do jornalismo.

A escolha dos personagens para a entrevista em estúdio segue os preceitos de Lage (2001), que destaca que há fontes mais e menos confiáveis. Entre elas estão as fontes oficiais, oficiosas ou independentes. Essas fontes são reconhecidamente ligadas a entidades ou indivíduos, empresas, organizações como sindicatos ou do próprio governo. No caso da escolha do governador e do presidente da APP, nota-se que, no processo da greve dos professores, são as fontes oficiais mais importantes do fato.

As reportagens completas foram a forma mais utilizada pelo telejornal para apresentar suas notícias, com 64% de todos os tipos de reportagem. Depois das reportagens completas, os links ao vivo e gravados aparecem com 21% do tipo de material veiculado durante o período analisado. Os links são narrados totalmente pelo repórter, que aparece no vídeo contando a história ao apresentador.

As reportagens simples (em que o repórter não aparece) e as notas cobertas (narradas pelo apresentador, sem que ele apareça) somam 12%. De todo o conteúdo, a visibilidade do jornalista ou do apresentador só não está em 12% das notícias. É possível então afirmar que a visibilidade do jornalista é alta no telejornal, porque é corriqueiro que reportagens completas e a presença do apresentador sejam predominantes no conteúdo.

Algumas reportagens, no entanto, deram mais destaque ainda aos jornalistas. No dia do confronto, por exemplo (29), o repórter Diego Sarza se apresenta ao telespectador, apresentando também o auxiliar, Ricardo Garcia e o repórter cinematográfico, Felipe Abreu. Eles estavam no Centro Cívico durante o confronto e registraram toda a confusão (como o próprio repórter denomina a situação) ao vivo. O repórter fala do gás de pimenta, descrevendo a situação, da dificuldade de respirar, e mostra os policiais avançando contra os manifestantes. A reportagem tem 2 minutos e 20 segundos.

Destaque também para a publicação do dia 30 de abril, quando há uma presença mais forte da opinião da emissora sobre o confronto entre professores e polícia no Centro Cívico. Intitulado “O PRTV faz uma reflexão sobre os acontecimentos que marcaram o dia 29 de abril no Paraná”. Em uma nota coberta, o apresentador exprime sua opinião (ou a do telejornal) sobre o excesso da política militar sobre os professores.

Dificilmente um telejornal apresenta, explicitamente, a sua opinião sobre um fato ou o repórter conta a história narrando o que ele está sentindo no momento. As peças demonstram uma diferença notável entre todas as outras produções do telejornal.



A visibilidade do enquadramento da política com questões relevantes está na apuração da forma como os assuntos são retratados, se há questões de políticas públicas, impactos e implicações gerais na legislação, além de tentar compreender os problemas e as soluções. Para Strömbäck (2011) é neste ponto que outra característica da midiaticização é encontrada.

Entre todos os conteúdos da greve dos professores e o confronto do Centro Cívico, os temas mais veiculados no telejornal foram de Estado e política (48%), seguidos de educação (35%) e violência (13%).

Os poderes legislativos e executivos eleitos pelo povo desejam o voto. Para conquistar o voto, eles precisam que sua exposição midiática seja favorável e positiva. Contudo, nem sempre a visibilidade é alcançada desta maneira e, assim como a visibilidade pode ser uma arma favorável, ela pode destruir com os votos conquistados até o momento. Cita-se aqui como, mesmo com a opinião pública dividida sobre o tema, ainda assim a aprovação da legislação foi efetivada.

É preciso destacar que, como cita Gomes (2004), os atores do legislativo e do executivo necessitam, para ter sucesso em suas questões, fazer com que suas prioridades se transformem em necessidades para o público. Portanto, as agendas da audiência dos meios de comunicação são igualmente preocupantes para os legisladores.

Strömbäck (2011) diz que o enquadramento da política pode ser visto como jogo estratégico, mensurando o grau em que o conteúdo retrata a política como uma "corrida de cavalos", em que a construção discursiva sobre a vitória ou a derrota em eleições, debates, negociações ou coligações se sobrepõe.

A visibilidade é um recurso muito utilizado pelos políticos, pois há uma disputa de imagem acirrada, e todas as ações políticas são voltadas para a conquista e a manutenção da votação para se continuar no poder. Mobilizar a opinião pública leva tempo e requer estratégias. Sendo o voto o objetivo central dos políticos, o poder que um veículo de comunicação possui, ao dar visibilidade de atos, é de forte interesse da esfera política. Isso acontece porque o poder que a televisão, por exemplo, possui de exibir, fazer ver e acontecer, acaba por criar uma dependência entre a coisa pública e a sociedade, já que o político precisa do voto, e o público busca nos meios de comunicação de massa a sua informação cotidiana.

Para fazer as reportagens completas durante o período da greve dos professores, os entrevistados não foram tão variados como nas entrevistas em estúdio. Na maioria dos casos, o presidente da APP foi a fonte oficial do comando de greve, o Deputado Estadual Luiz Claudio Romanelli (líder de governo) como fonte de oposição à greve e defesa do governo estadual e o Deputado Estadual Tadeu Veneri (líder de oposição) como fonte em apoio à greve.

Além dos deputados citados, também apareceram nas entrevistas os deputados estaduais Professor Lemos, Missionário Arruda, Pedro Lupion, Ademar Traiano, Guto Silva, Gilson de Souza, Requião Filho e Péricles de Souza, além dos senadores Requião e Gleisi, do deputado federal Ricardo Barros, do Governador Beto Richa e de representantes dos servidores.

A visibilidade dos líderes de governo e oposição são fundamentais para o jogo de cavalos que é a política de disputa por votos, e principalmente em um assunto tão dividido na perspectiva da opinião pública.

Sobre agenda do público, Gomes (2004) diz que os atores políticos precisam descobrir qual é a agenda prioritária do público, e ainda, não observar apenas aquela que está diariamente na pauta da opinião pública, mas também àquelas que estão latentes, ou seja, prontas para eclodir, ou aguardando no imaginário social, porque quando a agenda está em destaque, há muita concorrência entre os agentes políticos, buscando mais visibilidade no tema.

Já quando a agenda é latente, há mais chances de conquistar o principal local da fala diante dos meios de comunicação. Isso requer sensibilidade, planejamento e estratégia. Estas características são necessárias principalmente para alterar as demandas dos veículos, que tem uma rotina de rapidez de pautas e assuntos.

Sobre a greve dos professores, notou-se que a APP Sindicato, como forma de demonstrar sua reivindicação, realizou diferentes ações que colocou a pauta na mídia. Isso é uma maneira de explorar o conflito e mobilizar e conquistar a opinião pública sobre o tema. No caso da greve, a mobilização conseguiu adiar a votação do projeto de lei, mas não impedir que ele acontecesse.

Esse processo de adiamento foi o que é denominado na literatura de *nondecisionmaking*, ou seja, o ato de colocar ou não um assunto em votação também é determinante no processo. Segundo Bachrach e Baratz (1970) essa é uma maneira de limitar o processo decisório, e é feita geralmente através de manipulação de valores ou mitos, livrando os decisores de assuntos inseguros e complicados, tal como a greve dos professores foi para todo o governo. Isso reflete, segundo Cobb, Ross e Ross (1976), na ideia de que um assunto pode ficar muito tempo na agenda pública, mobilizar a sociedade, e mesmo assim os decisores conseguem adiar as decisões para não sofrerem sanções e/ou com a opinião pública contrária ou a favor do tema – que foi justamente o que ocorreu durante a greve dos professores.

Mas, e a mídia? Teve algum papel de destaque neste processo? Conforme destacam Bogoch e Peleg (2014), muitas das vezes, a mídia não se faz presente durante o ato decisivo, mas o divulga, com sua própria interpretação. E são a essas divulgações, muitas vezes extremamente dramáticas e sensacionalistas, que a esfera pública tem acesso.

Isso acontece devido ao fato de que a mídia ocupa hoje, graças ao seu processo de mediação com outros campos, um papel de destaque. Tanto por promover o debate público, como por pautar a conversação social. São poucas as instituições que detêm esse poder na sociedade moderna. E todo esse poder é legitimado pelos outros campos, que necessitam do poder da mídia para garantir visibilidade na esfera pública.

Há disputas entre os campos e essa divergência de objetivos e interesses faz com que a mídia assuma um posicionamento central na sociedade. “Para muitos indivíduos, veículos como a televisão acabam sendo o único meio de acesso às informações das mais variadas ordens, tornando-se o único olhar para a realidade socioeconômica-política-cultural. Nesse sentido, as interações entre os campos se estabelecem por diversas relações de interesse e poder” (SANCHOTENE, 2015, p. 251).

Abaixo, são apresentados alguns exemplos da divulgação de ação da mídia e a reação de atores da sociedade (também divulgados pela mídia) que aconteceram durante a greve dos professores. É possível destacar que as ações quase sempre têm como resultado a reação do governo, manifestantes, etc. Mesmo assim, há respostas para a imprensa não tão determinantes ao processo de agendamento. Em outras palavras, há fatos divulgados pela imprensa que não conseguem agendar o poder político sobre determinado assunto, ao mesmo tempo em que há fatores expostos pela imprensa que tem como resultado, a reação dos governantes.

**Tabela 04. Ação e reação sobre a notícia**

<b>Veiculação</b>	<b>Conteúdo da Notícia</b>	<b>Reação política</b>
02/03/2015	Expectativa para a assembleia dos professores	Queda na aprovação do governo Beto Richa (em 03/03)
03/03/2015	Com 44 votos a favor, deputados dão fim a Comissão Geral - Para que o projeto não passe por comissões parlamentares	Assembleia pode colocar fim na greve dos Professores. (mesma data)
08/04/2015	Governo do Paraná apresenta novas mudanças na Paraná Previdência	Deputados aprovam mudanças na Paraná Previdência (em 22/04)
27/04/2015	Policiais fazem cordão de isolamento para impedir entrada de manifestantes na Assembleia	PM's e professores entram em confronto no Centro Cívico (em 28/04/2015)
29/04/2015	PM's e professores entram em confronto no Centro Cívico	Governador Beto Richa fala sobre a ação da PM em manifestação no Centro Cívico (em 28/04/2015)
30/04/2015	Manifestantes prestam solidariedade aos professores em todo o Paraná	Integrantes do MST protestam nas praças de pedágio

04/05/2015	Líder do governo reconhece que houve excesso da polícia na ação contra os manifestantes	Governo decreta regras para o uso de armas não letais (em 05/05/2015)
06/05/2015	Coronel Cesar Kogut deixa o comando da Polícia Militar do Paraná e Francischinhi a Secretaria de Segurança	Ana Seres Comin é a nova secretária de Educação do Paraná (em 06/05/2015)
11/05/2015	Nesta terça-feira (12), governo do Estado e professores se reúnem para acabar com a greve	Governo admite que pode chegar ao índice de reajuste salarial pedido pelos servidores (12/05/2015)

Dados coletados no site da Assembleia Legislativa do Paraná e no monitoramento do telejornal Paraná TV 2ª edição.

Fonte: Autora

O primeiro conteúdo divulgado pelo telejornal foi a expectativa para a assembleia dos professores que estavam em greve. Logo em seguida é apresentada uma pesquisa de opinião, na qual a aprovação do governo de Beto Richa caía significativamente. Depois, com anúncio do fim da comissão geral da Assembleia, aconteceu a divulgação da discussão da APP para o fim da greve.

Em abril, mês do confronto, o Governo do Estado apresentou mudanças no Paraná Previdência e dias após o projeto foi aprovado na Assembleia. É neste ponto que o confronto iniciou. As notícias veiculadas posteriormente demonstram as ações e reações. Destaque para o dia 04/05/2015, quando o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli, concede entrevista para o telejornal reconhecendo o excesso da política militar contra os manifestantes. No dia seguinte, o governo decretou novas regras para o uso de armas não letais, tal como o spray de pimenta e as balas de borracha.

A mídia pode ser considerada como uma instituição que ocupa um espaço central, pois ela é capaz de promover as conexões entre campos e afeta a maneira com que os indivíduos de cada campo se relacionam. E essa relação entre campos é permeada de disputas e interesses.

As relações de interesses e de poder são visualizadas mais amplamente no uso estratégico da mídia por parte dos outros campos, e os exemplos dados por Sanchotene (2015) demonstram essa relação: No campo religioso, a igreja busca fiéis através dos programas de rádio e TV, na música, há estratégias na internet para divulgação e promoção de bandas e singles e no campo político, é possível observar que existe uma moldagem da política à lógica dos meios, da publicidade e do marketing, a fim de atrair a atenção da opinião pública.

O papel da mídia, neste processo, não é, no entanto, de um ser passivo, que espera a atuação dos outros campos. O campo midiático necessita publicizar assuntos dos outros campos

tanto quanto os campos precisam da mídia para publicar seus atos, e essa relação está repleta de estratégias e relações de poder. Os dispositivos midiáticos, assim sendo, atuam sobre práticas sociais dos outros campos, estruturando-as e engendrando-as por meio de operações tecno-simbólicas (SANCHOTENE, 2015, p. 252).

A proposição legislativa no período também foi altamente influenciada pelo confronto do dia 29 de abril. Do dia 3 de fevereiro até o dia 30 de junho mais de 500 proposições legislativas foram apresentadas. Para a análise da greve dos professores, optou-se em excluir o mês de fevereiro, afinal, é o mês de início dos trabalhos legislativos e grande parte dos projetos foram apresentados nas primeiras sessões legislativas. Assim sendo, de março a junho foram 352 projetos de lei apresentados na Assembleia Legislativa do Paraná e contemplam a análise.

Em março foram 89 proposições apresentadas: 10 foram arquivadas por inconstitucionalidade, 18 foram encaminhadas para a Comissão de Constituição e Justiça, 2 para a Diretoria de Assistência do Plenário, 5 para a Diretoria Legislativa, 8 foram arquivadas a pedido dos próprios autores, 1 teve veto total, 1 encaminhada para a Comissão de Segurança Pública, 1 teve parecer contrário ao arquivamento e 1 encaminhada para a Comissão de Meio Ambiente e Agricultura. De todas as proposições, 42 se transformaram em leis.

As leis aprovadas em março tratam dos assuntos abaixo descritos. Na coluna 01 está o autor proponente da matéria legislativa, já na coluna 2 o assunto da lei. Em nenhuma legislação o assunto educação ou greve de professores é tratada.

**Tabela 5 – Proposições legislativas que se transformaram em lei no mês de março**

<b>Autor da proposta</b>	<b>Tema/ Assunto da lei</b>
Missionário Arruda	Isenção de pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio
Poder Executivo	Alteração do Artigo 8º da Lei 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o programa Luz Fraterna.
Poder Executivo	Nova redação aos dispositivos que especificam a Lei Nº 18.419, de 07 de Janeiro de 2015, que estabelece o estatuto da Pessoa com Deficiência no Paraná.
Poder Executivo	Nova redação dos Art. 1º e 2º da Lei Nº 12.217, de 15 de julho de 1998, que autorizou o Poder Executivo a ceder imóveis situados na capital à Associação mantenedora do centro integrado de prevenção (Amcip) e à Associação beneficente renascer (Ascer)..
Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, localizado no município de Renascença, ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e extensão Rural.

Pedro Lupion	Concessão de título de utilidade pública a Associação de inclusão sociocultural e desenvolvimento humano do norte do Paraná com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso.
Adelino Ribeiro	Concessão do título de utilidade pública à associação atos de desenvolvimento social, com sede e foro no município de Corbélia.
Poder Executivo	Dispõe sobre o quadro próprio e cargos comissionados do departamento de trânsito do Estado do Paraná - Detran/PR, conforme específica.
Poder Executivo	Criação do programa de parcelamento incentivado - PPI, do programa incentivado de parcelamento de débitos - PPD e da cessão de direitos creditórios.
Maria Victória	Concessão de título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao escritor José Laurentino Gomes.
Cobra Repórter	Concessão de título de utilidade pública à associação refúgio, com sede e foro no município de Cambé- PR.
Dr. Batista	Concede título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao senhor Wilson de Matos Silva Filho.
Alexandre Guimarães	Inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a feira da louça de Campo Largo, realizada em setembro.
Fernando Scanavaca	Inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná do dia da sukyo mahikari, a ser celebrado anualmente em 27 de fevereiro.
Tadeu Veneri	Inclui o dia 19 de agosto como dia estadual de luta da população em situação de rua no calendário oficial do Estado do Paraná.
Cantora Mara Lima	Institui o mês de março como “mês da mulher” no Estado do Paraná e lança a campanha estadual de conscientização contra a violência à mulher.
Nereu Moura	Declara de utilidade pública o lar São Vicente de Paulo, com sede no município de Santana do Itararé/PR e comarca em Wenceslau Braz/PR.
Rasca Rodrigues	Concessão de título de capital do Rio Ivaí ao município de Cândido de Abreu.
Chico Brasileiro	Dispõe sobre a concessão do título de utilidade pública a associação internacional para expansão da conscienciologia - AIEC, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu - PR.
Elio Rusch	Declara de utilidade pública a associação evangélica cristo redentor - AECRI, com sede e foro no município de Curitiba/PR.
Tercilio Turini	Institui o "dia estadual de higienização das mãos", a ser realizado anualmente no dia 05 de maio.
Nereu Moura	Dá nova redação a letra “c” do art. 2º da lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela lei nº 17.739, de 29 de outubro de 2013, e autoriza a doação de imóvel ao município de Catanduvas.
Fernando Scanavaca	Concessão de título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao senhor Tairiku Okada.
Evandro Araújo	Inserir no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o teatro ao ar livre “paixão de cristo”, realizado anualmente durante a semana santa, no município de Maringá.
Artagão Junior	Declara de utilidade pública a AE - associação esperança, com sede e foro no município de Guarapuava, Paraná.
Rasca Rodrigues	Declara de utilidade pública o grupo de apoio adoção consciente - gaaco, com sede e foro no município de Curitiba - pr.

Ademar Traiano	Concessão de título de utilidade pública ao serviço de obras sociais, com sede e foro no município de santa terezinha de itaipu.
Rasca Rodrigues	Concessão do título de capital do kiwi ao município de Mallet.
Claudia Pereira	Dispõe sobre a obrigatoriedade por parte dos hospitais públicos e privados, do registro e da comunicação imediata de recém-nascidos com síndrome de down às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência no Estado do Paraná.
Artagão Junior	Institui o "dia 15 de maio" como dia de tecnologia e dignidade humana.
Paranhos	Estabelece a política de estado para o parto humanizado.
Claudia Pereira e Hussein Bakri	Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram a rede pública e privada de saúde do estado, da ocorrência com indícios de maus tratos que envolva a criança e ou adolescente, na forma que especifica.
Pericles de Melo	Concessão de título de utilidade pública ao Idecpar - instituto de desenvolvimento e capacitação do litoral do Paraná, com sede e foro no município de Paranaguá/pr.
Tercilio Turini	Declara de utilidade pública a "fazenda esperança", com sede e foro no município de Ibiporã.
Ademir Bier	Dispõe sobre a denominação de centro estadual de educação profissional prefeito Adolpho Mariano da Costa o ora denominado centro estadual de educação profissional de Medianeira, no município homônimo, e dá outras providências.
Gilberto Ribeiro	Institui o dia estadual da conscientização para doação de leite materno no âmbito do Estado do Paraná.
Missionário Arruda	Alteração da lei nº17.127 de abril de 2012, que determina a aplicação prática do conteúdo do § 5º, do art. 150 da constituição federal em todo Estado do Paraná.
Requião Filho	Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de automóveis sediadas no Estado do Paraná apresentar ao consumidor o orçamento nas revisões conforme o especificado pelo fabricante no manual do veículo.
Missionário Arruda	Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, e seus componentes, no Estado do Paraná.
Marcio Pauliki, Felipe Francischini	Dispõe sobre critério para liberação de cadáver no instituto médico legal – IML – do Paraná, para sepultamento.
Felipe Francischini, Tião Medeiros	Dispõe sobre o controle do número I.M.E.I - INTERNATIONAL MOBILE EQUIPMENT IDENTITY - (identificação internacional de equipamento móvel) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares.
Tião Medeiros	Dispõe sobre a obrigatoriedade de bloqueio de aparelhos celulares nos casos de comunicação de furto ou roubo.

Dados coletados no site da Assembleia Legislativa do Paraná

Fonte: Autora

Algumas dessas proposições trabalham sobre a construção de políticas públicas, como a proposta do Poder Executivo sobre a criação do programa de parcelamento incentivado - PPI, do programa incentivado de parcelamento de débitos - PPD e da cessão de direitos creditórios, a proposta da Deputada Claudia Pereira que trata da obrigatoriedade por parte dos hospitais públicos e privados, do registro e da comunicação imediata de recém nascidos com síndrome de *down* às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência no Estado do Paraná e também do Missionário Arruda que proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, e seus componentes, no Estado do Paraná.

O mês de abril teve o mesmo número de proposições de março, 89. Destas, 9 foram arquivadas por inconstitucionalidade, 28 encaminhadas para a Comissão de Constituição e Justiça, 1 para a Comissão Executiva, 1 para a Comissão de Segurança Pública, 1 para a Comissão de Educação, 1 para a Comissão de Direitos Humanos, 5 foram arquivadas a pedido dos autores, 13 encaminhadas para a Diretoria Legislativa, 1 para a Diretoria de Assistência ao Plenário e 29 foram aprovadas e se transformaram em leis.

A tabela 6 detalha as leis aprovadas no período e segue o mesmo padrão da tabela apresentada no mês de março, tratando o conteúdo das leis de forma mais simplificada e também com as informações de projetos de lei com inserção de datas comemorativas.

Em destaque o projeto de lei aprovado, oriundo do Poder Executivo, sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do Regime próprio de previdência social (Paraná Previdência).

**Tabela 6- Proposições legislativas que se transformaram em lei no mês de abril**

<b>Requiao Filho</b>	<b>Dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução integral e em espécie do troco ao consumidor de bens e serviços nos estabelecimentos situados no Estado e dá outras providências.</b>
<b>Nereu Moura</b>	Institui a data de 27 de julho como o dia estadual do motociclista.
<b>Hussein Bakri</b>	Institui o mês "maio amarelo", dedicado às ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito.
<b>Nereu Moura</b>	Concessão do título de cidadão honorário do Estado do Paraná ao senhor cardeal Dom Odilo Pedro Scherer.
<b>Gilberto Ribeiro</b>	Altera a redação do caput do art. 1º da lei estadual nº 14.425/04, estendendo o benefício previsto para os alunos portadores de doença celíaca (intolerância ao glúten).
<b>Gilberto Ribeiro,</b>	Institui no âmbito do estado do paraná a "semana estadual de doação do leite humano".



<b>Tercílio Turini</b>	
<b>Dr Batista</b>	Institui a semana de conscientização da doação de órgãos e tecidos.
<b>Poder Executivo</b>	Autorização para a Companhia de desenvolvimento agropecuário do Paraná efetuar a alienação dos bens imóveis que especifica, sediados em diversos municípios do Estado do Paraná.
<b>Claudia Pereira</b>	Denomina o município de Prudentópolis como a "capital do feijão preto" do Estado do Paraná.
<b>Marcio Nunes</b>	Dispõe sobre o dia estadual do demolay.
<b>Nereu Moura</b>	Inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o aniversário do Santuário nossa Senhora de Guadalupe, da cidade de Curitiba.
<b>Pedro Lupion</b>	Denomina "rodovia José Fernandes Garcia" o trecho da PR-218 entre a BR-153 e a PR-436, entre os municípios de Conselheiro Mairinck e Ribeirão do Pinhal.
<b>Tercílio Turini, Claudia Pereira</b>	Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos do Estado do Paraná e dá outras providências.
<b>Evandro Junior</b>	Concede o título de cidadão honorário do Paraná ao excelentíssimo senhor jurista Luiz Edson Fachin.
<b>Poder Executivo</b>	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do exercício financeiro de 2016.
<b>Guto Silva</b>	Concessão de título de utilidade pública estadual à associação Lima – protetora dos animais de Pato Branco, Estado do Paraná.
<b>Poder Executivo</b>	Autoriza o poder executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao município de Castro.
<b>Alexandre Curi</b>	Declara de utilidade pública a associação de pais e amigos dos excepcionais de Prado Ferreira - Apae
<b>Poder Executivo</b>	Autoriza o poder executivo, através do departamento de estradas de rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Medianeira.
<b>Poder Executivo</b>	Autoriza o poder executivo, através do departamento de estradas de rodagem, a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Chopinzinho.
<b>Schiavinato</b>	Concessão de título de utilidade pública ao instituto oportunizar esporte, cultura e educação para desportos do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Toledo.
<b>Poder Executivo</b>	Autoriza a Copel geração e transmissão s.a., subsidiária integral da companhia paranaense de energia - Copel, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica localizados no município de Boa Vista da Aparecida.
<b>Pastor Edson Praczyk</b>	Concede o título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao sr. Abel Domingues Souza.
<b>Marcio Nunes</b>	Concessão de título de utilidade pública ao Cepac - Centro paranaense da cidadania, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

<b>Tribunal De Justiça</b>	Alteração dos artigos 233 e 234 da lei estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - código de organização e divisão judiciárias do Estado do Paraná.
Poder Executivo	<b>Dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná e dá outras providências.</b>
<b>Guto Silva</b>	Dispõe sobre a divulgação de informação referente à movimentação financeira dos concursos públicos estaduais, e dá outras providências.
<b>Reichembach</b>	Institui os centros de zoonoses nos municípios sede de regionais de saúde da Secretaria de Estado da saúde do Paraná – Sesa.

Dados coletados no site da Assembleia Legislativa do Paraná

Fonte: Autora

É exatamente a votação do dia 29 de abril que desperta um novo clima social para alteração legislativa. Por este motivo, diferente do mês de março e abril, a análise para o mês de maio é um pouco mais detalhada, principalmente nos dias em que houve repercussão midiática mais intensa da greve dos professores.

Por isto a tabela 7 mostra todas as proposições apresentadas com relação ao tema e qual foi o encaminhamento da mesma na Assembleia Legislativa. É possível destacar que os deputados aproveitaram as janelas da oportunidade que abriram durante o confronto para propor novas legislações, entretanto as oportunidades não conseguiram gerar grandes mudanças na agenda decisória.

Nos dias 4 e 5 de maio foram 30 projetos de lei apresentados. Destes alguns retratam sobre a violência do confronto que aconteceu no dia 29 de abril. O objetivo desta tabela é tentar compreender se, em alguma situação, a agenda dos deputados possa ter sido influenciada pelos conteúdos midiáticos e os protestos.

**Tabela 7- Proposições legislativas sobre o confronto em maio**

Autor	Ementa	Encaminhamento
<b>Rasca Rodrigues, Marcio Pacheco</b>	Veda o uso de animais com aparato de apoio policial em manifestações de rua, de cunho político, social, sindical, corporativo e econômico no Estado do Paraná	CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)
<b>Requião Filho</b>	Institui o dia estadual da infâmia, a ser referendado anualmente no dia 29 de abril	CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)

<b>Tercílio Turini</b>	Proíbe o uso de balas de borracha e de animais de qualquer espécie pela Polícia Civil e Militar na contenção de manifestações populares	CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)
<b>Ney Leprevost</b>	Proíbe no Estado do paraná, a utilização de cachorros pela Polícia Militar durante manifestações Populares	CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)
<b>Nelson Luersen</b>	Proíbe o elastômetro (bala de borracha) em operações de policiamento de greves e manifestações públicas; Regula e limita o uso da força destas operações no Estado do Paraná	CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)
<b>Nelson Luersen</b>	Institui no calendário oficial do Estado do Paraná o “Dia de luta e mobilização dos servidores públicos do Estado do Paraná”	CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)

Dados coletados no site da Assembleia Legislativa do Paraná

Fonte: Autora

No total, seis projetos foram apresentados, mas nenhum deles foi aprovado. É justamente este o ponto destacado no processo de *agenda-building* no que diz respeito às relações de poder para evitar a decisão de uma política pública. Afinal, o tema, naquele momento, havia mobilizado a opinião pública e também os decisores – abrindo a janela da oportunidade para a aprovação da política pública.

Mas ao entrar na agenda decisória, por questões de disputa de poder e visibilidade, os assuntos referentes ao confronto perderam apoio e não conseguiram alcançar o *status* de política pública confirmada. Essa relação demonstra que nem a mídia divulgando as cenas de violência, nem mesmo os deputados promovendo o debate conseguiram mobilizar a agenda decisória para promover as mudanças em políticas públicas contra a violência em manifestações no Estado do Paraná.

Nenhuma das legislações apresentadas durante este período foi aprovada. Mas o que é possível notar é a presença da mídia no discurso dos deputados durante as proposições e, o mais importante, a confirmação de que a mídia consegue agendar – mesmo que não a todos -, a opinião dos atores políticos, que como resposta acabam protocolando novas legislações. Esta é uma maneira de garantir visibilidade e também atua como sistema de resposta social a problemas públicos que ganharam destaque no noticiário.

Completando essa análise, o discurso do telejornal também começa a ser alterado ao longo dos dias em que a greve segue. Durante o mês de junho, quando a análise foi ampliada, notou-se que a sequência também ganha novos encaminhamentos. No total, 18 matérias foram divulgadas sobre o tema greve dos professores. No início do mês, com a divulgação no dia 2 de junho, há a apresentação da primeira reportagem que critica a longa duração da greve. Em uma reportagem completa, com tempo de 2 a 3 minutos, o Paraná TV retrata o dia a dia dos alunos que se preparam para o Enem em diferentes pontos de cidades do litoral paranaense, incluindo uma praça pública, já que estavam sem aulas devido à greve dos professores. No discurso, alunos demonstram preocupação com a prova já que terão menos aulas do que outros vestibulandos do Brasil.

Em meio às negociações entre Assembleia Legislativa, Governo Estadual e servidores estaduais para o fim da greve, a emissora faz mais uma reportagem demonstrando os prejuízos da paralização. Desta vez, a matéria de 1 a 2 minutos fala como donos de vans escolares e pequenos comerciantes estavam sendo impactados negativamente com a greve dos professores.

Posteriormente à estas reportagens de cunho negativo (e que podem impactar na opinião pública) os professores marcam assembleia para definir rumos da greve para o dia 09 de junho. É nesta data que a greve encerra, mas o assunto não é finalizado.

Em ação contra os grevistas e para ganhar a opinião pública para aprovação do pacote de medidas, o governo do Paraná divulgou, no dia 18 de junho, o salário dos professores estaduais, destacando que eles recebem altos salários e mesmo assim estariam em greve. A divulgação da lista saiu no mesmo dia em que professores e Governo se desentendiam acerca do calendário escolar do ano e da possibilidade de sexta aula para alunos da rede estadual.

O detalhe mais significativo desta análise foi perceber que a construção de políticas públicas não foi alterada com a divulgação das notícias no telejornal e nem pelo confronto com os professores, mas ao mesmo tempo, conseguiu movimentar a agenda de proposições legislativas em favor do tema. Isso significa que as janelas da oportunidade estavam propensas a abrir, entretanto, por motivos adversos (entre eles a oposição ser a minoria na Assembleia), as políticas públicas propostas não foram efetivadas.

Mesmo com uma Assembleia Legislativa sendo em sua maioria da base do governo, o conflito gerou uma propensão à mudança, muito ligado à divulgação midiática nacional dos confrontos do dia 29 de abril e também da mobilização da opinião pública paranaense. As oportunidades não foram aproveitadas ao longo das manifestações, o projeto de lei foi aprovado – mesmo sob forte onda de protesto -, e a greve não foi resolvida em pouco tempo.

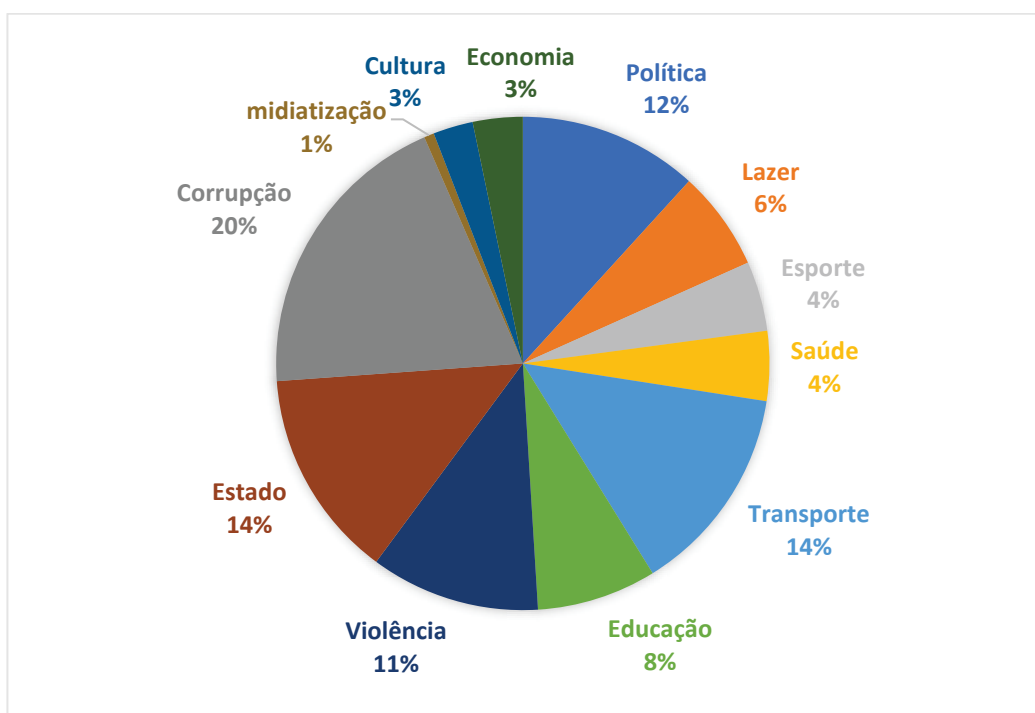
A troca de interesses pode ter feito com que o discurso da mídia tenha sido alterado ao longo das manifestações e, se por um lado havia uma ligação entre manifestação e as notícias veiculadas pela RPC, com o passar dos dias, o discurso midiático foi sendo alterado para uma posição negativa à continuidade da greve. Tais reportagens podem ter auxiliado o governo nas negociações para o encerramento da greve.

### 3.9 Relações durante o mês de Maio

Após todas as reviravoltas na educação que aconteceram durante o primeiro semestre do ano, o tema cai gradativamente da grade do Paraná TV 2ª edição e o assunto preponderante é novamente a corrupção (20%), seguido pelas editorias Estado (14%) e Transporte (14%).

O gráfico 12 apresenta o resultado do monitoramento no telejornal durante o mês.

**GRÁFICO 12 – Editorias das reportagens de maio**



Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de maio no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

Mesmo com a editoria educação caindo da pauta do telejornal, na Assembleia Legislativa novamente o assunto retornava às discussões. No dia 18 de maio o Poder executivo enviou aos deputados o Plano estadual de educação (Projeto de lei 377/2015).

O telejornal só noticiou o tema no dia 22 de junho, através de uma reportagem completa, com tempo de 2 a 3 minutos e dois deputados sendo entrevistados: Gilson de Souza (PSC) e Péricles de Melo (PT). Não é possível identificar relação entre a aprovação legislativa e o conteúdo divulgado pelo telejornal, pois há uma relação apenas de causalidade da notícia, que deixa de ser pauta no dia seguinte. Já o Plano de educação é aprovado e segue tramitação normal na Assembleia mesmo com a divulgação da briga entre deputados durante as discussões do Plano.

Outros 30 projetos apresentados no mês foram aprovados pela Assembleia, sendo que do total, 7 foram de autoria do Poder Executivo e os demais de autoria dos deputados. Deste total de projetos, a análise conta com sete projetos que tem relação com a construção de políticas públicas no Estado. A tabela 08 apresenta tais proposições.

**Tabela 08 – Proposições legislativas no mês de maio**

Número do projeto	Autor	Tema
Projeto de lei 327/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 22/2015 - instituição da política estadual de proteção e defesa civil - Pepdec, e adoção de outras providências.
Projeto de lei 337/2015	Claudia Pereira	Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno.
Projeto de lei 364/2015	Fernando Scanavaca	Altera o objeto constante no anexo xi do plano de aplicação da lei nº 18.409 de 29 de dezembro de 2014.
Projeto de lei 375/2015	Gilson De Souza	Altera a redação do artigo 2º, da lei estadual nº 14.856 de 19 de outubro de 2005, que passa a vigorar conforme exposto abaixo.
Projeto de lei 377/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 23/2015 - aprovação do plano estadual de educação e adoção de outras providências.
Projeto de lei 392/2015	Poder Executivo	Mensagem - define as obrigações de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da constituição federal, e adota outras providências.
Projeto de lei 421/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 26/2015 - altera, na forma que especifica, a data base para a revisão geral e estabelece, para os anos de 2015 e 2016, o índice de revisão geral das tabelas de vencimento básico ou de subsídios das carreiras estatutárias civis e militar do poder executivo do estado do paraná, e adota outras providências.

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de maio de 2015.

Fonte: Autora

Algumas dessas legislações tem influências de atores coletivos diversos. Em 2015, uma série de notícias falsas circularam nas redes sociais dizendo da aprovação de uma lei em território nacional que tornava crime amamentar em público. As informações foram

amplamente divulgadas e muitos brasileiros realizaram protestos contra a legislação – que nunca existiu.

Acompanhando legislações que haviam sido aprovadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, a Deputada Claudia Pereira apresentou o projeto de lei 337/2015 que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno. O projeto de lei foi protocolado no dia 15 de abril e tratava sobre o direito de aleitamento materno nos estabelecimentos do Estado do Paraná. Já tramitava na Assembleia um projeto similar, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que havia sido protocolado alguns dias anteriores (287/2015).

Na justificativa de projeto da Deputada, ela relata que manifestações para amamentação em locais públicos aconteceram em diferentes locais, incluindo São Paulo. Ato que teve repercussão, segundo a justificativa, em todo o território nacional. Atitudes deste primeiro movimento inspiraram outras ações, denominadas de “mamaços”, que são amamentações coletivas que repudiam àqueles que reprimem as mães que estão alimentando seus filhos. A legislação paulista também é citada na justificativa da deputada, que serve inclusive como “proposta com base no texto aprovado e sancionado no município de São Paulo”.

Seguindo os trâmites legislativos, o projeto recebeu aprovação de constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça no dia 19 de maio do corrente ano.

No período de três meses, o projeto também recebeu parecer favorável das Comissões de Defesa dos direitos da mulher e da saúde pública, sendo enviado à Diretoria de Assistência ao Plenário no dia 04 de agosto. Em votação na semana seguinte, o projeto de lei foi aprovado pela maioria dos deputados estaduais e seguiu para sanção governamental. Ato que ocorreu no dia 20 de agosto e publicado em Diário Oficial do Estado dia 24 de agosto.

Esta é uma relação entre a produção legislativa e outros atores coletivos. Diversos movimentos de mães estavam organizando “mamaços coletivos” pelo Brasil, com o objetivo de garantir que o aleitamento materno em espaços públicos e privados não causasse nenhum constrangimento às lactantes. Pode-se considerar a lei em questão como uma resposta à atores coletivos que se uniram em prol de um objetivo em comum e que, depois dos atos, provavelmente não retornaram a protestar pelo mesmo objetivo.

Este é um fator explicado na teoria da agenda-*building*, ao enfatizar que para conseguir atingir a agenda decisória é necessário conseguir mobilizar e envolver vários atores. Além disto, saber também que os problemas só podem ser solucionados se as instituições envolvidas forem capazes de resolver através de suas capacidades políticas e decisórias, tal como foi o caso do mamaço.

A lei que garantiu a amamentação em locais públicos era uma alternativa viável aos deputados que observaram nos protestos também uma janela da oportunidade para efetivação da política pública. Neste ponto, portanto, é possível observar a união das duas teorias apresentadas na construção legislativa paranaense, com um ator importante da análise desta tese ficando de fora do processo: o telejornal.

E a aprovação da lei do aleitamento materno é um objeto interessante também na percepção de outros detalhes teóricos anteriormente estudados. Na teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon (2003), o autor destaca que para uma política pública ser efetivada é necessário que os três fluxos se unam e mais, que haja condições políticas para proporcionar a mudança. Neste caso, houve uma condição muito positiva para aprovação da legislação, já que o tema estava baseado em indicadores e circunstâncias e já estava aclamado pela sociedade. Como um *feedback* social para tal problema, a legislação foi prontamente elaborada (e baseada na já aprovada do município de São Paulo) e conseguiu garantir a janela da oportunidade aberta para efetivação da política pública.

Essa foi uma antecipação a problema público, já que não havia regulamentação sobre a amamentação em locais públicos e privados no Estado, mas que foi elaborada com base em notícias falsas que admitiam a proibição deste ato no Brasil.

Sobre as demais legislações apresentadas no mês de maio não foi comprovada pela pesquisa nenhuma relação com as notícias veiculadas pelo telejornal monitorado.

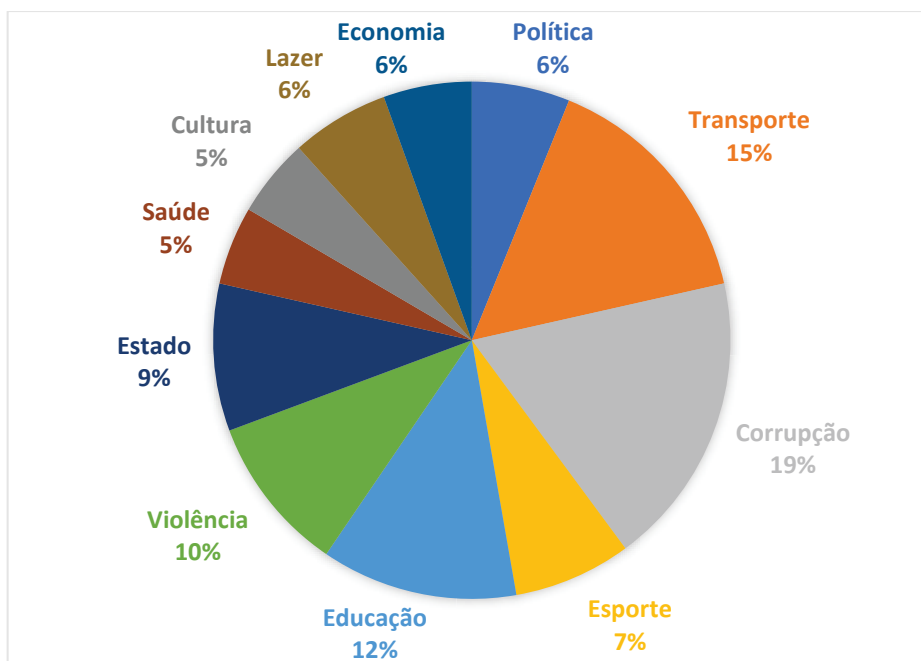
### **3.10 Relações durante o mês de Junho**

O mês de junho tem como diferencial a proposição legislativa de outros atores, incluindo o Tribunal de Justiça, a Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública e o Tribunal de Contas do Paraná. Ambos propuseram o reajuste o vencimento dos servidores dos órgãos acima citados.

Em meio aos projetos de reajuste salarial, o assunto mais debatido pelo telejornal estudado foi a corrupção (19%), seguido por transporte (15%) e educação (12%). O gráfico 13 apresenta o resultado desse monitoramento mensal do Paraná TV.



**GRÁFICO 13 – Editorias das reportagens de junho**

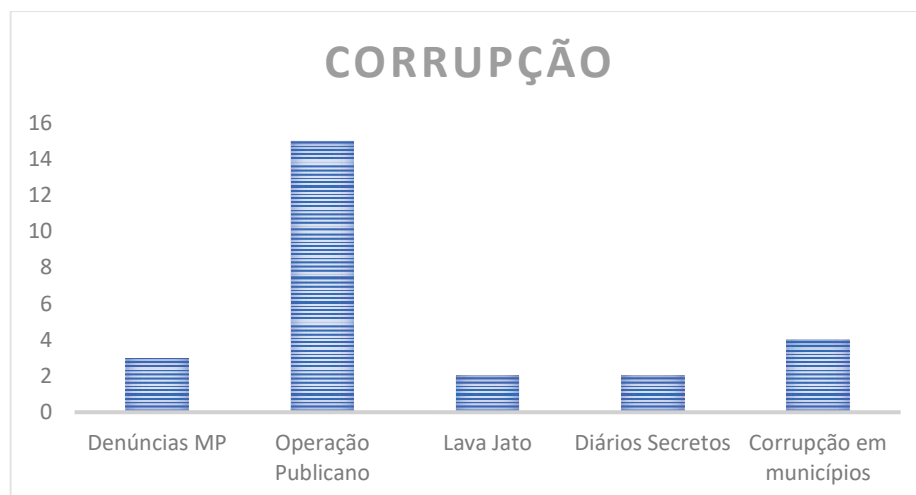


Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de junho no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

É possível afirmar a existência de uma espécie de jogo de tabuleiro entre os atores coletivos paranaenses. Esse jogo político tem como resultado a divulgação de notícias da mídia, principalmente com a maioria dos assuntos trabalhados sendo corrupção. Do total das reportagens, 19% foi com matérias divulgando fatos sobre corrupção. Como este também é um tema que pode ter diferentes casos tratados, optou-se por estudar mais a fundo os conteúdos trabalhados pelo telejornalismo.

Entre as matérias, a maior parcela trata da operação Publicano, seguida pela corrupção em municípios paranaenses, denúncias feitas pelo Ministério Público, julgamentos da operação Diários Secretos e, por último, desdobramentos da Lava Jato. O gráfico 14 apresenta a disparidade entre as reportagens.

**GRÁFICO 14 – Editorias das reportagens sobre corrupção em junho**

Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de junho no Paraná TV 2ª Edição que apresenta os conteúdos da editoria corrupção.

Fonte: Autora

Em meio ao protocolo de ajuste salarial, o tema corrupção ser destaque não necessariamente é apenas uma coincidência. Cabe neste ponto da pesquisa explicar um dos assuntos mais divulgados no ano pela RPC, que foram as operações contra corrupção intimamente ligadas ao governo do Estado do Paraná.

A primeira ação que gerou a operação foi no dia 14 de janeiro, quando auditor da Receita Estadual foi preso em Londrina por exploração sexual de menor. No dia 28 um assessor do governo estadual também foi preso pelo mesmo crime.

Segundo divulgação de informações exclusivas dadas pelo Gaeco ao Jornal Gazeta do Povo<sup>30</sup>, desde 2014 o alto escalão da Receita Estadual vinha sendo investigado pelo Grupo. As acusações de exploração sexual de menores não estavam nas primeiras informações e só foram descobertas de fato em janeiro de 2015. A ligação com os funcionários públicos investigados aconteceu ao longo dos dias. Além disso, o Gaeco também investigava neste período a contratação de uma oficina que reparava carros de órgãos públicos do governo estadual em Londrina e região norte do Paraná.

Foram estas três linhas de investigação que resultaram nas operações Publicano, Voldemort e Contra exploração sexual. A Publicano<sup>31</sup> foi a primeira linha de investigação e

<sup>30</sup> A série de reportagens está disponível no site do Jornal.

<sup>31</sup> Nome que faz referência à passagem bíblica que destaca os publicanos como os responsáveis pela arrecadação de impostos no Império Romano.

apurou que funcionários da Receita Estadual de Londrina e Curitiba recebiam valores em dinheiro como forma de subornos para evitar cobranças de impostos estaduais a empresários.

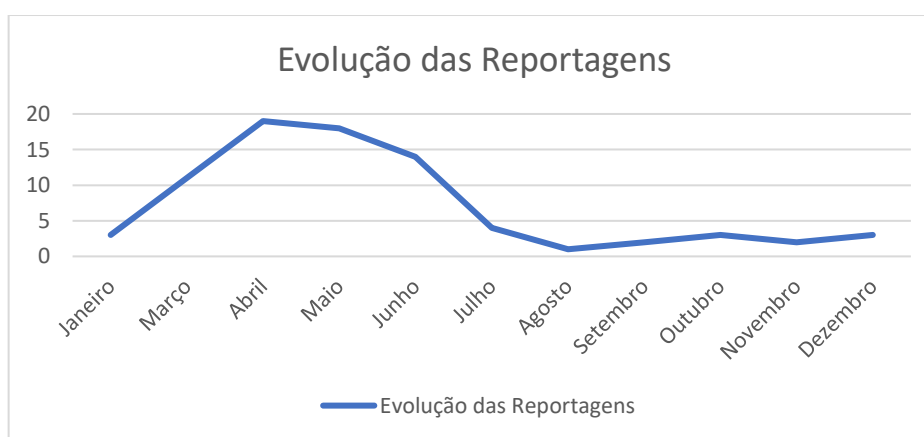
A operação Voldemort<sup>32</sup> investigou o tráfico de influências e superfaturamento em contratos emergenciais para a reforma e manutenção de carros de órgãos públicos da região de Londrina feitos pela oficina Providence. O Voldemort da operação era Luiz Abi, parente do Governador Beto Richa e apontado como o líder das operações da oficina.

A última operação do Gaeco, que deflagrou a exploração sexual de menores também na região de Londrina confirmou o envolvimento de agentes públicos e auditores da Receita Estadual na exploração de garotas de 13 a 17 anos. Foram aproximadamente 20 vítimas de exploração envolvidas neste esquema, que tinha como nome de destaque o auditor Luís Antônio de Souza, já que foi preso em um motel com uma menina de 15 anos.

No total, o Paraná TV 2ª Edição divulgou 80 reportagens sobre as três operações do Gaeco – que somaram ao Ministério Público e Justiça -, durante todo o ano de 2015. Os meses de abril, maio e junho foram os que mais tiveram reportagens apresentadas.

O Gráfico 15 demonstra esse acréscimo e decréscimo sobre o assunto ao longo de todo o ano. A linha vertical dispõe sobre o número de reportagens veiculadas, enquanto a horizontal apresenta os meses em que as mesmas foram divulgadas pelo telejornal.

**GRÁFICO 15. Evolução da divulgação das reportagens sobre as operações**



Dados extraídos do monitoramento realizado no Paraná TV 2ª Edição que apresenta os conteúdos divulgados sobre a operação.

Fonte: Autora

<sup>32</sup> Nome faz referência ao personagem da série de livros e filmes do personagem Harry Potter e faz referência ao fato de que o nome da pessoa envolvida não poderia ser nomeada (tal como na série).

O crescimento de reportagens e ações divulgadas pela RPC está ligada às datas de votação do projeto de reajuste salarial protocolados na Assembleia Legislativa. No mês de março, as reportagens apresentadas trataram de como o Gaeco desvendou a operação e o envolvimento direto de assessores e parentes do Governador Beto Richa nas denúncias feitas pelo Ministério Público. Entre as reportagens do mês de março, destaque para a antecipação feita no dia 31, onde o telejornal adianta aos seus expectadores que as investigações do Gaeco em Londrina afetarão meio político na próxima semana.

Grande parte das reportagens divulgadas em abril, já as vésperas do confronto do dia 29 de abril, apontavam indícios de que o governador Beto Richa tinha ligação com a operação do Gaeco, inclusive sua esposa, Fernanda Richa foi apontada como sócia de esposa de Luiz Abi Antoun em uma Faculdade em Londrina. Outra questão é que Luiz Abi era um dos donos da oficina Providence, que estava com a frota de carros da Polícia Militar do Paraná esperando por conserto.

Em maio, a sequência de investigações continua na Receita Estadual e os envolvidos continuam ligados ao governador. Em delação, um dos auditores investigados chegou a dizer que a campanha de Beto Richa recebeu dinheiro de propina da Receita. Mesmo com todas as atenções voltadas para a greve dos professores, o assunto continuou aparecendo bastante no telejornal.

Já em junho, mês de estudo em questão, as denúncias deixam de recair sobre o governador e passam a focar no auditor fiscal Luiz Antônio de Souza e Abi Antoun. A única vez que aparece a ligação entre Governo e Corrupção é em reportagem divulgada no dia 29 de junho, a qual retrata que a empresa de Antoun pagou hospedagem para o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná.

É neste mesmo período em que acontece a votação para o reajuste salarial e que, depois de aprovado pela Assembleia, as investigações reduzem ainda mais, como apresentado anteriormente no gráfico 15. Em julho o número de reportagens cai para apenas quatro e nenhuma delas tem duração de mais de 3 minutos.

Em setembro a Justiça realizou a primeira condenação da operação e a reportagem, desta vez, possui mais de três minutos de duração, pois faz uma retrospectiva de todas as fases e descobertas do Gaeco, Ministério Público e Justiça estadual. Esta foi a única reportagem divulgada neste mês. Outubro e dezembro tiveram três reportagens divulgadas, ambas destacando novas fases da operação e as denúncias de envolvidos no processo. Não há mais nenhuma reportagem que relacione diretamente o governador, seus familiares e assessores às fases da operação.

Além das ações da operação Publicano, também houve operações da Justiça relacionados à antigas operações envolvendo deputados e assessores, entre elas a denunciada pelo próprio telejornal, intitulada Diários Secretos.

Para Miguel (2009) não é só no momento eleitoral que a voz da opinião pública é ouvida. “Muitas vezes, uma ‘revelação’ dos bastidores é um momento crucial do jogo político – Watergate, nos Estados Unidos, ou o impeachment de Collor e o escândalo do chamado ‘mensalão’, no Brasil, são exemplos óbvios” (MIGUEL, 2009, p. 152-153). Esse jogo político pode, portanto, ter relacionamento direto com a queda de popularidade do governo, a não aprovação legislativas e a tomada de decisões posteriores ao escândalo da Receita.

Outros assuntos foram debatidos pelos deputados durante o mês de junho, entre eles o que a Comissão Executiva da Câmara apresenta a alteração da data base dos vencimentos do quadro de servidores da Assembleia Legislativa. O projeto foi protocolado no dia 29 de junho.

O assunto foi anteriormente tratado pelo telejornal e aqui observa-se uma relação direta entre produção de conteúdo jornalístico e agenda decisória da Assembleia. No dia 14 de junho o Paraná TV divulgou uma reportagem completa de mais de 3 minutos (o que já demonstra um interesse amplo acerca do tema pelo telejornal) que tinha como manchete “Assembleia Legislativa estuda a possibilidade de aumentar verba de ressarcimento do gabinete para despesas dos deputados”.

No dia seguinte, 15/06, a RPC divulgou uma nota pelada de menos de um minuto, em que não há presença de nenhum entrevistado, destacando que o Presidente da Assembleia havia desistido de reajustar a verba de ressarcimento dos deputados.

Antes ainda da proposta ser apresentada na Assembleia, o telejornal divulgou, no dia 23 de junho, matéria falando sobre o anúncio de novo benefício nos salários dos servidores da Assembleia. Foi uma reportagem completa, com tempo de 2 a 3 minutos e que teve os deputados Ademar Traiano, Tadeu Veneri e Luiz Claudio Romanelli como entrevistados.

Como resposta ao conteúdo divulgado pela reportagem do telejornal, o Presidente da Assembleia defendeu o novo benefício nos salários dos funcionários em reportagem divulgada pelo telejornal no dia 24/06. A reportagem teve o mesmo tempo da matéria anterior, mas teve como entrevistado apenas o Presidente da Casa.

Este é um exemplo de visibilidade adquirida por líderes de governo e presidente da Assembleia legislativa, que ganham mais visibilidade midiática em suas ações ao ocuparem tais cargos.

Ao mesmo tempo, também é uma comprovação a hipótese que a agenda midiática impacta diretamente na agenda decisória, tal como essa tese se propõe a investigar. Como

explica McCombs (2009), os meios de comunicação são capazes de transferir a relevância de temas da sua agenda para a agenda da sociedade – aqui visualizada como a agenda dos deputados.

Apesar da agenda decisória ser independente da midiática, é perceptível a estreita relação entre ambas neste ponto. Uma das sugestões para que essa ligação seja efetivada pode estar na visibilidade negativa que representa o aumento do salário dos próprios deputados sendo divulgada amplamente pelo telejornalismo e consumida pela sociedade. Como já apresentado em Gomes, a visibilidade nem sempre é algo positivo aos agentes políticos. Há situações em que a esfera da mídia representa algo extremamente negativo e que tem como resultado uma desaprovação das ações políticas dos deputados.

Sobre as demais legislações apresentadas no mês de junho de 2015 e que se tornaram lei, a tabela 09 mostra o resultado dessa construção de políticas públicas no Estado.

**Tabela 09 – Proposições legislativas no mês de junho**

Número do projeto	Autor	Tema
Projeto de lei 472/2015	Poder Judiciário	Ofício nº 604/2015 - reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores dos quadros de pessoal do poder judiciário do estado do Paraná e dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro judicial e extrajudicial, a partir de 1º de maio de 2015.
Projeto de lei 473/2015	Procuradoria Geral de Justiça / Ministério Público	Ofício nº 621/2015 - reajusta, conforme especifica, o vencimento básico dos servidores do ministério público do estado do Paraná e dá outras providências.
Projeto de lei 476/2015	Marcio Pacheco	Dispõe sobre o uso de aplicativo móvel pela secretaria de estado da segurança pública e administração penitenciária e demais entidades conveniadas, destinado a auxiliar na localização de pessoas desaparecidas, a ser denominado "alerta vida", e dá outras providências.
	Poder Executivo	Mensagem nº 30/2015 - nova redação e revogação de dispositivos da lei nº 11.970, de 19 de dezembro de 1997, que institui o Paranaeducação.
Projeto de lei 483/2015	Tribunal de Contas	Ofício nº 182/15 - dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão, das gratificações e do auxílio-alimentação no âmbito do tribunal de contas do estado do paraná, em observância ao artigo 37, inciso x, da constituição federal, e revoga e acresce dispositivos na lei 17.947/14.
Projeto de lei 484/2015	Comissão executivo	Alteração da data base para a revisão geral anual e estabelecimento, para os anos que especifica, do índice de revisão geral para os servidores efetivos e comissionados integrantes do quadro de servidores da assembleia legislativa do estado do paraná, e adoção de outras providências.

Projeto de lei 490/2015	Defensoria Pública	Concessão, para revisão geral anual do ano de 2015, do índice geral de 8,17% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da defensoria pública do estado do Paraná.
-------------------------	--------------------	---

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de junho de 2015.

Fonte: Autora

De todas as legislações, apenas uma é de autoria de deputados estaduais. O projeto de Lei 476/2015 do deputado Marcio Pacheco trata do uso de aplicativo móvel pela secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária para localizar pessoas desaparecidas.

O aplicativo denominado Alerta Viva consiste em um software de banco de dados (que deveria ser desenvolvido<sup>33</sup>) que armazenasse informações sobre pessoas desaparecidas e as transmitisse para a Polícia Civil, Militar e entidades conveniadas. Neste aplicativo estariam dispostas informações pessoais, local do desaparecimento, data, hora, fotos, vídeos e outras informações adicionais que auxiliassem os órgãos de segurança pública. De acordo com a legislação, o uso é obrigatório e exclusivo de policiais, agentes aeroportuários, conselheiros tutelares, funcionários de entidades conveniadas. As informações só estariam disponíveis através de *login* e senha dos usuários habilitados.

O projeto de lei foi protocolado 23 de junho de 2015 e recebeu assinatura de vários deputados estaduais acompanhando a proposição de Marcio Pacheco. Em julho de 2015 o projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, onde teve encaminhamento para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária.

Em resposta, o Delegado chefe da Delegacia de proteção à pessoa, Jaime da Silva Luz destacou a necessidade do aplicativo e, em um trecho, alega que para a população geral e imprensa é importante ter conhecimento de casos novos e informações filtradas. Após a resposta positiva da Secretaria, o projeto retornou à CCJ, onde foi aprovado com dois pareceres contrários (dos deputados Tiago Amaral e Bernardo Ribas Carli).

Seguindo os trâmites, o projeto seguiu para a Comissão de Segurança Pública, recebendo novamente parecer favorável. A data de envio do parecer é de 06 de outubro. Novamente o processo seguiu e a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso aprovou o relatório no dia 27 de outubro.

---

<sup>33</sup> Até a data de defesa desta tese o governo estadual não havia divulgado nenhuma informação sobre o desenvolvimento desse software.

Em 16 de novembro de 2015 o projeto seguiu para a Diretoria de Assistência ao Plenário, onde foi aprovado e encaminhado para sanção do governador. Fato este que aconteceu no dia 24 de novembro (Diário Oficial 9583, de 25 de novembro de 2015).

Sobre a legislação, pode-se confirmar uma relação com o telejornalismo paranaense. Em fevereiro de 2015 o Paraná TV 1ª edição (com horário de transmissão das 12h às 12h50) criou um quadro especial, chamado “Desaparecidos”. O quadro apresentado pelo jornalista Jasson Goulart está no ar até hoje (2018) e reúne famílias em locais públicos do Estado em busca de familiares perdidos. A RPC divulgou em 2016 um balanço do quadro, informando que quase 60 familiares haviam se encontrado no período de um ano do “Desaparecidos”. Houve transmissão de depoimentos em diferentes cidades do estado, incluindo Curitiba, Cascavel, Ponta Grossa, Umuarama, Guarapuava e Maringá.

Como relação direta entre o jornalismo e a construção de políticas públicas, é possível notar uma pequena ligação entre o programa e a proposição legislativa. Contudo, ao averiguar os detalhes da legislação em questão, não foi possível comprovar essa relação, principalmente pelo fato de que o projeto não cita, em nenhum momento, o telejornal. Mesmo assim, por notar essa similaridade de conteúdo, acredita-se que há uma pequena ligação entre o quadro do telejornal e a produção legislativa.

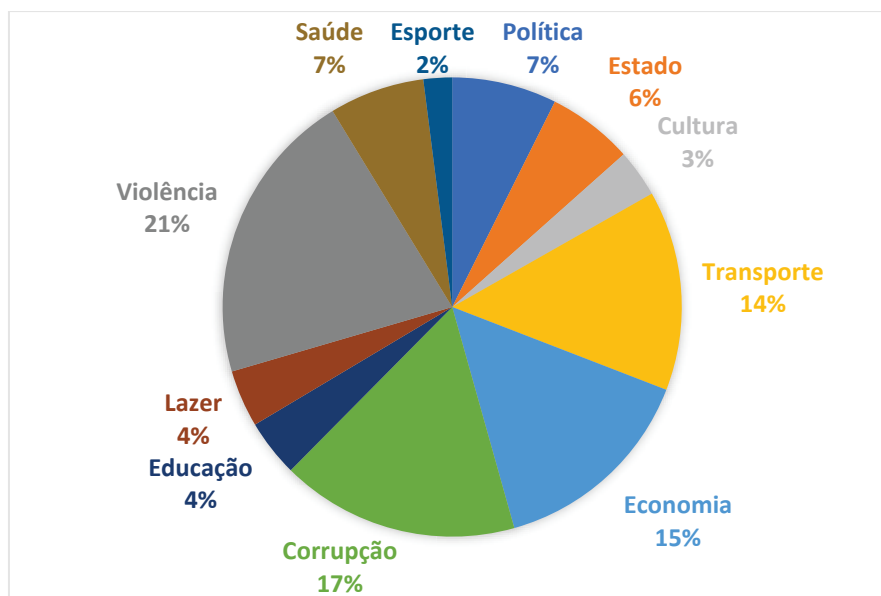
### **3.11 Relações durante o mês de Julho**

O mês de julho começa com a RPC divulgando uma reportagem sobre as discussões iniciadas pelos deputados sobre o orçamento do Governo Estadual para o ano de 2016. Foi apenas uma reportagem completa sobre o tema, que teve tempo de 2 a 3 minutos.

Um destaque para a reportagem é o número de políticos entrevistados na composição da reportagem completa. Os cinco deputados entrevistados não representam uma diversidade alta em comparação às reportagens anteriores, pois há a presença do líder de governo, Luiz Claudio Romanelli, o líder de oposição, Tadeu Veneri e o presidente da Assembleia, Ademar Traiano. Além dos três, também aparecem na reportagem o deputado do DEM, Elio Rush e o deputado do PMDB, Nereu Moura.

O assunto não foi encerrado no mês de julho, portanto, a lei em questão não foi aqui analisada. Sobre as editorias do telejornal, destaque ainda para o tema violência (21%), seguida por corrupção (17%) e economia (15%).



**GRÁFICO 16 – Editorias das reportagens de Julho**

Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de julho no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

Sobre as editorias do telejornal e a construção legislativa na Assembleia, não foi verificada nenhuma relação de agendamento no mês de julho. Entretanto, há uma sinalização de relação entre telejornal e política durante este mês.

Em meados do recesso da Assembleia Legislativa, o Paraná TV 2ª edição divulgou uma reportagem intitulada “Assembleia Legislativa gasta mais que o necessário com o cafezinho dos deputados”. Uma reportagem completa, com mais de três minutos de duração e que tem como entrevistado da Assembleia apenas o seu presidente, Ademar Traiano.

A denúncia do telejornal corrobora com os intensos debates sobre salários de vereadores e redução no número de legisladores municipais. O assunto virou pauta quando uma eleitora de Santo Antônio da Platina reivindicou a redução do salário em 20 de julho. A ação cidadã paranaense resultou em uma grande corrente de protestos pelo Paraná e o telejornal divulgou os protestos em Jacarezinho, Curitiba e Mauá da Serra. Em Curitiba, uma reportagem destacando o custo da atividade do vereador também foi apresentada em agosto, aumentando a ideia de insatisfação e desperdício de dinheiro público.

Já sobre as atividades da Assembleia e seus custos, não foi divulgado nada específico, apenas a reportagem das licitações do cafezinho que estavam fora da realidade do cotidiano. Como em um sistema de resposta à crítica recebida pelo telejornal, no dia 20 de julho, a licitação do café acaba ficando mais barata na Assembleia. Na reportagem completa, também aparece

como entrevistado político apenas Ademar Traiano, que explica a situação e anuncia que a licitação foi modificada e o preço do café diminuiu.

Continuando o tema, no dia 10 de agosto o telejornal retomou o assunto destacando em manchete que uma pesquisa apontou que órgãos públicos superfaturam na compra de produtos.

A incidência de uma política determina a relação entre o líder e os seguidores. São aqueles de quem ele precisa em seu plano estão distantes do lugar onde a ação acontece, se os resultados são escondidos ou postergados, se as obrigações individuais são indiretas e ainda não devidas, e acima de tudo se a aprovação é um exercício de alguma emoção prazerosa, é provável que o líder tenha liberdade de ação. (LIPPMANN, 2010, p. 213).

Tanto para Kingdon (2003) quanto para Gomes (2004), ouvir a opinião pública é papel fundamental para políticos e, talvez este tenha sido o motivo para a revisão na licitação do café da Assembleia. Segundo os autores das correntes teóricas da visibilidade e dos múltiplos fluxos, dar voz às ruas ajuda a reafirmar o papel dos políticos de representantes efetivos do povo. Se a opinião pública reivindica algo é necessário responder à essa questão para defender o ideal de que tal político é de fato, um representante dos seus eleitores.

Outro ponto na teoria de Kingdon (2003) é que o processo de divulgação dos problemas pela mídia ajuda os decisores a tomarem decisões mais de acordo com os anseios dos cidadãos. Convencer a população de que um problema pode ser solucionado também garante mais cotas de visibilidade aos decisores, que passam a gerenciar mais tempo na mídia com soluções esperadas pela opinião pública.

Miguel (2014) aponta ainda para outra questão que modifica a agenda dos parlamentares, e esta está ligada ao conteúdo midiático. Para o autor há um controle sobre a agenda e sobre a visibilidade dos diversos enquadramentos alicerçada a centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo. E isso não passa despercebido pelos agentes políticos que “hoje, em grande medida, orientam suas ações para o impacto presumível na mídia” (MIGUEL, 2014, p. 159).

Assim, ao dar a resposta rápida aos meios de comunicação, o presidente consegue uma cota de visibilidade que pode não ter sido espontânea, mas sim planejada e com o objetivo de se tornar uma notícia.

Quando buscada a relação entre a produção legislativa e as notícias veiculadas no telejornal, a relação não é encontrada. A tabela 10 apresenta as duas leis aprovadas no período estudado que tem relação direta com a construção de políticas.

**Tabela 10 - Proposições legislativas no mês de julho**

Número do projeto	Autor	Tema
Projeto de lei 496/2015	Tribunal de Justiça	Ofício nº 770/2015 - altera dispositivos das leis nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008, e cria a estrutura da secretaria da direção do fórum em todas as comarcas e foros do estado do Paraná.
Projeto de lei 505/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 36/2015 - alteração da lei nº 17.480, de 10 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o sistema estadual de informações de governo - Paraná, cria o conselho estadual, de tecnologia da informação e comunicação - paraná e cria o programa estadual de informações integradas.

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de julho de 2015.

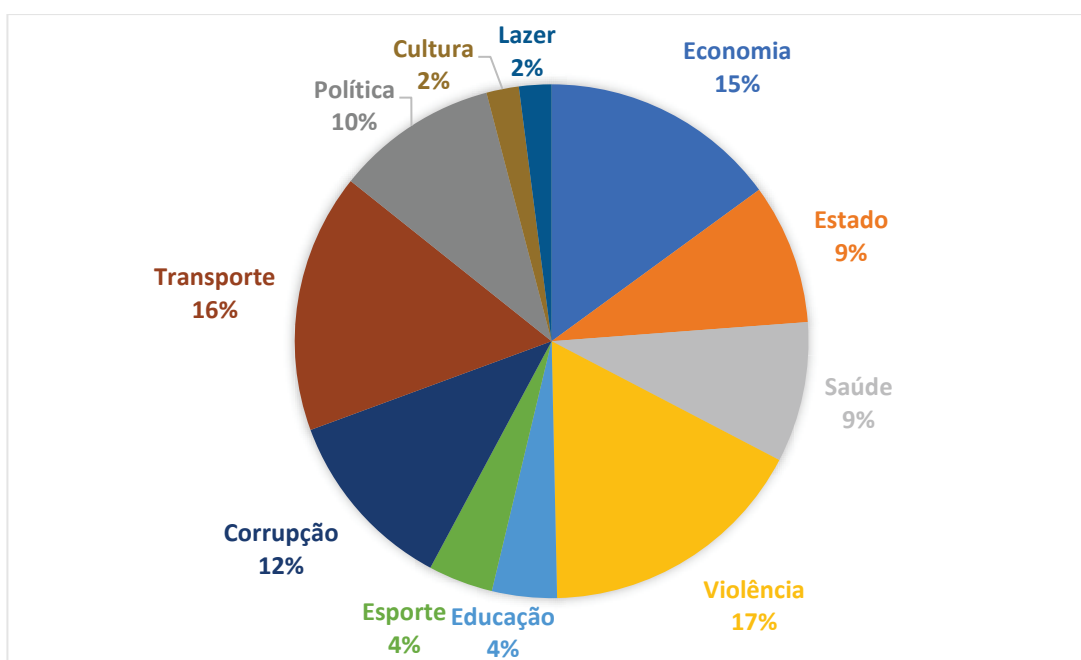
Fonte: Autora

As duas legislações não foram apresentadas por Deputados Estaduais. No total, durante julho, 21 projetos de lei foram protocolados e aprovados, com autoria variada. Entretanto, nenhuma das outras 19 proposições tratava de construção legislativa relacionada às políticas públicas. Todas elas eram sobre a denominação de rodovias, concessão de título de utilidade pública ou inserção no calendário de eventos do Estado.

Sendo assim, nenhuma relação entre o telejornalismo e a construção de leis é comprovada no mês de julho.

### **3.12 Relações durante o mês de Agosto**

O mês de agosto acompanha os demais meses do ano e tem como assuntos mais tratados pelo telejornal a violência (17%), transporte (16%) e a economia (15%). O Gráfico 17 mostra a relação entre os assuntos divulgados pelo Paraná TV 2ª edição ao longo de todo o mês.

**GRÁFICO 17 – Editorias das reportagens de Agosto**

Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de agosto no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

No período de análise, não foi verificada a relação de divulgação de notícias com os projetos de lei apresentados que se tornaram lei no mesmo período. A tabela 11 apresenta quais foram as legislações aprovadas no período.

**Tabela 11 - Proposições legislativas no mês de agosto**

Número do projeto	Autor	Tema
Projeto de lei 549/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 39/2015 - aprovação da construção dos empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia que especifica, e adoção de outras providências.
Projeto de lei 551/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 41/2015 - alteração do caput do art. 36 da lei nº 18.467, de 28 de abril de 2015, que regulamenta o quadro próprio e cargos comissionados do departamento de trânsito do Paraná, e dá outras providências.
Projeto de lei 580/2015	Gilberto Ribeiro	Dispõe sobre a disponibilização e incentivo ao uso de giz antialérgico nas instituições de ensino do estado do Paraná.
Projeto de lei 598/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 45/2015 - alteração da lei nº 17.726, de 23 de outubro de 2013, que trata da criação do conselho estadual de promoção da igualdade racial.
Projeto de lei 600/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 44/2015 - alteração da lei nº 15.464, de 31 de janeiro de 2007, que trata da estadualização da fundação Faculdade Luiz Meneghel, situada no município de bandeirantes, mediante incorporação à Universidade Estadual Do Norte Do Paraná.

Projeto de lei 610/2015	Hussein Bakri	Dispõe sobre a colocação de placas com informações em todos os monumentos históricos do estado do Paraná e dá outras providências.
-------------------------	---------------	--

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de agosto de 2015.

Fonte: Autora

Seis legislações fizeram parte da pesquisa, entretanto nenhuma delas mostrou relação com as notícias veiculadas pelo telejornal. Há, no entanto, relações entre política e mídia analisadas.

A primeira delas é com a divulgação, no dia 12 de agosto, de uma reportagem completa de 2 a 3 minutos, que tem como manchete a discussão de Deputados na Assembleia de dois projetos que pedem a convocação de plebiscito sobre os pedágios no Estado.

Essa citação da reportagem para a discussão entre os deputados, e não para a política pública em si, é exatamente o que retrata Miguel (2009. p.163), ao destacar que a cobertura típica da imprensa tende a destacar as manobras de bastidores, as negociações entre grupos partidários, a formação de alianças e o impacto presumível nas eleições seguintes, ao invés de enfatizar os resultados ou informações importantes para que a sociedade compreenda sobre o que se trata determinado assunto.

Também envolvendo mídia e política, uma relação diferente foi observada durante o mês de agosto. O Governo do Paraná instituiu em 2015 o programa de cidadania fiscal denominado “Nota Paraná”, onde contribuintes podem resgatar valores retidos em impostos ao colocarem o CPF na nota fiscal. O programa tem como objetivo aumentar a arrecadação do estado e evitar a sonegação de impostos.

O assunto não havia sido destaque nas reportagens do telejornal ao longo do ano, com apenas duas matérias – uma em junho e outra em julho – quando a lei ainda estava sendo discutida na Assembleia e passava por aprovação. Em uma das reportagens há uma pequena crítica ao governo, que estaria tentando receber impostos não pagos por contribuintes através do programa.

Mas quando o projeto se torna lei, o discurso muda e o Paraná TV 2ª edição passa a fazer reportagens positivas sobre o programa estadual. A primeira reportagem no dia 03 de agosto destaca que o programa está incentivando consumidores a exigir nota fiscal. E trata do assunto como algo positivo para contribuintes, empresários, governo e economia.

No dia 6, completando a reportagem anterior, o conteúdo jornalístico volta a ressaltar a importância de pedir o CPF na nota fiscal e mostra empresas que não aderiram ao programa dificultando o cadastro de consumidores que tem o direito de exigir a nota fiscal nominada.

Seguindo com o cronograma de reportagens sobre a nota Paraná, no dia 17 há uma reportagem sobre o aumento na venda de impressoras que emitem a nota fiscal em Curitiba, representando que mais empresários estariam aderindo ao programa – e que mais contribuintes conseguiriam cadastrar o CPF em suas notas fiscais.

Ainda em agosto, a última reportagem do mês sobre o assunto destaca que o programa do governo estadual e também da prefeitura de Curitiba estão incentivando consumidores a pedir nota fiscal.

A série de reportagens termina no dia 2 de setembro, quando o Paraná TV destaca que o programa completou 1 mês já com 400 mil consumidores cadastrados. Este é o mesmo assunto da reportagem divulgada em outubro, quando o número de cadastros sobe para 500 mil.

É possível observar, então, que essa nova política pública estadual, aprovada pela Assembleia não teve repercussão durante sua votação e aprovação, entretanto, após o lançamento do programa a pauta “desperta” o interesse midiático e passa a fazer parte da grade do programa analisado periodicamente no mês.

Esta lei possui características claras do modelo *inside* apresentado na teoria da agenda-*building*. Relembrando, este modelo destaca que os problemas surgem nos governos e não são divulgados ao público durante seu processo decisório. A agenda formal é realizada internamente através de pressão política entre grupos de oposição e liderança do próprio governo.

A opinião pública só aparece depois que a solução do problema é aprovada e entra em vigor. Depois de tornada pública, os decisores tratam o tema como urgente e fazem com que o fluxo de resposta do público seja rápido e favorável, melhorando a noção de “trabalho para o bem comum” dos próprios atores políticos.

Segundo Habermas (1984) o Estado acaba sendo um cliente/refém da publicidade, e do jogo intenso de interesses e barganhas entre Estados e grupos de interesse, que estipulam o bem comum, sendo ele legitimado, mas nunca satisfeito por completo. A representatividade política, portanto, se transforma em uma intencionalidade pública, onde a esfera pública vira uma corte, cuja crítica é desenvolvida através da mesma, onde deputados prestam conta de suas ações para a imprensa, sem uma neutralidade de interesses. Por isto, opinião pública passa a ser um capital de retorno tão lucrativo. Isso é baseado nos anúncios que são a mercadoria dos meios de comunicação.

É justamente a realidade apresentada com o programa Nota Paraná. Em primeiro momento, durante a votação e aprovação, não se fazem comentários (positivos ou negativos) para a opinião pública. Após ser sancionada e entrar em vigor, há um aumento no número de reportagens, como uma espécie de venda urgente do programa para que todos se conscientizem

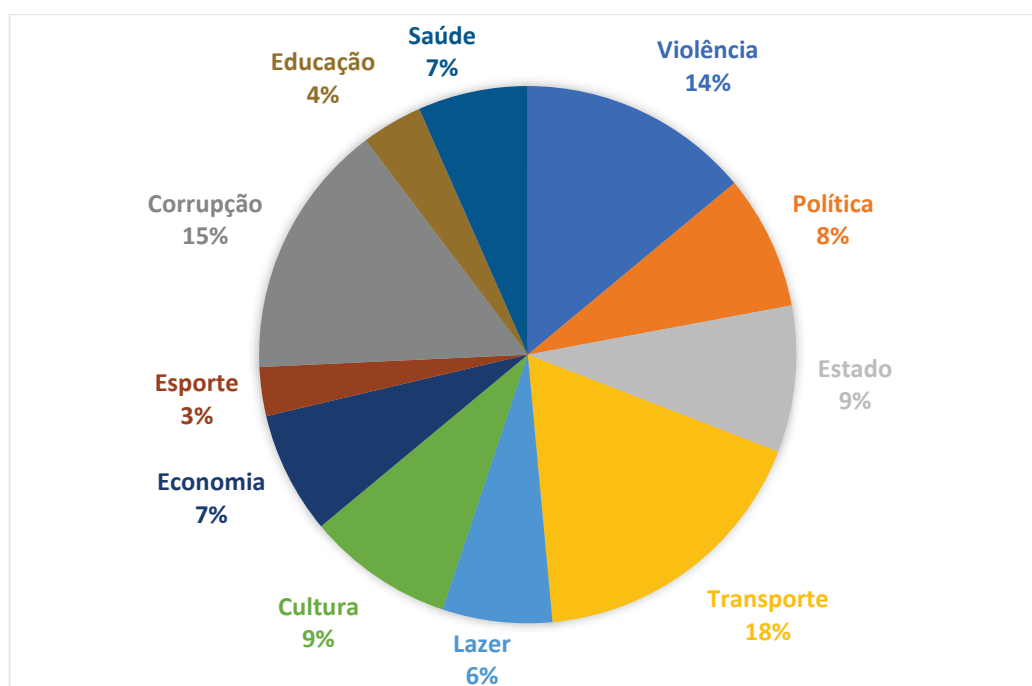
da sua necessidade extrema. O resultado são mais de 400 mil consumidores inscritos em um mês de vigor da lei.

Para Duarte (2011), em tese as ações comunicativas realizadas pelo poder público – em especial pelos governos – que tem como objetivo transmitir informações úteis à sociedade, deveriam proporcionar mais conhecimento sobre o tema e o acesso a tais políticas públicas. Na prática, no entanto, o que acontece é um estímulo a comunicação para legitimar políticas escolhidas para reduzir resistências e custos de implantação.

### 3.13 Relações durante o mês de Setembro

Seguindo como tema mais relevante em determinados meses do ano, o transporte também foi destaque em setembro, com 18% das reportagens sendo sobre este tema. Depois aparece a editoria corrupção (15%) e violência (14%). O gráfico 18 apresenta todas as porcentagens das editorias encontradas no telejornal durante o mês estudado.

**GRÁFICO 18 - Editorias das reportagens de Setembro**



Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de setembro no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

Em comparação com a atividade legislativa, as relações estão na aprovação de um novo pacote de medidas econômicas proposto pelo Governo Estadual.

No dia 16, o Paraná TV 2ª edição divulgou reportagem completa destacando que os deputados estavam começando a discutir um novo pacote “anticrise”<sup>34</sup>, enviado pelo Governo Estadual para apreciação e votação na Assembleia Legislativa. Com tempo de duração de 2 a 3 minutos, a reportagem contou com entrevistas do Líder de oposição, Tadeu Veneri, líder de Governo, Luiz Claudio Romanelli e o deputado estadual, primeiro-secretário da Assembleia, Plauto Miró (DEM).

No dia 23 a RPC volta a falar sobre o tema, divulgando a aprovação dos deputados sobre o pacote de medidas estabelecido pelo governador. Esta foi a aprovação em primeiro turno do projeto de lei. Desta vez, a emissora optou em gravar um link ao vivo, sem entrevistados.

Por fim, no dia 29, a votação do segundo turno do pacote anticrise é aprovada. A escolha do telejornal é em uma reportagem completa, com tempo de 1 a 2 minutos e duas entrevistas: Tadeu Veneri, Líder da oposição e Luiz Claudio Romanelli, Líder de governo.

Mesmo com a divulgação da reportagem sobre um novo pacote de medidas econômicas, desta vez não houve o agendamento efetivado entre a divulgação da notícia e manifestações individuais para impedir a aprovação do projeto. A votação aconteceu normalmente na Assembleia e o Paraná TV apenas apresentou nova reportagem relatando a aprovação da lei.

A entrega do orçamento do Estado do Paraná para 2016 também foi pauta do telejornal no dia 30 de setembro. A reportagem completa teve como entrevistado apenas o governador, Beto Richa.

Ainda no mês de setembro, outras seis legislações foram analisadas, todas elas de autoria do Poder Executivo.

**Tabela 12 - Proposições legislativas no mês de setembro**

Número do projeto	Autor	Tema
Projeto de lei 661/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 49/2015 - alteração dos dispositivos que especifica da lei nº 17.504, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o conselho estadual dos direitos da mulher do Paraná.
Projeto de lei 662/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 50/2015 - institui o fundo estadual de combate à pobreza do Paraná, dispõe quanto ao imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos, e adota outras providências.
Projeto de lei 686/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 52/2015 - revogação das leis nºs 17.465, de 2 de janeiro de 2013 e 17.628, de 17 de julho de 2013, que autorizaram o poder executivo a instituir empresa pública sob a denominação de imprensa oficial-Paraná
Projeto de lei 694/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 053/2015 - dispõe sobre a transferência de vagas de cargos do quadro próprio do poder executivo para o quadro próprio dos servidores da saúde, conforme especifica.

<sup>34</sup> O pacote anticrise foi assim denominado pelo Governo Estadual.



Projeto de lei 696/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 055/2015 - acréscimo de art. 13-a na lei nº 18.136, de 3 de julho de 2014, que dispõe sobre o quadro próprio dos servidores da secretaria de estado da saúde.
Projeto de lei 695/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 054/2015 - alteração da lei 18.136, de 3 de julho de 2014, que dispõe sobre o quadro próprio dos servidores da saúde - qpss.

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de setembro de 2015.

Fonte: Autora

Conforme apresentado na tabela 12, é possível verificar que não há relações entre as editorias do telejornalismo e a construção legislativa. Nem o tema dos projetos possui saliência com as reportagens mais divulgadas pelo telejornal.

Além disso, é perceptível uma baixa produção legislativa para construção de políticas públicas pelos deputados estaduais ao longo dos meses, e no caso de setembro, com produção nula.

### 3.14 Relações durante o mês de Outubro

Durante outubro, a Assembleia Legislativa Paranaense teve a proposição dos projetos de lei do Poder Executivo do Plano Plurianual de 2016 a 2019 e também a fixação de despesas do orçamento geral do estado para o ano de 2016, ambos no dia 5 de outubro, conforme já havia sido divulgado anteriormente pelo telejornal estudado (30 de setembro). Os dois projetos foram aprovados pela Assembleia Legislativa.

Sobre a aprovação e a discussão dos dois projetos de lei, a RPC não divulgou mais nenhum conteúdo. Isso significa que o agendamento não é comprovado nem entre mídia-proposição legislativa, nem em aprovação legislativa-mídia. Mesmo o assunto sendo relevante para a população – gastos e investimentos do Estado impactam diretamente nas políticas públicas -, não houve noticiabilidade na confirmação da lei.

Também no mês de outubro, no dia 05, foi divulgada pela RPC uma notícia sobre projeto de lei aprovado que alterou a eleição dos diretores das escolas estaduais. A reportagem completa durou de 1 a 2 minutos e teve como entrevistados o líder de governo, Luiz Claudio Romanelli e o deputado do PT, Professor Lemos.

O projeto de lei 631/2015 de autoria do Poder Executivo teve como ementa a definição dos critérios de escolha mediante a consulta da comunidade para eleição de diretores e diretores auxiliares na rede estadual de ensino. Na justificativa, o Governo ressalta que esta é uma proposta que se adequa às leis federais e respeita as transformações sociais da sociedade atual, que valoriza a democratização do acesso à educação e amplia a responsabilidade dos gestores

escolares. A normativa, segundo a justificativa, estabelece normas que asseguram o exercício do direito de professores e funcionários que tenham interesse em exercer o cargo de diretores e diretores auxiliares e, ao mesmo tempo, permite que os gestores sejam preparados para a gestão que vise a formação integral dos estudantes. O processo tramitou em regime de urgência que, conforme explica a justificativa do governo estadual, se deve em razão da necessidade de atendimento aos prazos administrativos para a realização da consulta ainda no ano de 2015.

Ele foi protocolado em 20 de agosto e mesmo tramitando em regime de urgência foi analisado em comissões da Assembleia. Depois de ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (com voto contrário do Deputado Péricles de Melo) e emendado por duas vezes (pelo deputado Luiz Claudio Romanelli), o projeto seguiu para a Comissão de Educação, aonde teve aprovação na forma de seis subemendas substitutivas gerais do projeto.

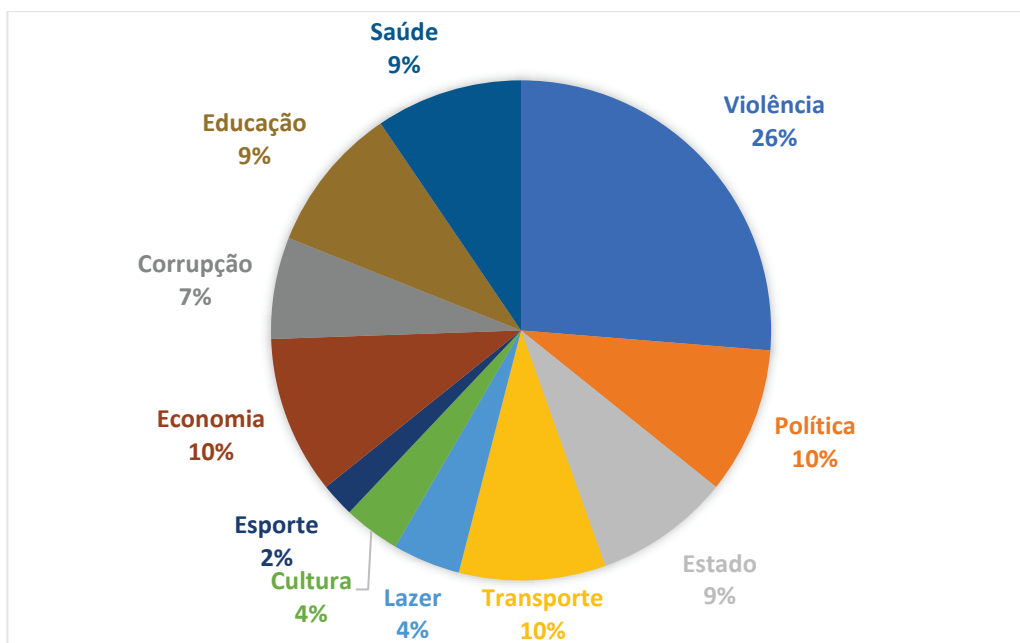
Em plenário, no dia 6 de outubro o projeto de lei ainda recebeu outras 12 emendas, retornando à CCJ para discussões sobre as mesmas e que no dia seguinte, 7, todas as emendas já estavam aprovadas e o projeto de lei seguia tramitação. O término de todas as discussões aconteceu ainda no dia 07, com a aprovação de todas as subemendas e foi assinada pelos deputados estaduais. Tanto deputados da base aliada ao governo quanto deputados de oposição participaram do processo de construção das emendas, incluindo os deputados Requião Filho, Péricles de Melo, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, entre outros.

Em 13 de outubro, o governador em exercício, Ademar Traiano sancionou o projeto de lei em questão.

Ao contrário do projeto apresentado pelo governo estadual, que teve noticiabilidade na sua apresentação, esta lei teve o caminho reverso. A RPC divulgou apenas o resultado da lei aprovada, e não as discussões sobre a alteração nas formas da eleição dos diretores estaduais. O projeto só teve visibilidade assim que aprovado. Não há menção do governador em exercício, o presidente da Assembleia, Ademar Traiano, ter feito a sanção de um projeto amplamente discutido e que mudou uma política pública existente no Estado.

No dia 03 de dezembro, após o período de votação, o telejornal também divulgou o fim do processo eleitoral para escolha dos novos diretores das escolas estaduais em todo o estado. Como foram vários diretores eleitos, o telespectador foi convidado a ver quais foram os vencedores através do site da RPC.

Destaque no mês nas editorias do telejornal está para violência (26%), seguido por política, transporte e economia, ambas com 10% do conteúdo total. Na sequência, o gráfico com todas as porcentagens das editorias durante o mês de outubro de 2015.

**GRÁFICO 19 - Editorias das reportagens de Outubro**

Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de outubro no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

Mesmo não sendo um tema que teve alto grau de saliência entre as editorias do telejornal, uma relação mais estreita foi observada entre mídia e política. No dia 23 de outubro, foi divulgada uma reportagem completa, intitulada “Proposta do Governo pretende fechar escolas em Curitiba”. Como entrevistados, representantes da APP Sindicato protestaram sobre a medida anunciada pelo governo estadual.

A Secretaria de Estado de Educação, no dia 26 de outubro, divulgou a lista de escolas estaduais que poderiam ser fechadas em 2016.

Em resposta à repercussão do assunto gerado também pela mídia, no dia seguinte, 27/10, a Secretaria de Educação afirmou que não definiu quantas escolas fechariam em 2016. Este é um assunto que ganhou visibilidade ao longo dos dias e, neste terceiro dia de divulgação, o presidente da APP, Hermes Leitão, concede entrevista sobre o tema (mesmo a APP já se manifestando nas outras duas situações, esta é a primeira vez que o presidente se posiciona acerca do assunto).

Como protesto contra o fechamento de escolas, alunos e professores fazem abraço simbólico em escola durante o dia 28, e novamente o assunto é colocado em pauta pelo telejornal. Desta vez o Paraná TV utiliza apenas uma nota coberta, com personagens sendo entrevistados.

Dois dias após a divulgação da última reportagem do telejornal, no dia 30 de outubro o governador Beto Richa anuncia que o Governo não irá mais fechar as escolas estaduais no Paraná, em uma visível ação em resposta à posição contrária da alta divulgação de reportagens sobre o tema pelo telejornalismo.

Outra possível relação entre mídia e atores da sociedade paranaense está na divulgação da série de reportagens “Mães que não esquecem”. A primeira reportagem especial, com duração de mais de 3 minutos, relembra a morte do filho da Deputada Federal, Christiane Yared, com suposto envolvimento do então Deputado Estadual, Fernando Ribas Carli Filho, em Curitiba. A série relembra também outras histórias de crimes sem solução, como a morte das crianças Tayná e Raquel Genofre.

Sobre o acidente de seu filho, Gilmar Yared, a deputada federal comenta a dor de perder um filho e de que a culpabilidade do Deputado Carli Filho no acidente ainda transitava na Justiça. A reportagem especial do Paraná TV 2ª Edição conta o drama vivido pela mãe à espera de um julgamento. O conteúdo foi ao ar no dia 5 de outubro, e além da deputada, não contou com mais nenhuma entrevista de personagens.

Funcionando como um sistema de resposta ao fato apresentado pelo telejornalismo, a Justiça, no dia 22, marcou o julgamento do ex-deputado Carli Filho e a reportagem falando sobre essa decisão foi ao ar no mesmo dia, com duração de 2 a 3 minutos. Novamente a Deputada Federal, Christiane Yared concedeu entrevista especial ao telejornal.

Foram apenas 17 dias entre a divulgação da reportagem e a decisão da Justiça. Esse curto intervalo de tempo sugere uma relação de causa e efeito entre a Justiça e o telejornalismo. A primeira atuando como resposta ao problema apresentado pelo telejornal.

No mês seguinte, no dia 09 de novembro, a emissora divulgou ainda que o recurso da defesa do ex-deputado Carli Filho foi negado pelo Superior Tribunal de Justiça, mantendo a decisão da Justiça sobre o julgamento.

No final do mês de novembro, dia 30, mais uma reportagem sobre o caso foi divulgada pelo telejornal. Para a reportagem completa, novamente a deputada federal foi a entrevistada para falar sobre o tema. Para finalizar as reportagens sobre o tema, no dia 11 de dezembro o Paraná TV mostrou reportagem sobre a negativa do STF em mais um pedido da defesa do ex-deputado.

Apesar de não ter envolvimento direto com a construção legislativa, observa-se aqui uma forte saliência entre as notícias veiculadas e a atuação da Justiça paranaense, o que possibilita confirmar a hipótese de troca de saliência de conteúdos entre estes atores. Além do

andamento do processo mais agilizado, também é possível destacar a visibilidade da deputada nas notícias que foram apresentadas pelo telejornalismo.

Esta é uma característica visualizada anteriormente pela teoria da midiaticização. Como citado, os juízes apesar de serem concursados e não deverem explicações à opinião pública, tem seu trabalho afetado diretamente quando a mídia expõe um fato com alta abrangência. É exatamente o caso envolvendo este acidente, que mobilizou a opinião pública paranaense e, inclusive, possibilitou a eleição da Deputada Federal anos depois da morte de seu filho. Segundo a teoria da midiaticização, quando juízes demonstram respostas à mídia, eles estão trabalhando para legitimidade institucional do sistema jurídico através do apoio público (*“neither purse nor sword”*).

Sobre a mobilização da opinião pública, a divulgação da reportagem especial também é confirmada. No dia 05 de novembro, manifestantes cobraram solução para o caso da menina Raquel Genofre. A nota coberta foi divulgada pela RPC como uma repercussão a denúncia do caso ainda sem solução, divulgada pela própria emissora no mês de outubro. Entretanto, como este caso teve menor amplitude, o sistema jurídico não apresentou nenhuma resposta à série de reportagens divulgada pelo Paraná TV.

Já tratando da produção legislativa durante o mês, foram aprovados 10 projetos de lei, dos quais seis tratam de construção legislativa de políticas.

**Tabela 13 - Proposições legislativas no mês de outubro**

Número do projeto	Autor	Tema
Projeto de lei 714/2015	Poder Executivo	Mensagem Nº 56/2015 - Anteprojeto De Lei Do Plano Plurianual Para O Período De 2016 A 2019 (Ppa 2016 - 2019).
Projeto de lei 715/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 57/2015 - estima a receita e fixa a despesa do orçamento geral do estado para o exercício de 2016, em conformidade com a constituição federal, a constituição do estado do Paraná, a lei federal nº 4.320/64, a lei complementar federal nº 101/2000 e a lei estadual nº 18.532/2015, que estabelece as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentário do exercício financeiro de 2016.
Projeto de lei 717/2015	Pedro Lupion	Dispõe sobre a remoção de resíduos sólidos gerados em navios e embarcações que atracam na área portuária paranaense.
Projeto de lei 734/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 46/2015 - autorização para o poder executivo delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências.
Projeto de lei 742/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 58/2015 - alteração e inclusão dos dispositivos que especifica na lei nº 17.138, de 2 de maio de 2012, que autoriza o governo do estado a firmar convênio com as entidades civis de direito

		privado sem fins lucrativos e associações de proteção e assistência a condenados.
Projeto de lei 754/2015	Luiz Claudio Romanelli, Cobra Reporter, Paulo Litro, Francisco Buhner, Nelson Justus, Mara Lima, Dr Batista, Pedro Lupion, Tião Medeiros, Elio Rusch, Nereu Moura, Cristina Silvestri, Schiavinato, Tiago Amaral, Alexandre Guimaraes, Marcio Nunes, Maria Victoria, Reichembach, Mauro Moraes, Artagão Junior, Felipe Francischini, Guto Silva, Jonas Guimarães, Claudia Pereira, Ricardo Arruda, Bernardo Carli, Andre Bueno	Dispõe sobre o monitoramento de tráfego em serviços delegados de infraestrutura no estado do Paraná.

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de outubro de 2015.

Fonte: Autora

Entre os projetos analisados está o de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion (717/2015) que dispõe sobre a remoção de resíduos sólidos gerados em navios na área portuária do Paraná.

Na justificativa do projeto, o deputado diz: “Há vários anos tem sido constatada a recorrência de lixo de origem internacional nos arredores das ilhas na região de Paranaguá, conforme divulgação nos meios de comunicação”. Em nota de rodapé, o deputado apresenta cinco reportagens divulgadas por sites, incluindo de pousadas, movimentos ambientalistas e da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).

O projeto ganhou parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça em 21 de outubro, seguindo para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, também com parecer em favor da legislação. Em 10 de novembro a proposta foi encaminhada para a Diretoria de Assistência ao Plenário. Dois dias depois o projeto seguiu para o Governador do Estado, que sancionou a lei no dia 20 de novembro de 2015.

Entre todas as legislações estudadas no período anterior, esta é uma das com andamento mais rápido pela Assembleia Legislativa. Em um mês a lei foi protocolada, passou pelas comissões e foi sancionada pelo governador.

Entre os atores envolvidos na construção legislativa destaque para a APPA, que desde 2014 abordava o assunto em seminários, palestras e oficinas<sup>35</sup>. A instituição também aparece

<sup>35</sup> Exemplos dessa movimentação sobre o tema com as reportagens disponíveis em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1311> e <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1423>

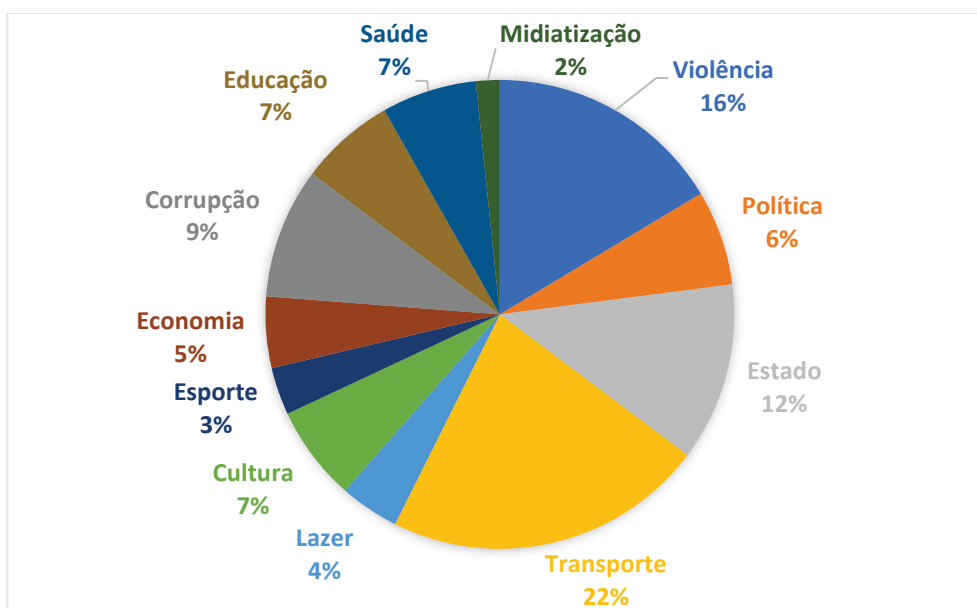
na justificativa do projeto, como já citado anteriormente, como fonte de informação para a construção legislativa.

Já sobre a relação do conteúdo da lei com a produção de conteúdo da RPC e do Paraná TV, não foi constatada nenhuma relação, nem mesmo com as reportagens que serviram de justificativa ao projeto, nem por tratar do assunto da poluição das praias e do porto na programação.

### 3.15 Relações durante o mês de Novembro

O tema transporte seguiu sendo o mais presente no telejornal durante o mês de novembro, seguido por violência e Estado, conforme demonstra gráfico 20. Não foi possível identificar nenhuma relação entre os projetos de lei apresentados e as notícias divulgadas pelo telejornalismo.

**GRÁFICO 20 - Editorias das reportagens de Novembro**



Dados extraídos do monitoramento realizado durante o mês de novembro no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

Na tabela 14 são apresentadas as legislações protocoladas em novembro de 2015 aprovadas e sancionadas.

**Tabela 14 - Proposições legislativas no mês de novembro**

Número do projeto	Autor	Tema
Projeto de lei 782/2015	Felipe Francischini, Pedro Lupion, Paranhos	Dispõe sobre obrigações e diretrizes a serem atendidas pelas transportadoras de animais vivos de interesse da defesa agropecuária com valor comercial agregado, e dá outras providências.
Projeto de lei 809/2015	Tribunal de Justiça	Cria varas judiciais, cargos de juiz de direito, cargos de provimento em comissão e altera a lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - código de organização e divisão judiciárias do estado do Paraná.
Projeto de lei 810/2015	Tribunal de Justiça	Institui o auxílio-saúde aos ocupantes de cargos em comissão do poder judiciário do estado do paraná e adota outras providências.
Projeto de lei 824/2015	Procuradora Geral de Justiça e Ministério Público	Institui auxílio de caráter ressarcitório, para fazer frente a despesas com creche ou pré-escola, aos servidores ativos do ministério público do estado do paraná com filhos com idade até 6 (seis) anos e dá outras providências.
Projeto de lei 849/2015	Comissão executiva, Jonas Guimarães	Institui, no estado do paraná, o geração atitude, programa que tem por objetivo a educação para o exercício da cidadania.

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de novembro de 2015.

Fonte: Autora

Sobre as relações, foi verificado que durante o mês de novembro, a RPC divulgou três notícias com relações diretas com a Assembleia Legislativa do Paraná.

A primeira delas foi a apresentação de projetos de lei escritos por estudantes aos deputados estaduais. O projeto que possibilitou o acesso dos estudantes na proposição legislativa é denominado Geração Atitude e é uma parceria entre a Assembleia, o Ministério Público, Tribunal de Justiça e Secretaria de Estado de Educação. Entre os dois projetos apresentados nesta data, o da aluna Ingrid Ribeiro Serafim de Souza, de Cianorte, foi sancionado como lei, e trata da transformação do Geração Saúde em um programa estadual, a ser realizado anualmente na terceira semana de novembro.

Essa participação do público na construção da agenda decisória é uma maneira diferente de pensar a agenda decisória. Conforme comentado no capítulo 2, são poucas as possibilidades de um cidadão paranaense participar da construção de uma legislação na Assembleia e a inserção do parlamento jovem é uma maneira a mais de estímulo à participação. A efetivação da lei foi proposta pelo Deputado Jonas Guimarães e a Comissão Executiva (ou seja, não foi efetivamente uma legislação com os trâmites do projeto de lei de iniciativa popular).



Segundo a justificativa do projeto de lei, o programa tem como objetivo aproximar a Assembleia Legislativa das crianças e jovens, tornando o local cada vez mais democrático, a fim de promover iniciativas de interesse público. Ainda neste texto, a Comissão e o Deputado citam a estudante de Cianorte como autora da ideia que baseou o texto legislativo.

O projeto recebeu atenção do Chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, que orientou a bancada ao voto favorável ao projeto de lei em questão, da Secretaria de Educação, do Ministério Público do Paraná, Procuradoria Geral de Justiça e do Tribunal de Justiça.

Mesmo com a divulgação da visita dos estudantes e a proposição legislativa feita divulgada pela RPC, a tramitação da legislação aconteceu de forma regular, sendo que no dia 11 de abril de 2016 foi votada e aprovada em Plenário. A sanção aconteceu no dia 26 de abril.

A segunda relação observada em novembro entre o Paraná TV e a Assembleia foi a divulgação no dia 18 de uma polêmica entre os deputados durante a sessão legislativa na votação de um projeto do governo estadual de venda de imóveis. Novamente, a polêmica entre os deputados foi mais importante para a reportagem do que a política pública em si.

A relação do enquadramento dado às brigas entre os deputados é uma opção editorial da mídia, que fornece esquemas narrativos prontos aos telespectadores, que podem interpretar os assuntos de diferentes maneiras. Entretanto, adivinhar o que a mídia não mostrou é uma alternativa mais difícil para os cidadãos que tem na televisão sua única fonte de informação.

A última reportagem com relação foi sobre projeto de lei que estava parado na Assembleia que pune fiscais corruptos. Essa é uma relação direta com as operações do Gaeco e Ministério Público que resultaram na prisão de diversos auditores fiscais da Receita Estadual e que já foram apresentadas anteriormente.

Sobre as legislações protocoladas e aprovadas que não foram citadas pelo telejornal, há as propostas pelo Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça e Ministério Público que instituem auxílio saúde, creche e também criação de cargos em comissão para os integrantes dos órgãos.

Já as proposições dos deputados está a obrigatoriedade e diretrizes para transportadoras de animais vivos (proposta pelos deputados Felipe Francischini, Pedro Lupion e Paranhos). Esse tema não teve repercussão midiática antes ou depois de sua votação, nem os assuntos foram similares aos divulgados pelo telejornal.

Em análise qualitativa das legislações, sobre o transporte de animais vivos, foi observada a presença de ator coletivo externo ao processo político: a ADAPAR (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná), que emitiu parecer favorável ao projeto de lei, justificando

que tal regulamentação vai de encontro com os objetivos estratégicos da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná.

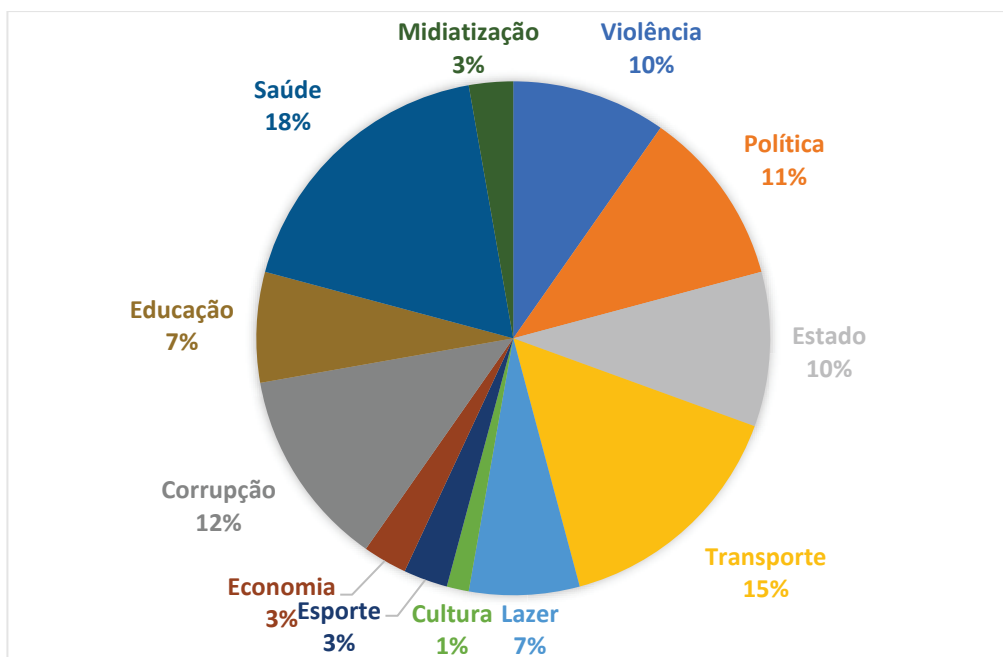
Além da Agência, também manifestou parecer sobre a legislação o tenente comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Paraná, Daniel dos Santos, destacando que na justificativa do projeto de lei havia a informação de “agravamento do índice de roubos de gados e outros animais nas rodovias paranaenses”. Segundo o tenente comandante, em consulta a todas as Companhias de Polícia Rodoviária do Estado não foi verificado nenhum registro de roubos de animais, mas como o projeto não irá onerar o serviço do Batalhão, não há problemas em sua implementação. Em 22 de dezembro o projeto de lei foi sancionado pelo Governador Beto Richa.

Em comparação entre as duas legislações foi possível notar que a lei que não teve divulgação do telejornal teve tramitação mais acelerada do que a que foi apresentada pelo Paraná TV 2ª edição, demonstrando uma baixa saliência e interesse em visibilidade dada ao tema. Não houve, portanto, uma aceleração no projeto que teve visibilidade, pois a cota de importância foi dada na apresentação o projeto pelos alunos.

### **3.16 Relações durante o mês de Dezembro**

Dezembro é o último mês de trabalho dos deputados estaduais no ano de 2015. E talvez por este motivo o número de proposições não aumenta significativa. Ao fim do primeiro ano do mandato dos deputados estaduais de 2015, o telejornal acompanhou de perto algumas ações. O assunto mais divulgado, segundo as editorias foram: saúde (18%), seguido por transporte (15%) e corrupção (12%), como apresentado no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 21 - Editorias das reportagens de Dezembro**



Dados extraídos do monitoramento realizado durante os 16 primeiros dias de dezembro no Paraná TV 2ª Edição que apresenta quais foram as editorias com mais presença no telejornal.

Fonte: Autora

A editoria política também foi movimentada, com uma perceptível relação entre a mídia e a política. No dia 14, o telejornal divulgou uma reportagem destacando que os deputados estaduais estavam correndo contra o tempo para limpar as votações da Assembleia e encerrar o ano legislativo sem acúmulo de projetos de lei. Como aconteceu em todo o ano de 2015, os entrevistados foram Luiz Claudio Romanelli, líder de governo, Tadeu Veneri, líder de oposição e Ademar Traiano, Presidente da Assembleia.

A presença dos três entrevistados ao longo do telejornal comprova a informação de Gomes (2009), quando trata das cotas de visibilidade dadas aos deputados que estão à frente de lideranças de partido e comissões executivas. Além disso, como aponta o autor, os meios de comunicação tendem a organizar o conjunto de opiniões e discursos políticos de forma distinta, a fim de serem vistos como local de debate cívico entre diferentes autores. Para Maia *in* Gomes, Maia (2008), a política é feita de competição ideológica, e devido a impossibilidade de ouvir todos os agentes, há uma garantia de competição justa entre os grupos, a fim de que todos ganhem chances iguais de expressar seus interesses (GOMES, MAIA, 2008, p. 177).

No dia seguinte a divulgação da notícia sobre a corrida contra o tempo dos deputados para votação dos projetos de lei, 15 de dezembro, a emissora destaca negativa ação da Câmara paranaense, com reportagem dizendo que mesmo em tempos de crise, o poder público não irá

devolver dinheiro arrecadado ao Poder Executivo. Para a matéria negativa, que durou mais de 3 minutos, apenas como entrevistado o Presidente da Assembleia, Ademar Traiano. Essa é uma divulgação denominada por Gomes (2004) de “risco de exposição negativa”, ou então indesejada. Nenhum político quer ser associado à uma cota de visibilidade inconveniente. E essa cota de visibilidade tão negativa pode contribuir para a queda de apoio popular e eleitoral dos atores políticos.

Em resposta ao conteúdo veiculado no dia anterior, no dia 16 a Assembleia promove ato que devolvia R\$250 milhões de reais ao Governo Estadual. Para a visibilidade positiva, Ademar Traiano e Beto Richa foram os entrevistados da reportagem que teve duração de 2 a 3 minutos. Aqui nota-se a presença de uma resposta efetiva da ação política relacionada ao discurso midiático. Logo depois da notícia de visibilidade inconveniente ser apresentada, o Presidente da Assembleia organiza uma ação em resposta negando a reportagem veiculada e conquistando uma cota de visibilidade positiva.

Segundo Gomes (2009) nem só de interesse público o jornalismo é motivado e realizado. Primeiro porque nem todo mundo acredita num interesse público comum, muito menos que o jornalismo deve apenas ser realizado moralmente em volta deste interesse. Outro ponto perceptível e que precisa ser observado é que nem toda decisão política pode sofrer influências da esfera civil, ou seja, não é porque o telejornal o divulgou que ele terá que ser adequado de tal maneira.

Por fim, não é apenas de interesse do jornalismo e do público esta parte política das ações dos decisores ou editores do telejornal. Tal como explica o autor, muito do que é veiculado passa pela vida pessoal dos políticos e menos por suas ações como representante do povo. Assim, a esfera pública efetivamente deliberativa, ritualizada nas formas parlamentares da democracia contemporânea, está fora de alcance direto da esfera civil, que nem ouve nem é ouvida (GOMES, 2009, p. 70).

Sobre a aprovação legislativa, nenhuma das legislações é de autoria de deputados estaduais. Talvez por estarem correndo contra o tempo (tal como disse o telejornal) para aprovar as leis já protocoladas na Assembleia, seja explicado o baixo número de projetos de deputados neste período.

**Tabela 15 - Proposições legislativas durante o mês de dezembro de 2015**

Número do projeto	Data de protocolo	Autor	Tema
Projeto de lei 889/2015	02/12/2015	Procuradoria Geral de Justiça e Ministério Público	Altera, conforme especifica, o termo inicial dos efeitos financeiros da lei nº 15.914, de 28 de julho de 2008 e da lei nº 16.868, de 12 de julho de 2011 e dá outras providências.
Projeto de lei 891/2015	07/12/2015	Poder Executivo	Mensagem Nº 66/2015 - autorização para o poder executivo efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, localizado nesta capital, à associação mantenedora do centro integrado de prevenção.
Projeto de lei 894/2015	07/12/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 69/2015 - estabelece a estrutura de cargos em comissão da secretaria de segurança pública e administração penitenciária, e adota outras providências.
Projeto de lei 896/2015	07/12/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 64/2015 - alteração de dispositivos da lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (lei de promoções de oficiais da polícia militar do paraná).
Projeto de lei 897/2015	07/12/2015	Poder Executivo	Mensagem nº 63/2015 - alteração da redação do caput e inclusão de § 11 ao art. 1º da lei nº 16.244, de 22 de outubro de 2009, que autoriza o poder executivo a realizar repasse de recursos públicos na forma que especifica, a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela assembleia legislativa do estado.
Projeto de lei 904/2015	07/12/2015	Poder Executivo	Mensagem Nº 70/2015 - Fixação do efetivo da Polícia do Paraná em 27.948 Militares Estaduais e adoção de outras providências.
Projeto de lei 905/2015	08/12/2015	Tribunal de Justiça	Ofício nº 1.601/2015 - altera o valor de referência de custas (vrc)e das tabelas do regimento de custas, estabelecido na lei nº 6.149, e 9 de setembro de 1970, e modificações posteriores.
Projeto de lei 919/2015	09/12/2015	Tribunal de Contas	Ofício nº 657/15- dispõe sobre o regime de trabalho e de remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de contas do estado do Paraná, a criação, extinção e transformação de funções e cargos em comissão e a adoção de outras providências.

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná no mês de dezembro de 2015.

Fonte: Autora

Além das constatações acima apresentadas, também é possível observar na tabela 15 que há uma alteração no número de policiais militares do Estado do Paraná. Durante todo o ano, a editoria violência teve destaque no telejornalismo local. No dia 09 de outubro, em uma reportagem de 2 a 3 minutos, o Paraná TV destacou uma matéria destacando que o Paraná tem 1 policial militar para cada 630 habitantes, conforme pesquisa divulgada.

Confirmando a hipótese da agenda-*setting*, que destaca que o agendamento pode ser feito no período de até três meses, a relação entre mídia e política, neste projeto de lei, pode ser averiguada de maneira singela. O projeto de lei proposto pelo Poder Executivo fixou o número de 27.948 policiais militares estaduais, alterando a lei anterior, de 2014, que tinha como efetivo

o número de 27.329. Isso representou um aumento no número de policiais militares, embora o total seja de apenas 619 servidores (que não impactam diretamente no número apresentado pela pesquisa).

Na justificativa da proposição não há presença da mídia, mas há uma citação que diz: “A Polícia Militar do Estado do Paraná, que por suas características ímpares é o órgão de segurança pública de maior atuação e visibilidade em nosso Estado (...)”. Essa informação enfatiza o fato de a polícia militar estar visada e visibilizada com informações sobre crimes e violência no Estado. Apesar de citar a visibilidade e a importância da Polícia Militar em períodos delicados e com forte saliência na mídia, o projeto de lei não se refere, em nenhum momento, aos veículos de mídia para justificar a viabilidade do aumento do efetivo, nem a pesquisa que indicava o número inferior de policiais ao esperado pela população.

Ao mesmo tempo, o crescimento de policiais militares também não é fonte de informação para o telejornalismo em notícias posteriores, mesmo este sendo um tema com grande destaque durante o ano no Paraná TV 2ª edição e que o problema já tivesse sido mostrado pela emissora anteriormente.

#### **4.0 Demais considerações de pesquisa**

Ao longo deste capítulo a compreensão de que a mídia impacta diretamente na construção legislativa paranaense não fica evidente. Em algumas legislações é perceptível a repetição das notícias para a não construção a agenda decisória - tal como é o caso do fechamento das escolas estaduais proposta pelo governo estadual em outubro e também o valor das licitações do café da Assembleia, em julho. São apenas poucas situações em que são percebidas relações estreitas entre os dois objetos estudados.

A hipótese de tese, portanto, é refutada em sua amplitude e é visto um papel muito abaixo do esperado da mídia agindo diretamente na construção da opinião pública dos deputados estaduais e demais atores políticos que realizam as políticas públicas no Paraná.

Diferente do que foi comprovado em outras pesquisas quando trabalhada a construção da agenda em âmbito nacional, a agenda decisória paranaense não obedece a lógica dos fluxos comunicativos destacados pelo telejornalismo local. Há uma propensão do noticiário estadual apenas como agente fiscalizador de ações polêmicas e em divulgar escândalos políticos, que incluem corrupção de atores políticos e também articulações políticas.

Tal como explicado pelos autores que caracterizam a importância do jornalismo (capítulos 1 e 2), a lógica comunicacional atende, muitas vezes, aos critérios de noticiabilidade, destacando que a produção legislativa não é um desses critérios. As ações e escândalos são

enquadrados muito mais na categorização do que é notícia do que a própria construção de políticas públicas que impactam na vida da população diariamente.

Sobre o Quadro 2, disposto no segundo capítulo de tese, é necessário relembra-lo e demonstrar como a análise conseguiu abranger todas as características apresentadas. Apesar de contestar a hipótese, o trabalho tem um ponto positivo que é auxiliar em novas pesquisas, com a proposição de sistema que ajuda a testar a compreensão da construção da agenda em amplitude estadual.

Todas as teorias trabalhadas no capítulo de revisão bibliográfica têm características fundamentais que auxiliam a compreender esse processo de construção da agenda. Ao optar em utilizar todas as correntes e detalhar algumas características de cada uma das referências, foi possível compreender de forma mais eficaz as construções legislativas paranaenses no ano de 2015. Algumas dessas características ajudaram a compreender todo o processo legislativo, identificando atores importantes e explicando os detalhes dessa construção.

A pergunta central de tese questionava qual é o papel dos meios de comunicação na aprovação legislativa no ano de 2015 e, confirmando a teoria dos múltiplos fluxos, o papel midiático é muito baixo, considerado, portanto, irrelevante. Relembrando o que Kingdon (2003) enfatiza, destaca-se que a mídia não tem a capacidade de agendar antes da construção da agenda, pois ela só transmite o resultado da formação da agenda. E isso significa que ela não consegue alcançar a agenda decisória porque sua própria agenda é estabelecida de uma maneira muito mais rápida do que a dos problemas públicos. A mídia só retoma um problema apresentado por ela mesma quando a solução já é mais aparente. Em certos momentos, o problema nunca retorna à pauta midiática.

Confirma-se então a ideia de Kingdon (2003), que fala que a mídia possui um papel secundário, considerado relevante para a construção da agenda, mas não decisivo. Se comparado, por exemplo, aos grupos de pressão, grupos políticos e de interesse, o papel da mídia pode ser considerado irrelevante.

Segundo aponta Gomes (2004), os atores políticos, ao conseguirem adentrar na informação, conseguem atingir a esfera de visibilidade de uma maneira bem civilizada e diferente da esperada. E os efeitos desses efeitos ao entrar na esfera da visibilidade são muito distintos e dependem diretamente das situações em que a aparição está ligada. Há sempre um processo que tenciona as lógicas do campo político com as lógicas do campo midiático, fatos observados ao longo da pesquisa.

A partir dessas informações, uma última hipótese, levantada ao final desta tese, foi testada. Se, em caso de um parlamento ter mais deputados de oposição do que de situação ao executivo, a teoria de Kingdon também ser a mais aplicável.

Para testar essa consideração, a última tabela de tese apresenta as proposições feitas por deputados estaduais de oposição durante o ano de 2015 e verifica se há alguma relação com as notícias divulgadas pela mídia. Foram considerados para testar essa hipótese deputados do PMDB e PT, que durante o ano de 2015 foram enfáticos em se posicionar contrários ao governador Beto Richa. Portanto, fazem parte da tabela de análise os deputados estaduais: Anibelli Neto (PMDB), Nereu Moura (PMDB), Ademir Bier (PMDB), Requião Filho (PMDB), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), e Tadeu Veneri (PT).

Foram 175 proposições legislativas apresentadas ao longo do ano pelos deputados em questão. Retiradas as propostas que sugeriam inserção no calendário oficial de eventos, concessão de título de cidadão honorário e benemérito e rotas turísticas, a tabela de proposições chega a versão de 115 projetos de lei apresentados que tratam sobre políticas públicas. A ordem da disposição dos projetos na tabela é pela ordem de apresentação (temporal).

**Tabela 16 - Proposições legislativas dos deputados do PMDB e PT durante o ano de 2015**

Projeto de lei 7/2015	Deputado Professor Lemos	03/02	Dispõe sobre a proibição de abastecimento de combustível, pelos postos de gasolina, após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.	Lei Sancionada Nº 18619 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015
Projeto de lei 8/2015	Deputado Professor Lemos	03/02	Fica instituído o meio passe nas passagens de ônibus intermunicipais, aos estudantes que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em municípios diversos de seus domicílios no estado do Paraná e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 9/2015	Deputado Professor Lemos	03/02	Concede licença paternidade de 15 dias consecutivos aos funcionários do quadro de servidores do estado do Paraná, sem prejuízo da remuneração.	Arquivado art. 33-a § 2º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 10/2015	Deputado Professor Lemos	03/02	Determina que os concursos públicos para o provimento de vagas para as funções da educação pública da rede estadual, sejam realizados no prazo máximo de dois anos.	Arquivado art. 33-a § 2º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 31/2015	Deputado Anibelli Neto	03/02	Institui o passe livre estudantil no âmbito do estado do Paraná.	CCJ



Projeto de lei 32/2015	Deputado Anibelli Neto	03/02	Altera a lei nº 13.634, de 25 de junho de 2002, que autoriza o poder executivo a criar o serviço de acupuntura e homeopatia nas unidades de saúde e nos hospitais mantidos pelo poder público ou a ele vinculados, conforme especifica e adota outras providências.	Comissão de saúde pública
Projeto de lei 33/2015	Deputado Anibelli Neto	03/02	Institui no estado do Paraná, a semana de valorização das pessoas portadoras de câncer (neoplasia maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro – dia nacional de combate ao câncer.	Lei Sancionada Nº 18494 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9479 de 25/6/2015
Projeto de lei 34/2015	Deputado Anibelli Neto	03/02	Institui a obrigatoriedade de instalação de aquecedor solar para aquecimento de água em projetos de habitação popular no estado do Paraná e dá outras providências.	DAP
Projeto de lei 35/2015	Deputado Anibelli Neto	03/02	Obriga as concessionárias de pedágio a afixar o cronograma de obras do programa de exploração do lote previsto no contrato com o governo do estado.	CCJ
Projeto de lei 37/2015	Deputado Anibelli Neto	03/02	Os estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais do estado do Paraná ficam obrigados a criar e manter locais reservados para acomodação de portadores de deficiência física.	Lei Sancionada Nº 18521 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015
Projeto de lei 51/2015	Deputado Péricles De Melo	03/02	Dispõe sobre a implementação do programa de combate e prevenção à violência de gênero nas escolas públicas do estado do Paraná.	Arquivado art.33-a § 2º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 52/2015	Deputado Péricles De Melo	03/02	Dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir no protocolo padrão de pré-natal, o exame de sangue para detectar o uso de substâncias químicas, de álcool ou drogas, e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 53/2015	Deputado Péricles De Melo	03/02	Dispõe sobre a obrigatoriedade aos estabelecimentos do estado do Paraná, que comercializam bicicletas ou ciclos, e dá outras providências.	Lei Sancionada Nº 18697 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016
Projeto de lei 54/2015	Deputado Péricles De Melo	03/02	Torna obrigatória a informação expressa às embalagens de produtos alimentares produzidos e comercializados com agrotóxicos e afins, no Paraná.	CCJ
Projeto de lei 55/2015	Deputado Péricles De Melo	03/02	Dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivos para segurança nas	Lei Sancionada Nº 18786 de 2016 Publicada no Diário

			piscinas privativas e coletivas, no estado do Paraná.	Oficial Nº 9704 de 24/5/2016
Projeto de lei 112/2015	Deputado Requião Filho	23/02	Altera a redação do art. 31 da lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e confere às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar o ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação.	CCJ
Projeto de lei 158/2015	Deputado Anibelli Neto	03/03	Prioriza o repasse de verbas oriundas de convênios com o governo estadual aos municípios que possuem um conselho municipal de proteção e defesa aos direitos dos animais	Arquivado art. 33-a, § 1º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 168/2015	Deputado Anibelli Neto	09/03	Proíbe o uso de procedimentos de radiografia com o objetivo de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.	Dap - diretoria de assistência ao plenário
Projeto de lei 175/2015	Deputado Professor Lemos	10/03	Institui no âmbito do estado do Paraná as patrulhas Maria da Penha e dá outras providências.	Arquivado artigo 33-a §2º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 205/2015	Deputado Requião Filho	23/03	Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de automóveis sediadas no estado do Paraná apresentar ao consumidor o orçamento nas revisões conforme o especificado pelo fabricante no manual do veículo.	Lei Sancionada Nº 18640 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9591 de 7/12/2015
Projeto de lei 209/2015	Deputado Professor Lemos	23/03	Dispõe sobre o controle de sinais aparentes de riqueza ou de enriquecimento ilícito por agente público, e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 211/2015	Deputado Requião Filho, Deputado Professor Lemos	23/03	Dispõe sobre o número limite máximo de alunos por sala de aula nas instituições de ensino no território do estado do Paraná e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 215/2015	Deputado Professor Lemos	24/03	Proíbe o desligamento do processo de seleção, de gestantes candidatas em concursos públicos de provas ou de provas e títulos, em função da impossibilidade de participarem de exames de capacitação física em decorrência da gravidez, no âmbito da administração direta e indireta do estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 224/2015	Deputado Ademir Bier	30/03	Autoriza o poder executivo a conceder isenção da taxa de inscrição em concursos públicos em nível estadual para os doadores de medula óssea e doadores regulares de sangue.	Diretoria legislativa

Projeto de lei 291/2015	Deputado Nereu Moura	10/04	Dispõe sobre a instalação de chuveiros/duchas, pela Sanepar, nas praias do estado do Paraná e dá outras providências.	Arquivado em virtude de sua inconstitucionalidade e ilegalidade
Projeto de lei 269/2015	Deputado Nereu Moura	14/04	Dá nova redação ao artigo 1º, da lei nº 14.895, de 09 de novembro de 2005, que outorga tratamento tributário em relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.	CCJ
Projeto de lei 270/2015	Deputado Nereu Moura	14/04	Concede desconto no pagamento de taxas relativas à renovação da carteira nacional de habilitação (CNH) às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 271/2015	Deputado Nereu Moura	14/04	Dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo e a possibilidade e doação de órgãos na carteira nacional de habilitação (CNH) emitida pelo departamento de trânsito do Paraná – DETRAN/PR.	CCJ
Projeto de lei 273/2015	Deputado Nereu Moura	14/04	Institui o cadastro de veículo aéreo não tripulado - vant/drones, no âmbito do estado do Paraná, e dispõe sobre a emissão de autorização de uso destes veículos, na forma que menciona.	CCJ
Projeto de lei 275/2015	Deputado Nereu Moura	14/04	Dispõe sobre a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicação e similares nos estabelecimentos financeiros do estado do Paraná.	Arquivado
Projeto de lei 277/2015	Deputado Nereu Moura	14/04	Dispõe sobre punições ao atendimento realizado ao consumidor através de telefone, o chamado telemarketing, especialmente a vontade do consumidor de realizar o cancelamento.	Arquivado art. 33-a, § 1º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 278/2015	Deputado Nereu Moura	14/04	Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas no estado do Paraná, informando sobre o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da resolução anac nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências.	Requerimento de arquivamento do deputado Nereu Moura, conf. Prot. Nº 1815/15-dap, de 15 de abril de 2015.
Projeto de lei 292/2015	Deputado Nereu Moura	15/04	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições bancárias instalarem bebedouros de água potável e	Diretoria legislativa

			sanitários nos locais de atendimento ao público.	
Projeto de lei 302/2015	Deputado Nereu Moura	22/04	Altera a redação do inciso iv, do art. 2º, da lei nº 17.445, de 27 de dezembro de 2012 para instituir o direito de ressarcimento aos produtores rurais por corte não programado de plantação agrícola às margens das rodovias estaduais.	CCJ
Projeto de lei 303/2015	Deputado Nereu Moura	22/04	Dispõe sobre a gratuidade de passagem intermunicipal para crianças portadoras de câncer, bem como seu acompanhante.	Arquivado - parecer contrário - ilegalidade e descumprimento o disposto no art. 7º, iv, da lei complementar 95/98
Projeto de lei 312/2015	Deputado Nereu Moura	23/04	Institui a campanha permanente de esclarecimento e incentivo à doação de órgãos.	CCJ
Projeto de lei 313/2015	Deputado Requião Filho	23/04	Dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução integral e em espécie do troco ao consumidor de bens e serviços nos estabelecimentos situados no estado e dá outras providências.	Lei Sancionada Nº 18648 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015
Projeto de lei 314/2015	Deputado Requião Filho	23/04	Autoriza o poder executivo a criar mecanismos de incentivo à captação da água de chuva.	CCJ
Projeto de lei 315/2015	Deputado Requião Filho	23/04	Obriga as seguradoras e as operadoras de planos de assistência à saúde a fornecerem ao consumidor livro contendo a relação de credenciados ou referenciados e a avisar prévia e individualmente os seus clientes sobre o descredenciamento de médicos, dentistas, hospitais, clínicas e laboratórios no estado.	Diretoria legislativa
Projeto de lei 316/2015	Deputado Requião Filho	23/04	Dispõe sobre as informações a serem prestadas aos consumidores de telefonia móvel pós-paga, transmissão de dados, internet móvel e fixa, por ocasião do excesso do limite da franquia contratada.	CCJ
Projeto de lei 317/2015	Deputado Nereu Moura	27/04	Dispõe sobre a adoção de bônus na pontuação dos candidatos no processo seletivo e ingresso nos cursos de graduação vestibular em universidades e faculdades públicas do Paraná e dá outras providências.	Arquivado em virtude de sua inconstitucionalidade
Projeto de lei 321/2015	Deputado Nereu Moura, Deputado Requião Filho	28/04	Veda a contratação de empresas e consórcios formados por empresas que tenha efetivado doações eleitorais e partidárias à candidatos,	CCJ

			comitês financeiros e partidos, pelo estado do Paraná.	
Projeto de lei 323/2015	Deputado Nereu Moura	29/04	Autoriza o poder executivo a conceder subvenção econômica às pessoas jurídicas que contratarem egressos ou apenados em regime aberto e semiaberto do sistema prisional do estado ou condenados em cumprimento de prisão domiciliar, como parte do processo de reinserção social de que trata o art. 10 da lei federal nº 7.210, de 1984.	Diretoria legislativa
Projeto de lei 330/2015	Deputado Requião Filho	04/05	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos modelos dos contratos de adesão referentes aos financiamentos e contratos de compra e venda de automóveis e imóveis firmados no território paranaense serem previamente analisados pelo Procon-PR.	CCJ
Projeto de lei 331/2015	Deputado Requião Filho	04/05	Estabelece normas para licitação e contratação pela administração pública no âmbito dos poderes do estado do Paraná de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 332/2015	Deputado Nereu Moura	04/05	Fica proibido o corte no fornecimento de energia elétrica, água, gás e telefone, nos horários e dias determinados e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 338/2015	Deputado Nereu Moura	05/05	Concede ao servidor público estadual o direito a folga remunerada para fins de realização de exames oncológicos preventivos, na forma que menciona.	Arquivado art. 33-a, § 1º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 346/2015	Deputado Requião Filho	06/05	Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e estabelecimentos similares a servirem de forma gratuita água filtrada aos frequentadores.	Arquivado em virtude de sua inconstitucionalidade
Projeto de lei 347/2015	Deputado Nereu Moura	06/05	Institui o alerta emergencial para recuperação rápida de crianças e adolescentes desaparecidos no âmbito do estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 358/2015	Deputado Nereu Moura	11/05	Institui a disponibilização gratuita do serviço de wi-fi para acesso a internet sem fio e tomadas elétricas a bordo, nos ônibus de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros do estado do Paraná e dá outras providências.	CCJ

Projeto de lei 365/2015	Deputado Professor Lemos	12/05	Dispõe sobre os conselhos escolares nos estabelecimentos de ensino público da rede estadual e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 376/2015	Deputado Nereu Moura	13/05	Estabelece restrição para comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações no IMEI (international mobile equipment identity) dos aparelhos de telefonia móvel celular e similares e dá outras providências correlatas.	CCJ
Projeto de lei 379/2015	Deputado Professor Lemos	18/05	Estabelece percentual mínimo, do total dos recursos destinados nas leis orçamentárias anuais do estado do Paraná, a ser aplicado em programas de educação para a saúde.	Arquivado art. 33-a, § 1º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 380/2015	Deputado Professor Lemos	18/05	Acrescenta o inciso "v" ao artigo 129 da lei estadual 6.174/70 (regime jurídico dos funcionários civis do poder executivo do estado do Paraná) no que diz respeito ao tempo de serviço prestado por professores e funcionários de escola - contrato Paraná educação.	CCJ
Projeto de lei 387/2015	Deputado Professor Lemos, Deputado Nereu Moura, Deputado Ademir Bier, Deputado Tadeu Veneri, Deputado Requiaio Filho, Deputado Nelson Luersen, Deputado Tercílio Turini, Deputado Marcio Pauliki	18/05	Altera a redação do art. 7º da lei nº 15.512, de 31 de maio de 2007 que institui a data de 1º de maio de cada ano para a revisão geral anual, para acrescer o parágrafo único com a norma que especifica para obrigatoriedade de adoção de índice igual ou superior ao aplicável para correção do salário mínimo regional.	CCJ
Projeto de lei 393/2015	Deputado Nereu Moura	20/05	Altera a redação do artigo 1º da lei nº 14.856, de 19 de outubro de 2005 e dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros públicos e água potável em agências bancárias, supermercados, grandes lojas varejistas e de prestação de serviços.	CCJ
Projeto de lei 416/2015	Deputado Nereu Moura	26/05	Autoriza o poder executivo a criar o "programa de desoneração parcial do IPVA aos usuários das rodovias	CCJ

			concessionadas do estado do Paraná", através da devolução de parte dos valores pagos por tarifa de pedágio.	
Projeto de lei 418/2015	Deputado Tadeu Veneri	26/05	Dispõe sobre a transparência na utilização das aeronaves de propriedade do estado do Paraná, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, assembleia legislativa, judiciário, ministério público estadual, bem como o fretamento de aeronaves particulares.	CCJ
Projeto de lei 429/2015	Deputado Nereu Moura	01/06	Dispõe sobre a adequação e destinação de unidades habitacionais, construídos pelo estado do Paraná, para famílias portadoras de necessidades especiais e/ou idosos.	Diretoria legislativa
Projeto de lei 435/2015	Deputado Nereu Moura	02/06	Autoriza o poder executivo estadual a realizar, gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra mulher.	CCJ
Projeto de lei 434/2015	Deputado Professor Lemos	02/06	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros em ônibus intermunicipais, cujos percursos sejam iguais ou superiores a setenta e cinco quilômetros ou duas horas.	Comissão de indústria, comércio, emprego e renda.
Projeto de lei 441/2015	Deputado Nereu Moura	03/06	Dispõe sobre a reserva de vagas para idosos, portadores de necessidades especiais e gestantes, nas praças de alimentação dos shopping centers, restaurantes, galerias, lanchonetes e outros estabelecimentos do setor gastronômicos localizados no estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 446/2015	Deputado Anibelli Neto	08/06	Institui o pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de deficiência.	Requerimento de arquivamento a pedido do deputado Anibelli Neto, conf. Prot. N°3293/15 - dap
Projeto de lei 448/2015	Deputado Nereu Moura	09/06	Institui a política estadual para implantação do sistema integrado de informações e ações de violência contra a mulher, denominado observatório da mulher-PR no âmbito do estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 449/2015	Deputado Professor Lemos, Deputado Péricles De Mello,	09/06	Cria a ipêsaúde e dispõe sobre o sistema de assistência à saúde dos serviços públicos do estado do Paraná e dá outras providências.	Diretoria legislativa

	Deputado Tadeu Veneri			
Projeto de lei 451/2015	Deputado Nereu Moura	10/06	Autoriza a instituição do programa CNH jovem e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 456/2015	Deputado Professor Lemos	15/06	Torna sem efeito todos os atos, sindicâncias e processos administrativos no âmbito da polícia militar e bombeiro militar do estado do Paraná ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar punição a policiais militares e bombeiros militares do estado do Paraná, em razão da participação em movimentos reivindicatórios e/ou de manifestação de pensamento.	CCJ
Projeto de lei 460/2015	Deputado Nereu Moura	16/06	Dispõe que o consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido ou com preço divergente tem direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha, em igual quantidade.	CCJ
Projeto de lei 465/2015	Deputado Anibelli Neto	22/06	Institui o pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de deficiência.	CCJ
Projeto de lei 470/2015	Deputado Requião Filho	23/06	Dispõe sobre fiscalização realizada pela receita estadual das empresas enquadradas no regime fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.	Arquivado - parecer contrário em virtude de sua inconstitucionalidade gerada pelo vício de iniciativa.
Projeto de lei 481/2015	Deputado Nereu Moura	29/06	Isenta as famílias de baixa renda do pagamento da tarifa social de consumo de água e esgoto e dos encargos decorrentes junto à companhia de saneamento do Paraná – Sanepar e dá outras providências.	Arquivado em virtude de sua inconstitucionalidade e ilegalidade
Projeto de lei 486/2015	Deputado Requião Filho	29/06	Autoriza o poder executivo a conceder isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadoria e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, nas aquisições de motocicletas novas, até 150 (cento e cinquenta) cilindradas, a serem utilizadas nas prestações de serviço de transporte de passageiros e na coleta e entrega de pequenas	CCJ



			cargas, que exerçam a atividade no estado do Paraná.	
Projeto de lei 513/2015	Deputado Professor Lemos	06/07	Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas de educação básica e dispõe sobre o programa estadual de alimentação escolar no estado do Paraná.	Arquivado art. 33-a, § 1º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 512/2015	Deputado Professor Lemos	06/07	Institui no âmbito do estado do Paraná a isenção de ICMS de todos os produtos oriundos da agricultura familiar fornecidos para a alimentação escolar.	Arquivado art. 33-a, § 1º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 524/2015	Deputado Professor Lemos	08/07	Estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxico nos produtos alimentares comercializados no Paraná.	Diretoria legislativa
Projeto de lei 528/2015	Deputado Requião Filho	13/07	Estabelece a isenção de taxas cobradas pelo DETRAN/PR para condutores que exerçam atividades remuneradas, em conformidade com o art. 147 do CTB	Arquivado art. 33-a, § 1º - parecer pela inconstitucionalidade
Projeto de lei 527/2015	Deputado Requião Filho	13/07	Dispõe sobre a criação, organização e atuação de grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no estado e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 532/2015	Deputado Professor Lemos	13/07	Dispõe sobre as regras de distribuição dos royalties decorrentes da exploração do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, no âmbito do estado do Paraná.	Diretoria legislativa
Projeto de lei 536/2015	Deputado Professor Lemos	14/07	Dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio em rodovias do estado do Paraná, para veículos de propriedade de pessoas com deficiência.	CCJ
Projeto de lei 543/2015	Deputado Professor Lemos	15/07	Dispõe sobre a proibição de construções de rodovias estaduais sem acostamento no estado do Paraná e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 544/2015	Deputado Professor Lemos	15/07	Institui, na forma que especifica, o transporte gratuito em linhas coletivas intermunicipais, aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos, no estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 575/2015	Deputado Professor Lemos	05/08	Acrescenta o inciso "v" ao art. 129 da lei estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (regime jurídico dos funcionários civis do poder executivo do estado do Paraná), no que diz respeito ao tempo de serviço prestado por professores e	Requerimento de arquivamento a pedido do autor, prot. Nº 4420/2015-dap

			funcionários de escola – contrato Paraná educação.	
Projeto de lei 589/2015	Deputado Nereu Moura	11/08	Dispõe sobre a aprovação de diretores presidentes de sociedades de economia mista controladas pelo estado do Paraná pela ALEP e a vedação da participação em conselhos de administração.	CCJ
Projeto de lei 613/2015	Deputado Nereu Moura	19/08	Autoriza o poder executivo a conceder tratamento tributário especial às concessionárias de telefonia móvel que investirem na disponibilização/melhoria de sinal na zona rural do estado do Paraná.	Arquivado em virtude de sua inconstitucionalidade e ilegalidade.
Projeto de lei 614/2015	Deputado Ademir Bier	19/08	Autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o sistema de compensação de energia elétrica de que trata a resolução normativa nº 482, de 2012, da agência nacional de energia elétrica – Aneel e dá outras providências,	Diretoria legislativa
Projeto de lei 624/2015	Deputado Requião Filho	24/08	Institui o programa estadual troca direta, conferindo ao consumidor final a possibilidade de troca de bem que apresente vício, diretamente com o fornecedor, no prazo de 7 (sete dias), sendo este diferenciado em caso de promoções comemorativas comerciais.	CCJ
Projeto de lei 625/2015	Deputado Requião Filho	24/08	Inclui o inciso vii ao § 1º, do art. 10, da lei nº 18.451/2015 que cria o programa de estímulo à cidadania fiscal do estado do Paraná, trazendo expressa previsão legal de aplicação da multa prevista quando o fornecedor deixar de emitir documento fiscal hábil e adequado vinculado ao estabelecimento no qual ocorreu a efetiva operação.	CCJ
Projeto de lei 626/2015	Deputado Nereu Moura	24/08	Proíbe a cobrança de valores adicionais - sobretaxa para matrícula ou mensalidade - de estudantes com síndrome de down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes, no âmbito do estado do Paraná.	Requerimento de arquivamento a pedido do autor, conf. Prot. Nº 4773/15-DAP
Projeto de lei 632/2015	Deputado Nereu Moura, Deputado Schiavinato	25/08	Dispõe sobre a gravação em áudio e vídeo do processo licitatório e sua transmissão ao vivo, por meio da internet, no portal da transparência do estado do Paraná.	D.A.P.

Projeto de lei 640/2015	Deputado Nereu Moura	31/08	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação quadrimestral, nos estabelecimentos que especifica, do “ranking” dos fornecedores mais reclamados no departamento estadual de proteção e defesa do consumidor – Procon/PR, e dá providências correlatas.	Comissão de defesa do consumidor
Projeto de lei 649/2015	Deputado Péricles De Mello	01/09	Fica criado o sistema cicloviário no estado do Paraná, como incentivo ao uso de bicicletas para o transporte, contribuindo para o desenvolvimento da mobilidade sustentável.	Diretoria legislativa
Projeto de lei 660/2015	Deputado Nereu Moura	14/09	Concede isenção das taxas de remoção e diárias de estadias nos pátios sob a responsabilidade do Detran/PR e/ou da polícia militar do Paraná aos veículos automotores, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, inscritos no programa incentivado de parcelamento de débitos – PPD instituído pela lei nº 18.468, publicada no diário oficial do estado nº 9.442, de 30 de abril de 2015.	CCJ
Projeto de lei 664/2015	Deputado Nereu Moura	15/09	Dispõe sobre a doação de alimentos por supermercados e estabelecimentos similares.	CCJ
Projeto de lei 697/2015	Deputado Requião Filho	28/09	Altera dispositivos da lei nº 15.562, de 7 de julho de 2007, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no estado do paraná, alterando para r\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) o parâmetro de isenção do ICMS a ser observado pelas empresas optantes pelo simples nacional.	CCJ
Projeto de lei 701/2015	Deputado Péricles De Mello	28/09	Regulamenta no estado do Paraná o programa de práticas integrativas e complementares de saúde pública e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 704/2015	Deputado Nereu Moura	29/09	Dispõe sobre a criação do sistema estadual de prevenção ao furto, roubo e comércio ilegal de bicicletas no estado do Paraná e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 716/2015	Deputado Requião Filho	05/10	Assegura, incentiva e regulamenta o direito à manifestação e à participação política da sociedade civil, estabelecendo objetivos, princípios e limitações à atuação do poder público.	CCJ

Projeto de lei 719/2015	Deputado Nereu Moura	05/10	Dispõe sobre os requisitos legais a serem cumpridos quando da autorização legislativa para a implantação de pequena central hidrelétrica – PCH e central geradora hidrelétrica – CGH no âmbito do estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 724/2015	Deputado Professor Lemos	05/10	Dispõe sobre o estatuto da igualdade étnico-racial do estado do Paraná e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 725/2015	Deputado Professor Lemos	05/10	Altera a redação do § 1º do art. 1º da lei nº 14.274, de 24 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendentes em concursos públicos.	Diretoria legislativa
Projeto de lei 736/2015	Deputado Nereu Moura	13/10	Altera a lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o estatuto da pessoa com deficiência do estado do paraná, para acrescentar o art. 163-a com a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados às necessidades especiais de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em eventos públicos e privados.	CCJ
Projeto de lei 739/2015	Deputado Professor Lemos	13/10	Altera a redação do artigo 1º da lei nº 14.274 de 24/12/2003 que dispõe sobre a reserva de vagas a afrodescendente em concursos públicos.	CCJ
Projeto de lei 755/2015	Deputado Nereu Moura	21/10	Dispõe sobre a informação do consumidor quanto ao fim dos prazos dos descontos ou vantagens temporárias oferecidas pelos prestadores de serviços.	CCJ
Projeto de lei 776/2015	Deputado Nereu Moura	04/11	Dispõe sobre a vedação da cobrança do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços – ICMS incidente na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de transmissão (TUST) de energia elétrica da base de cálculo de impostos estaduais ao consumidor final.	CCJ
Projeto de lei 801/2015	Deputado Nereu Moura	09/11	Torna obrigatória a divulgação de informação sobre o índice de infecção hospitalar pelos hospitais da rede pública e privada de saúde do estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 814/2015	Deputado Ademir Bier	11/11	Dispõe sobre a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS para a aquisição de bicicletas no estado do Paraná.	Diretoria legislativa

Projeto de lei 818/2015	Deputado Professor Lemos	11/11	Dispõe sobre o processo de produção e comercialização do queijo artesanal no âmbito do estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 831/2015	Deputado Nereu Moura	17/11	Alteração da lei nº 18.537, de 21 de agosto de 2015, que dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio.	CCJ
Projeto de lei 858/2015	Deputado Nereu Moura	24/11	Dispõe sobre o pagamento da tarifa de pedágio por meio de cartão de débito ou de crédito e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 876/2015	Deputado Nereu Moura	01/12	Impõe a exigência de instalação de ambulatório médico ou serviço de pronto-socorro médico nas edificações destinadas a abrigar shopping-centers e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 902/2015	Deputado Nereu Moura	07/12	Dispõe sobre ações de combate ao mosquito – aedes aegypti – vetor da dengue, chikungunya e do vírus zika no estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 922/2015	Deputado Professor Lemos	09/12	Dispõe sobre a proibição da utilização de alimentos transgênicos na composição da merenda escolar aos alunos dos estabelecimentos de ensino oficiais do estado do Paraná.	CCJ
Projeto de lei 924/2015	Deputado Nereu Moura	14/12	Cria no estado do paraná o programa 100 (cem) cópias sem custo, de incentivo à produção literária e cultural e dá outras providências	CCJ
Projeto de lei 933/2015	Deputado Professor Lemos	16/12	Regulamenta no estado do Paraná a idade do idoso e dá outras providências.	CCJ
Projeto de lei 934/2015	Deputado Péricles De Melo	16/12	Estabelece regras de proteção, utilização sustentável e instrumentos de compensação pela preservação da mata de araucárias.	CCJ

Dados extraídos do monitoramento dos projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Paraná em 2015.

Fonte: Autora

Durante todo o mês de janeiro e fevereiro, a instabilidade e greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo da região metropolitana de Curitiba geraram incertezas aos usuários. Sobre este assunto, na primeira sessão legislativa dois projetos foram protocolados. Um deles do deputado Professor Lemes, que instituía o meio passe nas passagens de ônibus intermunicipal para estudantes que frequentem instituições de ensino localizadas em municípios diversos de seu domicílio.

O segundo projeto datado do mesmo dia (03/02), de autoria do deputado Anibelli Neto, instituiu o passe livre para estudantes. Ambos os projetos, até o período de análise desta tese, estavam parados na Comissão de Constituição e Justiça e, mesmo com todos os protestos da greve e das dificuldades dos alunos da região metropolitana, não tiveram tramitação acelerada.

A proposição do deputado Professor Lemos, do dia 03 de fevereiro, que determinava sobre os concursos públicos para provimento de vagas para a educação pública tem pauta saliente com a primeira greve dos professores, que iniciava no mesmo dia da proposição ser protocolada na Assembleia. Professores temporários (ou seja, os não concursados), estavam protestando no Centro Cívico contra o governador devido à instabilidade no pagamento e contratações do ano. O projeto de lei foi arquivado por inconstitucionalidade e não teve sequência de tramitação.

Em março, no dia 23, o deputado Professor Lemos apresentou projeto de lei 209/2015 que dispõe sobre o controle de sinais aparentes de riqueza ou de enriquecimento ilícito por agente público. O protocolo do projeto tem data similar às denúncias de corrupção envolvendo a Receita Estadual e os casos de corrupção dos auditores fiscais do estado. É durante o mês de março que as primeiras denúncias aparecem e demonstram o montante de dinheiro fraudado por agentes públicos. Além disto, no mesmo mês, há uma saliência maior na divulgação dos desdobramentos da operação “Diários Secretos”, que estudava casos de corrupção dentro da própria Assembleia Legislativa do Paraná. A tramitação do projeto continua na Comissão de Constituição e Justiça até a data do final desta pesquisa.

No dia 14 de abril há uma pequena relação entre temas abordados pelo telejornal e proposição legislativa. A manchete do telejornal tratava sobre passageiros enganados na compra de pacotes de viagens para o exterior e, o deputado Nereu Moura protocolou, no mesmo dia, projeto de lei que tornava obrigatória a fixação de cartazes nos estabelecimentos de comercialização e passagens aéreas, informando sobre acompanhantes de pessoas com deficiência ou idosos na venda de passagens aéreas. Apesar de tratarem do mesmo assunto e terem a mesma data de divulgação, ambos os projetos não tem relação específica encontrada.

Uma relação mais direta entre decisão do Judiciário, transmissão midiática e a construção legislativa aconteceu em maio, quando o deputado estadual Tadeu Veneri propôs o projeto de lei 418/2015, que tratava sobre a transparência na utilização das aeronaves de propriedade do estado do Paraná, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, Assembleia Legislativa, judiciário, Ministério Público estadual, e também no fretamento de aeronaves particulares.

O projeto foi protocolado no dia 26 de maio. Quatro dias antes, no dia 22, o Paraná TV 2ª edição apresentou reportagem dizendo que o governador do Estado, Beto Richa e o secretário chefe da Casa Militar, Adilson Casitas, juntamente com o sócio da empresa Helisul, Eloy Biezus foram condenados em primeira instância a indenizar o governo do estado em mais de R\$ 2 milhões. A condenação foi devido a contratação de um avião a jato e um helicóptero sem licitação entre março e junho de 2011.

Em 2013 o mesmo deputado já havia proposto uma lei similar, que foi arquivada por final de legislatura. A tramitação da nova proposta está na CCJ desde o dia 27 de maio de 2015. A tramitação não teve novos encaminhamentos desde então. Um novo fato sobre o tema foi divulgado pela mídia em 2017, quando desembargadores anularam sentença e condenação do governador neste caso.

A troca de saliência, pela teoria da agenda-*setting* pode ser visualizada pelo período de até três meses. Esta relação com maior efeito temporal é vista com a proposição 632/2015, de autoria de Nereu Moura e Schiavinato. A proposta destaca sobre a gravação em áudio e vídeo do processo licitatório e também a sua transmissão ao vivo, através da internet, no portal da transparência do Estado do Paraná. A proposição é do dia 25 de agosto.

Antes disto, no dia 14 de julho, a RPC divulgou em uma reportagem de mais de três minutos o gasto “desnecessário” com o café dos deputados. O assunto já foi tratado anteriormente, mas não foi observada nenhuma construção legislativa. Com o estudo das proposições dos deputados de oposição é possível notar que houve uma tramitação legislativa sobre o assunto, embora a proposta ainda esteja tramitando na Assembleia. No dia 06/03/2017 o projeto, que já havia sido aprovado nas comissões: CCJ, Obras públicas, transportes e comunicação e fiscalização da Assembleia Legislativa e assuntos municipais, foi encaminhado para a Diretoria de Assistência ao Plenário, onde permanece até o momento.

Em dezembro, um tema bastante saliente no telejornalismo foi a transmissão de doenças pelo mosquito *aedes aegypti*. Segundo balanço do Ministério da Saúde<sup>36</sup>, o ano de 2015 foi marcado por um crescimento de mais de 240% dos casos de doenças transmitidas pelo mosquito em todo o território nacional. Sobre o tema, o Deputado estadual Nereu Moura apresentou projeto de lei para ações de combate ao mosquito no Estado do Paraná no dia 07 de dezembro.

O telejornalismo já apresentava reportagens sobre o combate ao mosquito em todo o estado desde o início do mês de dezembro, considerado um mês estratégico, marcado pelo início do verão e aparecimento dos primeiros casos. Apesar da saliência com o tema no telejornalismo

---

<sup>36</sup> Informação disponível em <http://g1.globo.com/bemestar/dengue/noticia/2015/04/casos-de-dengue-aumentam-240-em-2015-e-pais-tem-4605-mil-casos.html> último acesso em fevereiro de 2018.

e também em todo o território nacional, com diferentes consequências das doenças e das epidemias, o projeto segue sem tramitação desde fevereiro de 2016, na Comissão de Constituição e Justiça.

Ao verificar as proposições legislativas realizadas pelos deputados estaduais de oposição ao governo também não é possível identificar uma relação forte entre a construção legislativa e a presença da mídia local no processo. Casos como este último, que tratam da proposta para cuidados com o mosquito *aedes aegypti* são decorrentes também pela forte divulgação do tema em âmbito nacional, que aparecem inclusive na justificativa do projeto.

Isso significa que, mesmo com uma bancada de maioria contrária ao Poder Executivo, não é possível afirmar que o agendamento midiático existiria com mais intensidade do que a observada no ano de 2015, quando a maioria dos deputados sinalizava apoio ao governador Beto Richa.

Com base em todos os relatórios e dados apresentados ao longo deste capítulo, a pesquisa considera que o agendamento entre o telejornalismo paranaense e a Assembleia Legislativa do Paraná é baixo e não foi determinante para a construção de políticas públicas durante o ano de 2015. Mais do que isto, foi possível perceber também que a bancada de oposição não é influenciada pela divulgação de notícias do Paraná TV 2ª edição.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperar que todos os seres humanos pensem todo o tempo coisas diferentes é uma especulação bem duvidosa para tempos atuais. Essa afirmação é de Lippmann (2010) e a destacou antes mesmo dos meios de comunicação se tornarem tão parte do cotidiano de uma sociedade como são atualmente. É necessário, segundo o autor, presumir que os homens não estão baseados em conhecimentos diretos e determinados, mas em imagens feitas por ele ou transmitidas a ele. Se o ser humano é conduzido a dizer que o mundo é plano, certamente ele afirmará, com veemência e certeza, que o mundo é plano, não navegando até o limite do planeta com medo de despencar de lá para um precipício não descoberto (LIPPMANN, 2010, p.37).

Seguindo a filosofia desta citação, não foi objetivo deste trabalho compreender todos os pensamentos dos deputados estaduais para a construção legislativa paranaense, mas verificar as similaridades entre as suas proposições e votações com assuntos divulgados pela mídia, ou seja, de imagens transmitidas pelo telejornal Paraná TV 2ª edição que pudessem gerar um pensamento em comum aos atores políticos. Pois tal relação poderia reafirmar a citação de que são construídas imagens em nossas cabeças que nos levam a acreditar e fazer ações específicas.

Ao longo de todas as páginas escritas neste trabalho, conclusões foram sendo explicitadas aos leitores. Desde a revisão bibliográfica até as análises da construção legislativa paranaense, foram respondidas as questões de pesquisa. Retomamos as principais, apresentadas no Capítulo introdutório, e na sequência as considerações sobre as respostas obtidas na pesquisa.

A primeira questão tratava de responder se a Assembleia Legislativa do Paraná utiliza a RPC (através do telejornal Paraná TV 2ª edição) para apresentar ou defender as políticas públicas elaboradas pelos deputados?

E como resposta, refutando a hipótese inicial de que isto era uma prática comum, não foi tão nítida confirmação dessa relação. Em algumas situações, como é o caso do Programa Nota Paranaense, a relação é observada entre Governo Estadual e mídia. Neste caso, o programa aprovado pela Assembleia não teve repercussão durante sua votação e discussão, mas foi amplamente divulgado posteriormente, com o lançamento da política pública efetivada. A ação da mídia reafirmava o discurso político de que esta era uma política necessária e benéfica para a população, que a partir daquele momento poderia resgatar valores de impostos pagos em produtos adquiridos em todo o Estado do Paraná.

Para o governo estadual, a medida auxiliava a aumentar a arrecadação do Estado e diminuir taxas de sonegação de impostos. É provável que o Governo do Estado tenha se beneficiado com a arrecadação de mais impostos através da Nota Paraná. Mas ao mesmo tempo

conseguiu gerar, segundo reportagens veiculadas pelo próprio telejornal, uma satisfação popular com a devolução de créditos aos contribuintes.

Mas para o telejornalismo havia interesse? Muito provável que propagandas sobre o programa, divulgadas na emissora durante o período, tenham também contribuído para a economia da RPC. E isso pode ser considerado uma prática exclusiva? De modo algum. Muito disso acontece porque nem só de informação de interesse público vive o jornalismo (e aqui está sendo citado o jornalismo privado, com interesses financeiros das emissoras). Certas vezes, o jornalismo faz parte do jogo político e atua como um retransmissor das decisões políticas para que a emissora possa ter patrocínios e inserções de propagandas públicas.

Esse não foi, no entanto, o objetivo desta tese, que se prontificou a encontrar as relações entre a construção da agenda dos deputados da Assembleia e a veiculação de reportagens pelo Paraná TV 2ª Edição.

Dizer então que o noticiário contribui para a formação de um campo político centrado sobre si mesmo, referenciado pela soma do poder e que os problemas perdem substância ao longo da programação e se torna apenas uma forma de disputa política é uma verdade quando comparada a produção de notícias e a construção da agenda. Essa é uma afirmação que corrobora com a ideia apresentada em Kingdon (2003), no momento em que o autor relata que a mídia não tem o papel de agendar a construção política, pois ela só retransmite o resultado da formação de uma agenda já efetivada. E isso acontece porque a agenda midiática apenas divulga as consequências da decisória. Como afirmado no Capítulo 1, o autor destaca que o espectador só toma conhecimento dos problemas quando eles são noticiados, mas a solução da questão é rapidamente esquecida, no momento em que a reportagem termina e o apresentador convida o telespectador a embarcar em um novo problema. E a mídia só retornará a tratar o problema quando o mesmo tiver uma solução confirmada. Cabe ressaltar que em grande parte das notícias, como demonstrado no gráfico 4, há uma repetição de notícias em quase 59% das reportagens, mas em contrapartida, 41% do conteúdo é esquecido com a próxima reportagem veiculada.

A segunda pergunta apresentada no início da pesquisa era se a população foi ouvida pela RPC na discussão de projetos de lei. O resultado da resposta é desolador. Em nenhuma cobertura midiática com repercussão sobre a apresentação de projetos de lei, a sociedade civil foi ouvida pela emissora. Não há presença de personagens externos ao governo, exceto nas discussões da greve dos professores, onde a APP sindicato consegue visibilidade. Isso é, segundo Miguel (2009) um grande problema das mídias, que apresenta entrevistados como sendo as *representantes* das vozes da sociedade, mas essa representação possui um viés.

Nas vezes em que citou a discussão de projetos de lei sempre o Paraná TV 2ª edição teve como entrevistados apenas autoridades, políticos ou especialistas sobre o tema. Os cidadãos comuns, impactados direta e indiretamente por estas políticas públicas foram esquecidos e não fizeram parte do processo de construção da notícia.

A única resposta positiva entre as questões de início do trabalho foi a terceira, que questionava se as decisões políticas afetam as decisões de pauta do telejornal. Como foi apontado, muitas decisões – e também não decisões – foram assunto relevante na programação do telejornalismo.

Em tempos em que a mobilização política passa pela mobilização pública apenas em períodos eleitorais, é difícil acreditar que a esfera civil estará atenta para as práticas eleitorais que acontecem em períodos mais demorados. Sendo assim, uma das funções sociais do jornalismo seria servir à esfera civil, abastecendo a mesma com informações que são de interesse público.

Tal como Gomes (2009, p.78) afirma: “O que o jornalismo garante para a esfera civil é um fluxo de alternativo de comunicação política, fora do controle dos interesses do campo político, portanto, aparentemente mais confiável e mais respeitoso do interesse civil, do interesse público”. O autor ainda complementa destacando que a mídia também ajuda a reduzir as zonas de segredo da política e torna pública as ações políticas.

E se o mundo político prefere que a ação seja reservada e preservada, cabe ao jornalismo prestar serviço à esfera civil expor tais segredos. Foi com tais exposições que a licitação do café da Assembleia foi desvendada e conseguiu reduzir o custeio, que é pago com dinheiro público.

A negativa na resposta da maioria das questões de pesquisa tem um porquê central: a não confirmação da hipótese. E na grande parte dos trabalhos desenvolvidos nas ciências humanas e sociais, há uma confirmação das hipóteses pelos pesquisadores. Refutá-la gerou frustrações e inquietações, mas que serviu para demonstrar e contradizer o que grande parte das pesquisas indicava: um papel central da mídia na construção legislativa.

Em todos os congressos por onde foram apresentados resultados preliminares dessa pesquisa, a maioria dos pesquisadores presentes nas sessões levantava a hipótese de não-agendamento sendo uma consequência das possibilidades e competências legislativas que a Assembleia Legislativa do Paraná possui – muito diferentes da Câmara Federal. Ou seja, por ter uma competência restrita, a não aprovação legislativa era decorrente disso.

Mas ao longo da pesquisa isso se mostrou um equívoco. Foram destacados alguns exemplos onde pressão popular (e até midiática) conseguiram efetivar legislações, incluindo a lei do aleitamento materno e a que trata da segurança em piscinas. As duas poderiam ter sido

pauta do telejornal local, pois há grau de noticiabilidade em ambos os problemas, além de estarem pautados na opinião pública. Porém, não houve interesse midiático na divulgação do problema em questão e, ao mesmo tempo, houve agendamento nos decisores políticos por outros fatores (um com a divulgação de protestos em redes sociais e outro com a pauta divulgada em programa da mesma emissora, mas com cobertura nacional).

Quando o telejornal analisado divulgou problemas ele não teve a capacidade de agendar o parlamento paranaense e este é o dado mais significativo da pesquisa. Não foi apenas uma consequência de possibilidades legislativas e competências dos deputados, mas uma decisão política e administrativa dos editores em não dar noticiabilidade a temas que estavam na agenda política e pública.

Por fim a estas considerações e ao trabalho em geral, após refutar hipótese, negar questões e ampliar as discussões sobre as pesquisas em construção da agenda, é possível dizer que o telejornalismo paranaense não foi fundamental na aprovação legislativa paranaense durante o ano de 2015, exercendo um papel quase que secundário no processo. Mesmo com essa negativa, a pesquisa tem potencial valor científico, pois demonstra pela primeira vez as relações entre o telejornalismo local e a construção legislativa. Quando observado em cenários nacionais, a relação teve relação mais saliente e em aspecto regional a saliência cai e não tem impacto tão alto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Política: ato, discurso e liberdade**. Introdução na política in A promessa política. Rio de Janeiro, 2005.
- ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. 5ª edição. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro, DIFEL, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- ARUGUETE, Natália. **Los medios de comunicación y la formación de la agenda pública**. Verso e Reverso – Revista de Comunicação, São Leopoldo, v. 19, n. 41, 2005
- ASP, Kent. **News media logic in a New Institutional perspective**. 2014. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461670X.2014.889456?src=recsys&journalCode=rjos20>. Acesso em dez 2017.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **Agendamento da política**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: UFBA; São Paulo: Unesp, 200.
- BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton S. **Two Faces of Power**. American Political Science Review, vol. 56, nº 4, dezembro de 1962.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2003.
- BECKER, Beatriz. **Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção**. São Paulo, Revista Galaxia, 2005
- BOGOCH, Bryna PELEG, Anat, **Law in the Age of Media Logic: An Introduction** (October 29, 2014). Oñati Socio-Legal Series, Vol. 4, No. 4, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2014.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Coleção Interfaces, Rio de Janeiro, Zahar. 2002, org. Paulo Vaz.
- BRITTOS, Valério Cruz. **Televisão e barreira: as dimensões estéticas e regulamentar**. In JAMBEIRO, Othon, BOLAÑO, César, BRITTOS, Valério Cruz. **Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder**. Salvador, Edufba, 2004.
- CALEFFI, Renata. **Estratégias políticas de comunicação: O papel do telejornal na construção legislativa brasileira (Lei Carolina Dieckmann, Lei Seca e Projeto de Emenda Constitucional para Redução da maioria penal)**. UFPR, 2015.

CAPELLA, Ana C. N. **O processo de Agenda-Setting na Reforma da Administração Pública (1995-2002)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar. 2004.

CAPELLA, Ana C. N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS (pp. 25-52). 2005.

CERVI, Emerson. **Opinião pública e política no Brasil: O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia**. Rio de Janeiro, 2006.

CETIC.br. Centro de Estudos sobre as tecnologias da informação e da comunicação. 2011

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D. **The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory**. Journal of Politics. Vol. 33, Nº 4. Nov. 1971

COBB, Roger W. e ELDER, Charles D.; ROSS, Jennie-Keith; ROSS, Marc. H. **Agenda Building as a comparative political process**. American Political Science Review. Vol 70, nº 1, mar 1976.

COELHO, V.S.P. e NOBRE, M. **Participação e Deliberação. Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora 34. 2004.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **A Garbage Can Model of Organizational Choice**. Administrative Science Quarterly .v. 17, nº 1, p. 1-25, mar 1972.

COHEN, Joshua. **Deliberation and Democratic Legitimacy**. In Deliberative Democracy – Essays on reason and politics (Bohman;Regh, 1997).

COLLING, Leandro. **Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados**. Revista Famecos, Porto Alegre, 2007.

COULDRY, N. **Mediatization or mediation? Alternative understandings of the medium, media, mediação e mediatização emergent space of digital storytelling**. New Media & Society, v. 10, n. 3, p. 373-391, June 1, 2008

DAHL, Robert A. **The Concept of Power**. Behavioral Science, Vol 2, nº 3, julho de 1957.

DAHL, Robert A. **Who Governs?** New Haven, Yale University Press, 1961

DEMO, Pedro. **Pesquisa Social**. Serviço social e realidade, Franca. V.17 n. 1, 2008

DEUBEL, André-Noël R. **Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002

DUARTE, Jorge. **Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública**. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p.121-134.

- DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**, 11<sup>a</sup> ed. Upper, NJ: Prentice Hall, 2008.
- FORTUNATO, Ivan; PENTEADO, Claudio Camargo. **Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios**. RBCS Vol. 30 n° 87, 2015
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Paulus, São Paulo, 2004.
- GOMES, Wilson. MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia. Problemas & perspectivas**. São Paulo, ed. Paulus. 2008.
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. 1984
- HJARVARD, Stig. **Midiatização: conceituando a mudança social e cultural**. Revista Matriz, V. 8 - N° 1 jan./jun. São Paulo – Brasil. 2014
- HEPP, A. **As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da "mediação de tudo"**. Matrizes, São Paulo, v. 8, n. n. 1, p. 45-64, Janeiro-Junho 2014.
- HOHFELDT, Antonio. **Os estudos sobre a hipótese do agendamento**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, 1997
- KINGDON, John. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3a. Ed. New York: 2003.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. 2001, Edusp.
- \_\_\_\_\_ **Síndrome da antena parabólica**. São Paulo, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo; LIMA, Venício. **Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia**. São Paulo, 2009
- LAGE, Nilson. **A reportagem**. Ed. Record, 2001
- LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2010.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação**. in LOPES, M.I.V, MOURA, C.P.M. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016
- LUNDBY, Knut. **Mediatization of Communication**. University of Lugano. volume 21, 2014.
- LYCARIÃO, Diógenes, SAMPAIO, Rafael. SBPJOR, 2016.
- MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo, Ática, 1986,
- \_\_\_\_\_ **Televisão: A vida pelo vídeo**. Moderna, 1988.

- MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **Comunicação, mídia e processos de democracia local: estratégias de aproximação entre governos e cidadãos**. Opinião Pública, volume 15, número 1, Campinas. 2009
- MASCARENHAS, Oacir Silva. **A influência da mídia na produção legislativa penal brasileira**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 83, dez 2010
- MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda. A mídia e a opinião Pública**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2009.
- MELO, Paula Reis. **A perspectiva da Agenda-building e sua Contribuição para o Estudo das Agendas Política, Midiática e Pública**. 2007. SBPJor, Sergipe
- MENY, I.; THOENIG, J. C. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.
- MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, n. 55-56, p. 155-184, 2002.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação: Territórios em disputa**. 1ª Edição. São Paulo, ed. UNESP, 2014.
- PARANÁ. **Constituição (1989) Constituição do Estado do Paraná**. – Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- PENA, Felipe. **A teoria do jornalismo no Brasil**. 2007
- RUDIGER, Francisco. **As teorias de comunicação** 2010
- SANCHOTENE, Carlos Renan Samuel. **A midiaticização como processo de reconhecimento, legitimidade e prática social**. 2009, UNISINOS
- SANTOS, Mirella de Fretias. **Cultura Popular e a sociedade midiática contemporânea**. Colóquio Internacional de Televisão e Realidade. 2008
- SCHMITZ, Aldo Antonio **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo / Florianópolis: Combook, 2011**.
- SICA, Leonardo. **Lei Carolina Dieckmann: Aspectos penais**. Revista Carta Forense, 2013.
- SILVA, Luiz Martins, in LAGO, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro. 2008
- SMITH, Graham. **Democratic Innovations Designing institutions for citizen participation** Cambridge University Press, 2009.
- STÖMBÄCK, Jesper. **Mediatization and perceptions of the media's political influence**. Disponível em <https://jesperstromback.files.wordpress.com/2009/12/journalism-studies-2011.pdf>, Acesso em dez 2017



SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. **Excessiva produção legislativa de matéria penal**. Jus Navigandi, Teresina.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009

TELECO BRASIL. **O Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil – Séries Temporais**, preparado pelo Teleco para a Telebrasil. 2011. Disponível em <<http://www.teleco.com.br/estatis.asp>>

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as Teorias da Comunicação**. 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TESCH, Adair. **Alguns apontamentos para compreender o midiático**. Paper. São Leopoldo: PPGCC/ UNISINOS, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2008

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, volume II, A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis, Insular, 2013.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **60 anos de telejornalismo no Brasil: História, análise e crítica**. Florianópolis, 2010.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. (1963). Editora Guanabara, Rio de Janeiro.

WEBER, Max; MILLS, Charles W.; GERTH, Hans H. **A política como Vocação**. 1965

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5.ed. Lisboa: Presença, 1999

**ANEXOS**

Data de veic	Tema da re	Release da notícia	Tempo de	Atores entrevistado	É contin	Propõe
02/03/2015	corrupção	Operação Lava-Jato ouve testemunhas de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
02/03/2015	Educação	Expectativa para a assembleia dos pro de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
02/03/2015	Estado	Greve dos caminhoneiros- Liberação d de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/03/2015	Política	Greve dos caminhoneiros prejudica Pa de	1'1 a 2	testemunhas, persc	Sim	não
02/05/2015'	Estado	Mudanças no seguro-desemprego de	1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
02/03/2015	Estado	Aumento da conta de Luz de	2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
02/03/2015	Lazer	Moradores reclamam de demora na ref de	1'1 a 2	testemunhas	Não	não
03/03/2015	Transporte	Obras na 277 mantém tráfego lento de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
03/03/2015	Violência	Trabalhadores morrem em obra em Cu de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
03/03/2015	Política	Pesquisa mostra queda na aprovação ( de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
	Violência	Câmera flagra acidente e perseguição de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/03/2015	Educação	Assembleia pode colocar fim na greve de	2'1 a 3	personagens	Sim	não
03/03/2015	Violência	Acidente destroi carro em Curitiba de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/03/2015	Transporte	Duas faixas exclusivas para ônibus de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/03/2015	corrupção	Crime movimenta mais de 100 bilhões de	2'1 a 3	especialistas, autori	Não	sim
04/03/2015	Educação	TJ determina fim da greve dos profess de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
04/03/2015	Saúde	Super-heróis beneficiam pacientes no l de	2'1 a 3	personagens	Não	não
04/03/2015	Política	Atraso no pagamento fecham museus de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
04/03/2015	Política	Com 44 votos a favor, deputados dão f de	2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	sim
04/03/2015	Política	Fim da Comissão Geral na ALEP de	2'1 a 3	personagens	Não	sim
04/03/2015	Educação	Governo solicita liminar para encerram de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
04/03/2015	Educação	Governo solicita fim da greve dos servi de	0 a 1	políticos	Sim	não
04/03/2015	Educação	Professores e servidores lotam a Vila C mais de	3	personagens, autor	Sim	não
04/03/2015	Política	Projeto de lei quer permitir a venda de l de	1'1 a 2	autoridades, polític	Não	sim
05/03/2015	Educação	Greve nas Universidades - Hospitais s de	2'1 a 3	autoridades	Sim	não
05/03/2015	Educação	Mesmo com decisão judicial, professor de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
05/03/2015	Lazer	Museus reabrem em Curitiba de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
05/03/2015	Política	Vereador pede extinção de 306 cargos de	1'1 a 2	políticos	Não	sim
05/03/2015	Política	Um mês após queda de muro, dona de de	1'1 a 2	personagens	Sim	não
05/03/2015	Educação	TJ determina o fim imediato da greve. de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
06/03/2015	Transporte	Indicativo de greve dos motoristas de ô de	0 a 1	autoridades	Sim	não
06/03/2015	Violência	Curitiba registrou 82 mortes por atropel de	1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
06/03/2015	Violência	Gaeco escuta adolescentes vítimas de e de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
06/03/2015	Educação	Professores em greve são notificados ( de	2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
06/03/2015	Transporte	Falta de manutenção em bicicletas prej de	1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	não
06/03/2015	Política	Justiça anula condenações de ex-diret de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
07/03/2015	cultura	A cada ano, as mulheres estão ganh de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
07/03/2015	cultura	Museu Oscar Niemeyer é um dos princ de	1'1 a 2	personagens	Não	não
07/03/2015	corrupção	Paranaenses são citados em lista de p mais de	3	políticos	Sim	não
07/03/2015	Violência	Professor de Londrina morre afogado e de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
07/03/2015	Transporte	A BR 116 foi bloqueada após caminhã de	2'1 a 3	personagens	Não	não
09/03/2015	Esporte	Rodada do Campeonato Paranaense é de	1'1 a 2	personagens	Não	não
09/03/2015	Educação	Greve dos professores é encerrada e a mais de	3	personagens, autor	Sim	não
09/03/2015	Política	Móveis são encontrados em meio a ba de	2'1 a 3	autoridades	Não	não
09/03/2015	Transporte	Ônibus pega fogo em avenida movime de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/03/2015	Violência	Audiência será marcada para ouvir nov de	0 a 1	personagens	Sim	não
10/03/2015	Política	Moradores de Paranavaí usam humor j de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
10/03/2015	Política	Paraná TV obtém denúncia contra Dep mais de	3	testemunhas	Não	não
10/03/2015	Política	Aprovação de administração de Gustav de	2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
10/03/2015	Educação	Prestes a receber alunos, escola de Cu de	2'1 a 3	autoridades	Não	não
10/03/2015	Educação	Professores da rede estadual voltam a de	1'1 a 2	autoridades	Sim	não
11/03/2015	Política	MST faz protestos em nove cidades do de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não

11/03/2015	Violência	Chuva provoca alagamentos em ruas c de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
11/03/2015	Política	Funcionários do deputado Nelson Justu mais de 3	políticos	Sim	não
12/03/2015	corrupção	MP denuncia Alexandre Curi por impro de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
12/03/2015	corrupção	MP diz que funcionários fantasmas vini mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
12/03/2015	Educação	Alunos ficam sem merenda em escola de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
12/03/2015	Educação	Problemas com merenda e falta de pro de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
13/03/2015	Educação	Alunos desenvolvem robôs para auxilia de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
13/03/2015	Violência	Acidente provoca capotamento no Águ: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/03/2015	corrupção	MP apura funções exercidas por funcio mais de 3	testemunhas	Sim	não
13/03/2015	Violência	Quantidade de drogas apreendidas no de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/03/2015	Transporte	Radar flagra situação de perigo em rod de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/03/2015	Estado	Manifestação reúne movimentos sindic de 1'1 a 2	movimentos sociais	Não	não
13/03/2015	Transporte	Obras na BR-277 causam congestion de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
13/03/2015	Transporte	Bloqueio na BR-277 deve complicar o t de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
16/03/2015	corrupção	Parente do governador Beto Richa é pr de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/03/2015	Transporte	Corpos de últimas vítimas do acidente mais de 3	testemunhas, persc	Sim	não
16/03/2015	Estado	Manifestantes se reúnem no Paraná cc de 1'1 a 2	personagens	Não	não
16/03/2015	Esporte	atletico-anuncia-o-novo-tecnico de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
16/03/2015	corrupção	MP identifica mais de 80 milhões de re: de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
16/03/2015	corrupção	Fantasmas não conseguem explicar o de 0 a 1	personagens	Sim	não
17/03/2015	corrupção	Funcionário de Justus usava carros de de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/03/2015	corrupção	Presidente do Conselho de Ética da Al: de 0 a 1	personagens	Sim	não
17/03/2015	corrupção	MP denuncia diretores do Tribunal de C de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/03/2015	Transporte	Justiça determina que 40% dos garis d de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
17/03/2015	corrupção	Gaeco prende quinto suspeito de fraud de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
17/03/2015	Transporte	Prefeitura inaugura nova faixa exclusiv: de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	sim
17/03/2015	Transporte	Pedestres do bairro Tatuquara se arris: de 1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	sim
17/03/2015	Transporte	Motorista é flagrado lendo e em alta ve de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/03/2015	corrupção	Justiça bloqueia bens dos denunciados de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
18/03/2015	corrupção	MP acusa Néilson Justus de usar docur de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
18/03/2015	Transporte	Justiça decide que trabalhadores da lir de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
18/03/2015	Estado	Integrantes do Movimento Popular por de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/03/20159					
19/03/2015	Violência	Presos fazem agentes reféns em penit: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/03/2015	corrupção	MP diz que Luiz Abi é dono de oficina u mais de 3	especialistas, autori	Sim	não
19/03/2015	cultura	Com novas obras, MON abriga 203 pe: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/03/2015	Transporte	Termina a greve dos trabalhadores da de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
19/03/2015	Violência	Agentes penitenciários de Guarapuava mais de 3	personagens, movir	Não	não
20/03/2015	Educação	Alunos reclamam de condições precári de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
20/03/2015	Esporte	Lec treina para jogar contra J. Malucelli de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
20/03/2015	corrupção	Companheiro de corrida de carro de B: mais de 3		Sim	não
20/03/2015	Estado	Beto Richa comenta sobre casos de cc de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
20/03/2015	Educação	Estudantes bloqueiam avenida de Curitiba de 0 a 1	personagens	Sim	não
20/03/2015	cultura	Prefeitura de Pinhais organiza festa pa: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
20/03/2015	corrupção	Três pessoas são presas em oficina qu de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
21/03/2015	cultura	Uma espécie de código gráfico começ de 2'1 a 3	personagens	Não	não
21/03/2015	corrupção	Ex-diretor do departamento de transpo: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
21/03/2015	cultura	Curitiba deve ganhar mais um parque r de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
21/03/2015	cultura	Comemorações do aniversário de Curitiba de 1'1 a 2	personagens	Não	não
21/03/2015	corrupção	Bens apreendidos na Operação Lava Jato serão k	Sem entrevistados	Sim	não
21/03/2015	cultura	Cooperativa feita há 5 anos em Antonir de 2'1 a 3	personagens	Não	sim
21/03/2015	Educação	Alunos sofrem com falta de vagas na e de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
23/03/2015	Estado	Montadoras e concessionárias tentam : de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
23/03/2015	Esporte	Rodada do Campeonato Paranaense t: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
23/03/2015	cultura	Prefeitura de Curitiba organiza uma feir de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
23/03/2015	corrupção	Justiça manda soltar Luiz Abi, suspeito mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
23/03/2015	corrupção	Porsche apreendido na operação Lava de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
23/03/2015	Política	Prefeito de Chopinzinho é preso por su de 2'1 a 3	autoridades	Não	não

24/03/2015	corrupção	Presos da Operação Lava Jato são traide	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
24/03/2015	cultura	Presos da Operação Lava Jato são traide	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
24/03/2015	corrupção	Vídeo mostra ex-diretor do TCE-PR rec	mais de 3	autoridades	Não	não
24/03/2015	Lazer	Fieis fazem fila para ver o padre Marce	de 0 a 1	personagens, autor	Não	não
24/03/2015	corrupção	MP investiga a participação de Luiz Abi	mais de 3	autoridades	Sim	não
24/03/2015	corrupção	Vídeo mostra dinheiro de programa da	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/03/2015	Transporte	Acidente no Fazendinha deixa mais de	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
25/03/2015	corrupção	Secretaria de Fazenda anuncia mudan	mais de 3	autoridades	Sim	não
25/03/2015	corrupção	MP denuncia novamente o deputado e	mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
25/03/2015	corrupção	Ex-presidente do Tribunal de Contas é	mais de 3	personagens	Sim	não
26/03/2015	Lazer	Começa a produção do tradicional bolo	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
26/03/2015	Lazer	Para comemorar o aniversário, Curitiba	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
26/03/2015	corrupção	Com fim de inquérito, Gaeco indicia gr	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
26/03/2015	corrupção	Gravações mostram o momento em qu	mais de 3	autoridades	Sim	não
27/03/2015	mediatizaçã	Casos de corrupção no Tribunal de Co	de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
27/03/2015	corrupção	Conversa sugere que Artagão de Mattc	mais de 3	personagens	Sim	não
27/03/2015	Violência	Policiais prendem quadrilha que explod	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	sim
27/03/2015	Educação	Diretora é ameaçada pela mãe de um	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/03/2015	Lazer	Moradores celebram o aniversário de C	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/03/2015	Lazer	Segundo especialistas, Curitiba tem ca	mais de 3	especialistas, persc	Não	sim
28/03/2015	corrupção	Beto Richa comenta casos de corrupçã	mais de 3	personagens	Sim	não
28/03/2015	Esporte	Última rodada do Paranaense deverá d	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
28/03/2015	corrupção	Investigações do Gaeco em Londrina d	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
30/03/2015	Esporte	Confira os melhores momentos da rod	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
30/03/2015	Educação	Universitários reclamam de fila para pe	de 1'1 a 2	personagens	Não	sim
30/03/2015	corrupção	Beto Richa nega participação de Luiz A	mais de 3	personagens, autor	Sim	não
30/03/2015	Política	Servidores municipais continuam em g	de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Não	não
30/03/2015	Violência	Agentes exigem mais segurança nos p	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
30/03/2015	Violência	Teto de loja desaba e deixa mulher feri	de 0 a 1	autoridades	Não	não
31/03/2015	corrupção	Gravações mostram conversas de acu	mais de 3	personagens	Sim	não
01/04/2015	Estado	Assembleia Legislativa faz a última ses	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
01/04/2015	corrupção	Tribunal de Contas deixa a oficina fora	mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
01/04/2015	corrupção	GAECO prende mais dois auditores da	de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
01/04/2015	Lazer	Encenação da Paixão de Cristo na Ped	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
01/04/2015	Violência	Consumidor sofre com ligações de cobranças	abusivas	especialistas, persc	Não	não
02/04/2015	Esporte	Atlético Paranaense inaugura o teto ret	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/04/2015	Transporte	A partir de segunda-feira (6), DPVAT d	de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
02/04/2015	Lazer	Entrega das pulseiras para ver o espet	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/04/2015	corrupção	Oficina que perdeu o contrato com o G	mais de 3	autoridades	Sim	não
02/04/2015	corrupção	Fernanda Richa era sócia da esposa d	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/04/2015	Transporte	É grande o movimento nas estradas ne	mais de 3	Sem entrevistados	Não	não
02/04/2015	Estado	Assembleia Legislativa faz a última ses	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
03/04/2015	Lazer	Nesta tarde, milhares de fiéis participar	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
03/04/2015	Lazer	Aquário de Paranaguá recebe tubarão	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
03/04/2015	cultura	Festival de Teatro de Curitiba termina	r de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
03/04/2015	Lazer	Calor leva curitibanos à praia neste feri	de 0 a 1	personagens	Não	não
03/04/2015	cultura	Idoso cuida de terreno abandonado em	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
03/04/2015	Lazer	Bairros de Curitiba recebem celebraçõ	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
03/04/2015	Lazer	Tradição de 37 anos volta aos palcos	d de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
04/04/2015	Lazer	Grupo organiza doação de ovos em Pir	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
04/04/2015	Estado	Presídio do Ahú abandonado tem mato	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	sim
04/04/2015	Lazer	Bosque do Papa foi palco da tradiciona	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
04/04/2015	corrupção	Procon cria histórico de reclamações d	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	sim
04/04/2015	Política	Empresas apostam em novidades para	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	sim
04/04/2015	Lazer	Bairro Água Verde se destaca no merc	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
06/04/2015	Estado	Policiais militares e bombeiros reclama	de 2'1 a 3	movimentos sociais	Não	não
06/04/2015	Política	Gustavo Fruet participa da primeira Co	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	sim
06/04/2015	Esporte	três times garantem vaga na semifinal	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não

06/04/2015	corrupção	Depoimento e novas gravações mostra mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
06/04/2015	Saúde	Hospitais que deveriam ser entregues p de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
06/04/2015	corrupção	Conselho de Ética discute se houve qu de 2'1 a 3	autoridades, polític	Sim	não
07/04/2015	Esporte	Estrutura de um velódromo está empilh de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
07/04/2015	Política	Secretário da Fazenda explica a nova v de 1'1 a 2	autoridades	Sim	sim
07/04/2015	Política	Movimentos sociais e a Central Única c de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
07/04/2015	corrupção	Depoimento revela que Luiz Abi era pr de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
07/04/2015	corrupção	Procurador ajuda a tirar da prisão o ho de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
07/04/2015	Saúde	Voluntários levam livros para pacientes de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
07/04/2015	Violência	Bandidos fazem reféns durantetentativ de 0 a 1	autoridades	Não	não
08/04/2015	Estado	Governo do Paraná apresenta novas r de 2'1 a 3	movimentos sociais	Sim	sim
08/04/2015	corrupção	MP de Londrina pede a investigação de mais de 3	personagens, autor	Sim	não
08/04/2015	Transporte	Paraná teve mais de 85 mil motoristas de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
09/04/2015	corrupção	Carro de comandante da PM tem a qui mais de 3	autoridades, polític	Sim	não
09/04/2015	Saúde	Moradores viram fiscais em postos de : de 2'1 a 3	movimentos sociais	Não	sim
09/04/2015	Transporte	Carreta carregada de peixes pega fogo de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/04/2015	Violência	Em Curitiba, roubo de bicicletas vira rol de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
09/04/2015	cultura	Morre aos 58 anos Dom João Alves do de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
10/04/2015	Saúde	Pesquisa ajuda a acelerar diagnóstico ( de 1'1 a 2	especialistas	Não	não
10/04/2015	corrupção	Chega em Curitiba o ex-deputado Andr de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
10/04/2015	Saúde	Hospital que já deveria estar quase pro de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
10/04/2015	Transporte	Duas pessoas morrem e dezoito ficam de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
10/04/2015	Transporte	Novo radares em períodos de teste cor de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
10/04/2015	Política	Conheça a Central 156, o canal de ater de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
10/04/2015	Estado	Mercados Populares construídos pelo ( de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
10/04/2015	corrupção	Gaeco prende mais 2 suspeitos de fav de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
11/04/2015	Esporte	Domingo é dia de semifinais do Campe de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
11/04/2015	Transporte	A partir de segunda-feira, passageiros ( de 1'1 a 2	personagens	Sim	sim
11/04/2015	Política	Governador Beto Richa comparece na de 1'1 a 2	personagens, polític	Sim	não
11/04/2015	cultura	Musical que conta a história do cantor ( de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/04/2015	corrupção	Em Londrina, auditores da Receita Est de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
18/05/2015	corrupção	Auditor preso continua recebendo salár de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
18/05/2015	corrupção	São apresentadas as Notas Fiscais de mais de 3	personagens, autor	Sim	não
18/05/2015	Política	A semana começa com manifestações mais de 3	movimentos sociais	Sim	não
18/05/2015	Estado	Prefeitura de Curitiba abre inscrições p de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/05/2015	Transporte	Aproximadamente 1 mil Km de estrada de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
13/04/2015	Lazer	Moradores de Toledo começam a segu de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/04/2015	corrupção	Conselho de Ética analisa as denúnci de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
13/04/2015	Violência	Em Rio Branco do Sul, moradores está de 1'1 a 2	testemunhas, autori	Não	não
13/04/2015	Política	Protesto contra a presidente Dilma Rou de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
13/04/2015	Transporte	Passageiros queimam e quebram ônibi mais de 3	personagens, autor	Sim	não
14/04/2015	Lazer	Passageiros são enganados na compr de 1'1 a 2	personagens	Não	não
14/04/2015	Estado	Governo do Paraná defende a terceiriz de 2'1 a 3	especialistas, autori	Sim	não
14/04/2015	corrupção	Advogado encaminha pedido para parti de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
14/04/2015	Política	Professor da UFPR deve ser indicado ( de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/04/2015	corrupção	Contador que revelou esquema montac mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
14/04/2015	Transporte	Em Araucária, passageiros cortam gra de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
14/04/2015	Saúde	Biblioteca é inaugurada no Hospital Pe de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/04/2015	Transporte	Prefeitura de Curitiba começa a instala de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
15/04/2015	corrupção	MP revela que auditores fiscais cobrav mais de 3	autoridades	Sim	não
15/04/2015	Política	Deputado Ricardo Arruda solicita o fim de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
15/04/2015	Transporte	Linha implantada no transporte coletivo mais de 3	personagens	Sim	não
15/04/2015	Estado	Prédio abandonado do INSS é invadid de 1'1 a 2	personagens, movir	Não	não
15/04/2015	Violência	Penitenciária Estadual de Piraquara ev de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
15/04/2015	Política	Trabalhadores protestam nas estradas de 1'1 a 2	personagens, movir	Não	não
16/04/2015	corrupção	Empresa do filho de Abi Antoun pagav de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
16/04/2015	Política	Aumenta a procura por orelhões depois de 1'1 a 2	personagens	Não	não
16/04/2015	Violência	Secretário admite que modelo de polici mais de 3	testemunhas, personagens, autorid		

16/04/2015	Transporte	Prefeitura de Curitiba e Araucária anun de 2'1 a 3	personagens, polític	Sim	não
16/04/2015	Transporte	Prefeitura de Curitiba e Araucária anun de 2'1 a 3	personagens, polític	Sim	não
16/04/2015	Violência	Presos fazem rebelião na Delegacia de de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
16/04/2015	Violência	Secretaria de Segurança Pública divulç de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
17/04/2015	corrupção	MP aponta ligação entre a Providence (mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/04/2015	Transporte	Com a chegada do fériado, as rodovias de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
17/04/2015	Política	TJ-PR nega quatro recursos da defesa de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
17/04/2015	corrupção	MP aponta ligação entre a Providence (mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/04/2015	corrupção	MP aponta ligação entre a Providence (mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/04/2015	corrupção	MP aponta ligação entre a Providence (mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/04/2015	Estado	Unidades Paraná Seguro não funciona (mais de 3	personagens, autoridades, movimer		
17/04/2015	Estado	MP pede que o governo estadual canç de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
17/04/2015	Transporte	Passageiros de biarticulado são surpr de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/04/2015	corrupção	A cunhada de Vaccari Neto, se entregc de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
18/04/2015	Esporte	Neste domingo, saem os finalistas do C de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
18/04/2015	Transporte	Caminhoneiros não precisam mais pag de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
18/04/2015	Saúde	Curitiba é referência em transplante de de 1'1 a 2	especialistas, perso	Não	sim
20/04/2015	Esporte	Coritiba e Operário disputam o título dc de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
20/04/2015	Saúde	Militar faz campanha para conseguir dc de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
20/04/2015	Esporte	Milton Mendes é o novo técnico do Atlé de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
20/04/2015	Lazer	Mulher sofre acidente enquanto escala de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
20/04/2015	Transporte	Obras de ampliação e reforma atrapalh de 1'1 a 2	personagens	Não	não
20/04/2015	Violência	Vídeo mostra momento em que policial de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
20/04/2015	Transporte	Polícia procura o motorista que atropel de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
20/04/2015	Transporte	Enterrados os corpos das 8 vítimas de de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/04/2015	Saúde	Jovens com leucemia realizam campar de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
21/04/2015	Lazer	Tiradentes é homenageado no centro c de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/04/2015	Lazer	Fãs aguardam ansiosos pela apresent de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
21/04/2015	Estado	Prazo para entrega das declarações de de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
21/04/2015	Transporte	Movimento nas estradas federais e est de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
21/04/2015	Transporte	Motorista embriagado atropela e mata id de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/04/2015	Política	Sindicalistas protestam contra a lei da t de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
21/04/2015	Transporte	Cresce o número de multas a motorist de 2'1 a 3	autoridades, movim	Não	não
22/04/2015	Violência	Em Curitiba, assaltante morre após tro de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/04/2015	corrupção	Mais oito pessoas são condenadas na de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
22/04/2015	corrupção	Esposa de Márcio Lima é denunciada ç de 1'1 a 2	testemunhas	Sim	não
22/04/2015	Violência	Bandidos morrem em tentativa de assa de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/04/2015	corrupção	MP relaciona aumento de casos de cor de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
22/04/2015	Estado	Deputados aprovam mudanças na Par de 2'1 a 3	autoridades, movim	Sim	sim
23/04/2015	Estado	Polícia Militar cumpre reintegração de ç de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/04/2015	corrupção	MP diz que fiscais da receita estadual c de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
23/04/2015	corrupção	Ex-chefe da Receita Estadual do Parar mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
23/04/2015	Política	Deputado Nelson Justus é absolvido p de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
23/04/2015	Transporte	Polícia procura dois motoristas que fug de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
24/04/2015	corrupção	Marcio de Albuquerque Lima recebeu ii mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
24/04/2015	Política	Deputados Estaduais decidem não julg mais de 3	especialistas, movir	Sim	não
24/04/2015	corrupção	Em Curitiba, Sergio Moro se reúne corr de 0 a 1	políticos	Sim	não
24/04/2015	Lazer	Mancha de óleo invade lago do parque de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
25/04/2015	Lazer	Lago do Parque São Lourenço está cor de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
25/04/2015	Estado	Usuários de drogas ocupam imóveis in de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
25/04/2015	Lazer	Teias de aranha viram atração no interi de 1'1 a 2	especialistas, perso	Não	não
25/04/2015	Política	Indonésia confirma execução do paran de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
25/04/2015	cultura	Cinzas de vulcão em erupção no Chile de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
25/04/2015	Violência	Polícia cumpre 2ª fase de operação coi de 1'1 a 2	personagens	Não	não
25/04/2015	Educação	Tire as últimas dúvidas sobre a declara de 0 a 1	especialistas, perso	Sim	não
25/04/2015	Estado	Após anúncio de greve, policiamento é mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
27/04/2015	Violência	Em Colombo, preso fica preso em bur de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
27/04/2015	Política	Confira as últimas notícias da votação c de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não

27/04/2015	Política	Policiais fazem cordão de isolamento p mais de 3	personagens, movir	Sim	não
27/04/2015	Esporte	Coritiba joga mal e perde para o Operá de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
27/04/2015	Estado	Acompanhe a votação das mudanças r de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
27/04/2015	Estado	Saiba como funciona o projeto que alte de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
27/04/2015	corrupção	Justiça Criminal de Londrina acata den de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
28/04/2015	Estado	Projeto da ParanaPrevidência é retirad de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
28/04/2015	corrupção	Em Londrina, esquema de corrupção n mais de 3	testemunhas, polític	Sim	não
28/04/2015	Estado	Grupo de PMS vindos de Maringá deix de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
28/04/2015	Política	Paranaense é executado por pelotão d de 0 a 1	personagens	Sim	não
28/04/2015	Política	Governador Beto Richa fala sobre a aç de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
28/04/2015	Violência	PM's e professores entram em confron de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
28/04/2015	Violência	Dia de confronto entre manifestantes e de 2'1 a 3	movimentos sociais	Sim	não
29/04/2015	Estado	Deputados votaram projeto de mudanç mais de 3	políticos	Sim	não
29/04/2015	Violência	No Centro Cívico, servidores protestarr de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
29/04/2015	Violência	Mais de duzentas pessoas ficam ferida de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Sim	não
29/04/2015	Estado	Governador Beto Richa fala sobre o co de 0 a 1	políticos	Sim	não
29/04/2015	Violência	PMs e professores entram em confront mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
29/04/2015	Violência	Sindicato dos professores fala sobre o de 0 a 1	movimentos sociais	Sim	não
30/04/2015	midiatizaçã	O PRTV faz uma reflexão sobre os acc de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
30/04/2015	Violência	Veja como estão alguns dos feridos no de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
30/04/2015	Violência	Um dia após confronto com policiais, r de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
30/04/2015	corrupção	Márcio Lima se recusa a deixar a cela j de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
30/04/2015	Estado	Manifestantes prestam solidariedade a de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
30/04/2015	Estado	Governador Beto Richa assina a lei que mais de 3	personagens	Sim	não
01/05/2015	Política	Integrantes do MST protestam nas pra de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/05/2015	Política	No Centro Cívico, manifestantes se ve mais de 3	personagens, autor	Sim	não
01/05/2015	Lazer	Cascavel comemora o 1° de Maio com de 1'1 a 2	personagens	Não	não
01/05/2015	Lazer	1° de Maio é dia de festa na Ceasa em de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/05/2015	Esporte	Prefeitura de Curitiba vai à justiça para de 1'1 a 2	políticos	Não	não
01/05/2015	Saúde	Bebê recém-nascido é abandonado pe de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
01/05/2015	Transporte	Carro bate em ônibus biarticulado em ( de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/05/2015	Saúde	Começa na segunda-feira (04) a camp de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
02/05/2015	Lazer	Paranaenses se preparam para visitar de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
02/05/2015	Educação	Nova espécie de pinha pode aumentar de 1'1 a 2	especialistas	Não	não
02/05/2015	Violência	Ladrões roubam araras do Zoológico d de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
02/05/2015	Esporte	RPC transmite grande final do Campec de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
02/05/2015	Política	Manifestantes realizam passeata contr de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/05/2015	Lazer	Conheça a história da Elizete que trans de 2'1 a 3	personagens	Não	não
02/05/2015	Transporte	Prazo para criação de novas linhas ent de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
02/05/2015	Transporte	Limites de velocidade de ruas compart de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
02/05/2015	Transporte	Acidente com ônibus deixa 15 feridos r de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/05/2015	Estado	Moradores de São José dos Pinhais re de 1'1 a 2	personagens	Não	não
04/05/2015	Violência	Imagens mostram a presença de supor de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
03/05/2015	corrupção	Em Londrina, ex-inspetor geral da Rec de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
04/05/2015	Esporte	Operário vence o Coritiba e garante o t de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
04/05/2015	Violência	Em Curitiba, jornalistas protestam conti de 1'1 a 2	personagens	Não	não
04/05/2015	Política	Líder do governo reconhece que houve de 2'1 a 3	personagens, polític	Sim	não
05/05/2015	Saúde	Em São João do Caiuá, cerca de mil p de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/05/2015	Política	Promotor Cláudio Esteves deixa o Gae de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/05/2015	corrupção	MP busca documentos para justificar c mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
05/05/2015	corrupção	Audidores envolvidos em corrupção na de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
05/05/2015	Violência	Agente penitenciário é mantido refém p de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
05/05/2015	Educação	Em Curitiba, professores protestam coi de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
05/05/2015	Estado	Governo decreta regras para o uso de de 2'1 a 3	especialistas, autori	Sim	não
06/05/2015	Educação	Ana Seres Comin é a nova secretária d de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
06/05/2015	Violência	Comando da PM reage às declarações mais de 3	personagens, autor	Sim	não
06/05/2015	Estado	Em Brasília, Comissão de Direitos Hun de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
06/05/2015	Educação	Estudantes de escolas públicas se sen de 1'1 a 2	personagens, movir	Sim	não



07/05/2015	Violência	Estudante diz que precisou ficar nua a	mais de 3	especialistas, persc	Sim	não
07/05/2015	corrupção	Investigação que apura sonegação de	ide 2'1 a 3	autoridades	Não	não
07/05/2015	Educação	Secretária de Educação se reúne com	de 1'1 a 2	autoridades, movim	Sim	não
07/05/2015	Estado	Coronel Cesar Kogut deixa o comando	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
07/05/2015	Transporte	Após protestos, é retomada a integraçã	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
07/05/2015	Transporte	Acidente envolvendo ex-deputado e qu	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
08/05/2015	Estado	Beto Richa comenta a demissão de Ko	mais de 3	personagens, polític	Sim	não
08/05/2015	Esporte	Começa o Campeonato Brasileiro de F	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
08/05/2015	Transporte	Congestionamento chega a 10 quilôme	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
08/05/2015	Estado	Governador Beto Richa pede desculpa:	de 1'1 a 2	políticos	Sim	não
09/05/2015	Esporte	Coritiba estreia contra a Chapecoense	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
09/05/2015	Violência	Equipe da RPC flagra discussão entre	ide 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/05/2015	Saúde	Atraso na entrega de novas unidades	de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
09/05/2015	Transporte	Moradores de Almirante Tamandaré re	de 0 a 1	personagens	Sim	não
11/05/2015	Lazer	Em Almirante Tamandaré, moradores r	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
11/05/2015	Violência	Vídeo mostra funcionário da Assemblei	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
11/05/2015	Estado	Nesta terça-feira (12), governo do Esta	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
11/05/2015	Transporte	Linha do transporte coletivo que ia até	ide 2'1 a 3	personagens	Sim	não
11/05/2015	Política	Grupo Laços de Apoio à Justiça faz ma	de 0 a 1	personagens	Não	não
11/05/2015	corrupção	Alberto Youssef cita políticos paranaen	de 2'1 a 3	personagens	Sim	sim
11/05/2015	corrupção	Contadores envolvidos no esquema de	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
12/05/2015	corrupção	Operação Fidúcia investiga desvio de F	de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
12/05/2015	Estado	Edson Fachin, indicado ao STJ, enfren	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
12/05/2015	corrupção	Justiça apreende carros, imóveis e má	de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
12/05/2015	Transporte	Rompimento de uma adutora interdita	ide 0 a 1	Sem entrevistados	Não	
12/05/2015	Estado	Em Matinhos, professores municipais	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
12/05/2015	mediatização	Em Curitiba, evento discute os rumos	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
12/05/2015	Educação	Governo marca nova reunião que pode	de 2'1 a 3	autoridades, movim	Sim	não
12/05/2015	corrupção	Ex-deputado André Vargas, presta dep	de 1'1 a 2	personagens, polític	Sim	não
12/05/2015	Estado	Moradores se assustam ao receber a p	de 1'1 a 2	especialistas, persc	Sim	não
12/05/2015	cultura	Obras do Centro Cultural na Vila Noss	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
12/05/2015	corrupção	Ministério Público investiga fraude no	E de 1'1 a 2	personagens	Não	não
13/05/2015	corrupção	Em Uraí, ex-secretário de obras públic	de 2'1 a 3	autoridades, polític	Não	não
13/05/2015	Estado	Carros da PM continuam parados no p	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
13/05/2015	Estado	Obras que parecem estar prontas aind	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
13/05/2015	Educação	Pais e alunos protestam em apoio aos	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
13/05/2015	Transporte	Filho de deputado estadual morre em	a de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/05/2015	Transporte	Divulgado o laudo do inquérito sobre o	de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
14/05/2015	Estado	Beto Richa encerra negociações com	p mais de 3	autoridades, movim	Sim	não
14/05/2015	corrupção	Operação Publicano: cinco auditores	fixe 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
14/05/2015	Violência	Policia militar à paisana evita assalto	n de 1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	não
14/05/2015	corrupção	Gaeco prende acusados de participar	c de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
14/05/2015	Estado	Começa nesta sexta-feira (15) o mutirã	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
15/05/2015	Lazer	Marcha para Jesus: confira as mudanç	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
15/05/2015	Transporte	Acidentes de trânsito matam duas pes	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
15/05/2015	Política	Em Londrina, jornalistas protestam con	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
15/05/2015	Estado	Professores grevistas pedem o retorno	de 2'1 a 3	personagens, movir	Sim	não
15/05/2015	corrupção	Em delação, auditor preso diz que cam	mais de 3	personagens, autor	Sim	não
15/05/2015	Violência	Moradores reclamam do aumento dos	ide 1'1 a 2	personagens	Não	não
15/05/2015	Transporte	Acidente com biarticulados deixa quatr	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/05/2015	Lazer	Cachorrinha abandonada no meio da r	mais de 3	personagens	Não	não
16/05/2015	corrupção	Para Beto Richa, depoimento de auditr	de 1'1 a 2	políticos	Sim	não
16/05/2015	corrupção	Segundo auditor da Receita, campanha	mais de 3	personagens	Sim	não
16/05/2015	Violência	Ações policiais revoltam moradores do	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
16/05/2015	Lazer	Expoingá traz diversos modelos de má	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
16/05/2015	Lazer	Fiéis realizam Marcha para Jesus em	C de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
19/05/2015	corrupção	Fernanda Richa é investigada por exig	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
19/05/2015	Estado	Governo do Estado mantém a proposta	de 2'1 a 3	políticos	Sim	sim

19/05/2015	Educação	Terça-feira (19) de manifestações nas	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
19/05/2015	Política	Agentes penitenciários anunciam greve	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
19/05/2015	corrupção	Depõe o delator que diz ter arrecadado mais	de 3	personagens, autor	Sim	não
20/05/2015	Política	Declaração do vereador que diz estar p	mais de 3	políticos	Não	não
20/05/2015	Política	Câmara de Curitiba aprova projeto de l	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
20/05/2015	corrupção	Funcionários da refinaria de Araucária	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
20/05/2015	Transporte	Em Curitiba, frota de ônibus envelhecid	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
20/05/2015	corrupção	Nota pode provar que delator comprou	de 0 a 1	personagens	Sim	não
20/05/2015	corrupção	Luiz Antônio de Souza também é proce	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
20/05/2015	Estado	Governo admite que pode chegar ao ín	de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
21/05/2015	Política	Vereador de Agudos do Sul abre mão	de 2'1 a 3	especialistas, polític	Sim	não
21/05/2015	corrupção	Auditora fiscal, Ana Paula Lima, se ent	de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
21/05/2015	corrupção	Tribunal de Justiça vai continuar com	ir de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
11/09/2015	Política	Projeto propõe equiparar salário de ver	de 2'1 a 3	especialistas, perso	Sim	sim
11/09/2015	Transporte	Aumenta o número de capotamentos n	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
11/09/2015	Transporte	Motoristas que passam por uma margi	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
11/09/2015	Educação	Grupo de idosos mostra que não tem ic	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
10/09/2015	Política	Plano Diretor de Curitiba deve ser disc	de 2'1 a 3	especialistas, autori	Não	sim
10/09/2015	cultura	Produção de orquídeas cresce e ganh	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
10/09/2015	Transporte	Taxistas de Curitiba se empenham em	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
10/09/2015	Violência	Ladrão tenta roubar carro que estava s	de 1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	não
10/09/2015	corrupção	Justiça marca para outubro o interroga	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
10/09/2015	Lazer	Meteorologistas alertam para novo risc	de 1'1 a 2	especialistas	Não	não
09/09/2015	Estado	Alta do dólar aumenta o movimento no	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
09/09/2015	Economia	Próxima safra de café deve ser duas v	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
09/09/2015	Transporte	Carro continua preso em escombros d	de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Sim	não
09/09/2015	Outro	No Paraná, mais de 112 mil pessoas fo	de 2'1 a 3	personagens, polític	Não	não
09/09/2015	Estado	Greve dos servidores do INSS complet	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
09/09/2015	Transporte	Feriado termina com 380 pessoas ferid	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
08/09/2015	cultura	Fiéis acompanham missa em homenage	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
08/09/2015	Outro	Vendaval deixa estragos em 32 cidade	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
08/09/2015	Transporte	Polícia Rodoviária registra mais de 30	r de 2'1 a 3	personagens	Não	não
08/09/2015	Outro	Temporal acompanhado de vento e gr	de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Não	não
08/09/2015	Transporte	Movimento intenso nas estradas no ret	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
07/09/2015	Transporte	Movimento é intenso na volta do feriad	de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
07/09/2015	cultura	Fãs da cantora Katy Perry montam aca	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
07/09/2015	Violência	Refugiados sírios guardam na memóri	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
07/09/2015	Esporte	Coritiba vence o Avaí e sai da ZR do C	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
07/09/2015	cultura	Desfile da Independência é marcado p	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
07/09/2015	cultura	Cavaleiros percorrem trecho de 15km	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
07/09/2015	Violência	Polícia procura por 5 homens que roub	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/09/2015	Transporte	Viatura da Polícia Civil tomba em movi	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/09/2015	Transporte	Cinco pessoas da mesma família morri	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
05/09/2015	cultura	Segunda-Feira é dia do tradicional dest	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/09/2015	Saúde	Pesquisa revela que 3 em cada 10 ado	de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	não
05/09/2015	Economia	Começou a maior feira de louças de C	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
05/09/2015	Lazer	Turistas e paranaenses aproveitam feri	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
05/09/2015	Saúde	Maternidade de Curitiba é especialista	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
05/09/2015	cultura	Museu Oscar Niemeyer traz exposição	de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
04/09/2015	Transporte	Acidente de carro deixa mais de 300 c	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
04/09/2015	corrupção	Ministério Público denuncia José Dirce	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
04/09/2015	Estado	Mais de 4 mil carros do Governo estão	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	sim
04/09/2015	Transporte	Confira o movimento nas estradas par	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
04/09/2015	Transporte	Na véspera do feriado, movimento é g	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
03/09/2015	Estado	Viaturas da PM estão paradas em Curi	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
03/09/2015	Outro	Apostadores de Guaíra levam prêmio	c de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/09/2015	Estado	Governo anuncia pacote de medidas d	de 2'1 a 3	autoridades, polític	Não	não
03/09/2015	Outro	Manifestantes protestam a favor da ca	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não

03/09/2015	Transporte	Estacionamento regulamentado vai ficar de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
02/09/2015	Política	Manifestantes usam boneco inflável do de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/09/2015	Estado	Greve dos servidores do INSS faz com de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
02/09/2015	Política	Após discussão, prefeito e vereador de de 2'1 a 3	personagens, polític	Sim	não
02/09/2015	Economia	Em tempos de crise, serviço gratuito aj de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
02/09/2015	corrupção	Empresa dos EUA aciona Justiça para de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/09/2015	Economia	Programa 'Nota Paraná' completa 1 mé de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	sim
02/09/2015	Transporte	Câmeras de vigilância registram a colis de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/09/2015	corrupção	TCE determina que prefeito de Mandiri mais de 3	testemunhas, autori	Não	não
01/09/2015	Violência	Gaeco prende duas quadrilhas que atu de 0 a 1	autoridades	Não	não
01/09/2015	Violência	Funcionários de um lar de crianças sã de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
01/09/2015	corrupção	Polícia Federal indícia o ex-ministro Jo de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
22/05/2015	corrupção	MP descobre infiltrado na investigação mais de 3	autoridades	Sim	não
22/05/2015	Saúde	Controladoria Geral da União investiga de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
22/05/2015	corrupção	Governador Beto Richa é condenado p de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
22/05/2015	Outro	Polícia Rodoviária faz maior apreensã de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/05/2015	Economia	Lei prevê que moradores de cidade oct de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
23/05/2015	Economia	Empregada doméstica ganha ação ap de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
23/05/2015	Esporte	Empregada doméstica ganha ação ap de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/05/2015	Outro	Detentos em Piraquara ficam sem visit de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
23/05/2015	Transporte	Curitiba registrou 782 acidentes com bi de 2'1 a 3	personagens	Não	não
25/05/2015	Transporte	Estatística mostra que investimentos e de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	sim
25/05/2015	Transporte	Em Fazenda Rio Grande, passageiros de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
25/05/2015	Transporte	Especialistas discutem o projeto que ai mais de 3	especialistas, persc	Não	não
25/05/2015	corrupção	Operação Lava-Jato: presos vão ser tr de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
26/05/2015	Outro	Funcionários do Tribunal de Justiça ent de 1'1 a 2	movimentos sociais	Não	não
26/05/2015	Estado	Deputados se reúnem com o Governo mais de 3	personagens, autor	Sim	não
26/05/2015	corrupção	Gazeta do Povo revela que auditores fi de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
26/05/2015	corrupção	Ministério Público investiga o deputado mais de 3	políticos	Não	não
26/05/2015	Educação	Segundo Governo, 80% das escolas e de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
27/05/2015	cultura	Museu Oscar Niemeyer recebe novas c de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
27/05/2015	Esporte	Dia do Desafio reúne pessoas para pra de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
27/05/2015	Política	Pastor Édson Praczik nega a contrataç mais de 3	políticos	Sim	não
27/05/2015	Violência	Polícia prende integrantes de quadrilha de 0 a 1	autoridades	Não	não
28/05/2015	Estado	Nesta quinta-feira (28), servidores públ de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
27/05/2015	Educação	Colégio Estadual amanhece bloquead de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
27/05/2015	Educação	Governo do Estado envia à Assembleia mais de 3	autoridades, movim	Sim	não
28/05/2015	corrupção	Denúncia aponta que deputado Edson mais de 3	políticos	Sim	não
28/05/2015	corrupção	Prefeito e vereadores de Itaperuçu tive de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
28/05/2015	Economia	Inflação atrapalha negociações entre G mais de 3	especialistas, autori	Sim	não
28/05/2015	Economia	Feira de frutas e verduras em Curitiba de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
28/05/2015	Política	Proposta de aumento do Governo não de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
28/05/2015	Economia	Curitiba teve a maior inflação do país n de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
29/05/2015	Educação	Em Curitiba, manifestantes relembram de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
29/05/2015	Outro	MST protesta e bloqueia o Contorno St de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
20/05/2015	Transporte	Em Curitiba, moradores reclamam con de 1'1 a 2	personagens	Não	não
29/05/2015	Estado	Defensoria Pública do Paraná entra co de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
29/05/2015	Violência	Ladrões são surpreendidos na hora de de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
30/05/2015	cultura	Chargistas retratam crise política do P de 2'1 a 3	personagens	Não	não
30/05/2015	Violência	Homens são presos depois de arromb de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
30/05/2015	Outro	Mãe e advogado de piloto paranaense de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
30/05/2015	Saúde	Justiça quebra sigilo de nomes de méd mais de 3	personagens	Sim	não
30/05/2015	Transporte	Nova estação tubo em frente à PUC tr de 2'1 a 3	personagens	Sim	sim
30/05/2015	cultura	Voluntários se reúnem para distribuir s de 2'1 a 3	personagens	Não	não
30/05/2015	Saúde	Consumo excessivo de sal pode ser pr de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
30/05/2015	Lazer	Feira gastronômica reúne food trucks e de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
01/06/2015	Política	Reajuste salarial dos servidores gera b de 2'1 a 3	autoridades, movim	Sim	não
01/06/2015	Transporte	Passageiros reclamam do aumento da de 0 a 1	personagens	Não	não

01/06/2015	Política	Prefeitura de Curitiba contrata empresa de	1'1 a 2	autoridades	Não	não
01/06/2015	corrupção	Ministério Público investiga conduta do	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
01/06/2015	corrupção	Em Londrina, parte de dinheiro desviado	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
01/06/2015	Esporte	Atlético vence o Joinville e assume a lic	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
01/06/2015	corrupção	Justiça condena dois deputados estadu	de 1'1 a 2	personagens, polític	Sim	não
01/06/2015	Educação	Professores voltam a protestar em Curi	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/06/2015	Outro	Cooperativas investem em segurança p	de 2'1 a 3	testemunhas, movir	Não	não
02/06/2015	Transporte	URBS decreta o fim do desconto para	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
02/06/2015	Violência	Policiais do BOPE prendem homem qu	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/06/2015	Estado	Governo rejeita proposta criada por de	mais de 3	políticos	Sim	sim
02/06/2015	Educação	Alunos se preparam para o Enem estu	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
03/06/2015	Educação	Deputados apresentam nova proposta	mais de 3	autoridades, polític	Sim	sim
03/06/2015	Política	Em Curitiba, servidores públicos grevis	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
03/06/2015	Educação	Donos de vans escolares e pequenos	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
03/06/2015	Transporte	Confirma o movimento na saída de Curi	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
04/06/2015	Saúde	Série de reportagens mostra como func	mais de 3	especialistas, persc	Não	não
04/06/2015	Educação	Secretária de Educação admite não de	de 2'1 a 3	personagens, autoridades, movimer		
04/06/2015	cultura	Fiéis percorrem as ruas de Curitiba na	de 1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	não
04/06/2015	Esporte	No RJ, Coritiba perde para o Fluminen	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
04/06/2015	Transporte	Motoristas enfrentam transtornos na Bf	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
04/06/2015	Violência	Na BR-277, peruano é preso com mais	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
04/06/2015	Transporte	Acidente entre dois carros deixa 5 mort	de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
04/06/2015	Outro	Pista do Aeroporto Internacional Afonsc	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/06/2015	Lazer	Estatística aponta que paranaenses sã	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	
05/06/2015	Saúde	Reportagem flagra comércio ilegal de r	mais de 3	especialistas, persc	Sim	não
05/06/2015	Esporte	Justiça do RJ impede que torcida orgar	de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
05/06/2015	Transporte	Motoristas desrespeitam distância de u	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
06/06/2015	Economia	Comércio se prepara para o dia dos na	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
06/06/2015	Outro	A mãe do piloto que teve o avião derrut	de 1'1 a 2	testemunhas	Sim	não
06/06/2015	cultura	Museus chamam a atenção na capital	mais de 3	especialistas, persc	Não	não
06/06/2015	Violência	Bandidos explodiram dois caixas em Si	de 1'1 a 2	testemunhas	Não	não
06/06/2015	Transporte	O desconto para quem paga a passag	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
06/06/2015	Violência	Manifestantes depredaram escultura d	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
08/06/2015	corrupção	Compra de terrenos irregulares traz pr	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
08/06/2015	Educação	Futebol: Coritiba anuncia Ney Franco	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
08/06/2015	Lazer	Começam os preparativos para a vend	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
08/06/2015	Educação	Professores marcam assembleia para	de 2'1 a 3	testemunhas, movir	Sim	não
08/06/2015	Transporte	Rua Augusto Stresser volta a ter mão	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
08/06/2015	Transporte	Na RMC, passageiros do transporte pú	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
08/06/2015	Política	Expectativa para a assembleia que irá	de 2'1 a 3	políticos	Sim	sim
08/06/2015	Transporte	Ônibus tomba e deixa 16 alunos ferido	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
09/06/2015	Transporte	Em Londrina, motoristas flagrados fura	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
09/06/2015	Política	Projeto do reajuste dos servidores públ	de 1'1 a 2	políticos	Sim	sim
09/06/2015	Economia	HSBC anuncia a venda das operações	mais de 3	especialistas, persc	Não	não
09/06/2015	Educação	Em assembleia, profissionais da educa	mais de 3	personagens, movir	Sim	sim
09/06/2015		Paraná está entre os estados que vão	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	sim
09/06/2015	Transporte	Depois de quase três anos, a Rua Aug	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
10/06/2015	Esporte	Ney Franco se apresenta na volta ao C	de 0 a 1	personagens	Não	não
10/06/2015	Educação	Estudantes e professores voltam para	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
10/06/2015	corrupção	Gaeco prende 49 pessoas na segunda	mais de 3	autoridades, polític	Sim	não
10/06/2015	Economia	Prefeitura de Curitiba aumenta arrecad	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
10/06/2015	corrupção	Foto mostra caminhão da prefeitura rec	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
10/06/2015	Política	Alep aprova em primeiro turno a propo	de 2'1 a 3	políticos	Sim	sim
11/06/2015	Economia	Inflação em Curitiba fica mais uma vez	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
11/06/2015	Lazer	Shopping de Curitiba promove sessão	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
11/06/2015	Transporte	Segunda ciclorrota é inaugurada em C	de 1'1 a 2	personagens	Não	sim
11/06/2015	corrupção	Auditor Luiz Antonio de Souza diz que	mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
11/06/2015	cultura	Fiéis garantem um pedaço do bolo de	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não

11/06/2015	Estado	Aposentadoria de ex-governadores cus de 2'1 a 3	especialistas	Não	não
11/06/2015	Estado	Secretário da Fazenda diz que há índic de 0 a 1	personagens	Sim	não
12/06/2015	cultura	Grupo de 'romeiros' partem rumo à Apæ de 2'1 a 3	personagens	Não	não
12/06/2015	Outro	Incêndio destrói pensão no centro de C de 0 a 1	personagens	Não	não
12/06/2015	corrupção	Delator diz que Luiz Abi mandava ameæ de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
12/06/2015	Esporte	Começa em Curitiba a última etapa da de 0 a 1	personagens	Não	não
12/06/2015	Lazer	Festival 'Parada Truck' começa nesta s de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
12/06/2015	Saúde	Secretaria de Saúde confirma o segunç de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
12/06/2015	Transporte	Motorista perde o controle e tem o carr de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
12/06/2015	Violência	1º Distrito Policial enfrenta superlotaçã de 2'1 a 3	movimentos sociais	Não	não
13/06/2015	Lazer	Parada Truck' reúne variedades da gas de 2'1 a 3	especialistas, persc	Sim	não
13/06/2015	cultura	Fiéis celebram dia de Santo Antônio co de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
13/06/2015	cultura	Escoteiros arrecadam agasalhos para i de 1'1 a 2	personagens	Não	não
13/06/2015	Violência	Em Santa Felicidade, população está c de 0 a 1	testemunhas, persc	Não	não
13/06/2015	Esporte	Coritiba perde para o Flamengo e conti de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/06/2015	Violência	Onda de assaltos preocupa moradores de 2'1 a 3	personagens	Não	não
16/06/2015	cultura	Aplicativo por comando de voz ajuda jo de 1'1 a 2	personagens	Não	não
14/06/2015	Política	Assembleia Legislativa estuda a possit mais de 3	políticos	Não	sim
14/06/2015	Economia	Veja como microempresários estão cor mais de 3	especialistas, persc	Não	não
14/06/2015	Política	Deputados paranaenses participaram c de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
14/06/2015	Saúde	Órgãos doados por família de rapaz ba de 2'1 a 3	especialistas	Não	não
14/06/2015	corrupção	Auditor fiscal Luiz Antônio de Souza so de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
14/06/2015	midiatizaçã	Gazeta do Povo e cinco profissionais d de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/06/2015	Saúde	Novo boletim da dengue confirma 1.28; de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
15/06/2015	Política	Tribunal de Contas envia ao TRE lista ç de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
15/06/2015	Política	Presidente da Assembleia desiste de re de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
15/06/2015	Violência	Inaugurada a Casa Mulher Brasileira er de 2'1 a 3	autoridades	Não	sim
15/06/2015	Outro	Agências do Sine em Curitiba pararam de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
15/06/2015	corrupção	Prefeitura de Curitiba diz que houve fra de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
16/06	Educação	Curso gratuito ensina como consertar c de 1'1 a 2	personagens	Não	não
16/06	Transporte	Projeto de lei quer proibir o uso de carr de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
16/06	Outro	Em Brasília, Luiz Edson Fachin toma p de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
16/06	Outro	Policial reencontra vítima de acidente q de 1'1 a 2	personagens	Não	não
16/06	Economia	Pesquisa aponta que 87% das famílias de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
16/06	Violência	Piloto paranaense nega envolvimento c de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
16/06	Transporte	Acidente entre ônibus de turismo e can de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/06	Violência	800 caixas de cigarro contrabandeadas de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/06	Estado	Prefeitura cobra na justiça R\$ 17 milhão de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
17/06	corrupção	Operação Publicano: presos prestam d de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
17/06	Estado	Secretário da Fazenda diz que contas ç de 1'1 a 2	autoridades, polític	Não	não
17/06	Economia	Mesmo com a maior arrecadação com de 2'1 a 3	especialistas, persc	Sim	não
17/06	corrupção	O ex-presidente da Câmara de Curitiba de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
17/06	Outro	Incêndio no Parolim destrói quatro cas de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/06	Esporte	Polícia Militar organiza esquema de seç de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
18/06	Educação	Governo do Paraná divulga salário de p mais de 3	personagens, movir	Sim	não
18/06	Educação	Professores e Governo do Estado se d de 2'1 a 3	personagens, movir	Sim	não
18/06	corrupção	Mais dois auditores são presos pelo Gæ de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
18/06	Violência	Presos são transferidos do 1º Distrito P de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
18/06	Outro	Vício em internet é tema da Semana E de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
19/06	Transporte	Pesquisa aponta o que incomoda os us de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
19/06		Executivos presos na Operação Lava J de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
19/06	corrupção	Gaeco indicia 112 pessoas na segunda de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
19/06	corrupção	Tribunal de Justiça nega pedido de libe de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
19/06	Esporte	Representados do Atlético-PR e Coritib de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
19/06	Transporte	Câmera flagra acidente entre uma mot de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/06	Violência	Módulos policiais estão totalmente aba de 2'1 a 3	personagens	Não	não
19/06	Transporte	Motorista de ambulância morre ao bate de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
20/06	cultura	Feiras de inverno são uma tradição par de 1'1 a 2	personagens	Não	não

20/06	Estado	Servidores públicos do estado sofrem c	de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
20/06	Lazer	Semana que vem começa mais uma e	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
20/06	Educação	Professores e alunos da rede estadual de	1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
22/06	Educação	Secretaria de Educação avalia a possit	de 2'1 a 3	personagens, polític	Sim	não
22/06	Esporte	Clássico Athletiba registra o maior públic	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
22/06	corrupção	Receita Estadual afasta auditores que	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
22/06	corrupção	Justiça aceita denúncia criminal contra	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
	corrupção	Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
22/06	Violência	Relógios e carros de luxo serão leiload	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/06	Estado	Deputados discutem o Plano Estadual	de 2'1 a 3	políticos	Não	sim
23/06	Violência	Polícia investiga quadrilha que falsifica	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/06	Transporte	Curitiba ganha novo equipamento que	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
23/06	Educação	Governo anuncia aumento no repasse	de 1'1 a 2	personagens, polític	Sim	não
23/06	Economia	Levantamento da junta comercial most	de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
23/06	Esporte	Comitê organizador seleciona voluntári	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/06	corrupção	Delator revela novo esquema de corrupç	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
23/06	Estado	Assembleia anuncia novo benefício no	de 2'1 a 3	políticos	Sim	sim
24/06	Saúde	Em Curitiba, mulher morre à espera de	mais de 3	personagens, autor	Não	não
24/06	Educação	Alunos de escola estadual de Araucária	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
24/07	Lazer	Conheça as cidades que homenageian	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
24/06	corrupção	Beto Richa defende os ex-secretários c	mais de 3	autoridades, polític	Sim	não
24/06	Educação	Conselho Estadual de Educação autori	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
24/06	Estado	Presidente da Assembleia defende o n	de 2'1 a 3	especialistas, polític	Sim	sim
25/06	Transporte	IBGE releva que motoristas e passagei	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
25/06	Educação	Escolas estaduais que custaram milhõe	mais de 3	autoridades	Não	não
25/06	Lazer	Moradores do Bairro Alto fazem projetc	de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
25/06	Outro	Curitibano é um dos ganhadores da 'Q	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
25/06	Violência	Pesquisa mostra bairros onde acontec	de 1'1 a 2	personagens, movir	Não	não
26/06	Educação	Prova de história apresenta críticas ao	mais de 3	especialistas, persc	Sim	não
26/06	corrupção	Auditor afastado do cargo há doze ano	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
27/06	Lazer	Diversão e muita alegria animam a fest	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
27/06	cultura	Fiéis realizam vigília em Curitiba	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
27/06	Transporte	Tarifas de ônibus interestaduais e inter	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	sim
29/06	Educação	Em Paranaguá, começam as aulas na	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
29/06	Saúde	Posto de saúde fica fechado porque os	de 1'1 a 2	testemunhas, autori	Não	não
29/06	Esporte	Coritiba vence o Cruzeiro, mas continu	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
29/06	Saúde	Secretário de Saúde diz há indícios de	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
29/06	Estado	MP vai processar Beto Richa, Francisc	mais de 3	autoridades, movim	Sim	não
29/06	corrupção	Empresa da família de Luiz Abi Antoun	mais de 3	autoridades, polític	Sim	não
30/06	corrupção	MP denuncia 125 pessoas na segunda	mais de 3	autoridades	Sim	não
30/06	Estado	Postos de combustíveis começam a en	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
30/06	Lazer	União de moradores transforma uma p	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
30/06	Estado	Ex-secretário da Copa está sendo inve	de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
30/06	corrupção	MP vai investigar o uso do cartão corpc	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
30/06	Transporte	Duas pessoas morrem em acidente en	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
30/06	Estado	Vereadores aprovam por unanimidade	de 1'1 a 2	políticos	Não	sim
01/07	Política	Vereadores de Curitiba devolvem carro	de 2'1 a 3	políticos	Não	não
01/07	Estado	Governador Beto Richa anuncia a aber	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/07	Estado	Os deputados começaram a discutir hc	de 2'1 a 3	políticos	Não	sim
01/07	cultura	A catedral de Maringá está passando p	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
01/07	Transporte	Prefeito Gustavo Fruet diz que o preço	de 2'1 a 3	políticos	Sim	não
01/07	Economia	Empregadores preferem contratar diari	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
01/07	corrupção	Juiz Sérgio Moro ouve oito testemunha	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/07	Transporte	Semáforos para idosos começam a fur	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
02/07		Hortifrúts à venda devem ter informaç	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
02/07	Educação	Tribunal de Contas do Estado (TCE-PF	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
02/07	Educação	Aluna cria produto biodegradável para	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
02/07	corrupção	Testemunha diz que auditores queimar	de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Sim	não

02/07	corrupção	Chega a Curitiba mais um ex-diretor da de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não	
03/07	Lazer	Começa a festa da Polenta, Frango e \de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não	
03/07	Estado	PMs contam que foram parabenizados mais de 3			Sim	não	
03/07	Violência	Em Curitiba, secretário de segurança p de	2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não	
03/07	Economia	Pesquisa mostra que comer fora de ca de	1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não	
31/07	Violência	Polícia prende homem acusado de ser de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não	
31/07	corrupção	Polícia prende advogado suspeito de a de	1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	não	
31/07	Transporte	PRF realiza blitz em busca de caminhõ de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	não	
06/07	Transporte	Governo do Paraná pretende prorrogar de	2'1 a 3	autoridades, movim	Não	não	
06/07	Lazer	Moradores reclamam do abandono e fã de	1'1 a 2	personagens	Não	não	
06/07	Violência	No Paraná, presos de delegacias são t de	1'1 a 2	personagens	Sim	não	
06/07	corrupção	Grampos telefônicos revelam como prc mais de 3			testemunhas	Sim	não
06/07	Estado	Fachin fala sobre a importância para o de	1'1 a 2	personagens	Sim	não	
06/07	corrupção	Falsas financeiras cobram antecipadan de	2'1 a 3	testemunhas, persc	Não	não	
07/07	Saúde	Em breve, Paraná deve ser responsáv de	2'1 a 3	autoridades	Não	não	
07/07	Educação	TC responsabiliza funcionários da Secr mais de 3			Sem entrevistados	Sim	não
07/07	Estado	Paralisação dos servidores do INSS pr de	1'1 a 2	personagens	Não	não	
07/07	Economia	No Paraná, conta de água deve subir e de	1'1 a 2	personagens, autor	Não	não	
07/07	corrupção	MP denuncia ex-funcionários e ex-diret de	2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não	
07/07	Esporte	Atlético-PR deve entregar à Prefeitura ( de	1'1 a 2	autoridades	Sim	não	
07/07	Política	Deputados aprovam os índices de reaji de	1'1 a 2	políticos	Sim	não	
08/07	Estado	Paralisação do INSS continua em Curit de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não	
08/07	Violência	Carcereiro é atacado ao tentar impedir de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não	
08/07	Economia	Especialista em economia doméstica d de	1'1 a 2	especialistas, persc	Sim	não	
08/07	Transporte	Avenida Sete de Setembro é onde mai de	2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não	
08/07	Educação	Escola que atende crianças de graça p mais de 3			personagens	Não	não
09/07	corrupção	MP-PR investiga sistema de bilhetagen de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não	
09/07	Violência	Ladrões invadem a casa do ex-vice-go de	1'1 a 2	personagens	Não	não	
09/07	Violência	Polícia prende quadrilha que fazia 'gatc de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não	
09/07	Educação	Engenheiros confirmam fraudes na cor mais de 3			autoridades	Sim	não
09/07	Lazer	Food Trucks' ganham liberação para fu de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não	
10/07	cultura	Milhares de brasileiros cruzam a fronte de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não	
10/07	Saúde	Pacientes de hospital ganham surpresa de	1'1 a 2	personagens	Não	não	
10/07	Lazer	14° Festival Internacional de Hip Hop a de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não	
10/07	Violência	Em Maringá, frentista atropela assaltan de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não	
10/07	Lazer	Começa nesta sexta-feira (10) a Festa de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não	
10/07	Outro	Chuva de granizo assusta moradores n de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não	
10/07	corrupção	Justiça aceita denúncia contra 125 inve de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não	
10/07	Violência	Guarda Municipal é morto depois de ur de	1'1 a 2	personagens, autor	Não	não	
11/07	Violência	Vandalismo ameaça inscrições rupestr de	2'1 a 3	especialistas	Não	não	
11/07	Saúde	Remédio promete ajudar pacientes que de	2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não	
11/07	Esporte	Paraná Clube perde em casa para o Vi de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não	
11/07	cultura	Milhares de fiéis acompanham a visita de	1'1 a 2	personagens	Sim	não	
11/07	Economia	Com excesso de imóveis, mercado de de	2'1 a 3	personagens, movir	Não	não	
11/07	Violência	Vídeo mostra momento em que guarda de	2'1 a 3	personagens	Sim	não	
13/07	Saúde	Adolescente que precisava de um tran de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não	
13/07	corrupção	Prefeito de Ibema é preso por suspeita de	2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não	
13/07	Violência	Já foram divulgadas as imagens do su de	1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não	
13/07	Outro	Depois da chuva de granizo, moradore de	1'1 a 2	especialistas, persc	Sim	não	
13/07	Estado	Centro integrado de monitoramento da de	1'1 a 2	autoridades	Não	não	
13/07	Violência	Flagrante mostra motorista de ônibus a de	1'1 a 2	personagens	Não	não	
	Transporte	Diminui o número de multas para moto de	2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não	
14/07	Economia	Economista dá dicas para evitar endiv de	2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não	
14/07	Política	Assembleia Legislativa gasta mais que mais de 3			personagens, polític	Não	sim
14/07	Outro	Tornado provoca estragos em Francisc de	2'1 a 3	personagens	Sim	não	
14/07	Violência	Bandidos armados com fuzis assaltam de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não	
15/07	Economia	Programa 'Minha Casa Minha Vida' ter de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	não	
15/07	Economia	Comércio investe na criatividade e em de	2'1 a 3	personagens	Não	não	

15/07	Outro	Tornado que atingiu Francisco Beltrão (de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
15/07	corrupção	Gaeco prende dois secretários municip de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
15/07	Violência	A tecnologia e amizade de vizinhos ajuda de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
15/07	Violência	Polícia procura assaltantes que roubar: de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
15/07	Transporte	BR-376 fica interditada por quase 3 hor de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/07	Outro	Após chuva, parte de casa desaba em de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/07	Transporte	Operação da polícia flagra 12 pessoas de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/07	corrupção	Após pressão popular, vereadores de 5 de 2'1 a 3	personagens, polític	Não	sim
16/07	Outro	Paraná registra cerca de 200 mil raios i de 1'1 a 2	especialistas	Sim	não
16/07	Estado	Governador encaminha projeto à Asser de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	sim
04/07	Saúde	Testes com células tronco conseguem de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
04/07	cultura	Museu abre exposição de empresas q: mais de 3	autoridades	Não	não
04/07	Outro	Encontro reúne boas ideias e oportunid de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
04/07	corrupção	Testemunha diz que servidores honest: de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Sim	não
04/07	Transporte	Prefeitura aguarda decisão para compr de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
04/07	Outro	Operadoras de celular não podem mais: de 2'1 a 3	especialistas, persc	Sim	não
17/07	Outro	'Geada Negra' completa 40 anos de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/07	Violência	Dentista presa com drogas e armas no de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
17/07	Saúde	Hospital de Clínicas fecha 25 leitos de l de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
17/07	Outro	Chuvas atingem o dobro da média de l de 2'1 a 3	especialistas, persc	Sim	não
17/07	corrupção	Em Londrina, entidades pedem ao TJ j: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
17/07	Transporte	Alagamento bloqueia a BR-153 na entr de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/07	Transporte	Em Curitiba, donos de vans de transpo de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/07	Economia	Concorrência dos importados atrapalha de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/07	Outro	Curitiba tem a sua primeira 'Street Stor de 2'1 a 3	personagens	Não	não
18/07	Lazer	Cerca de 1 milhão de pessoas passara de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
18/07	Educação	Alunos reclamam de estrutura precária de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
18/07	Saúde	Demora no atendimento das unidades : de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
20/07	Esporte	Jogo entre Atlético-PR e Chapecoense de 1'1 a 2	personagens	Não	não
20/07	Política	Em Curitiba, licitação de café fica mais de 2'1 a 3	especialistas	Sim	não
20/07	Estado	Governo do Paraná tenta receber impo de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
20/07	Violência	Bombeiros seguem buscas por casal p de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
20/07	Política	Eleitora de Santo Antônio da Platina vir de 1'1 a 2	personagens	Sim	sim
20/07	Economia	Mesmo com o volume de chuvas acima: de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
20/07	Política	Câmara de Araucária aprova aumento de 1'1 a 2	políticos	Não	não
20/07	Transporte	Motorista invade posto de combustíveis: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/07	Política	Gustavo Fruet participa de encontro de de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
20/07	Economia	Preços das hortaliças disparam nas fei: de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
21/07	corrupção	Polícia prende cinco envolvidos no esq: mais de 3	autoridades	Sim	não
21/07	Violência	Câmeras de segurança mostram por o: de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
21/07		Em Curitiba, quadrilha entra em hospitz: de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
21/07	Transporte	Helicóptero da Polícia Militar cai em Lo de 1'1 a 2	especialistas	Não	não
21/07	Política	Beto Richa inaugura em Ponta Grossa, de 0 a 1	políticos	Não	não
21/07	Outro	Bombeiros resgatam grupo que se per: de 0 a 1	testemunhas	Sim	não
22/07	Economia	Pesquisa mostra que os curitibanos est: de 1'1 a 2	especialistas, persc	Sim	não
22/07	Saúde	Secretaria da Saúde diz que apenas 3% de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
22/07	Política	Proposta de redução do número de ver: de 1'1 a 2	personagens	Sim	sim
22/07	Violência	Assaltos constantes preocupam comer de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
22/07	Outro	Desenhos em forma de círculos aparec: de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
22/07	corrupção	Tribunal de Contas investiga prefeitura: de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
22/07	Violência	Começa mais uma etapa da operação de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
23/07	Violência	Investigação da morte do procurador d: de 1'1 a 2	testemunhas	Sim	não
23/07	Economia	No Paraná, criação de frango está em : de 2'1 a 3	personagens	Não	não
23/07	Outro	Jacaré aparece em Matinhos e assusta: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/07	Economia	Construção Civil demite mais e contrat: de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
23/07	corrupção	Delegado pede prorrogação da prisão ( de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
23/07	Transporte	Manifestantes bloqueiam trânsito no C: de 0 a 1	movimentos sociais	Não	não
23/07	Violência	Guarda Municipal pede reforço após fic de 1'1 a 2	personagens	Não	não



23/07	Violência	Ameaça de bomba bloqueia trânsito no de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/07	corrupção	Ministério Público pede afastamento de de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/07	corrupção	Ministério Público Federal indicia 22 na de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
24/07	Saúde	Conheça a história de dois transplantar mais de 3	especialistas, perso	Não	não
24/07	corrupção	Justiça prorroga prisão de envolvidos n mais de 3	políticos	Sim	não
24/07	Economia	Em tempo de crise consumidor está op de 1'1 a 2	especialistas, perso	Não	não
24/07	Saúde	Secretaria de Saúde conclui investigaç: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
25/07	Transporte	Obras em duas rodovias na região de ( de 1'1 a 2	personagens	Não	não
25/07	corrupção	Sócias de empreiteira investigada deix: de 1'1 a 2	testemunhas	Sim	não
25/07	cultura	Motorista comemoram o dia de São Cri de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
25/07	Economia	Empresas que investem em propostas de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
25/07	Economia	Alguns setores estão buscando alterna mais de 3	personagens, movir	Não	não
27/07	Violência	No PR, polícia desmonta quadrilhas es de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
27/07	Transporte	Alerta aos passageiros que usam o Me de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
27/07	Outro	Eleitores reclamam da demora para o r de 2'1 a 3	personagens	Não	não
27/07	Esporte	Jovens jogadores do Coritiba e Atlético de 1'1 a 2	personagens	Não	não
27/07	Violência	Polícia recaptura 29 dos 64 presos que de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
27/07	Violência	Polícia prende comerciante que usava de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
27/07	Transporte	Em Pinhais, moradores reclamam da f: de 2'1 a 3	personagens	Não	não
27/07	Transporte	Funcionários da Urbs não recebem os salários e e	movimentos sociais	Não	não
28/07		Caminhoneiro bate em outro caminhão de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/07	Transporte	Caminhoneiro bate em outro caminhão de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/07	Transporte	Greve dos servidores da Urbs e Setran de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
28/07	corrupção	Polícia Federal deflagra a 16ª fase da ( de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
28/07	corrupção	TCE multa ex-prefeito que mandou em de 1'1 a 2	políticos	Sim	não
28/07	Transporte	Moradores encontram rua onde moram de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
28/07	Violência	Dois cobradores são presos após simu de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/07	Economia	Em tempos de crise econômica, consu de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
28/07	corrupção	Em Londrina, auditores fiscais são inve de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
28/07	Transporte	Acidente na Av. Manoel Ribas deixa urr de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
29/07	Violência	Polícia investiga a morte de um morad: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
29/07	Violência	Policiais Civis fazem homenagem a col de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
29/07		Máquina de remarcação de preço está de 2'1 a 3	personagens	Não	não
29/07	Política	Confronto entre PM e manifestantes nc de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
29/07	Economia	Sanepar anuncia reajuste extraordinári de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
29/07	corrupção	Maurício Fanini e Eduardo Lopes deve: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
29/06	Violência	Dia Mundial de Combate ao Tráfico de de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
01/08	Violência	Polícia prende três suspeitos de roubo de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/08	Outro	Prefeitura de Curitiba é multada em 20 de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
01/08	Economia	Pesquisa aponta que tem mais gente d de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
01/08	Estado	Começa em agosto o pagamento do lic de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/08	Saúde	Surto de gripe H1N1 causa tumulto na de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/08	Violência	Moradores e comerciantes estão preoc de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
01/08	Violência	Preso no interior de São Paulo o assas de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
01/08	Educação	Prefeitura pretende agilizar obras para de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
03/08	Estado	Programa 'Nota Paraná' incentiva o cor de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
03/08	Outro	Programa da Prefeitura de Curitiba troc de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
03/08	Esporte	Atlético-PR e Coritiba apostam nosartil de 1'1 a 2	personagens	Não	não
03/08	Economia	Bancários protestam contra a venda dc de 1'1 a 2	especialistas	Sim	não
03/08	corrupção	Presos da Operação Lava Jato devem de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
03/08	Transporte	Número de multas de trânsito diminui e de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
03/08	Violência	Preso o jovem apontado como autor dc de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
04/08	Política	Eleitores pressionam a redução dos sa de 2'1 a 3	personagens	Sim	sim
04/08	Política	Começam as consultas públicas, que d de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	sim
04/08	corrupção	Ex-ministro José Dirceu chega a sede ( de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
04/08	Estado	Centro Integrado de Comando e Contr: de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
04/08	Estado	Assembleia Legislativa abre concurso ç de 1'1 a 2	políticos	Não	não
04/08	Transporte	Passageiros que circulam por Curitiba ( de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não

04/08		Gaeco deve recorrer da decisão da jus de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
04/08	Transporte	Acidente entre dois caminhões deixa o de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/08	Economia	Preço da carne de boi aumenta e mudã de 2'1 a 3	personagens	Não	não
05/08	corrupção	Ex-prefeito da Região Metropolitana é ( mais de 3	autoridades	Não	não
05/08	Estado	Governo do Paraná deve lançar novo p de 1'1 a 2	políticos	Sim	sim
05/08	Transporte	Começa a funcionar nesta quinta-feira de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
05/08	Política	OAB pede mudanças nos portais da trã de 2'1 a 3	autoridades	Não	sim
05/08	Violência	Policiais fecham uma loja que vendia fr de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
06/08	Estado	Consumidores relatam dificuldade para de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
06/08	corrupção	Justiça bloqueia bens do deputado Eds de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
06/08	Saúde	Médico dá dicas para evitar problemas de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
06/08	Transporte	Caminhão em alta velocidade quase pr de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
06/08	Violência	Polícia prende suspeitos de assassinar de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
06/08	Transporte	Passageiros encontram dificuldades pã mais de 3	personagens	Sim	não
07/08	Outro	Pequeno Cotelengo homenageia funci de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
07/08	Economia	Pesquisa mostra que os filhos estão gã de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
07/08	Economia	Economistas dizem que pedido de des de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
07/08	Transporte	Vales de papel voltam a valer na RMC de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
07/08	Transporte	Acidente com um caminhão interdita p de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
08/08	Economia	Shopping fica lotado na véspera do Dia de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
08/08	Política	Quatro vereadores são afastados da C de 2'1 a 3	autoridades, polític	Não	não
08/08	Transporte	Manifestantes bloqueam parcialmente l de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
10/08	Violência	Promotora do MP é lavada para delega mais de 3	personagens, autor	Não	não
10/08	Esporte	Coritiba lamenta derrota e Atlético-PR ( de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
10/08	Violência	Polícia prende quadrilha que roubava c de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
10/08	corrupção	Pesquisa aponta que órgãos públicos s de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
10/08	Educação	Restauração de 15 mil livros da bibliote de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
10/08	Transporte	Passageiros da RMC estão tendo probl de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
10/08	Transporte	Início da construção do metrô de Curitiba de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
11/08	Política	Deputado Pastor Edson Praczyk faz inã mais de 3	especialistas, autori	Sim	não
11/08	Estado	Venda de impressoras que emitem not de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
11/08	corrupção	22 obras de arte são apreendidas na 1' de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
11/08	Política	Em Jacarezinho, salário de futuros verã de 2'1 a 3	personagens, polític	Sim	sim
11/08	Transporte	Em Curitiba, só neste ano, já acontece de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
12/08	Violência	Polícia fecha uma fábrica de cerol e faz de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
12/08	Estado	Greve dos funcionários do INSS prejud de 2'1 a 3	personagens, movir	Sim	não
12/08	Violência	Motociclista perde controle da direção ( de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
12/08	Esporte	Atlético tem até esta quinta-feira (13) p de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
12/08	Economia	Comerciantes faturam com o calor fora de 1'1 a 2	personagens	Não	não
12/08	Transporte	Radares flagram motoristas desrespeit de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
12/08	Política	Assembleia discute dois projetos que p de 2'1 a 3	políticos	Não	não
13/08	Política	Mobilização nas redes sociais pede rec de 2'1 a 3	personagens, polític	Não	sim
13/08		Padre debate com fiéis o valor dos salã de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
13/08	Economia	Construção civil tem queda de vendas ( de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
13/08	Economia	Famílias enfretam problemas com imó de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
13/08	Violência	Taxista é preso em Paranaguá suspeito de 1'1 a 2	testemunhas	Não	não
13/08	corrupção	Operação Lava Jato investiga Ministéri de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
13/08	Transporte	Só neste ano, mais de 21 mil pessoas l de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
14/08	Política	Custo da atividade de vereador ultrapã de 2'1 a 3	especialistas	Sim	sim
14/08	Transporte	Transporte de peças gigantes deixa o t de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/08	Outro	Mercado de produtos orgânicos cresce de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
14/08	Saúde	Começa neste sábado (15) a campañ de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/08	Economia	Comerciantes do litoral estão satisfeito de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
14/08	Outro	Casal cria proposta de almoço colaborã de 2'1 a 3	personagens	Não	não
14/08	Outro	Invasão de porcos do mato e capivaras de 2'1 a 3	personagens	Não	não
15/08	Violência	Polícia Rodoviária Federal prende 2 m de 0 a 1		Não	não
15/08	Outro	Na Lapa, câmeras instaladas em árvorã mais de 3	especialistas, autori	Não	não
15/08	Economia	Paranaenses cortam gastos com alime de 2'1 a 3	personagens	Não	não

15/08	Saúde	Começou hoje a campanha de vacinação de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
15/08	Lazer	Conheça a Food Bikes, bicicleta adaptada de 1'1 a 2	personagens	Não	não
15/08	Saúde	Consultório de rua auxilia moradores do de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
17/08	Esporte	Confira os destaques da última rodada de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
17/08	Economia	Mesmo em tempos de crise, empresários de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Sim	não
17/08	Estado	Protesto contra a presidente Dilma lota de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/08	corrupção	Três pessoas são condenadas na Operação de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
17/08	Saúde	Enfermeiro é indiciado pela morte de um de 2'1 a 3	autoridades, políticos	Sim	não
17/08	Estado	Tribunal de Contas investiga gastos incorridos de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
17/08	Estado	Programas do Governo e da Prefeitura de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Sim	não
18/08	Lazer	Ipês colorem a capital paranaense e arredores de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/08	Violência	Homem preso com carteira de habilitação de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
18/08	Outro	Volta a chover no Paraná de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/08	Política	Após pressão popular, vereadores desistiram de 2'1 a 3	personagens, políticos	Sim	sim
18/08	Transporte	Passageiros reclamam da demora para sair de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
18/08	Violência	Polícia Civil investiga rede de exploração de 2'1 a 3	testemunhas, pessoas	Não	não
18/08	Outro	Começam as inscrições de projetos para de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
19/08	Estado	Gera polêmica a lei que dá mais liberdade de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
19/08	Economia	Consumidores apostam em marcas próprias de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
19/08	cultura	Coral de crianças carentes leva música de 2'1 a 3	personagens	Não	não
19/08	Transporte	Motoristas de vans e ônibus protestam de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/08	Economia	Com a alta do dólar, comerciantes desistem de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
20/08	Política	Vereadores da Curitiba apresentaram projeto de 2'1 a 3	especialistas, políticos	Não	não
20/08	Economia	Em tempos de crise, consumidores evitam de 1'1 a 2	personagens	Não	não
20/08	Estado	Manifestantes fazem passeata em apoio de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
20/08	Saúde	Adolescente com doença rara no fígado de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
20/08	Violência	Bandidos invadem Fórum Eleitoral de Foz de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
20/08	Violência	Polícia encontra corpo de uma mulher morto de 0 a 1	autoridades	Não	não
20/08	corrupção	Justiça bloqueia bens de ex-vereador do de 2'1 a 3	testemunhas, pessoas	Não	não
20/08	Economia	Na busca de estabilidade profissional, candidatos de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
21/08	Violência	Ladrões assaltam creche da prefeitura de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/08	Saúde	Em Curitiba, dentistas voluntários atendem de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
22/08	cultura	Termina neste sábado (22) a Bienal de Arte de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
22/08	Lazer	Crianças se divertem a moda antiga em mais de 3	personagens	Não	não
22/08	Outro	Enterro do humorista Willmutt será neste de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/08	Educação	Aula diferente surpreende alunos de Curitiba de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
24/08	Esporte	Coritiba abre o turno com vitória sobre o de 1'1 a 2	testemunhas, pessoas	Sim	não
24/08	Violência	Suspeito de matar três em encontro de de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/08	Violência	Veículos roubados no Paraná são usados de 2'1 a 3	testemunhas, autoridades	Não	não
24/08	Violência	Professores e alunos do IFPR protestam de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/08	Transporte	Técnicos da Secretaria de Trânsito condenam de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/08	Violência	Carreta roubada é apreendida, em Curitiba de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/08	Educação	Tribunal de Contas apresenta relatório de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
25/08	Transporte	Cartão Metrocard começa a ser entregue de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
25/08	corrupção	Gaeco investiga vice-prefeito de Cascavel de 0 a 1	políticos	Não	não
25/08	corrupção	Documentos apontam envolvimento de de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
25/08	Saúde	Cerca de seis toneladas de camarão foram de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
25/08	Política	Manifestantes protestam por redução dos de 0 a 1	personagens	Sim	sim
25/08	Violência	Três presos fugitivos, morrem durante o de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
25/08	Saúde	Prefeitura afasta enfermeiro indiciado por de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
25/08	Política	Vereadores aprovam a volta da venda de de 2'1 a 3	autoridades, políticos	Não	sim
26/08	corrupção	No Paraná, Câmara com despesas suspeitas de 2'1 a 3	testemunhas, pessoas	Sim	não
26/08	Saúde	Ação promove serviços de saúde e cidadania de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
26/08	Economia	Em Curitiba, feira de imóveis promete reaquecer de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
26/08	Política	Adiada a votação do projeto que autoriza de 2'1 a 3	autoridades, políticos	Sim	sim
26/08		Passageiros ainda enfrentam dificuldades de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
26/08	Violência	Em Tijucas do Sul, van com adesivo de de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
26/08	corrupção	Justiça homologa acordo de colaboração de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não

27/08	Outro	Temporal derruba circo em Ponta Gros de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
27/08	Transporte	Prefeitura de Curitiba estuda reduzir lirr de	1'1 a 2	especialistas, persc	Não	sim
27/08	Outro	Araucárias são derrubadas de forma ilc de	2'1 a 3	autoridades	Não	não
27/08	Violência	Moradores da área rural de São José d de	1'1 a 2	personagens, polític	Não	não
27/08	Outro	Temporal atinge Paraná e causa estraç de	2'1 a 3	personagens	Não	não
27/08	Outro	Temporal deixa casas sem energia elé de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
28/08	Outro	População em Curitiba cresceu 7% em de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/08	Saúde	Pai de adolescente se revolta após der de	2'1 a 3	testemunhas, autori	Sim	não
28/08	corrupção	Alberto Youssef presta depoimento sot mais de	3	Sem entrevistados	Sim	não
28/08	Outro	IAP aplica multa ao dono da área onde de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
28/08	corrupção	Ministério Público Federal pede a cond de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
28/08	Transporte	Motoristas de taxi protestam e fecham de	2'1 a 3	personagens, polític	Não	sim
28/08	Violência	Bandidos roubam carros de concessior de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
29/08	Outro	Curitiba e RMC tem mais de 10 mil vag de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
29/08	Economia	Comerciantes e autônomos sentem im mais de	3	personagens	Não	não
29/08	Economia	Feira em Curitiba é oportunidade para id de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
29/08	Educação	Professores se reúnem em Curitiba em de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
29/08	Outro	Ação fecha vagas de estacionamento r de	2'1 a 3	especialistas, persc	Não	sim
29/08	Política	Lei proíbe reforça responsabilidade de de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
31/08	Esporte	Veja os destaques da 21ª rodada do C de	1'1 a 2	personagens	Não	não
31/08	corrupção	Ex-ministro José Dirceu fica em silênci de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
31/08	Transporte	Carreta com mais de 40 mil litros de et de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
31/08	Economia	Moradores de Curitiba madrugam na fil de	1'1 a 2	personagens	Não	não
31/08	Educação	Estudantes da UFPR protestam contra de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
31/08	Saúde	Aumenta o número de focos da dengue de	1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
31/08	Economia	Começa a valer a partir desta terça-feir de	2'1 a 3	especialistas, persc	Sim	sim
31/08	Transporte	Enterrados nesta segunda-feira (31) os de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
14/09	corrupção	Em Apucarana, câmera de segurança l mais de	3	autoridades	Não	não
14/09	Outro	Novo milionário da Mega-Sena retira o de	1'1 a 2	personagens	Não	não
14/09	Violência	Morte da fisiculturista Renata Muggiati de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/09	Esporte	Atlético e Coritiba vão mal na rodada d de	1'1 a 2	personagens	Sim	não
14/09	Violência	Polícia Civil prende quadrilhas acusada de	1'1 a 2	autoridades	Não	não
14/09	Transporte	Blitz de trânsito para motoristas na saic de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/09	Política	Vereadores rejeitam projeto para libera de	2'1 a 3	autoridades, polític	Sim	sim
15/09	Saúde	Primeiros aprovados no concurso da E de	1'1 a 2	autoridades	Não	não
15/09	corrupção	Juiz Sérgio Moro aceita denúncia contr de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
15/09	corrupção	Empreiteiras que fizeram obras na Rep de	2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
	Estado	Consumidores se assustam ao receber de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
15/09	corrupção	Em Londrina, juíza é afastada por susp de	2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
15/09	Violência	Homem é preso transportando cocaína de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/09	Economia	Brasileiros buscam trabalhos alternativ de	2'1 a 3	personagens	Não	não
16/09	Educação	Estudantes desocupam prédio da UFPR de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
16/09	Saúde	Família espera que uma decisão da Ju mais de	3	personagens, autor	Não	não
16/09	corrupção	Corregedoria descobre desvio milionári de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
16/09	Transporte	Caminhoneiro é preso depois de derrubar pacotes		Sem entrevistados	Não	não
16/09	Política	Deputados começam a discutir o pacot de	2'1 a 3	políticos	Não	sim
17/09	Estado	OAB diz que decreto para pagamento c de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
17/09	Violência	Rapaz é detido por homem após roubo de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/09	Educação	Alunos deixam reitoria da UFPR depois de	0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
17/09		Cantor britânico Rod Stewart se aprese de	1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
17/09	corrupção	Justiça faz a primeira condenação na C mais de	3	autoridades	Sim	não
17/09	Transporte	Sindicato de empresas de ônibus entra de	2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
17/09	Outro	Termômetros registram 30,2°C nesta q de	0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/09	Saúde	Campanha Setembro Verde de Consci de	2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
18/09	Outro	Neblina encobre a pista do Aeroporto Afonso Penz		Sem entrevistados	Não	não
18/09	Transporte	Passageiros da linha de ônibus Inter 2 de	2'1 a 3	personagens	Não	sim
18/09	Transporte	Prefeitura diminui limite de velocidade r de	2'1 a 3	especialistas, persc	Não	sim
18/09	Economia	Oab, Fiep e Fecomércio lançam campz de	0 a 1	movimentos sociais	Não	sim

18/09	Saúde	Demora no atendimento dificulta vida d mais de 3	personagens	Não	não
19/09	cultura	Conheça uma comunicação diferente u de 2'1 a 3	especialistas	Não	não
19/09	midiatizaçã	Conheça novo aplicativo da RPC de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/09		Órfãos africanos apresentam coral no f de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
19/09	Lazer	Ópera de Arame recebe limpeza no fin: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/09	Saúde	Voluntários ajudam pessoas a superar de 2'1 a 3	personagens	Não	não
19/09	Saúde	Campanha criada na internet tenta muc de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	não
19/09	Lazer	Calor moviment a final de semana dos i de 1'1 a 2	personagens	Não	não
19/09	Economia	Preços de carnes em Cascavel assust: de 2'1 a 3	especialistas, perso	Sim	não
21/09	corrupção	Novas denúncias envolvem mais uma   mais de 3	personagens, autor	Não	não
21/09	Política	No Paraná, prefeituras fecham as port: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/09	Política	Reunião discute o fim da greve dos col: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
21/09	corrupção	Justiça manda prender dois auditores f de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
21/09	Esporte	Coritiba vence o Atlético no clássico de de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
21/09	corrupção	Juiz Sérgio Moro manda prender mais   de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
22/09	Lazer	Crianças portadoras de deficiência gan de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	sim
22/09	corrupção	Polícia apreende bens avaliados em R\$ mais de 3	autoridades	Sim	não
22/09	corrupção	Polícia Federal investiga contratos do l: mais de 3	autoridades	Sim	não
22/09	corrupção	Justiça condena o ex-deputado André \ de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
23/09	Outro	Meteoro surpreende moradores no inte de 2'1 a 3	especialistas, tester	Não	não
23/09	Violência	Câmeras de segurança registram assa de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
23/09		Obras de revitalização das praças Osw de 2'1 a 3	personagens	Não	não
23/09	Política	Deputados aprovam mais um pacote d: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	sim
24/09	Educação	Escola se destaca em pesquisa que av mais de 3	especialistas, perso	Não	não
24/09	Economia	Indústria de alimentos saudáveis apost de 2'1 a 3	personagens	Não	não
24/09	corrupção	Ex-vereador João Cláudio Derosso ter: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/09	Violência	Ladrões invadem estacionamento e rot: de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/09	Economia	Em Curitiba, comerciantes se preparam de 2'1 a 3	personagens	Não	não
24/09	Violência	Calor faz aumentar o número de afoga: de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
25/09	Violência	Operação prende uma quadrilha que e: de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
25/09	Violência	Menino de seis anos é atingido por vas de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
25/09	cultura	Acontece neste sábado (26) o maior fe de 1'1 a 2	personagens	Não	não
25/09	Violência	Polícia prende quadrilha que distribuía de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
25/09	Política	Ex-deputado Fábio Camargo pode reto de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
25/09	Estado	Servidores do INSS encerram greve nc de 2'1 a 3	personagens, movir	Sim	não
25/09	corrupção	Relatório da PF aponta que conselheirc mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
26/09	cultura	São José dos Pinhais recebe dois gran mais de 3	personagens	Sim	não
26/09	Educação	Projeto estimula a leitura há 40 anos de 2'1 a 3	personagens	Não	não
26/09	Violência	Polícia prende o namorado da fisicultur de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
26/09	Lazer	Museu sobre a história do sistema peni de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
26/09	cultura	A chegada da primavera é comemorad de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
26/09	Outro	Aumentam denúncias de injúrias racia: de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
28/09	Violência	Secretário de trânsito e segurança de ξ de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
28/09	Economia	Mesmo em tempos de crise, pequenos de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	não
28/09	Esporte	Técnicos provisórios estão no comand: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
28/09	Transporte	Passageiros que passam pelo terminal de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
28/09	Outro	Temporal causa prejuízos para centen: de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
28/09	cultura	Começa a semana literária, em Curitiba: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
29/09	Política	Deputados aprovam pacote anti-crise c de 1'1 a 2	políticos	Sim	sim
29/09	Violência	Em Palotina, presos montam piscina ir de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
29/09	Lazer	Fãs começam a chegar na Pedreira Pa de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
29/09	Transporte	Redução da velocidade no centro da ci de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	sim
29/09	corrupção	Ministério Público exige que vereadore: de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
29/09	Transporte	Escola pública de trânsito é inaugurad: de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
30/09	Saúde	Pacientes internados no Hospital do Id: de 1'1 a 2	especialistas, perso	Não	não
30/09	corrupção	Museu Oscar Niemeyer recebe mais ur de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
30/09	Transporte	Mais de 300 mil motoristas foram mult: de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
30/09	Estado	Começam a valer nesta quinta-feira (0' de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	não

30/09	Estado	Governador Beto Richa entrega o orçã de 1'1 a 2	políticos	Não	sim
30/09	Violência	Ladrões arrombam armazéns da famíli de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
01/10	corrupção	Manifestantes se reúnem em ato a fav de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/10	Estado	Aplicativo da Copel ensina como podar de 2'1 a 3	especialistas	Não	não
01/10	Estado	Servidores do INSS voltam ao trabalho de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
	Outro	Após oito meses de espera, carro que ide de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
01/10	Outro	Doações chegam ao Haiti depois de pe de 2'1 a 3	testemunhas	Não	não
01/10	Economia	Dólar em alta é oportunidade para emp de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
01/10	Educação	Creches novas estão fechadas por falt mais de 3	personagens, autor	Não	não
01/10	Lazer	Mercado Municipal de Curitiba recebe € de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/10	Violência	Corpo da modelo Renata Muggiati é ex de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/10	Outro	Calor faz crescer o consumo de água, ide de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
02/10	Educação	Alunos decidem aprender a linguagem de 2'1 a 3	personagens	Não	não
02/10	Estado	Ligações nos orelhões da OI serão de ide de 2'1 a 3	personagens	Não	não
02/10	Economia	Empresa cria usina móvel que facilita a de 2'1 a 3	personagens	Não	não
02/10	Política	Votação para a escolha dos novos con de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/10	Outro	Temporais destroem casas e inundam mais de 3	testemunhas, persc	Não	não
03/10	cultura	A Luz do Mundo é o tema da Bienal Int de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
03/10	Saúde	Feira vegana reúne várias opções para de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
03/10	Política	Ocorre neste domingo a eleição para e de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
03/10	Economia	Sebrae promove evento para quem quide de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
03/10	Saúde	Grupo de voluntários faz mutirão para r de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/10	Violência	Operação conjunta prende bandidos ql de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
05/10	Violência	Veja a primeira reportagem da série 'M mais de 3	políticos	Não	não
05/10	Esporte	Atlético-PR começa a semana com um de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
05/10	Economia	Pequenos negócios ajudam o consumi de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
05/10	Transporte	Passageiros se arriscam para pegar ôr de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
05/10	Política	Projeto que muda eleição dos diretores de 1'1 a 2	políticos	Não	sim
06/10	Transporte	Moradores reclamam da constante circ de 2'1 a 3	personagens	Não	não
06/10	Economia	Preço do álcool sobe junto ao preço da de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
06/10	Violência	Confira a segunda reportagem da série mais de 3	personagens	Sim	não
06/10	Estado	Bancários entram em greve nesta terç de 1'1 a 2	personagens	Não	não
06/10	Violência	Presos fazem rebelião na Penitenciária de 1'1 a 2	personagens	Não	não
07/10	Violência	Polícia prende quadrilha que sequestro de 1'1 a 2	testemunhas, autori	Não	não
07/10	Política	Vereadores de Paranaguá entram com de 2'1 a 3	personagens, polític	Não	não
07/10	Violência	Fim da rebelião na Penitenciária Estadide 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
07/10	Política	Deputado Takayama se envolve em bride 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
07/10	Violência	Veja a terceira reportagem da série 'Mê mais de 3	personagens	Sim	não
07/10	Política	Câmara de Curitiba discute 200 emend de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	sim
08/10	Violência	Assista a última reportagem da série 'lv mais de 3	personagens	Sim	não
08/10	corrupção	Gaeco prende mais cinco suspeitos na de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
08/10	Violência	Polícia prende quadrilha que roubava j de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Não	não
08/10	Violência	Após fim de rebelião, presos fogem de de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
09/10	Educação	Voluntários reformam estrutura de esc de 2'1 a 3	personagens	Não	não
09/10	Saúde	Voluntárias entregam anjos da guarda   mais de 3	personagens	Sim	não
09/10	Estado	Paraná tem 1 policial militar para cada de 2'1 a 3	testemunhas	Não	não
09/10	Transporte	Confira o movimento na rodoferroviária de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
09/10	Outro	Temporal deixa estragos em 15 cidade de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
10/10	Outro	Em Araucária, grupo de mães se reúne mais de 3	personagens	Não	não
10/10	Outro	Crianças indígenas ganham festa no D de 0 a 1	autoridades	Não	não
10/10	Outro	Temporais prejudicam mais de 11 mil ç de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
12/10	Outro	Moradores de Ipiranga sofrem para rec de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
12/10	Lazer	Victor e Leo prometem música inédita r de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
12/10	Lazer	Festival Festeja anima feriado de curitil de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
12/10	Transporte	Deslizamento complica vida de motoris de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
12/10	Outro	Festa organizada por voluntários anim de 1'1 a 2	personagens	Não	não
12/10	Transporte	Volta do feriado movimentatráfego em de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
12/10	Política	Eleitores de Araucária e São José dos de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não

12/10	cultura	Igrejas lotadas em Curitiba no dia da P. de 1'1 a 2	personagens	Não	não
13/10	Saúde	HC descarta equipamento de radioterapia de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
13/10	Economia	Pesquisa mostra o motivo dos jovens n de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
13/10	Política	Beto Richa passa fim de semana em P de 2'1 a 3	políticos	Não	não
13/10	Economia	Aumenta o movimento nas casas loté de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
13/10	corrupção	Delegado Rubens Recalcatti é preso er mais de 3	autoridades	Não	não
14/10	Violência	Laudo aponta que suspeito de matar e de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
14/10	Violência	Polícia procura por um dos bandidos q de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/10	corrupção	Presos prestam depoimento na 3ª fase de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
14/10	Transporte	Passageiros da RMC deixam de pegar de 2'1 a 3	especialistas, perso	Sim	não
14/10	Violência	Integrantes de torcida organizada são r de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
14/10	corrupção	Ex-deputado André Vargas presta novc de 1'1 a 2	testemunhas	Sim	não
14/10		Moradores do Capão da Imbuia sofrem de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
15/10	Violência	Gaeco ouve testemunhas sobre assas: mais de 3	testemunhas	Sim	não
15/10	Violência	Presos de Santo Antônio da Platina cri: de 1'1 a 2	testemunhas, autori	Não	não
15/10	Outro	Vento forte destrói telhado de empresa de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
15/10	Saúde	Pacientes reclamam da demora para f: de 2'1 a 3	personagens	Não	não
15/10	Transporte	Cerca de 180 ônibus do transporte públ de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
15/10	corrupção	Alberto Youssef confirma ter feito oper: de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
16/10	Economia	Ideias sustentáveis ajudam moradores de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	não
16/10	corrupção	Justiça ouve o depoimento de mais qu: de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
16/10	Lazer	Abertas as inscrições para o casament de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
16/10	Economia	Em tempos de crise, endividados recor de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
16/10	Violência	Suspeito de participação no caso que l: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
16/10	Violência	Está em liberdade o namorado da fisici de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
17/10	Estado	Obras inacabadas causam transtornos de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/10	Violência	Dois jovens foram mortos a tiros nesta de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/10	Transporte	Ônibus tomba e deixa 30 pessoas ferid de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/10	Violência	Viaturas da Guarda Municipal estão pa de 2'1 a 3	testemunhas	Não	não
17/10	Transporte	Acidentes graves interdita a BR-277 ( de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/10	Outro	Moradores de um conjunto na CIC prec de 2'1 a 3	personagens	Não	não
19/10	Esporte	Londrina vence e garante vaga na Séri de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
19/10	Economia	Especialistas discutem em Curitiba, saide 1'1 a 2	especialistas, autori	Não	não
19/10	Violência	Guardas Municipais decidem encerrar : de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
19/10	Economia	Metalúrgicos aceitam reduzir salários e de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	sim
19/10	Violência	Rubens Recalcatti deixa a prisão após mais de 3	personagens	Sim	não
19/10	Violência	Suspeita de bomba interdita uma aveni de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/10	Política	Muitos eleitores da Região Metropolitana de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
20/10	Saúde	Centro de reabilitação da UFPR ajuda j de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	não
20/10	Outro	Obra no Rio Barigui promete acabar co de 2'1 a 3	especialistas, autori	Não	não
20/10	Outro	Obra de acesso à Avenida das Améric: de 2'1 a 3	personagens	Não	não
20/10	Saúde	Motoristas condenados após dirigem e de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	sim
20/10	Educação	Professores ingleses retornam à Curitit de 2'1 a 3	personagens	Não	não
21/10	Violência	Polícia prende dois homens suspeitos ( de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
21/10	Estado	Greve nos bancos causa transtornos a de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
21/10	Outro	Chuva forte durante a tarde provoca al: mais de 3	personagens	Não	não
21/10	Estado	MP divulga um parecer que pede a reje mais de 3	autoridades	Não	não
21/10	Violência	Delegacias ficam fechadas em protestc de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/10	Violência	Justiça marca julgamento do ex-deput: de 2'1 a 3	autoridades, polític	Sim	não
22/10	Violência	Casal é flagrado furtando secador de c de 1'1 a 2	personagens	Não	não
22/10	Outro	Chuva forte deixa diversas ruas alagad mais de 3	personagens	Sim	não
22/10	Violência	Rubens Recalcatti presta depoimento : de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
23/10	Saúde	Cabeleireira encontra forma de ajudar i de 2'1 a 3	personagens	Não	não
23/10	Estado	Proposta do Governo pretende fechar ( de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
23/10	Violência	Delegado Rubens Recalcatti fala sobre mais de 3	personagens, autor	Sim	não
23/10	Educação	Delegado Rubens Recalcatti fala sobre de 0 a 1	personagens	Sim	não
23/10	Educação	Confira dicas de última hora para o En( de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
24/10	Saúde	Motociclistas percorrem bairros da capi de 2'1 a 3	personagens	Sim	não

24/10	Economia	De acordo com IBGE, Curitiba é a capi de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
24/10	Saúde	Curitiba ganha centro para atendiment mais de 3	especialistas, autori	Não	sim
24/10	cultura	Encontro em Curitiba reúne colecionad de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
24/10	Educação	Primeiro dia do Enem movimenta estuc de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
26/10	Política	Greve dos bancários pode terminar cor de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
26/10	Esporte	Rodada do Campeonato Brasileiro foi r de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
	Educação	Secretaria de Educação divulga lista de mais de 3	personagens, autor	Sim	sim
26/10	Outro	Cano estoura e alaga uma casa no Bai de 0 a 1	personagens	Não	não
26/10	Violência	Avião é guinchado até uma delegacia e de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
26/10	Política	Prefeitura admite que não irá cumprir n de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
26/10	Economia	Aumenta a oferta de imóveis comerciais de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
27/10	Estado	Bancos ficam lotados no primeiro dia d de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
27/10	Violência	Provas na investigação que evolve Rut mais de 3	autoridades	Sim	não
27/10	corrupção	Dezoito pessoas são denunciadas à Ju de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
27/10	Outro	Protesto de trabalhadores de indústria t de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
27/10	Educação	Secretaria de Educação diz que ainda i de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
27/10	Saúde	Pacientes com câncer de mama começ de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
27/10	Violência	Avião encontrado em Paranaíba já havi de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
28/10	Lazer	1ª do Edição ID Fashion acontece no M de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
27/10	Violência	Polícia prende homem que roubava ca de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
28/10	Estado	Mais de 500 mil pessoas estão cadastr de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
28/10	Transporte	Instalados novos radares e sinalização de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
28/10	Saúde	Secretaria de Saúde diz que pacientes de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
28/10	Transporte	Caminhão tomba e deixa o Contorno L de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/10	Educação	Escola de Curitiba ganha um abraço si de 0 a 1	personagens	Sim	sim
29/10	Transporte	Moradores de Tijucas do Sul vão poder de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
29/10	Economia	Termina neste sábado (31) o prazo par de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
29/10	cultura	Prazo para limpeza e reformas nos túr de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
29/10	midiatizaçã	Confira a reportagem especial dos 55 e mais de 3	personagens	Não	não
29/10	Violência	Vereador da Região Metropolitana (Col de 0 a 1	autoridades	Não	não
29/10	corrupção	MP-PR protocola ação para recuperar i de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
29/10	Educação	Estudantes protestam e fecham a princ de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
30/10	Educação	Cmeis que deveriam estar funcionando de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
30/10	Saúde	Pacientes com câncer de mama receb de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
30/10	Educação	Richa anuncia que Governo não deve f de 1'1 a 2	autoridades	Sim	sim
30/10	Política	Príncipe e princesa do Japão realizam de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
30/10	Transporte	Confira como está o movimento nas es de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
30/10	Violência	Tentativa de assalto termina com vítima de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
31/10	cultura	Videoarte é instalada na Catedral de Ci de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
31/10	Política	Moradores do Xaxim reclamam de mor de 1'1 a 2	personagens	Não	não
31/10	Lazer	Campeonato de futebol de botão é real de 1'1 a 2	personagens	Não	não
31/10	Violência	Frequentadores do Parque Barigui faz de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
02/11	Saúde	Pai cria skate adaptado para auxiliar fis de 2'1 a 3	personagens	Não	não
02/11	Transporte	Problema em caminhão causa lentidão de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
02/11	cultura	Passageiros podem pegar livros de gra de 0 a 1	personagens	Não	não
02/11	Outro	Vazão de água em vertedouro de Foz c de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/11	Transporte	Acidente entre ônibus causa a morte d de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Não	não
02/11	Transporte	Movimento de rodovias na volta das pr de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
02/11	Outro	Turistas encontram obras na estrada e de 2'1 a 3	personagens	Não	não
02/11	cultura	Dia de Finados movimenta cemitérios c de 1'1 a 2	personagens	Não	não
03/11	midiatizaçã	Lenços arrecadados na campanha da l de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
03/11	Outro	Patrões enfrentam dificuldades no site de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
03/11	Estado	Índios protestam contra a aprovação d de 0 a 1	movimentos sociais	Não	sim
03/11	corrupção	Justiça manda leiloar bens de condena de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
03/11	Transporte	Engavetamento na BR-277 provoca ler de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/11	Esporte	Ídolo do Curitiba das décadas de 1970 de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/11	Economia	Aumenta o número de imóveis para al de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
03/11	Transporte	Nova Via Calma será implantada entre de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim



04/11	cultura	Sírios refugiados se adaptam à vida no mais de 3	testemunhas, persc	Não	não
04/11	Outro	Lagarto é capturado no depósito de suje de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
04/11	corrupção	Investigação revela o uso de 1 milhão c mais de 3	autoridades	Não	não
05/11	cultura	Quatro anos após terremoto, haitianos mais de 3	testemunhas, persc	Sim	não
05/11	Violência	Manifestantes cobram solução para o c de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
05/11	Violência	Laudo aponta que Renata Mugiatti foi nde 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
05/11	Violência	Jovem baleado em escola pode ter sid de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/11	Violência	Polícia divulga imagens do atirador que de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
06/11	cultura	Na reportagem da série 'Paraná que ac mais de 3	testemunhas, persc	Sim	não
06/11	Estado	Justiça aceita denúncia de fraude em li de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Sim	não
06/11	Lazer	Começa a Corrente Cultural, em Curitiba de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
07/11	cultura	Na série "Paraná que Acolhe", histórias mais de 3	testemunhas, persc	Sim	não
07/11	Lazer	Corrente Cultural agita o fim de seman de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
07/11	Educação	Primeira fase do Vestibular 2016 da UF de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
09/11	Violência	Novos detalhes reforçam a suspeita de mais de 3	testemunhas, persc	Sim	não
09/11	Esporte	Técnico do Coritiba pede confiança e d de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
09/11	Violência	Recurso de defesa do ex-deputado Cai mais de 3	testemunhas, persc	Sim	não
09/11	Transporte	Caminhoneiros protestaram e interditar de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/11	Transporte	Começa a operar em dezembro o novc de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
10/11	Política	Garagem irregular de ônibus continua i mais de 3	personagens	Sim	não
10/11	Política	Lei que isenta pacientes com doenças de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
10/11	Transporte	Caminhoneiros bloqueiam 19 trechos d de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
10/11	Outro	Voluntários com uma atitude simples, f de 2'1 a 3	personagens	Não	não
11/11	Saúde	Menina que nunca tinha saído do hospi de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
11/11	Outro	Campanha de Natal dos Correios arrec de 0 a 1	autoridades	Não	não
11/11	Transporte	Desrespeito as leis deixa o trânsito cad de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
11/11	Estado	Índios fecham os dois sentidos da BR-2 de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
11/11	Violência	Câmera de segurança flagra o momen de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
11/11	Estado	Moradores reclamam de carros apreen de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
11/11	Outro	Chuva e vento forte assustam alunos e de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
11/11	Educação	Creches que estavam fechadas por fal de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
12/11	Violência	Polícia apreende fura-catracas e ladrõe de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
12/11	Política	Painéis eletrônicos instalados em ruas de 1'1 a 2	personagens	Não	não
12/11	Estado	Unidade de atendimento do Detran, no de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
12/11	Educação	Onda de roubos complica o atendimen de 1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	não
12/11	Transporte	Após cinco anos, obra de duplicação d de 2'1 a 3	personagens	Não	não
12/11	Violência	Polícia Civil abre inquérito para apurar de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Não	não
12/11	Transporte	Carro invade a praça Carlos Gomes no de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/11	Outro	Voluntárias de Curitiba costuram vestid de 2'1 a 3	personagens	Não	não
13/11	Violência	Levantamento mostra que crimes de e mais de 3	personagens, autor	Não	sim
13/11	Transporte	TC mantém medidas previstas na audit de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
13/11	Educação	Crianças aprendem que não há idade p de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
14/11	Transporte	Região central de Curitiba se torna um de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
14/11	Estado	Terror em Paris atinge cidadãos no Pa mais de 3	testemunhas, persc	Não	não
14/11	Violência	Moradores do Água Verde protestam c de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/11	Lazer	Domingo é dia de Maratona, em Curitiba de 0 a 1	autoridades	Não	não
14/11	Economia	Feira de franquias oferece oportunidad de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
14/11	Estado	Confirma os depoimentos de paranaense de 1'1 a 2	testemunhas	Sim	não
16/11	Saúde	UPA do Fazendinha passa por reforma de 2'1 a 3	personagens	Não	não
16/11	Política	Projetos de lei escritos por estudantes de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
16/11	corrupção	Em Juranda, vereadores são presos ac de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
16/11	corrupção	Chegam a Curitiba dois investigados pr de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
16/11	Transporte	Fiscalização na chamada Área Calma c mais de 3	personagens	Sim	não
16/11	Transporte	Em menos de quatro horas, três camin de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
17/11	Economia	Contribuintes do 'Boa Nota Fiscal' pode de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	sim
17/11	Educação	Alunos de escola estadual ganham pas de 1'1 a 2	personagens	Não	não
17/11	Outro	Rua da Cidadania começa a funcionar de 0 a 1	personagens, autor	Não	não
17/11	Estado	Governo do Paraná vende imóveis em de 2'1 a 3	autoridades, polític	Não	sim

17/11	Transporte	Em protesto, motoristas param os ônibus de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/11	Transporte	Polícia divulga imagens do acidente que de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
17/11	Saúde	Hospital amplia atendimento e começa de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
18/11	Outro	Voluntários se mobilizam para arrecadação de 2'1 a 3	personagens	Não	não
18/11	Saúde	Hospital de Curitiba lança campanha e de 1'1 a 2	personagens	Não	sim
18/11	Estado	Projeto do Governo de venda de imóveis mais de 3	autoridades, político	Sim	sim
18/11	corrupção	Justiça começa a ouvir depoimentos de mais de 3	testemunhas	Sim	não
18/11	Transporte	Obras na BR-277 podem complicar o tráfego de 1'1 a 2	personagens	Não	não
18/11	Transporte	Prefeitura de Curitiba autoriza início da obra de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
18/11	corrupção	Fernando Baiano (lobista da lava jato) condenado de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
19/11	Transporte	Moradores conseguem fechar uma garagem de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
19/11	Violência	Polícia prende dono de empresa suspeito de 2'1 a 3	testemunhas, autoridades	Não	não
19/11	Transporte	Acidente envolve dois caminhões e um de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/11	cultura	Atividades culturais marcam o Dia da Cultura de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
19/11	Outro	Tornados atingem 1.500 casas e deixam mais de 3	especialistas, testemunhas	Sim	não
19/11	Outro	Cerca de 20 mil documentos foram escaneados de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
19/11		Empresa da região de Curitiba exporta de 1'1 a 2	personagens	Não	não
19/11	Política	Vereadores de Curitiba recorrem a Justiça de 2'1 a 3	especialistas, político	Não	sim
19/11	Educação	Alunos de escolas e creches municipais de 2'1 a 3	personagens	Não	não
21/12	Economia	Turismo de negócios movimentado a economia de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
21/11	Outro	Moradores de Cândido Random estão insatisfeitos de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
21/11	Lazer	Jovens participam de oficina de música de 0 a 1	personagens	Não	não
21/11	Violência	O resultado da perícia pode mudar o veredicto de 2'1 a 3	especialistas, autoridades	Não	não
23/11	Estado	Governo disponibiliza créditos do programa de 1'1 a 2	autoridades	Sim	sim
23/11	corrupção	Justiça começa a ouvir réus investigados de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
23/11	corrupção	Ministério Público Federal investiga irregularidades mais de 3	testemunhas, pessoas	Não	não
23/11	Transporte	Acidente envolvendo três carros mata um de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
23/11	Violência	Casal é preso suspeito de comandar quadrilha de 2'1 a 3	testemunhas, autoridades	Não	não
23/11	Estado	Mudanças no PIS/Cofins podem trazer benefícios de 2'1 a 3	especialistas, autoridades	Não	sim
24/11	Política	Vereador Mestre Pop registra queixa contra de 2'1 a 3	autoridades, político	Não	não
24/11	Estado	Secretaria da Fazenda explica critérios de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
24/11	Outro	Doações da região de Curitiba chegam de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
24/11	Política	Projeto de lei que pune fiscais corruptos de 2'1 a 3	políticos	Sim	sim
24/11	Transporte	Linhas do transporte coletivo de São José de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
24/11	corrupção	Chega a Curitiba o pecuarista José Carlos de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
25/11	Saúde	Pesquisa mostra a qualidade da água que de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
25/11	Educação	Universidade Tecnológica Federal do Paraná de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
25/11	Violência	Agência bancária no bairro Pinheirinho de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
25/11	Violência	Interfones instalados pela capital para controle de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
25/11	Política	Vereador que fez piada de mau gosto punido de 1'1 a 2	políticos	Sim	não
26/11	corrupção	MP pede bloqueio de bens de prefeita que de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
25/11	Saúde	Diretor da Secretaria de Saúde comenta de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
25/11	Saúde	Paranaguá decreta estado de emergência de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Sim	não
25/11	Transporte	Empresas de ônibus de Curitiba e Região mais de 3	personagens, autor	Sim	não
25/11	Economia	Depois de recusar receber dinheiro, Banco de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
25/11	Estado	Tribunal de Contas aprova as contas do prefeito de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
27/11	Violência	Polícia Federal prende parte de quadrilha de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
27/11	Transporte	Motoristas e cobradores ameaçam entrar em greve de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
27/11	cultura	Começam nesta sexta-feira (27) as apresentações de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
27/11	Esporte	Federação Paranaense divulga a tabela de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
27/11	Violência	Policial e bandido morrem em tiroteio, que de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
28/11	Educação	Projeto de escola ajuda famílias carentes mais de 3	personagens	Não	não
28/11	Lazer	Pedreira Paulo Leminski recebe show que de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
28/11	Economia	Endividados, paranaenses aproveitam desconto de 2'1 a 3	especialistas, pessoas	Não	não
28/11	Transporte	Sobe o preço de passagens de ônibus de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
28/11	Violência	Banca no Centro de Curitiba é alvo de ataques de 1'1 a 2	personagens	Não	não
30/11	Esporte	Coritiba joga por empate para permanecer de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
30/11	corrupção	Polícia prende envolvidos na venda de terrenos de 2'1 a 3	especialistas, autoridades	Não	não

30/11	mediatizaçã	Jornal da Gazeta do Povo ganha um n	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
30/11	Estado	Pedágio sobe em até 10% a partir dest	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
30/11	Transporte	Prefeitura libera dinheiro para pagar a	ç de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
30/11	Violência	Começam a ser escolhidos os jurados	de 2'1 a 3	autoridades, polític	Sim	não
01/12	Política	Outdoors contra os direitos de pessoas	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
01/12	Outro	Represa transborda e causa estragos,	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
01/12	corrupção	Ministério Público denuncia quatro polí	de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
01/12	Política	Bernardo Ribas Carli e Fernando Ribas	de 2'1 a 3	autoridades, polític	Não	não
01/12	Transporte	Prefeitura estuda aumento na passage	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
01/12	Violência	Guarda Municipal faz disparos com arn	de 2'1 a 3	testemunhas	Não	não
02/12	Educação	Em Arapongas, crianças arrecadam bri	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
02/12	corrupção	Veja como eram feitas negociações de	mais de 3	testemunhas, autori	Não	não
02/12	Estado	Casas da Cohab estão abandonadas e	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
02/12	Violência	Polícia fecha uma fábrica clandestina	d de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
03/12	Outro	Curitiba teve apenas quatro dias sem	c de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
03/12	Saúde	Pacientes que precisam de exames so	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
03/12	corrupção	Nova fase da Operação Publicano prer	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
03/12	Educação	Termina a votação para a escolha dos	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/12	Economia	Pessoas físicas também podem doar	p de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
01/01	Violência	Morre a sexta vítima do tiroteio no sup	de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
01/01	Violência	Acidente com fogos de artifício em Mar	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
01/01	Lazer	Litoral paranaense fica lotado no prime	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
01/01	Estado	Governador reeleito toma posse em Cu	de 1'1 a 2	políticos	Não	não
02/01	Violência	Mulher é atingida por fogos de artifício	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
02/01	Violência	Foi enterrada hoje menina de seis mes	de 0 a 1	personagens	Não	não
02/01	Lazer	Mesmo após os feriados turistas ainda	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
02/01	Transporte	Fiscalização dos novos extintores para	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	sim
02/01	Transporte	Movimento intenso nas estradas que di	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
02/01		Freis dão a bênção dos carros na igrej	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/01	Transporte	Acidente deixa um morto e cinco ferido	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/01	Transporte	Motoristas devem enfrentar movimento	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
03/01	Lazer	Onça chama a atenção de turistas em	l de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
03/01	Transporte	Carro com mais de cinquenta mil reais	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/01	Outro	Reformas e construções são monitorac	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
03/01	Violência	Polícia deve investigar assassinato na	' de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
03/01	Economia	Últimos dias de IPI reduzido motivam	a de 2'1 a 3	personagens	Não	não
05/01	Economia	Carnê do IPTU não tem prazo para che	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
05/01	Transporte	Caminhonete invade escritório e causa	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/01	Violência	SSP planeja operação para combater	ε de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
05/01	Outro	Fortes chuvas causam estragos no nor	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
05/01	Transporte	Reformas no Contorno Sul podem com	de 2'1 a 3	especialistas, autori	Não	não
05/01	Transporte	Chuva causa problemas para motorist	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/01	Outro	Menino que havia desaparecido é encc	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
05/01	Transporte	Peritos devem investigar motivo da que	de 1'1 a 2	testemunhas	Não	não
06/01	Estado	Prefeitura de Curitiba terá de devolver	ε mais de 3	personagens, autor	Não	não
06/01	Outro	Óculos criado em Curitiba é destaque	ε mais de 3	especialistas, persc	Não	não
06/01	Violência	Perseguição policial assusta moradore	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
06/01		Novos equipamentos devem ajudar na	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
06/01	Outro	Abrigo para índios deve ser construído	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
06/01	Estado	Emissão de carteiras de trabalho cuntir	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
06/01	Economia	Preços nos restaurantes populares de	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
07/01	Violência	Briga de casal acaba em troca de tiros	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
07/01	Transporte	Após negociações, Sindimoc descarta	de 2'1 a 3	autoridades, movim	Sim	não
07/01	Violência	Assalto no Fazendinha termina com m	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
07/01		Prefeitura não sabe como irá devolver	ε mais de 3	testemunhas	Sim	não
07/01	Outro	Dom José Antônio Peruzzo é nomeado	de 0 a 1	personagens	Não	não
07/01	Outro	Peregrinos vêm para Curitiba prestar	h de 2'1 a 3	personagens	Não	não
07/01	Violência	Tiroteio assusta pessoas no centro de	(de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não

08/01	cultura	Oficina de Música de Curitiba começa	1 de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
08/01	Transporte	Motoristas e cobradores fazem protesto	de 2'1 a 3	personagens, movir	Sim	não
08/01	cultura	Moradores reclamam do abandono na	de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
08/01	Outro	Chuvas e árvores têm prejudicado Curi	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
08/01	Economia	Ofertas e buscas por empregos têm au	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
08/01	Transporte	Acidente na região de Ponta Grossa pr	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/01	Outro	Em Curitiba, mais de 30 mil pessoas c	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
09/01	Violência	Suspeitos fazem guarda municipal refé	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/01	Educação	Estudantes comemoram aprovação no	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
09/01	Violência	No início do ano, Curitiba e RMC têm n	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
09/01	Lazer	Com o tempo quente, turistas aproveit	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
09/01	Lazer	Fim de semana deve ser movimentado	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
09/01	Lazer	Obras no litoral paranaense são motiv	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
12/01	Transporte	URBS pode deixar de fazer a integraçã	de 2'1 a 3	especialistas, autori	Não	sim
12/01	Transporte	Faixas para ciclistas em Matinhos confi	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
12/01	Economia	Em Curitiba, movimento nas imobiliária	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
12/01	Violência	Suspeitos invadem sítio no interior e tr	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
12/01	Transporte	Acidente e reformas deixam rodovias c	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
13/01	Violência	Em Cruz Machado, árvore cai e mata c	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/01	Economia	Em Curitiba, feira livre oferece produto	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
13/01	Transporte	Impasse no subsídio da RIT preocupa	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
13/01	Estado	Bares e restaurantes que utilizam o rec	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
13/01	Outro	Receita Federal promove bazar em ôni	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
13/01	corrupção	Grupo é preso vendendo chips de celul	de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
13/01	Violência	Em Campo Largo, taxista é surpreendi	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/01	Violência	Câmeras de segurança revelam detalh	de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
14/01	Saúde	Em Curitiba, amigos organizam pedala	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
14/01	Outro	Nuvens de poeira assustam moradores	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/01	Saúde	Segundo o IAP, qualidade da água em	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
14/01	Violência	Auditor da Receita Estadual é preso po	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
14/01	corrupção	Polícia Federal aguarda depoimento	de mais de 3	Sem entrevistados	Sim	não
15/01	Economia	No interior do Paraná, fábrica lucra con	de 1'1 a 2	personagens	Não	sim
15/01	Outro	Calor afeta produção de frutas e verdu	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
15/01	Outro	Praça Oswaldo Cruz vira abrigo para m	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
15/01	Lazer	Feira da Lua é atração para veranistas	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
15/01	cultura	Vândalos depredam e roubam Museu (	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
15/01	corrupção	Nestor Cerveró presta depoimento à P	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
15/01	Violência	Guarda municipal que agrediu adolesc	de 1'1 a 2	testemunhas	Sim	não
16/01	cultura	Na Lapa, moradores reclamam do aba	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
16/01	Economia	Trabalhos de costura ganham requinte	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
16/01	Transporte	Ciclistas reclamam de ciclovias e trânsi	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
16/01	Lazer	No litoral paranaense, veranistas aprov	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
16/01	Transporte	Ônibus infestado de baratas causa rev	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/01	Saúde	Ciclistas terminam maratona para moti	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
17/01	Estado	Moradores reclamam de obra não reali	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/01	Estado	Servidores públicos protestam no centr	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
17/01	Transporte	No Boqueirão, acidente em cruzament	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/01	Violência	Homem é morto pela Guarda Municipa	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
17/01	Lazer	Cabeleireira conta histórias de seu sal	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/01	cultura	MON exhibe obras apreendidas na oper	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
17/01	Lazer	Com o tempo abafado, movimento no l	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
19/01	Violência	No Sítio Cercado, carro é destruído pel	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
19/01	Lazer	Em Colombo, família leva susto após c	de 1'1 a 2	especialistas, persc	Não	não
19/01	Estado	Apagão deixa milhares de pessoas sen	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
19/01	Violência	Mesmo com a falta de segurança, ban	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
19/01	Outro	Calorão surpreende moradores de Curi	mais de 3	especialistas, persc	Não	não
19/01	cultura	Obras roubadas reaparecem no Museu	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
20/01	Economia	No Paraná, calor intenso aumenta o co	de 2'1 a 3	personagens	Não	não

20/01	Estado	Carnês do IPTU começam a ser entreg	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
20/01	Violência	Polícia segue busca por suspeitos de e	de 2'1 a 3	testemunhas, persc	Não	não
20/01	corrupção	Homem é preso após usar água de cre	de 1'1 a 2	testemunhas, persc	Não	não
20/01	Violência	Briga de trânsito termina em morte na r	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
20/01	Outro	Ventos fortes provocam estragos no Pz	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
20/01	Violência	Cinco suspeitos de participar de chacin	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
21/01	Estado	No Paraná, governo discute medidas p	mais de 3	especialistas, tester	Não	sim
20/01	Transporte	Greve dos motoristas e cobradores sur	de 0 a 1	personagens	Não	não
21/01	Educação	Projetos incentivam o gosto pela leitura	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
21/01	Economia	Volta às aulas movimenta confecção d	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
21/01	Transporte	Moradores de Curitiba são surpreendid	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/01	Violência	Incêndio destrói armazém de erva-mat	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/01	Violência	Homem morre após trocar tiros com a	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
21/01	Educação	Alunos e funcionários da Faculdade Ev	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/01	Violência	Insegurança e vandalismo preocupam	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
22/01	Outro	Trabalhadores de empresas aéreas re	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
22/01	Estado	Prefeitura de Curitiba promete econom	mais de 3	personagens, autor	Não	sim
22/01	Violência	Homem é morto após tentativa de ass	de 1'1 a 2	testemunhas	Não	não
22/01	Lazer	Começou hoje a Festa do Caranguejo	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
23/01	Lazer	Em Curitiba, jovens participam de mar	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
23/01	Transporte	Motoristas e cobradores confirmam gre	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
23/01	Violência	Bala perdida quase acerta mulher que	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
23/01		Medidas de segurança evitam o extravi	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
23/01	Estado	Presidente do IPPUC comenta sobre p	de 1'1 a 2	autoridades	Não	sim
23/01	Estado	Boletos do IPTU devem começar a che	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
24/01	Educação	Em Curitiba, jovens criam jogos que sir	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
24/01	Saúde	Paranaenses participam de pesquisa s	de 1'1 a 2	especialistas	Não	sim
24/01	Lazer	Carnaval de Curitiba começa amanhã	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
24/01	Lazer	Festivais gastronômicos movimentam	de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
24/01	Transporte	Aumenta o número de acidentes no Cc	de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
24/01	Lazer	Calorão incomoda frequentadores do l	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
24/01	Transporte	Greve de motoristas e cobradores prej	mais de 3	personagens	Sim	sim
26/01	Política	Reunião de conciliação entre Governo,	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	sim
26/01	Transporte	Impasse entre Governo e Prefeitura co	mais de 3	autoridades	Sim	sim
26/01	Transporte	Motoristas de carros e vans aproveitarr	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	sim
26/01	Política	Novo plano diretor de Curitiba traz pont	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
27/01	Transporte	Comec se compromete a pagar R\$ 5 r	mais de 3	autoridades, movim	Sim	sim
27/01	Transporte	Vans e carros cadastrados pela URBS	de 0 a 1	personagens	Sim	não
27/01	Transporte	No segundo dia da greve de motoristas	de 1'1 a 2	personagens	Sim	sim
27/01	Violência	Caixas eletrônicos de três lugares difer	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
27/01	Transporte	Em Curitiba, greve do transporte coleti	de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
27/01	Violência	Mulheres ficam feridas em acidente de	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/01	Transporte	Gustavo Fruet anuncia aumento na tari	mais de 3	personagens, polític	Sim	sim
28/01	Transporte	Na BR-116, reforma de ponte dura dez	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
28/01	corrupção	Nestor Cerveró fica calado em depoim	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
28/01	Transporte	Metalúrgicos realizam protestos e bloq	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
28/01	Transporte	Segundo passageiros, ônibus operam	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
29/01	Saúde	Em Matinhos, funcionários reclamam d	de 1'1 a 2	testemunhas, autori	Não	não
28/01	corrupção	Assessor do Governo Estadual é preso	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
29/01	Violência	Suspeito é baleado no Centro de Curitil	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
30/01	Estado	Após prisão por suspeita de exploraçã	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
30/01	Esporte	Começa neste fim de semana o Camp	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
30/01	Violência	Bandidos explodem três caixas eletrôni	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
30/01	Violência	Tornozeleira eletrônica pode ajudar pol	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
30/01	Transporte	Prefeito Gustavo Fruet adia anúncio da	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
30/01	Estado	Centro educacional em Fazenda Rio G	de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
30/01	Estado	Viaturas policiais estão paradas em ofi	de 1'1 a 2	testemunhas	Não	não
02/02	Outro	Moradores registram chuva de granizo	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não

02/02	Transporte	Em Curitiba, manifestantes protestam c	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
02/02	Outro	Corpo do empresário José Eduardo de	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/02	Política	Dificuldade financeira é destaque na pr	de 1'1 a 2	autoridades, polític	Não	não
02/02	Transporte	Fim da greve não define o futuro da int	de 2'1 a 3	autoridades, polític	Sim	não
02/02	Saúde	Servidores municipais realizam protest	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
02/02	Violência	Exames confirmam que tiro que matou de	1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
03/02	Política	Assembleia Legislativa anuncia medida	de 1'1 a 2	políticos	Sim	sim
03/02	corrupção	Em Curitiba, Justiça Federal ouve teste	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
03/02	Violência	Em Curitiba, policiais sofrem onda de a	de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
03/02	Estado	Professores temporários protestam cor	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
03/02	Transporte	Tarifa do ônibus sobe na capital a partir	mais de 3	autoridades	Sim	não
04/02	Outro	No Hugo Lange, moradores são surpre	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
04/02	Violência	Caixa eletrônico é explodido dentro de	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
04/02	Saúde	Doença transmitida por carrapatos mat	de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
04/02	Estado	Governo envia novo pacote de medida	de 2'1 a 3	autoridades, polític	Sim	sim
04/02	Outro	Chuvas causam transtorno em Curitiba	de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Não	não
04/02	Transporte	Gustavo Fruet diz que aumento da tarif	mais de 3	personagens, autor	Sim	sim
05/02	Transporte	Motoristas têm dificuldade para fazer c	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
05/02	Transporte	Passageiros aproveitam para reabaste	mais de 3	Sem entrevistados	Sim	sim
05/02	Educação	Estudantes matriculados em disciplina	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
05/02	corrupção	Polícia Federal dá início a nova etapa	c de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
05/02	Saúde	Moradores que não colaboram com o c	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	sim
06/02	Transporte	Acidente entre carro e moto complica	c de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
06/02	Transporte	Câmeras de postos de pedágio dão au	de 2'1 a 3	especialistas, perso	Não	sim
05/02	Violência	Bandidos roubam cofres de agência ba	de 0 a 1	personagens	Sim	não
06/02	Educação	Professores realizam protestos em tod	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
06/02	Transporte	Valor da tarifa de ônibus para a RMC é	mais de 3	personagens, autor	Sim	sim
06/02	corrupção	Justiça Federal ouve depoimentos de t	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
07/02	Lazer	Procura por casas de praia deve aume	de 1'1 a 2	personagens	Não	não
06/02	Lazer	Garibaldis e Sacis agitam o pré-carnav	de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
07/02	Lazer	Circuito italiano movimentar Curitiba	e F de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
07/02	Educação	Professores entram em greve a partir	c de 2'1 a 3	movimentos sociais	Sim	não
07/02	Educação	Livros didáticos não são distribuídos	p de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
07/02	Estado	Projeto pretende transformar áreas ab	de 1'1 a 2	autoridades, movim	Não	sim
09/02	Esporte	Confira como foi a terceira rodada do	C de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
09/02	Estado	Líder do governo garante mudanças er	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	sim
09/02	Educação	Ano letivo começa com professores er	mais de 3	personagens	Sim	sim
09/02	Transporte	Depois de reajuste, passageiros da RV	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
09/02	Estado	Governo alivia cortes no orçamento ap	mais de 3	personagens, polític	Sim	sim
10/02	Transporte	Manifestantes protestam contra o aum	c de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
09/02	corrupção	Justiça ouve mais testemunhas de acu	de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
10/02	Economia	Economista afirma que crise financeira	de 2'1 a 3	especialistas, autoridades, polític		
10/02	corrupção	Justiça ouve pelo segundo dia seguido	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
10/02	Estado	Votação de pacote de medidas reúne n	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	sim
10/02	Política	Manifestantes invadem ALEP e votaçã	mais de 3	personagens, polític	Sim	sim
11/02	Transporte	Passageiros que vêm da RMC para Cu	de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
11/02	Transporte	Manifestantes protestam em frente à P	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
11/02	Estado	Servidores de diversas áreas protestan	mais de 3	autoridades, movim	Sim	sim
11/02	Política	Manifestantes acampam na ALEP após	de 2'1 a 3	movimentos sociais	Sim	sim
13/02	Política	Paraná TV 2ª Edição relembra os princ	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
11/02	Política	Professores e funcionários estaduais	p mais de 3	políticos	Sim	sim
13/02	corrupção	Justiça determina prisão de pessoas er	de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
13/02	corrupção	Justiça ouve últimos depoimentos de t	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
13/02	Lazer	Carnaval começa animado no Paraná	de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
13/02	Política	Depois de dias de manifestações e pro	mais de 3	personagens, polític	Sim	sim
13/02	Transporte	Rodovias ficam movimentadas com a	c de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
13/02	Política	Deputado Felipe Francischini é filmado	de 0 a 1	políticos	Sim	não
13/02	Estado	Juízes e desembargadores cobram au	de 1'1 a 2	movimentos sociais	Não	sim

16/02	Lazer	Segunda-feira promete ser de festa na: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
16/02	Lazer	Na capital, Mocidade Azul é novament: de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
16/02	Lazer	União da Ilha é campeã do carnaval de de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
16/02	Educação	Servidores em greve comemoram o C: mais de 3	personagens	Sim	não
16/02	Outro	Chuva traz transtornos para quem foi a de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
16/02	Outro	Ruas de Curitiba ficam vazias nessa se: de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
16/02	Saúde	Em Rio Bom eventos são proibidos por de 1'1 a 2	personagens	Não	não
16/02	Esporte	Ex-jogador Dionísio Filho morre aos 58 de 2'1 a 3	personagens	Não	não
17/02	Outro	Chuva provocou alagamentos no litoral de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
17/02	Lazer	Última noite de feriado deve ser agitad: de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/02	Lazer	Turistas aproveitam o feriado para conl: de 1'1 a 2	personagens	Não	não
17/02	Transporte	Volta do carnaval deve movimentar as : de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
17/02	Violência	Execução de paranaense acusado de t de 2'1 a 3	personagens	Sim	não
17/02	Transporte	Movimento na Rodoviária de Curitiba p de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/02	corrupção	Nestor Cerveró deve receber tratament: de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
17/02	Transporte	Movimento nas rodovias aumenta no fi: de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
17/02	Outro	Em Pato Branco, produtores aproveitar de 1'1 a 2	personagens	Não	não
17/02	Transporte	Carro abandonado chama a atenção d: de 0 a 1	personagens	Não	não
17/02	Lazer	Baile infantil e festa gospel animam o c de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
18/02	cultura	Fiéis celebram a quarta-feira de cinzas de 0 a 1	autoridades	Não	não
18/02	Política	Prazo para contestar o valor do IPTU é de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
18/02	corrupção	Advogados acusados de aplicar golpe ( de 2'1 a 3	Sem entrevistados	Sim	não
18/02	Política	Caminhoneiros realizam protesto no oe de 2'1 a 3	personagens	Não	sim
18/02	Transporte	Número de acidentes de trânsito no ca: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
18/02	Transporte	Dona de carro atingido por muro reclan: de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
18/02	Estado	Mesmo após anos de espera, pessoas de 2'1 a 3	personagens	Não	não
19/02	Esporte	Atlético e Coritiba realizam entrevista c: de 1'1 a 2	personagens	Não	não
19/02	Estado	Governo deve pagar rescisões e férias mais de 3	autoridades, movim	Sim	sim
19/02	Educação	Greve dos professores continua no Par: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	sim
19/02	Transporte	Mudança em linhas de ônibus na RMC mais de 3	personagens, autor	Sim	sim
19/02	Educação	Professores e servidores estaduais rea: de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
19/02	Economia	Prazo para pagar o IPTU à vista e com de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
20/02	Transporte	Mudanças no trajeto de linhas metropo: de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
20/02	Violência	Ônibus do transporte coletivo urbano d: de 0 a 1	testemunhas	Não	não
20/02	Esporte	Torcedores do Coritiba são presos por de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
20/02	Política	Tribunal de Contas do Estado do Parar mais de 3	Sem entrevistados	Sim	sim
20/02	corrupção	Advogados suspeitos de aplicar golpes mais de 3	personagens, autor	Sim	não
21/02	Educação	Professores passam a tarde discutindo de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	sim
21/02	cultura	Amigos preservam bicicletas antigas er: de 2'1 a 3	personagens	Não	não
21/02	Transporte	Motoristas podem ajudar na fiscalizaçã de 1'1 a 2	autoridades	Não	sim
21/02	Educação	Cerca de mil manifestantes fazem pas: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
21/02	Esporte	Primeiro Atletiba do ano moviment: o C de 1'1 a 2	personagens	Não	não
21/02	Esporte	JMalucelli vence Foz do Iguaçu e perm: de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
21/02	Transporte	Acordo é descumprido, e usuários pag: de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
21/02	Política	Caminhoneiros realizam protestos no F de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
23/02	Política	Deputados retomam sessões no Plená mais de 3	movimentos sociais	Sim	sim
23/02	Transporte	Obras na BR-277 devem complicar o tr: de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
23/02	Esporte	Rodada do Paranaense tem goleada, a de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
23/02	Transporte	Mudanças nas linhas de ônibus continu: de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
23/02	corrupção	Defesa de advogados acusados de apl: de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
23/02	Política	Protesto de caminhoneiros interdita est: de 0 a 1	personagens	Sim	sim
24/02	Transporte	Greve de caminhoneiros afeta serviços de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
24/02	Transporte	Greve dos caminhoneiros afeta diversa: de 2'1 a 3	personagens	Sim	sim
24/02	Transporte	Rotina de passageiros fica mais difícil : mais de 3	personagens	Sim	sim
24/02	Estado	Rescisão de contrato dos professores t de 2'1 a 3	personagens	Sim	sim
24/02	Estado	Beto Richa conversa com reitores de u mais de 3	autoridades, movim	Sim	sim
26/02	Violência	Juiz manda soltar acusados de assassi: de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
24/02	Saúde	Telespectador registra o tamanho da fil: de 1'1 a 2	testemunhas	Não	não

26/02	Transporte	Justiça manda caminhoneiros liberar pi de 2'1 a 3	personagens	Sim	sim
26/02	Educação	Professores marcam a data para a ass mais de 3	políticos	Sim	sim
26/02	Transporte	Caminhão cai de viaduto na BR-277 de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
26/02	corrupção	Investigações mostram que o gabinete de 1'1 a 2	políticos	Sim	não
27/02	Transporte	Passageiros encontram dificuldades pã de 1'1 a 2	personagens	Sim	sim
27/02	Violência	Presos não são escoltados para audiêr de 2'1 a 3	especialistas, movir	Sim	não
27/02	Estado	Governo entra com pedido na Justiça p de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
27/02	Estado	Conta de luz deve aumentar a partir do de 1'1 a 2	autoridades	Não	não
27/02	Transporte	Bloqueios de caminhoneiros em rodovi de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
27/02	Transporte	Caminhão tomba e complica o trânsito de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
28/02	Transporte	Em Fazenda Rio Grande, moradores b de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	sim
28/02	Outro	Amanhã, primeiro acidente aéreo da A de 2'1 a 3	especialistas, autori	Não	não
28/02	cultura	Museu Oscar Niemeyer tem programaç de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
28/02	Saúde	Testes para HIV podem ser feitos em c de 1'1 a 2	especialistas, autori	Não	sim
04/12	Violência	Polícia registra aumento no número de de 2'1 a 3	personagens, autor	Não	não
04/12	Educação	Aposentada monta com ajuda de volun de 1'1 a 2	personagens	Não	não
04/12	Violência	Polícia procura ladrões que roubaram t mais de 3	personagens, autor	Não	não
04/12	Lazer	Começa a feira de Santa Rita, a mais t de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
04/12	Transporte	Urbs discute o pagamento dos salários de 1'1 a 2	personagens, autor	Sim	não
05/12	Economia	Paranaenses investem em negócios pr de 2'1 a 3	personagens	Não	não
05/12	Lazer	Marco das três fronteiras estará fechad de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
05/12	Esporte	Coritiba vai a campo em busca de sua de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
05/12	cultura	O Natal ainda não chegou, mas já os R de 2'1 a 3	personagens	Não	não
05/12	Saúde	Moradores de Curitiba estão apreensiv de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
05/12	Educação	Vestibular da Universidade Federal do mais de 3	personagens	Não	não
07/12	Transporte	Empresas de ônibus chegam a um aco de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	não
07/12	Transporte	Em Tijucas do Sul, moradores não pag de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	sim
07/12	Esporte	Coritiba garante a permanência na prin de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
07/12	Saúde	Agentes da Secretaria de Saúde fazem de 2'1 a 3	especialistas, persc	Sim	não
07/12	Violência	Gaeco prende quadrilha suspeita de er de 0 a 1	autoridades	Não	não
07/12	corrupção	Polícia desmonta quadrilha que fraudã de 2'1 a 3	testemunhas, autori	Não	não
07/12	Saúde	A partir desta segunda-feira (07) recêr de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	sim
08/12	Esporte	Coritiba acert a contratação do técnico de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
08/12	Transporte	Motoristas que passam pela estrada ql de 2'1 a 3	personagens	Não	não
08/12	Saúde	Confirmado o primeiro caso de chikunç de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Sim	sim
08/12	Transporte	Sindicato dos motoristas e cobradores de 2'1 a 3	personagens, movir	Não	não
08/12	Violência	Polícia prende quadrilha que adulterav de 2'1 a 3	autoridades	Sim	não
08/12	Estado	TC aponta irregularidades em contrato de 2'1 a 3	autoridades	Não	não
09/12	Outro	Dois pescadores são resgatados após de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
09/12	Lazer	Sábado (12), acontece o Som de Natal de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/12	corrupção	Funcionários da Secretária de Educaçê mais de 3	autoridades	Não	não
09/12	Saúde	Imobiliárias de Londrina vão ter que cuide 2'1 a 3	autoridades, movim	Não	sim
09/12	Política	Vereadores batem boca em sessão tur de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não
09/12	Estado	Ministério Público divulga pesquisa sob mais de 3	autoridades	Não	sim
10/12	midiatizaçã	Confira como chegar no Som de Natal de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
10/12	Saúde	Polícia prende secretária suspeita de c de 1'1 a 2	personagens, autor	Não	não
10/12	Transporte	Empresas procuram vítimas para interr de 2'1 a 3	testemunhas, movir	Sim	não
10/12	Saúde	Agentes de saúde orientam moradores de 2'1 a 3	especialistas, autori	Sim	não
11/12	Transporte	Acidente grave na BR-277 mata um mc de 2'1 a 3	especialistas, persc	Não	não
11/12	Saúde	Moradores criam armadilhas para se pi de 1'1 a 2	especialistas, persc	Sim	não
11/12	Estado	Valor da taxa de iluminação pública aur de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	sim
11/12	corrupção	Depoimento de secretária suspeita de : de 1'1 a 2	personagens	Sim	não
11/12	Política	Supremo Tribunal Federal nega mais u mais de 3	especialistas, persc	Sim	não
12/12	midiatizaçã	Som de Natal da RPC reúne música, d mais de 3	personagens	Sim	não
12/12	Saúde	Conheça a armadilha que ajuda a coml de 2'1 a 3	especialistas, autori	Sim	sim
12/12	Lazer	Confira as atrações que encantaram o mais de 3	personagens, autor	Sim	não
12/12	Violência	Balão cai e pega fogo, na Cidade Indus de 1'1 a 2	personagens	Não	não
12/12	Transporte	Aduora estoura e abre uma cratera na de 0 a 1	Sem entrevistados	Não	não



14/12	Estado	Taxa de iluminação pública sobe, mas	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	não
14/12	corrupção	Gaeco conclui a 4ª fase da Operação F	de 1'1 a 2	autoridades	Sim	não
14/12	Educação	Unespar suspende aulas por falta de v	de 2'1 a 3	personagens	Não	não
14/12	Saúde	Universidade desenvolve pesquisa par	de 2'1 a 3	especialistas	Sim	não
14/12	Política	Deputados estaduais correm contra o t	de 1'1 a 2	políticos	Não	não
14/12	Política	Greve dos médicos peritos do INSS já	de 2'1 a 3	personagens, movir	Sim	não
15/12	corrupção	Ex-vereador Juliano Borghetti é preso	€ mais de 3	personagens, autor	Sim	não
15/12	Política	Em Jacarezinho, grupo protesta na Câ	de 1'1 a 2	movimentos sociais	Não	sim
15/12	Saúde	Pesquisadores da UFPR trabalham par	de 2'1 a 3	especialistas	Sim	sim
15/12	Estado	Mesmo em tempos de crise, poder púb	mais de 3	especialistas, autori	Não	não
16/12	corrupção	Empresário indiciado na Operação Pub	de 1'1 a 2	testemunhas, autori	Sim	não
16/12	Política	Movimentos sociais protestam contra o	de 0 a 1	Sem entrevistados	Sim	não
16/12	Lazer	Feiras de Natal oferecem diversas opç	de 1'1 a 2	Sem entrevistados	Não	não
16/12	Transporte	Área calma diminuiu o número de acid	de 2'1 a 3	personagens, autor	Sim	sim
16/12	Estado	Assembleia Legislativa devolve 250 mil	de 2'1 a 3	especialistas, polític	Sim	não
16/12	Saúde	Técologia ajuda a enfrentar o mosquit	mais de 3	especialistas, persc	Sim	não

Aberta Tipo de reportagem  
Link gravado  
Link gravado

Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link gravado  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta

- Pesquis: Reportagem completa  
Nota pelada  
Reportagem completa  
Link gravado  
Link gravado

- Presen Link gravado  
Link gravado

- Govern Link gravado  
Reportagem completa

- Veread Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
nota coberta

Vereado: Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem Simples  
Reportagem Simples  
Link gravado  
Reportagem completa  
Nota pelada

- Aumen Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Abandor Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem Simples

- Víde € nota coberta  
Reportagem completa

- Pesquis: nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta

- nota coberta
- Estava: Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta
- Entrevista: Reportagem completa
- relatório: nota coberta  
nota coberta
- Reform: Link ao vivo  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem Simples  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
Nota pelada  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem Simples  
Reportagem Simples  
Link ao vivo  
nota coberta

Nota pelada  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Link ao vivo  
Reportagem Simples  
nota coberta  
Reportagem completa

nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
- camera Reportagem completa  
- retoma nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Link gravado  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Quem fa Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem Simples

Reportagem Simples  
Presiden Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Líder de Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Anibelli Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem Simples  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Deputad Link ao vivo  
Reportagem completa  
União pc Reportagem completa  
Nota pelada  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Presiden Reportagem completa

Prefeito Reportagem completa  
Prefeito Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem Simples  
Link ao vivo  
Cristina Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem Simples  
Reportagem Simples  
Líder cor Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem Simples  
Nota pelada  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta

Pres. da Reportagem completa  
Nota pelada  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa

Represe Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples

Missioná Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem Simples

Missioná Reportagem completa

Antonio I nota coberta  
Link gravado  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Nota pelada  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Nota pelada  
Link ao vivo

Presiden Reportagem completa  
Reportagem completa  
Tadeu Vi Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem Simples  
Luis Ron Reportagem completa  
Respost: Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Gov. Bet Entrevista estúdio  
Link ao vivo  
Presiden Reportagem completa  
Requião Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Gov. Bet Link gravado  
Link gravado  
Pres. AP Entrevista estúdio  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
APP sinc Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Vereado Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
nota coberta  
Romane Reportagem completa  
nota coberta  
Nota pelada  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Pres. Sir Reportagem completa  
APP Sini Reportagem completa

Reportagem completa  
Reportagem completa  
Presiden Reportagem completa  
Link ao vivo  
Pref. de Reportagem completa  
nota coberta  
Beto Ric Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Beto Ric Entrevista estúdio  
nota coberta  
nota coberta  
Pres. As Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Youssef nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Nota pelada  
Nota pelada  
Reportagem completa  
APP sinc Reportagem completa  
André Vi: nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Prefeito Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Pres. Se Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Pres. AP Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Beto Ric Entrevista estúdio  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Hussen Reportagem completa



Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
mestre F Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link gravado  
Reportagem completa  
Entrevista estúdio  
Reportagem completa  
Requião Reportagem completa  
Marcio J Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
- Projeto Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Prefeito Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Mauro R Reportagem completa  
nota coberta

Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Prefeito Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Prefeito Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Sindicat Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Paulo Ri Reportagem completa  
nota coberta  
Sindijus Reportagem completa  
Tadeu V Reportagem completa  
nota coberta  
Edson P Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Praczik Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
nota coberta  
Beto Ric Reportagem completa  
Edson P Reportagem completa  
Nota pelada  
Romane Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Ademar Reportagem completa  
nota coberta

Secretár Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa

Nereu M Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link gravado  
nota coberta

Governa Reportagem completa  
Reportagem completa

Romane Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa

Hermes Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa

Luiz Albe Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo

Hermes Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa

Ademar Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa

Romane Reportagem completa

Elias Jor Reportagem completa

Leão - P Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa

Governa Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta

Romane Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa

Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link gravado  
nota coberta

Fabio R Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Requião Reportagem completa  
Reportagem completa  
Nota pelada  
Reportagem completa  
Nota pelada  
Nota pelada  
Nota pelada  
Reportagem completa  
Nota pelada  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta

Paulo C Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Nereu M Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa

Hermes Reportagem completa

Marlei F Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo

Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Edgar B Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link gravado  
nota coberta  
Gilson d Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Beto Ric Reportagem completa  
Antonio I Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Ademar Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Beto Ric Reportagem completa  
Link ao vivo  
Traiano Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Glenda E Reportagem completa  
Reportagem completa  
Celso K Reportagem completa  
App sind Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
nota coberta  
Nota pelada  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Hermes Reportagem completa  
Beto Ric Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Jorge B Reportagem completa  
Paulo Ri Reportagem completa  
nota coberta  
Elio Rus Reportagem completa  
Reportagem completa  
Gustavo Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Link gravado  
Link ao vivo  
Beto Ric Reportagem completa  
Reportagem completa  
  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
edson C: Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Entrevista estúdio  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Traiano · Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Link ao vivo  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Maria de Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Pedro P: Reportagem completa  
Ademar Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Reportagem completa  
nota coberta

Paulo rol Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta

José Jaii Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta

José Cai Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Ademar Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

- Veread Reportagem completa  
Reportagem completa

Wilson M Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Beto Ric nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta

Domingc Reportagem completa  
nota coberta

Cristand nota coberta  
nota coberta

nota coberta  
Reportagem Simples  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Valdir R Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
João Pa Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Luiz Carl Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Link ao vivo  
Elias Fa nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Jadir Silv Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Gustavo Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Tadeu Veneri - deputado PTTraiano - Presidente da Alep  
Reportagem completa



nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Beto Ric Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Adilson ( Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Edson P Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
José Isa Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Nelson M Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Leonard Reportagem completa  
Ailton Ar: Reportagem completa  
Marcio C Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa

nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link gravado

Gustavo Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta

Nelson C Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa

José Cai Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link gravado  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta

Maurício nota coberta  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Link gravado

Bruno P Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Paulo S Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta

nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Luiz Carl Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
nota coberta  
Link gravado  
Chico dc Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Pedro Vi Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Bruno P Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Tadeu V Reportagem completa  
Luiz Cla Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Maurício Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
D Reportagem completa  
Gustavo Reportagem completa  
Juliano E nota coberta

Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
nota coberta  
nota coberta

Nelson M Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo

Tadeu V Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Beto Ric Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado

Celia de Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa

Cristiane Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Professc Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Marcio C Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link gravado

Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Tadeu Vi Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link gravado  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Marilei d Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Deputad Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
APP Sin Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa

Reportagem completa  
Paulo C Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Walkiria Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Hermes Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Jhonath Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem Simples  
Link ao vivo  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Weratup nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa





Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta

Tadeu V: Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Ailton Ar: Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Cida Bor Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Mestre F Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Luiz Clai Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Vereador: Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Link gravado  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa

Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo

Cristiane Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta

Bernard Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo

Beto Ric Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Link ao vivo  
nota coberta  
nota coberta

Anderson Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta

Link ao vivo

Anderso Reportagem completa

Rafael G Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

nota coberta

nota coberta

nota coberta

Reportagem completa

Reportagem completa

Link ao vivo

Link ao vivo

Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

Link gravado

nota coberta

Link ao vivo

Reportagem completa

Secretár Reportagem completa

nota coberta

Reportagem completa

nota coberta

nota coberta

Reportagem completa

nota coberta

Reportagem completa

nota coberta

Link gravado

Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

Link ao vivo

Reportagem completa

Link ao vivo

nota coberta

Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

Link ao vivo

Reportagem completa

Link ao vivo

Reportagem completa

nota coberta

nota coberta

nota coberta

Reportagem completa

nota coberta

Reportagem completa

nota coberta

Reportagem completa

Link ao vivo

Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

Reportagem completa

Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta

Neuza S Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo

Omar K Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa

Anderson Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta

Gustavo Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado

Sciarra Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta

nota coberta  
nota coberta  
Ademar Reportagem completa  
Beto Ric Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Ademar Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
Ademar Reportagem completa  
Link ao vivo  
Gustavo Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Hermes Reportagem completa  
Reportagem completa  
Luana C Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Deputad Link ao vivo  
nota coberta  
Link gravado  
Beto Ric Reportagem completa  
Link gravado  
Link ao vivo  
Luiz Clá Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Juliano E Reportagem completa  
Nádia Bf Link ao vivo  
nota coberta  
Ademar Reportagem completa  
nota coberta  
Link gravado  
Link ao vivo  
Luiz Cla Reportagem completa  
Link ao vivo  
Felipe Fr nota coberta  
José Rol Reportagem completa

Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo

Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa

Link ao vivo  
nota coberta  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta

Reportagem Simples  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta

Reportagem completa  
Reportagem completa

Hermes Reportagem completa

Link ao vivo  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta

Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem Simples  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
nota coberta

Tadeu V Reportagem completa

Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa

José Rol Reportagem completa

Reportagem completa  
nota coberta

Reportagem completa  
Beto Ric Reportagem completa  
nota coberta  
Nelson J Reportagem completa  
Reportagem completa  
Associaç Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link gravado  
PReside Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Link gravado  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link gravado  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
Anderso Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta  
Reportagem completa  
Marco A Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
nota coberta  
Reportagem completa  
Luis Ant Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Link ao vivo  
nota coberta  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
Reportagem completa  
nota coberta  
nota coberta

Reportagem completa  
nota coberta

Reportagem completa

Reportagem completa

Luiz Cla Reportagem completa

grevistas Reportagem completa

Reportagem completa

Valdir M: Reportagem completa

Reportagem completa

Ademar Reportagem completa

Reportagem completa

nota coberta

Link ao vivo

Reportagem completa

Ademar Reportagem completa

Reportagem completa



número do projeto de lei	Autor	Data da entrada	Palavras-chave
PROJETO DE LEI 501/2015	PODER EXECUTIVO	06/07/2011	MANDATO, CONSELHEIROS, REPRESE
PROJETO DE LEI 24/2015	DEPUTADA CANTORA M	03/02/2015	CAMPANHA, REDUÇÃO, CONSUMO, AC
PROJETO DE LEI 12/2015	DEPUTADO PAULO LITR	03/02/2015	PROGRAMA, PRIMEIRO EMPREGO, EM
PROJETO DE LEI 2/2015	DEPUTADO LUIZ CLAUD	03/02/2015	CONSULTA, BANCO DADOS, PORTAL M
PROJETO DE LEI 28/2015	DEPUTADA MARIA VICTO	03/02/2015	SEMANA, MARIA DA PENHA, ESCOLAS
PROJETO DE LEI 19/2015	DEPUTADO DOUGLAS F.	03/02/2015	EVENTO, CRISTO É NOSSO SHOW, CA
PROJETO DE LEI 11/2015	DEPUTADO PROFESSOR	03/02/2015	CALENDÁRIO, TURISMO, RELIGIOSO, \
PROJETO DE LEI 14/2015	DEPUTADO DOUGLAS F.	03/02/2015	MARIPÁ, TÍTULO, CIDADE, ORQUÍDEAS
PROJETO DE LEI 41/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	03/02/2015	SAÚDE DO PREMATURO, 17 DE NOVEN
PROJETO DE LEI 36/2015	DEPUTADO ANIBELLI NE	03/02/2015	ROTA, OSTRAS, MUNICÍPIOS, LITORAL
PROJETO DE LEI 18/2015	DEPUTADO DOUGLAS F.	03/02/2015	DIA, TURISMO, 27 DE MAIO
PROJETO DE LEI 44/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	03/02/2015	DIA DA ARAUCÁRIA, 7 DE JUNHO, ARA
PROJETO DE LEI 33/2015	DEPUTADO ANIBELLI NE	03/02/2015	SEMANA, VALORIZAÇÃO, PESSOAS, C
PROJETO DE LEI 37/2015	DEPUTADO ANIBELLI NE	03/02/2015	ESTÁDIOS, GINÁSIOS, CLUBES, LOCAL
PROJETO DE LEI 25/2015	DEPUTADA MARIA VICTO	03/02/2015	SEMANA, CONSCIENTIZAÇÃO, EDUCA
PROJETO DE LEI 27/2015	DEPUTADA MARIA VICTO	03/02/2015	DOENÇAS, RARAS, DOENÇAS RARAS,
PROJETO DE LEI 7/2015	DEPUTADO PROFESSOR	03/02/2015	COMBUSTÍVEL, TRAVA DE SEGURANÇ
PROJETO DE LEI 3/2015	DEPUTADO LUIZ CLAUD	03/02/2015	LIVRO, RECLAMAÇÕES, CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI 22/2015	DEPUTADO PASTOR ED	03/02/2015	EMBALAGENS, TESTE, ANIMAIS, PROD
PROJETO DE LEI 53/2015	DEPUTADO PERICLES D	03/02/2015	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, BICICLETAS, (
PROJETO DE LEI 55/2015	DEPUTADO PÉRICLES D	03/02/2015	DISPOSITIVOS, SEGURANÇA, PISCINA
PROJETO DE LEI 26/2015	DEPUTADA MARIA VICTO	03/02/2015	CORREDOR, ÁGUAS, CORREDOR DAS
PROJETO DE LEI 62/2015	PROFESSOR LEMOS	04/02/2015	FESTA, LEITÃO, FOGO DE CHÃO, SERF
PROJETO DE LEI 69/2015	DEPUTADO RASCA ROD	04/02/2015	ALTERA, LEI Nº 16.037, CONSERVAÇÃ
PROJETO DE LEI 66/2015	DEPUTADO TERCILIO TL	04/02/2015	FESTA, PAREDÃO, JAGUARIAÍVA
PROJETO DE LEI 63/2015	DEPUTADO PROFESSOR	04/02/2015	JICAFAR, JOGOS, INTEGRAÇÃO, CASA
PROJETO DE LEI 61/2015	DEPUTADO PROFESSOR	04/02/2015	CAVALGADA, INTERNACIONAL, MULHE
PROJETO DE LEI 65/2015	DEPUTADO TERCILIO TL	04/02/2015	FESTA, CHURRASCO, ESPETO DE BAM
PROJETO DE LEI 67/2015	DEPUTADO TERCILIO TL	04/02/2015	DENOMINA, HUMBERTO BOTTURA, RC
PROJETO DE LEI 64/2015	DEPUTADO PROFESSOR	04/02/2015	LOANDA, CAPITAL, TORNEIRA

PROJETO DE LEI 78/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	04/02/2015	COMBATE, HIPERTENSÃO, ARTERIAL,
PROJETO DE LEI 92/2015	COMISSÃO EXECUTIVA	09/02/2015	ALTERA, LEI Nº 16.823, REMANEJAMEN
PROJETO DE LEI 93/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	09/02/2015	TÍTULO, ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR, M
PROJETO DE LEI 98/2015	DEPUTADO MARCIO NUI	09/02/2015	RODOVIA, DENOMINA, PREFEITO GEN
PROJETO DE LEI 95/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	09/02/2015	REVISTA, ÍNTIMA, VISITANTES, PRESÍC
PROJETO DE LEI 105/2015	DEPUTADO FRANCISCH	10/02/2015	CALENDÁRIO, SEMANA, FOMENTO AO
PROJETO DE LEI 146/2015	DEPUTADO MISSIONARI	22/02/2015	DIA, IGREJA, IGREJA MUNDIAL PODER
PROJETO DE LEI 145/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	22/02/2015	PROGRAMA, EXAME, MAMOGRAFIA, M
PROJETO DE LEI 121/2015	DEPUTADO GILBERTO R	23/02/2015	PIRAQUARA, CAPITAL DAS ÁGUAS
PROJETO DE LEI 132/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	23/02/2015	HOMENAGEM, BAIRRO, SANTA FELICII
PROJETO DE LEI 120/2015	DEPUTADO ANIBELLI NE	23/02/2015	DEZEMBRO, LARANJA, CÂNCER DE PE
PROJETO DE LEI 135/2015	PODER EXECUTIVO	24/02/2015	PROGRAMA, ESTÍMULO, CIDADANIA, F
PROJETO DE LEI 139/2015	DEPUTADO NEREU MOL	24/02/2015	TÍTULO, ALDAIR TEODORO DA SILVA, (
PROJETO DE LEI 134/2015	PODER EXECUTIVO	24/02/2015	CADASTRO, CADIN, PENDÊNCIAS, FÍSI
PROJETO DE LEI 138/2015	DEPUTADO ALEXADNRE	24/02/2015	ALIMENTAÇÃO, SUÍDEOS, PROTEÍNA, )
PROJETO DE LEI 144/2015	DEPUTADO RASCA ROD	25/02/2015	COMÉRCIO, PONCÂ, TRÂNSITO, CERT
PROJETO DE LEI 140/2015	DEPUTADO RASCA ROD	25/02/2015	SKATE, DIA, 21 DE JUNHO, ESPORTE
PROJETO DE LEI 153/2015	DEPUTADO TADEU VENI	02/03/2015	19 DE AGOSTO, LUTA, POPULAÇÃO DE
PROJETO DE LEI 152/2015	DEPUTADO ALEXANDRE	02/03/2015	FEIRA, LOUÇA, CAMPO LARGO, SETEM
PROJETO DE LEI 160/2015	DEPUTADO NEREU MOL	03/03/2015	LAR, SÃO VICENTE DE PAULO, SANTA
PROJETO DE LEI 161/2015	DEPUTADO MISSIONARI	03/03/2015	ALTERA, LEI Nº 17.127, NOTA FISCAL, T
PROJETO DE LEI 159/2015	DEPUTADO MARCIO PAI	03/03/2015	DEPUTADO MARCIO PAULIKI, DEPUTA
PROJETO DE LEI 164/2015	PODER EXECUTIVO	09/03/2015	ESTATUTO, DEFICIENTE, ALTERA LEI I
PROJETO DE LEI 165/2015	DEPUTADA CANTORA M	09/03/2015	MARÇO, MÊS DA MULHER, VIOLÊNCIA,
PROJETO DE LEI 170/2015	PODER EXECUTIVO	10/03/2015	ALTERA, LEI Nº 17.639, PROGRAMA, LL
PROJETO DE LEI 174/2015	DEPUTADO NEREU MOL	10/03/2015	ALTERA, LEI Nº 17.739, IMÓVEL, CATAN
PROJETO DE LEI 173/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	10/03/2015	SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, SANTA
PROJETO DE LEI 177/2015	DEPUTADA MARIA VICTO	11/03/2015	TÍTULO, CIDADÃO BENEMÉRITO, JOSÉ
PROJETO DE LEI 176/2015	DEPUTADO GILBERTO R	11/03/2015	LEITE MATERNO, DOAÇÃO, 19 DE MAI
PROJETO DE LEI 185/2015	DEPUTADO MISSIONARI	16/03/2015	ISENÇÃO, PEDÁGIO, DOENÇAS GRAVE
PROJETO DE LEI 178/2015	PODER EXECUTIVO	16/03/2015	ALTERA, LEI Nº 12.217, CENTRO INTEG
PROJETO DE LEI 182/2015	DEPUTADO PEDRO LUPI	16/03/2015	TÍTULO, INCLUSÃO SOCIOCULTURAL,
PROJETO DE LEI 183/2015	DEPUTADO RASCA ROD	16/03/2015	TÍTULO, CAPITAL DO RIO IVAÍ, CÂNDID
PROJETO DE LEI 184/2015	DEPUTADO PARANHOS	16/03/2015	POLÍTICA, PARTO HUMANIZADO, PART
PROJETO DE LEI 180/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	16/03/2015	HOSPITAIS, MAUS TRATOS, COMUNIC
PROJETO DE LEI 192/2015	DEPUTADO DR BATISTA	17/03/2015	TÍTULO, BENEMÉRITO, WILSON DE MA
PROJETO DE LEI 191/2015	DEPUTADO CHICO BRAS	17/03/2015	TÍTULO, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONA

PROJETO DE LEI 187/2015	DEPUTADO RASCA ROD	17/03/2015 CAPITAL DO KIWI, MALLETT, KIWI
PROJETO DE LEI 198/2015	DEPUTADO ADELINO RIBEIRO	18/03/2015 TÍTULO, ATOS, DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROJETO DE LEI 193/2015	PODER EXECUTIVO	18/03/2015 QUADRO PRÓPRIO, CARGOS COMISSÃO
PROJETO DE LEI 197/2015	DEPUTADO FERNANDO	18/03/2015 SUKYO MAHIKARI, DIA 27 DE FEVEREIRO
PROJETO DE LEI 194/2015	DEPUTADO FERNANDO	18/03/2015 TÍTULO, CIDADÃO, TAIRIKU OKADA
PROJETO DE LEI 200/2015	DEPUTADA CLAUDIA PEREIRA	18/03/2015 HOSPITAIS, REGISTRO, COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI 201/2015	PODER EXECUTIVO	23/03/2015 IMÓVEL, RENASCENÇA, ASSISTÊNCIA
PROJETO DE LEI 206/2015	DEPUTADO ADEMIR BIELAK	23/03/2015 CENTRO EDUCAÇÃO, PREFEITO ADOLFO
PROJETO DE LEI 205/2015	DEPUTADO REQUIAO FILIPE	23/03/2015 CONCESSIONÁRIAS, AUTOMÓVEIS, OFICINA
PROJETO DE LEI 212/2015	PODER EXECUTIVO	24/03/2015 REFIS, ICMS PROGRAMA, PARCELAMENTO
PROJETO DE LEI 214/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TAVARES	24/03/2015 HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, 05 DE MAIO
PROJETO DE LEI 220/2015	DEPUTADO COBRA REPPENHAGEN	25/03/2015 ASSOCIAÇÃO REFÚGIO, CAMBÉ
PROJETO DE LEI 219/2015	DEPUTADO EVANDRO ARAUJO	25/03/2015 TEATRO AO AR LIVRE, PAIXÃO DE CRISTO
PROJETO DE LEI 222/2015	DEPUTADO ARTAGÃO JACINTO	25/03/2015 TECNOLOGIA E DIGNIDADE HUMANA, INICIATIVA
PROJETO DE LEI 223/2015	DEPUTADO PÉRICLES DE OLIVEIRA	25/03/2015 IDECPAR, INSTITUTO, CAPACITAÇÃO, INICIATIVA
PROJETO DE LEI 221/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TAVARES	25/03/2015 FAZENDA ESPERANÇA, IBIPORÃ
PROJETO DE LEI 225/2015	DEPUTADO ELIO RUSCH	30/03/2015 CRISTO REDENTOR, AECRI, CURITIBA
PROJETO DE LEI 228/2015	DEPUTADO RASCA RODRIGUES	30/03/2015 ADOÇÃO CONSCIENTE, GAACO, CURITIBA
PROJETO DE LEI 227/2015	DEPUTADO MISSIONARI	30/03/2015 ANIMAIS, EXPERIMENTOS, TESTES, PESTICIDAS
PROJETO DE LEI 226/2015	DEPUTADO FELIPE FRAI	30/03/2015 CONTROLE, NÚMERO, IMEI, TELEFONIA
PROJETO DE LEI 229/2015	DEPUTADO TIÃO MEDEIROS	30/03/2015 APARELHOS, CELULARES, BLOQUEIO, INICIATIVA
PROJETO DE LEI 231/2015	DEPUTADO ARTAGÃO JACINTO	31/03/2015 ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA, GUARAPUAVA
PROJETO DE LEI 251/2015	DEPUTADO MARCIO NUNES	06/04/2015 TÍTULO, CEPAC, CENTRO, CIDADANIA, INICIATIVA
PROJETO DE LEI 242/2015	PODER EXECUTIVO	06/04/2015 IMÓVEL, ALIENAR, COPEL, BOA VISTA
PROJETO DE LEI 245/2015	PODER EXECUTIVO	06/04/2015 IMÓVEL, CHOPINZINHO, DOAÇÃO, SERVIÇO
PROJETO DE LEI 246/2015	PODER EXECUTIVO	06/04/2015 IMÓVEL, DOAÇÃO, MEDIANEIRA, SERVIÇO
PROJETO DE LEI 243/2015	PODER EXECUTIVO	06/04/2015 IMÓVEL, CASTRO, CENTRO CULTURAL
PROJETO DE LEI 249/2015	DEPUTADO DR BATISTA	06/04/2015 SEMANA, DOAÇÃO, ÓRGÃOS, TECIDOS
PROJETO DE LEI 252/2015	PODER EXECUTIVO	07/04/2015 PLANO, CUSTEIO, PREVIDÊNCIA SOCIAL
PROJETO DE LEI 255/2015	DEPUTADO GUTO SILVA	07/04/2015 TÍTULO, ASSOCIAÇÃO LIMA, PROTETOR
PROJETO DE LEI 253/2015	DEPUTADO GILBERTO FERREIRA	07/04/2015 ALTERA, LEI Nº 14.425, DOENÇA CELÍACA
PROJETO DE LEI 267/2015	DEPUTADO REICHEMBA	13/04/2015 CENTROS, ZOONOSES, SESA, MUNICÍPIO
PROJETO DE LEI 257/2015	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	13/04/2015 ALTERA, LEI Nº 14.277, OFÍCIO DISTRICTUAL
PROJETO DE LEI 265/2015	DEPUTADO PASTOR EDUARDO	13/04/2015 ABEL DOMINGUES SOUZA, TÍTULO
PROJETO DE LEI 274/2015	DEPUTADO NEREU MOL	14/04/2015 ANIVERSÁRIO, SANTUÁRIO, NOSSA SENHORA
PROJETO DE LEI 276/2015	DEPUTADO NEREU MOL	14/04/2015 MOTOCICLISTA, 27 DE JULHO
PROJETO DE LEI 287/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TAVARES	15/04/2015 ALEITAMENTO, MATERNO, ESTABELECIMENTO
PROJETO DE LEI 283/2015	PODER EXECUTIVO	15/04/2015 LDO, ORÇAMENTO, EXERCÍCIO, FINANÇAS

PROJETO DE LEI 286/2015	DEPUTADO EVANDRO JI	15/04/2015 TÍTULO, JURISTA, LUIZ EDSON FACHIN
PROJETO DE LEI 289/2015	DEPUTADO GILBERTO R	15/04/2015 SEMANA, DOAÇÃO, LEITE HUMANO, LE
PROJETO DE LEI 294/2015	DEPUTADO NEREU MOL	15/04/2015 TÍTULO, CARDEAL DOM ODILO PEDRO
PROJETO DE LEI 288/2015	DEPUTADO HUSSEIN BA	15/04/2015 MAIO AMARELO, TRÂNSITO, REDUÇÃ
PROJETO DE LEI 295/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	15/04/2015 TÍTULO, PROFESSOR, LUIZ EDSON FA
PROJETO DE LEI 300/2015	DEPUTADO SCHIAVINAT	22/04/2015 TÍTULO, INSTITUTO OPORTUNIZAR ES
PROJETO DE LEI 299/2015	DEPUTADO PEDRO LUP	22/04/2015 RODOVIA, JOSÉ FERNANDES GARCIA,
PROJETO DE LEI 305/2015	DEPUTADO MARCIO NUI	22/04/2015 DIA ESTADUAL, DEMOLAY, 18 DE MAR
PROJETO DE LEI 297/2015	PODER EXECUTIVO	22/04/2015 CODAPAR, IMÓVEIS, ALIENAÇÃO
PROJETO DE LEI 311/2015	DEPUTADO GUTO SILVA	23/04/2015 CONCURSOS PÚBLICOS,, SÍTIO OFICIA
PROJETO DE LEI 310/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	23/04/2015 PRUDENTÓPOLIS, CAPITAL DO FEIJÃ
PROJETO DE LEI 313/2015	DEPUTADO REQUIAO FI	23/04/2015 CONSUMIDOR, DEVOLUÇÃO, TROCO, I
PROJETO DE LEI 320/2015	DEPUTADO ALEXANDRE	27/04/2015 APAE, PRADO FERREIRA, EXCEPCION
PROJETO DE LEI 326/2015	PODER EXECUTIVO	04/05/2015 DOAÇÃO, IMÓVEL, NOVA ALIANÇA DO
PROJETO DE LEI 327/2015	PODER EXECUTIVO	04/05/2015 PROTEÇÃO, DEFESA CIVIL, PEPDEC, C
PROJETO DE LEI 337/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	05/05/2015 DIREITO, ALEITAMENTO, MATERNO, AI
PROJETO DE LEI 344/2015	DEPUTADA CANTORA M	05/05/2015 MÃES, FILHOS ESPECIAIS, 10 DE MAIO
PROJETO DE LEI 349/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	06/05/2015 CALENDÁRIO, FESTA, AGRICULTOR, 2
PROJETO DE LEI 355/2015	DEPUTADO EVANDRO JI	11/05/2015 TÍTULO, INSTITUTO CULTURAL, INGÁ,
PROJETO DE LEI 364/2015	DEPUTADO FERNANDO	12/05/2015 ALTERA, RODOVIAS, OBRAS, ALTERA,
PROJETO DE LEI 366/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	12/05/2015 TÍTULO, GERAÇÃO DE EMPREGO, REN
PROJETO DE LEI 362/2015	DEPUTADO RASCA ROD	12/05/2015 CALENDÁRIO, EVENTOS, CAMPEONAT
PROJETO DE LEI 370/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	13/05/2015 TÍTULO, INSTITUTO DE SAÚDE, SAÚDE
PROJETO DE LEI 375/2015	DEPUTADO GILSON DE :	13/05/2015 ALTERA, ARTIGO 2°, LEI ESTADUAL N°
PROJETO DE LEI 371/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TL	13/05/2015 SEMANA, INCENTIVO, JOVEM, EMPREE
PROJETO DE LEI 377/2015	PODER EXECUTIVO	18/05/2015 EDUCAÇÃO, PLANO, PEER-PR, ANALF/
PROJETO DE LEI 388/2015	DEPUTADO ALEXANDRE	18/05/2015 TÍTULO, ALCOÓLATRA, MANOEL RIBAS
PROJETO DE LEI 385/2015	DEPUTADO GUTO SILVA	18/05/2015 TURÍSTICO, GASTRONÔMICO, PORCO
PROJETO DE LEI 386/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	18/05/2015 CELÍACO, MAIO, CALENDÁRIO, EVENTO
PROJETO DE LEI 396/2015	DEPUTADO REICHEMBA	20/05/2015 TÍTULO, JEFERSON BIZOTTO, LUZ DA
PROJETO DE LEI 398/2015	DEPUTADA MARIA VICTO	20/05/2015 TÍTULO, ASSOCIAÇÃO, ARTESÃOS, BA
PROJETO DE LEI 392/2015	PODER EXECUTIVO	20/05/2015 FAZENDA, PÚBLICA, FAZENDA PÚBLIC
PROJETO DE LEI 395/2015	DEPUTADO REICHEMBA	20/05/2015 TÍTULO, ASSOCIAÇÃO, SOL NASCENTE
PROJETO DE LEI 398/2015	DEPUTADO FERNANDO	25/05/2015 SÃO FRANCISCO DE ASSIS, ABESF, UM
PROJETO DE LEI 399/2015	DEPUTADO FERNANDO	25/05/2015 SÃO FRANCISCO DE ASSIS, ABESF, UM
PROJETO DE LEI 400/2015	DEPUTADO PAULO LITR	25/05/2015 TÍTULO, APAE, FLOR DA SERRA DO SL
PROJETO DE LEI 402/2015	DEPUTADO PROFESSOR	25/05/2015 ASSOCIAÇÃO, CASA DA MEMÓRIA, SAI
PROJETO DE LEI 403/2015	DEPUTADO NEREU MOL	25/05/2015 MAIO AMARELO, PREVENÇÃO, TRÂNSI

PROJETO DE LEI 410/2015	PODER EXECUTIVO	26/05/2015	IMÓVEL, LOTE, PITANGUEIRAS, COMA
PROJETO DE LEI 411/2015	PODER EXECUTIVO	26/05/2015	TRECHO, PR-180, FRANCISCO BELTRÃ
PROJETO DE LEI 412/2015	PODER EXECUTIVO	26/05/2015	TUNEIRAS DO OESTE, REISTRO, IMÓV
PROJETO DE LEI 414/2015	DEPUTADO ALEXANDRE	26/05/2015	TÍTULO, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA I
PROJETO DE LEI 419/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	26/05/2015	ESCLEROSE TUBEROSA, 30 DE AGOS
PROJETO DE LEI 421/2015	PODER EXECUTIVO	27/05/2015	FUNCIONÁRIO, SERVIDOR, REVISÃO, T
PROJETO DE LEI 425/2015	DEPUTADA MARIA VICTO	27/05/2015	DOENÇAS RARAS, DIA, CONSCIENTIZA
PROJETO DE LEI 432/2015	DEPUTADO NEY LEPRE	02/06/2015	TÍTULO, ASSOCIAÇÃO, PROTEÇÃO, M/
PROJETO DE LEI 444/2015	DEPUTADO TADEU VENI	08/06/2015	TÍTULO, ABAI, ASSOCIAÇÃO, INFÂNCIA
PROJETO DE LEI 443/2015	DEPUTADO NELSON JU	08/06/2015	ASSOCIAÇÃO, PRODUTORES, HORTIG
PROJETO DE LEI 447/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	09/06/2015	TÍTULO, INSTITUTO MÉDICO, NOSSA V
PROJETO DE LEI 458/2015	PODER EXECUTIVO	16/06/2015	DESAFETAÇÃO, TRECHOS, RODOVIA E
PROJETO DE LEI 457/2015	PODER EXECUTIVO	16/06/2015	REVOGAÇÃO, LEI N° 18.315, PODER E
PROJETO DE LEI 459/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TU	16/06/2015	TÍTULO, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
PROJETO DE LEI 462/2015	DEPUTADO ADEMIR BIEI	17/06/2015	2° COMPANHIA, 14° BATALHÃO DE POL
PROJETO DE LEI 467/2015	PODER EXECUTIVO	23/06/2015	DESAFETAÇÃO, RODOVIA ESTADUAL,
PROJETO DE LEI 473/2015	PROCURADORIA GERAL	24/06/2015	8,17, REAJUSTE, SERVIDORES, SERVII
PROJETO DE LEI 472/2015	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	24/06/2015	8,17, REAJUSTE, SERVIDORES, APOSE
PROJETO DE LEI 477/2015	DEPUTADO ARTAGÃO JI	24/06/2015	TÍTULO, ARCESUL, ASSOCIAÇÃO, RAD
PROJETO DE LEI 476/2015	DEPUTADO MARCIO PAC	24/06/2015	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS
PROJETO DE LEI 483/2015	TRIBUNAL DE CONTAS	29/06/2015	VENCIMENTOS, 8,17, SERVIDORES, QL
PROJETO DE LEI 484/2015	COMISSÃO EXECUTIVA	29/06/2015	3,45, ALTERAÇÃO, DATA BASE, REVIS
PROJETO DE LEI 490/2015	DEFENSORIA PÚBLICA	29/06/2015	8,17, REVISÃO GERAL, CONCESSÃO, ÍI
PROJETO DE LEI 478/2015	PODER EXECUTIVO	29/06/2015	NOVA REDAÇÃO, REVOGAÇÃO, LEI N°
PROJETO DE LEI 498/2015	DEPUTADO PEDRO LUPI	01/07/2015	REVOGA O INCISO V DO ART. 6° E O AI
PROJETO DE LEI 496/2015	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	01/07/2015	ALTERA, LEI N° 14.277, LEI N° 16.023, S
PROJETO DE LEI 503/2015	PODER EXECUTIVO	06/07/2015	DOAÇÃO, IMÓVEL, WENCESLAU BRAZ
PROJETO DE LEI 505/2015	PODER EXECUTIVO	06/07/2015	ALTERAÇÃO, LEI N° 17.480, SEI-PR, CE
PROJETO DE LEI 510/2015	DEPUTADO PLAUTO MIF	06/07/2015	TÍTULO, ASSOCIAÇÃO INSTITUTO KLIM
PROJETO DE LEI 506/2015	PODER EXECUTIVO	06/07/2015	COPEL, COPEL GERAÇÃO E TRANSMIS
PROJETO DE LEI 504/2015	PODER EXECUTIVO	06/07/2015	DOAÇÃO, IMÓVEL, GUARATUBA, COMF
PROJETO DE LEI 507/2015	DEPUTADO FERNANDO	06/07/2015	RODOVIA ERNESTO PAIVA, PR-680, M/
PROJETO DE LEI 509/2015	DEPUTADA CANTORA M	06/07/2015	TÍTULO, CIDADÃO HONORÁRIO, WAGN
PROJETO DE LEI 500/2015	PODER EXECUTIVO	06/07/2015	IMÓVEL, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, DOA
PROJETO DE LEI 502/2015	PODER EXECUTIVO	06/07/2015	IMÓVEL, DOAÇÃO, ENTRE RIOS DO OE
PROJETO DE LEI 516/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	07/07/2015	TÍTULO, REAL SOCIEDADE SANTA EDV
PROJETO DE LEI 518/2015	DEPUTADO GUTO SILVA	07/07/2015	TÍTULO, INSTITUTO POLICLÍNICA, PATI
PROJETO DE LEI 515/2015	DEPUTADO SCHIAVINAT	07/07/2015	EVENTOS, FESTA DO PEÃO DE BOIADI

PROJETO DE LEI 522/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	08/07/2015 ALTERAÇÃO, LEI N° 14.730, TÍTULO, AS
PROJETO DE LEI 534/2015	DEPUTADO PASTOR ED	13/07/2015 CALENDÁRIO, EVENTOS, DIA ESTADUA
PROJETO DE LEI 531/2015	DEPUTADO DR BATISTA	13/07/2015 TÍTULO, ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BE
PROJETO DE LEI 529/2015	DEPUTADO TADEU VENI	13/07/2015 TÍTULO, ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTR
PROJETO DE LEI 541/2015	DEPUTADA CLAUDIA PE	15/07/2015 VIADUTO, VIADUTO GOVERNADOR JO
PROJETO DE LEI 551/2015	PODER EXECUTIVO	03/08/2015 QUADRO, CARGOS, COMISSIONADOS,
PROJETO DE LEI 550/2015	PODER EXECUTIVO	03/08/2015 TELÊMACO BORBA, TRAVESSA PARIS,
PROJETO DE LEI 558/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	03/08/2015 LEI N° 16.995, DOAÇÃO, IMÓVEL, CLEV
PROJETO DE LEI 549/2015	PODER EXECUTIVO	03/08/2015 USINA, PCH, CGH, UHE, HIDRELÉTRIC/
PROJETO DE LEI 553/2015	DEPUTADO GILSON DE S	03/08/2015 VALORIZAÇÃO, FAMÍLIA, DIA, ANUALMI
PROJETO DE LEI 573/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TU	04/08/2015 TÍTULO, CIDADÃO HONORÁRIO, DOUT
PROJETO DE LEI 567/2015	DEPUTADO TADEU VENI	04/08/2015 LEI N° 14.251, CONCESSÃO, TÍTULO, U
PROJETO DE LEI 572/2015	DEPUTADO LUIZ CLAUD	04/08/2015 TÍTULO, UTILIDADE PÚBLICA, ASSOCIA
PROJETO DE LEI 571/2015	DEPUTADO LUIZ CLAUD	04/08/2015 TÍTULO, UTILIDADE PÚBLICA, PRODUT
PROJETO DE LEI 569/2015	DEPUTADO NEREU MOL	04/08/2015 LEI N° 18.524, LEI N° 14.850, DOAÇÃO, I
PROJETO DE LEI 580/2015	DEPUTADO GILBERTO R	10/08/2015 GIZ ANTIALÉRGICO, ESCOLAS, GIZ, AN
PROJETO DE LEI 584/2015	DEPUTADO RASCA ROD	10/08/2015 TÍTULO, CIDADÃO HONORÁRIO, SENH
PROJETO DE LEI 586/2015	DEPUTADO CHICO BRAS	10/08/2015 TÍTULO, CIDADÃO HONORÁRIO, ATRIZ
PROJETO DE LEI 587/2015	DEPUTADO NELSON JU	11/08/2015 ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAM
PROJETO DE LEI 595/2015	DEPUTADO DR BATISTA	12/08/2015 SEMANA, CONSCIENTIZAÇÃO, DEPRE
PROJETO DE LEI 600/2015	PODER EXECUTIVO	17/08/2015 LEI N° 15.464, ESTADUALIZAÇÃO, FUNI
PROJETO DE LEI 599/2015	PODER EXECUTIVO	17/08/2015 LEI N° 17.462, IMÓVEL, CESSÃO, SOCIE
PROJETO DE LEI 598/2015	PODER EXECUTIVO	17/08/2015 LEI N° 17.726, CONSELHO ESTADUAL C
PROJETO DE LEI 610/2015	DEPUTADO HUSSEIN BA	18/08/2015 PLACAS, INFORMAÇÕES, MONUMENTO
PROJETO DE LEI 619/2015	DEPUTADO FELIPE FRAI	19/08/2015 LEI ESTADUAL N° 13.115/2001, LEI N° 1
PROJETO DE LEI 620/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TU	19/08/2015 ASSOCIAÇÃO, PRODUTORES RURAIS,
PROJETO DE LEI 635/2015	DEPUTADO NELSON JU	26/08/2015 RODOVIA WILSON BUENO DE CAMARC
PROJETO DE LEI 638/2015	DEPUTADO FELIPE FRAI	26/08/2015 MODA, FOMENTO, 21 DE JULHO, VEST
PROJETO DE LEI 642/2015	DEPUTADO LUIZ CLAUD	31/08/2015 AUGUSTA, RESPEITÁVEL, LOJA, SIMB
PROJETO DE LEI 658/2015	DEPUTADO PAULO LITR	14/09/2015 APAE, MARQUINHO, LARANJEIRAS DO
PROJETO DE LEI 662/2015	PODER EXECUTIVO	15/09/2015 COMBATE, POBREZA, CAUSA MORTIS,
PROJETO DE LEI 663/2015	PODER EXECUTIVO	15/09/2015 COPEL, IMÓVEL, CIDADE GAÚCHA, MU
PROJETO DE LEI 670/2015	DEPUTADO DR BATISTA	15/09/2015 PROJETO MAIS VIDA, MAIS VIDA, MARI
PROJETO DE LEI 665/2015	DEPUTADO ADEMIR BIEI	15/09/2015 AMPARO, PROTEÇÃO, PROTEÇÃO ANI
PROJETO DE LEI 661/2015	PODER EXECUTIVO	15/09/2015 LEI N° 17.504, DIREITOS, MULHER, COM
PROJETO DE LEI 677/2015	DEPUTADO MISSIONARI	16/09/2015 ORGANIZAÇÃO DE DESENVOLVIMENT
PROJETO DE LEI 675/2015	DEPUTADO FRANCISCO	16/09/2015 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO P
PROJETO DE LEI 674/2015	DEPUTADO RASCA ROD	16/09/2015 LEI 16.688, FUTEBOL, FUTEBOL DE RU

PROJETO DE LEI 680/2015	DEPUTADO NELSON LUI	22/09/2015 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO
PROJETO DE LEI 686/2015	PODER EXECUTIVO	23/09/2015 LEI N° 17.465, LEI N° 17.628, IMPRENSA
PROJETO DE LEI 694/2015	PODER EXECUTIVO	28/09/2015 SESA, TRANSFERÊNCIA, CARGOS, QU
PROJETO DE LEI 696/2015	PODER EXECUTIVO	28/09/2015 LEI N° 18.136, QPPE, QPSS, SESA, APO
PROJETO DE LEI 695/2015	PODER EXECUTIVO	28/09/2015 LEI N° 18.136, QUADRO, QPSS, QPPE, S
PROJETO DE LEI 706/2015	DEPUTADO BERNARDO	29/09/2015 TENISTA TELIANA PEREIRA, TENISTA,
PROJETO DE LEI 711/2015	DEPUTADO EVANDRO A	30/09/2015 ASSOCIAÇÃO SÃO PIO DE PIETRELCIN
PROJETO DE LEI 710/2015	DEPUTADO COBRA REP	30/09/2015 INDÚSTRIA MOVELEIRA, ARAPONGAS,
PROJETO DE LEI 713/2015	DEPUTADO ELIO RUSCH	30/09/2015 CARLISE APARECIDA KWIATKOWSKI, I
PROJETO DE LEI 717/2015	DEPUTADO PEDRO LUPI	05/10/2015 REMOÇÃO, RESÍDUOS SÓLIDOS, NAVI
PROJETO DE LEI 718/2015	DEPUTADO PEDRO LUPI	05/10/2015 ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS MARIA I
PROJETO DE LEI 715/2015	PODER EXECUTIVO	05/10/2015 LDO, RPPS, PPA, ORÇAMENTO FISCAL
PROJETO DE LEI 714/2015	PODER EXECUTIVO	05/10/2015 PLANO PLURIANUAL, PLURIANUAL, PP/
PROJETO DE LEI 722/2015	DEPUTADO GUTO SILVA	05/10/2015 ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIO
PROJETO DE LEI 734/2015	PODER EXECUTIVO	13/10/2015 SERVIÇOS PÚBLICOS, VEÍCULOS, ÁRE
PROJETO DE LEI 742/2015	PODER EXECUTIVO	19/10/2015 LEI N° 17.138, CONSELHO NACIONAL D
PROJETO DE LEI 745/2015	DEPUTADO TIAGO AMAF	19/10/2015 RODOVIA PR-461, PR-461, RODOVIAS F
PROJETO DE LEI 754/2015	DEPUTADO LUIZ CLAUD	20/10/2015 MONITORAMENTO, TRÁFEGO, PROGR
PROJETO DE LEI 763/2015	DEPUTADO CHICO BRAS	26/10/2015 DIABÉTICOS, FOZ DO IGUAÇU, ASSOC
PROJETO DE LEI 797/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	01/11/2015 ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E
PROJETO DE LEI 782/2015	DEPUTADO FELIPE FRAI	04/11/2015 TRANSPORTADORAS, ANIMAIS VIVOS,
PROJETO DE LEI 789/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO ORTIGUEIRENSE DE PR
PROJETO DE LEI 798/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIME
PROJETO DE LEI 783/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE L
PROJETO DE LEI 780/2015	DEPUTADO ALEXANDRE	04/11/2015 APAE, TUNAS DO PARANÁ, BOCAIÚVA
PROJETO DE LEI 796/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RUF
PROJETO DE LEI 794/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RUF
PROJETO DE LEI 790/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA I
PROJETO DE LEI 785/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO COLETIVA DE PRODUÇÃ
PROJETO DE LEI 793/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NOVA I
PROJETO DE LEI 787/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	04/11/2015 ASSOCIAÇÃO DA REGIÃO DA INDUBRA
PROJETO DE LEI 800/2015	DEPUTADO SCHIAVINAT	09/11/2015 ASSOCIAÇÃO DOS OSTOMIZADOS DO
PROJETO DE LEI 802/2015	DEPUTADO TERCÍLIO TU	09/11/2015 INSTITUTO INÁCIO DE LOYOLA DE LON
PROJETO DE LEI 807/2015	DEPUTADO ADEMIR BIEI	10/11/2015 COMUNIDADE TERAPÊUTICA SÃO JOS
PROJETO DE LEI 809/2015	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11/11/2015 CARGOS, JUIZ DE DIREITO, JUIZ, LEI N
PROJETO DE LEI 815/2015	DEPUTADO FELIPE FRAI	11/11/2015 PERITO, PERITO OFICIAL
PROJETO DE LEI 810/2015	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11/11/2015 AUXÍLIO SAÚDE, CARGOS, COMISSÃO,
PROJETO DE LEI 819/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	11/11/2015 ASSOCIAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRAN.



PROJETO DE LEI 820/2015	COMISSÃO DE AGRICUL	11/11/2015 ASSOCIAÇÃO SERTANEJA DOS AGRIC
PROJETO DE LEI 822/2015	PODER EXECUTIVO	16/11/2015 DESAFETAÇÃO, PODER EXECUTIVO, E
PROJETO DE LEI 824/2015	PROCURADORIA GERAL	16/11/2015 AUXÍLIO, CRECHE, PRÉ-ESCOLA, SER
PROJETO DE LEI 840/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	17/11/2015 LEI N° 17.376, ONG "NINHO DA ÁGUIA",
PROJETO DE LEI 848/2015	PODER EXECUTIVO	23/11/2015 DOAÇÃO, IMÓVEL, RIO NEGRO, PARQ
PROJETO DE LEI 847/2015	PODER EXECUTIVO	23/11/2015 DOAÇÃO, IMÓVEL, INÁCIO MARTINS, IF
PROJETO DE LEI 854/2015	DEPUTADO NEY LEPRE\	23/11/2015 TÍTULO, CONSCIÊNCIA DA PAZ, PAZ, P
PROJETO DE LEI 849/2015	COMISSÃO EXECUTIVA,	23/11/2015 GERAÇÃO ATITUDE, CIDADANIA, CAMF
PROJETO DE LEI 866/2015	DEPUTADO FELIPE FRAI	25/11/2015 GUARDA MUNICIPAL, GUARDA
PROJETO DE LEI 863/2015	DEPUTADO ADELINO RII	25/11/2015 ASSOCIAÇÃO CASCAVEL ROSA, CASC
PROJETO DE LEI 864/2015	DEPUTADO ADEMAR TR	25/11/2015 CONSELHO DA COMUNIDADE DA COM
PROJETO DE LEI 877/2015	DEPUTADO ALEXANDRE	01/12/2015 LEI N° 11.515, TÍTULO DE UTILIDADE PI
PROJETO DE LEI 890/2015	DEPUTADO GUTO SILVA	02/12/2015 MENINAS, ORDEM ARCO-ÍRIS, ARCO-ÍF
PROJETO DE LEI 889/2015	PROCURADORIA GERAL	02/12/2015 LEI N° 15.914, LEI N° 16.868, MINISTÉRI
PROJETO DE LEI 893/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015
PROJETO DE LEI 896/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015 LEI N° 5.944, OFICIAIS, POLÍCIA MILITAI
PROJETO DE LEI 904/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015 BATALHÃO, TELÊMACO BORBA, EFETI
PROJETO DE LEI 894/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015 SISTEMA PENAL, SESP, COMISSÃO DA
PROJETO DE LEI 891/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015 IMÓVEL, LEI N° 11.369, IMACULADA CO
PROJETO DE LEI 892/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015 DER, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS
PROJETO DE LEI 895/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015 SEGMENTOS RODOVIÁRIOS, UMUARA
PROJETO DE LEI 897/2015	PODER EXECUTIVO	07/12/2015 LEI N° 16.244, REPASSE, RECURSOS P
PROJETO DE LEI 905/2015	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	08/12/2015 OFÍCIO N° 1.601/2015 - ALTERA O VALO
PROJETO DE LEI 921/2015	PODER EXECUTIVO	09/12/2015 SANTA IZABEL DO OESTE, DESAFETAÇ
PROJETO DE LEI 919/2015	TRIBUNAL DE CONTAS	09/12/2015 REMUNERAÇÃO, EFETIVOS, TRIBUNAL
PROJETO DE LEI 923/2015	DEPUTADO LUIZ CLAUD	09/12/2015 ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA VENCER, VE
PROJETO DE LEI 565/2015	DEPUTADO NEY LEPRE\	03/08/2016 DIA ESTADUAL, DOENÇAS RARAS, 29 I
PROJETO DE LEI 545/2015 -	DEPUTADA CLAUDIA PE	7/15/0005 FOZ DO IGUAÇU, CAPITAL DO TURISM



## Ementa

## Encaminhamento

MENSAGEM Nº 32/2015 - PRORROGAÇÃO DO MANDATO DOS ATUAIS C Lei Sancionada Nº 18538 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9528 de 2/9/2015  
INSTITUI CAMPANHA DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA. \*\*REQUERIMENTO DE ANEXAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 615/2015 AOS PROJETOS  
INSTITUI NO ESTADO DO PARANÁ, O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGADO (Lei Promulgada Nº 18711 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9657 de 16/3/2016  
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES A PARTIR DE Lei Promulgada Nº 18712 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9657 de 16/3/2016  
INSTITUI A SEMANA ESTADUAL MARIA DA PENHA NAS ESCOLAS A SE Lei Sancionada Nº 18447 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9414 de 19/3/2015  
INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ Lei Sancionada Nº 18455 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9433 de 16/4/2015  
INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE TURISMO RELIGIOSO DO ESTADO DO PARANÁ Lei Sancionada Nº 18456 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9433 de 16/4/2015  
CONCEDE AO MUNICÍPIO DE MARIPÁ O TÍTULO DE CIDADE DAS ORQUÍDEAS Lei Sancionada Nº 18461 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9439 de 27/4/2015  
INSTITUI O DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE SAÚDE DO PREMATURO Lei Sancionada Nº 18462 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9439 de 27/4/2015  
CRIA A ROTA DAS OSTRAS NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Lei Sancionada Nº 18473 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9452 de 15/5/2015  
CRIA E INSTITUI O DIA ESTADUAL DO TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ Lei Sancionada Nº 18474 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9452 de 15/5/2015  
INSTITUI O DIA DA ARAUCÁRIA, A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM PARANÁ Lei Sancionada Nº 18477 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9465 de 3/6/2015  
INSTITUI NO ESTADO DO PARANÁ, A SEMANA DE VALORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS Lei Sancionada Nº 18494 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9479 de 25/6/2015  
OS ESTÁDIOS DE FUTEBOL, GINÁSIOS ESPORTIVOS E CLUBES SOCIAIS Lei Sancionada Nº 18521 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015  
INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DE DEFESA DA EDUCAÇÃO Lei Sancionada Nº 18587 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9553 de 9/10/2015  
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DOENÇAS RARAS NO ESTADO DO PARANÁ Lei Sancionada Nº 18596 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9562 de 23/10/2015  
DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL Lei Sancionada Nº 18619 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO LIVRO DE RECLAMAÇÕES DO CONSUMIDOR Lei Sancionada Nº 18623 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9577 de 17/11/2015  
OS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ OBRIGAM A SER IDENTIFICADOS POR ETIQUETA Lei Sancionada Nº 18649 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015  
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE AOS ESTABELECIMENTOS DO ESTADO DO PARANÁ DE EXIBIREM APLAQUE DE IDENTIFICAÇÃO Lei Sancionada Nº 18697 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016  
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO OBRIGATÓRIA DE DISPOSITIVOS PARA PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO Lei Sancionada Nº 18786 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9704 de 24/5/2016  
CRIA O CORREDOR DAS ÁGUAS NO ESTADO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18808 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9722 de 20/6/2016  
INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS TURÍSTICOS E GASTOS COM O TURISMO Lei Sancionada Nº 18522 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015 Lei S:  
DA NOVA REDAÇÃO AOS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ART. 20 DA LEI Nº 1 Lei Promulgada Nº 18715 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9657 de 16/3/2016  
INSERE NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ A FESTA DO TURISMO Lei Sancionada Nº 18458 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9433 de 16/4/2015  
INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ O JICAFÁ Lei Sancionada Nº 18480 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9465 de 3/6/2015  
INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ A CAVALGADA Lei Sancionada Nº 18486 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015  
INSTITUI NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ A FESTA DO TURISMO Lei Sancionada Nº 18523 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015  
DENOMINA DR. HUMBERTO BOTTURA, O VIADUTO LOCALIZADO NA RUA DE ACESSO AO PARQUE MUNICIPAL Lei Sancionada Nº 18548 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015  
FICA O MUNICÍPIO DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ DENOMINADO CARIACÁ Lei Sancionada Nº 18579 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9548 de 2/10/2015

INSTITUI O DIA ESTADUAL DE COMBATE A HIPERTENSÃO ARTERIAL, Lei Sancionada Nº 18850 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9755 de 4/8/2016

ALTERA O CAPUT DO ART. 1º DA LEI 16.823, DE 8 DE JUNHO DE 2011, Lei Sancionada Nº 18450 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9423 de 1/4/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO HOSILEI Sancionada Nº 18459 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9433 de 16/4/2015

DENOMINA TRECHO DE RODOVIA CONFORME ESPECIFICA. Lei Sancionada Nº 18501 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9486 de 6/7/2015

PROÍBE REVISTA ÍNTIMA DOS VISITANTES NOS ESTABELECIMENTOS Lei Sancionada Nº 18700 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO PARANÁ A SEMAN. Lei Sancionada Nº 18485 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

INSTITUIÇÃO DO DIA DA IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS, A SEFL Lei Sancionada Nº 18448 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9420 de 27/3/2015

INSTITUI O PROGRAMA DE EXAME DE MAMOGRAFIA MÓVEL NO ÂMBI Lei Sancionada Nº 18595 de 2015

DENOMINA O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA COMO A CAPITAL DAS ÁGUA Lei Sancionada Nº 18525 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015

INSTITUI O DIA DE HOMENAGEM AO BAIRRO DE SANTA FELICIDADE, Lei Sancionada Nº 18567 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9540 de 22/9/2015

INSTITUI O MÊS DEZEMBRO LARANJA, DEDICADO A AÇÕES PREVENT Lei Sancionada Nº 18829 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9740 de 14/7/2016

MENSAGEM Nº 004/2015 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA I Lei Sancionada Nº 18451 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9426 de 7/4/2015

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PAR/ Lei Sancionada Nº 18457 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9433 de 16/4/2015

MENSAGEM Nº 003/2015 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO I Lei Sancionada Nº 18466 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9439 de 27/4/2015

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO O USO, NA ALIMENTAÇÃO DE SUÍDEOS, Lei Sancionada Nº 18552 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

PERMITE A COMERCIALIZAÇÃO E O TRÂNSITO DA FRUTA CÍTRICA DE Lei Promulgada Nº 18708 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9622 de 25/1/2016

INSTITUIÇÃO DO DIA ESTADUAL DO SKATE, A SER COMEMORADO AN Lei Sancionada Nº 18485 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

INCLUI O DIA 19 DE AGOSTO COMO DIA ESTADUAL DE LUTA DA POPUL Lei Sancionada Nº 18487 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

INSERÇÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PA Lei Sancionada Nº 18481 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9465 de 3/6/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, CO Lei Sancionada Nº 18499 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9486 de 6/7/2015

ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.127 DE ABRIL DE 2012, QUE DETERMINA A AP Lei Sancionada Nº 18622 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9577 de 17/11/2015

DISPÕE SOBRE CRITÉRIO PARA LIBERAÇÃO DE CADÁVER NO INSTITU Lei Sancionada Nº 18698 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

MENSAGEM Nº 005/2015 - NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE ES Lei Sancionada Nº 18453 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9433 de 16/4/2015

INSTITUI O MÊS DE MARÇO COMO "MÊS DA MULHER" NO ESTADO DO Lei Sancionada Nº 18488 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

MENSAGEM Nº 006/2015 - ALTERAÇÃO DO ART. 8º DA LEI Nº 17.639, DE Lei Sancionada Nº 18452 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9426 de 7/4/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO A LETRA "C" DO ART. 2º DA LEI Nº 14.850, DE 5 DE (Lei Sancionada Nº 18524 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO SERVIÇO DE OBR Lei Sancionada Nº 18547 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO F Lei Sancionada Nº 18472 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9452 de 15/5/2015

INSTITUI O DIA ESTADUAL DA CONSCIENTIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE Lei Sancionada Nº 18614 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE PEDÁGIO PARA PESS Lei Promulgada Nº 18537 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9523 de 26/8/2015

MENSAGEM Nº 007/2015 - NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº Lei Sancionada Nº 18454 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9433 de 16/4/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE IN Lei Sancionada Nº 18463 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9439 de 27/4/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE CAPITAL DO RIO IVAÍ AO MUNICÍPIO DE C/ Lei Sancionada Nº 18509 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9492 de 14/7/2015

ESTABELECE A POLÍTICA DE ESTADO PARA O PARTO HUMANIZADO. Lei Sancionada Nº 18582 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9553 de 9/10/2015

DETERMINA A COMUNICAÇÃO, POR PARTE DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS Lei Sancionada Nº 18597 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9562 de 23/10/2015

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARAN/ Lei Sancionada Nº 18478 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9465 de 3/6/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A Lei Sancionada Nº 18511 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9492 de 14/7/2015

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CAPITAL DO KIWI AO MUNICÍPIO DE MALI Lei Sancionada Nº 18560 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO ATOÇ Lei Sancionada Nº 18464 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9439 de 27/4/2015

MENSAGEM Nº 008/2015 - DISPÕE SOBRE O QUADRO PRÓPRIO E CAR Lei Sancionada Nº 18467 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9440 de 28/4/2015

INSERÇÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PA Lei Sancionada Nº 18483 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO P/ Lei Sancionada Nº 18526 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE POR PARTE DOS HOSPITAIS PÚ Lei Sancionada Nº 18563 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9539 de 21/9/2015

MENSAGEM Nº 009/2015 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAF Lei Sancionada Nº 18460 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9439 de 27/4/2015

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇ Lei Sancionada Nº 18608 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE AL Lei Sancionada Nº 18640 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9591 de 7/12/2015

MENSAGEM Nº 010/2015 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA Lei Sancionada Nº 18468 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9442 de 30/4/2015

INSTITUI O "DIA ESTADUAL DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS", A SER REAL Lei Sancionada Nº 18513 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9495 de 17/7/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO REF Lei Sancionada Nº 18476 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9465 de 3/6/2015

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARA Lei Sancionada Nº 18527 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015

INSTITUI O "DIA 15 DE MAIO" COMO DIA DE TECNOLOGIA E DIGNIDADE Lei Sancionada Nº 18572 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9543 de 25/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO IDECPAR - INSTIT Lei Sancionada Nº 18606 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA "FAZENDA ESPERANÇA", COM SEI Lei Sancionada Nº 18607 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA CRIST Lei Sancionada Nº 18512 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9495 de 17/7/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO DE APOIO ADOÇÃO CONS Lei Sancionada Nº 18543 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO, EXPEF Lei Sancionada Nº 18668 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DO NÚMERO I.M.E.I - INTERNATIONAL M Lei Sancionada Nº 18707 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE BLOQUEIO DE APARELHOS ( Lei Sancionada Nº 18707 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A AE - ASSOCIAÇÃO ESPERANÇA, C Lei Sancionada Nº 18528 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015 Lei S:

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO CEPAC - CENTRC Lei Sancionada Nº 18475 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9465 de 3/6/2015

MENSAGEM Nº 11/2015 - AUTORIZA A COPEL GERAÇÃO E TRANSMISS Lei Sancionada Nº 18482 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9471 de 15/6/2015

MENSAGEM Nº 14/2015 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS I Lei Sancionada Nº 18490 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

MENSAGEM Nº 15 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DO DE Lei Sancionada Nº 18491 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

MENSAGEM Nº 12/2015 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR Lei Sancionada Nº 18503 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9486 de 6/7/2015

INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS Lei Sancionada Nº 18583 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9553 de 9/10/2015

MENSAGEM Nº 16 - DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO I Lei Sancionada Nº 18469 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9442 de 30/4/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL À ASSOC Lei Sancionada Nº 18510 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9492 de 14/7/2015

ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 14.42 Lei Sancionada Nº 18593 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9560 de 21/10/2015

INSTITUI OS CENTROS DE ZOONOSES NOS MUNICÍPIOS SEDE DE RE( Lei Promulgada Nº 18550 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9533 de 11/9/2015

ALTERAÇÃO DOS ARTIGOS 233 E 234 DA LEI ESTADUAL Nº 14.277, DE Lei Sancionada Nº 18471 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9452 de 15/5/2015

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PAR/ Lei Sancionada Nº 18479 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9465 de 3/6/2015

INSERÇÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO P/ Lei Sancionada Nº 18558 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

INSTITUI A DATA DE 27 DE JULHO COMO O DIA ESTADUAL DO MOTOC Lei Sancionada Nº 18632 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9583 de 25/11/2015

DISPÕE SOBRE O DIREITO AO ALEITAMENTO MATERNO NOS ESTABEL Lei Sancionada Nº 18536 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9521 de 24/8/2015 Lei S:

MENSAGEM 17/2015 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABOR Lei Sancionada Nº 18532 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015



CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, Sr. JOSÉ ROBERTO DE LIMA, POR SEU MÉRITO E DESTAQUE EM SEU OFÍCIO PÚBLICO. Lei Sancionada Nº 18535 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9521 de 24/8/2015

INSTITUI NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ A "SEMANA ESTADUAL DO CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ". Lei Sancionada Nº 18584 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9553 de 9/10/2015

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO Sr. JOSÉ ROBERTO DE LIMA. Lei Sancionada Nº 18612 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

INSTITUI O MÊS "MAIO AMARELO", DEDICADO ÀS AÇÕES PREVENTIVAS DE SEGURANÇA PÚBLICA. Lei Sancionada Nº 18624 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9581 de 23/11/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO Sr. JOSÉ ROBERTO DE LIMA. Lei Sancionada Nº 18535 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9521 de 24/8/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO OPOP DE FÍSICA. Lei Sancionada Nº 18484 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

DENOMINA "RODOVIA JOSÉ FERNANDES GARCIA" O TRECHO DA PR-268 ENTRE OS KM 10 E 12. Lei Sancionada Nº 18549 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

DISPÕE SOBRE O DIA ESTADUAL DO DEMOLAY. Lei Sancionada Nº 18559 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

MENSAGEM Nº 19/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA A COMPANHIA DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18576 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9548 de 2/10/2015

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO REFERENTE À MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS. Lei Promulgada Nº 18627 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9586 de 30/11/2015

DENOMINA O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS COMO A "CAPITAL DO PARANÁ". Lei Sancionada Nº 18566 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9540 de 22/9/2015

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DEVOLUÇÃO INTEGRAL E REEMBOLSO DE VALORES. Lei Sancionada Nº 18648 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES. Lei Sancionada Nº 18496 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9479 de 25/6/2015

MENSAGEM Nº 21/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO ESTATUAL DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18502 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9486 de 6/7/2015

MENSAGEM Nº 22/2015 - INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO À VIDA. Lei Sancionada Nº 18519 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9500 de 24/7/2015

DISPÕE SOBRE O DIREITO AO ALEITAMENTO MATERNO. Lei Sancionada Nº 18536 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9521 de 24/8/2015 Lei S: 18536

INSTITUIÇÃO DO DIA DAS MÃES DE FILHOS ESPECIAIS, A SER COMEMORADO EM 10 DE JUNHO. Lei Sancionada Nº 18580 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9548 de 2/10/2015

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18621 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

CONCESSÃO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO CULTURAL DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18498 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9486 de 6/7/2015

ALTERA O OBJETO CONSTANTE NO ANEXO XI DO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS. Lei Sancionada Nº 18489 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9476 de 22/6/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À GERAR - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. Lei Sancionada Nº 18544 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18638 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9581 de 23/11/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18500 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9486 de 6/7/2015

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º, DA LEI ESTADUAL Nº 14.856 DE 1978. Lei Sancionada Nº 18604 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015

INSTITUI A SEMANA DE INCENTIVO AO JOVEM EMPREENDEDOR NO ESTADO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18615 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

MENSAGEM Nº 23/2015 - APROVAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18492 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9479 de 25/6/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA, A ASSOCIAÇÃO DE FÍSICOS DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18562 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS TURÍSTICOS E GASTRONÔMICOS DO PARANÁ O DIA DO CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18617 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18705 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO JEFERSONIANO DE EDUCAÇÃO. Lei Sancionada Nº 18541 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS FÍSICOS DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18657 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015

MENSAGEM - DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, PARA FII. Lei Sancionada Nº 18664 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 22/12/2015

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO SOL NAS OBRAS. Lei Sancionada Nº 18681 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO JOSÉ. Lei Sancionada Nº 18497 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9479 de 25/6/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO JOSÉ. Lei Sancionada Nº 18497 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9479 de 25/6/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À APAE DE FLOR DA LUZ. Lei Sancionada Nº 18529 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO CASA DA MEMÓRIA DO PARANÁ". Lei Sancionada Nº 18561 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARANÁ O DIA DO CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. Lei Sancionada Nº 18624 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9581 de 23/11/2015

MENSAGEM Nº 25/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO E Lei Sancionada Nº 18504 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9486 de 6/7/2015

MENSAGEM 24/2015 - DESAFETAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO ESTAI Lei Sancionada Nº 18505 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9492 de 14/7/2015

MENSAGEM Nº 20/2015 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR Lei Sancionada Nº 18506 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9492 de 14/7/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COM Lei Sancionada Nº 18545 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

INSTITUI O DIA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA ESCLEROSE TU Lei Sancionada Nº 18650 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015

MENSAGEM Nº 26/2015 - ALTERA, NA FORMA QUE ESPECIFICA, A DAT. Lei Sancionada Nº 18493 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9479 de 25/6/2015

INSTITUI O DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO DAS DOENÇAS RARAS NO ÂME Lei Sancionada Nº 18646 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9596 de 14/12/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO FEM Lei Sancionada Nº 18551 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9535 de 15/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ABAI - ASSOCIAÇÃ Lei Sancionada Nº 18542 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18703 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO MÉDIC Lei Sancionada Nº 18530 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº de 27/7/2015

MENSAGEM Nº 27/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO E Lei Sancionada Nº 18518 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9500 de 24/7/2015

MENSAGEM Nº 28/2015 - REVOGAÇÃO DA LEI Nº 18.315, DE 21 DE NOV Lei Sancionada Nº 18554 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BRA Lei Sancionada Nº 18679 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

DISPÕE A DENOMINAÇÃO DE "2º COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DE P Lei Sancionada Nº 18531 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9501 de 27/7/2015

MENSAGEM Nº 29/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO E Lei Sancionada Nº 18534 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9521 de 24/8/2015

OFÍCIO Nº 621/2015 - REAJUSTA, CONFORME ESPECIFICA, O VENCIME Lei Sancionada Nº 18516 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9497 de 21/7/2015 Lei S:

OFÍCIO Nº 604/2015 - REAJUSTA AS TABELAS DE VENCIMENTOS DOS C Lei Sancionada Nº 18517 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9497 de 21/7/2015 Lei S:

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA, À ARCESUL - ASSOCIAÇ Lei Sancionada Nº 18618 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

DISPÕE SOBRE O USO DE APLICATIVO MÓVEL PELA SECRETARIA DE I Lei Sancionada Nº 18628 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9583 de 25/11/2015

OFÍCIO Nº 182/15 - DISPÕE SOBRE OS VALORES DOS VENCIMENTOS E Lei Sancionada Nº 18514 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9497 de 21/7/2015 Lei S:

ALTERAÇÃO DA DATA BASE PARA A REVISÃO GERAL ANUAL E ESTABE Lei Sancionada Nº 18515 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9497 de 21/7/2015

CONCESSÃO, PARA REVISÃO GERAL ANUAL DO ANO DE 2015, DO ÍND Lei Sancionada Nº 18520 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9500 de 24/7/2015

MENSAGEM Nº 30/2015 - NOVA REDAÇÃO E REVOGAÇÃO DE DISPOSIT Lei Sancionada Nº 18540 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

REVOGA, INCISO V, LEI Nº 17.826, CONCESSÃO, ENTIDADES, UTILIDA Lei Promulgada Nº 18609 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9573 de 11/11/2015

OFÍCIO Nº 770/2015 - ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 14.277, DE 30 Lei Sancionada Nº 18571 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9543 de 25/9/2015

MENSAGEM Nº 34/2015 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR. Lei Sancionada Nº 18565 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9540 de 22/9/2015

MENSAGEM Nº 36/2015 - ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.480, DE 10 DE JANEI Lei Sancionada Nº 18539 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO INSTI Lei Sancionada Nº 18546 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9529 de 3/9/2015

MENSAGEM Nº 37/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA A COPEL GERAÇÃO E TF Lei Sancionada Nº 18553 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

MENSAGEM Nº 35/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO E Lei Sancionada Nº 18568 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9543 de 25/9/2015

DENOMINA "RODOVIA ERNESTO PAIVA" O TRECHO DA PR-680 ENTRE I Lei Sancionada Nº 18570 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9543 de 25/9/2015

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARA Lei Sancionada Nº 18585 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9553 de 9/10/2015

MENSAGEM Nº 31/2015 - AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO A EFE Lei Sancionada Nº 18555 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

MENSAGEM Nº 33/2015 - DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO ML Lei Sancionada Nº 18556 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À REAL SOCIEDADE Lei Sancionada Nº 18557 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9536 de 16/9/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL AO INSTI Lei Sancionada Nº 18594 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9560 de 21/10/2015

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PARA Lei Sancionada Nº 18631 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9583 de 25/11/2015

ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.730, DE 6 DE JUNHO DE 2005, DE CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO CUL Leí Sancionada Nº 18569 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9543 de 25/9/2015

INSERÇÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DO PA Leí Sancionada Nº 18581 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9553 de 9/10/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CUL Leí Sancionada Nº 18613 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DE F Leí Sancionada Nº 18642 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9594 de 10/12/2015

DENOMINA "VIADUTO GOVERNADOR JOSÉ RICHÁ" O VIADUTO LOCAL Leí Sancionada Nº 18533 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9521 de 24/8/2015

MENSAGEM Nº 41/2015 - ALTERAÇÃO DO CAPUT DO ART. 36 DA LEI Nº Leí Sancionada Nº 18564 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9540 de 22/9/2015

MENSAGEM Nº 40/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO E Leí Sancionada Nº 18577 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9548 de 2/10/2015

ALTERAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 16.995, DE 5 DE DEZEMBRO DE 201 Leí Sancionada Nº 18588 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9553 de 9/10/2015

MENSAGEM Nº 39/2015 - APROVAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DOS EMPREE Leí Sancionada Nº 18598 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9565 de 28/10/2015

INSTITUI O DIA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA, A SER COME Leí Sancionada Nº 18738 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO DOUTOR NOBUAQUI Leí Sancionada Nº 18605 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015

ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.251, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2003, DE CON Leí Sancionada Nº 18611 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO COMUNI Leí Sancionada Nº 18634 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9583 de 25/11/2015

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS PR Leí Sancionada Nº 18677 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI 18.524 DE 23 DE JULHO DE 201 Leí Sancionada Nº 18701 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO E INCENTIVO AO USO DE GIZ AN Leí Promulgada Nº 18764 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9692 de 6/5/2016

CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO P Leí Sancionada Nº 18620 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARA Leí Sancionada Nº 18629 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9583 de 25/11/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE AGR Leí Sancionada Nº 18710 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9649 de 4/3/2016

INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEF Leí Sancionada Nº 18709 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9649 de 4/3/2016

MENSAGEM Nº 44/2015 - ALTERAÇÃO DA LEI Nº 15.464, DE 31 DE JANE Leí Sancionada Nº 18575 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9548 de 2/10/2015

MENSAGEM Nº 47/2015 - REVOGAÇÃO DA LEI Nº 17.462, DE 02 DE JANE Leí Sancionada Nº 18578 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9548 de 2/10/2015

MENSAGEM Nº 45/2015 - ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.726, DE 23 DE OUT Leí Sancionada Nº 18602 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015

DISPÕE SOBRE A COLOCAÇÃO DE PLACAS COM INFORMAÇÕES EM T Leí Sancionada Nº 18725 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 13.115/2001, A QUAL DISPÕ Leí Sancionada Nº 18672 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES Leí Sancionada Nº 18678 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

DENOMINA "RODOVIA WILSON BUENO DE CAMARGO", O TRECHO RO Leí Sancionada Nº 18625 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9581 de 23/11/2015

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE FOMENTO Leí Sancionada Nº 18742 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A AUGUSTA E RESPEIT Leí Sancionada Nº 18676 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À APAE DE MARQUIN Leí Sancionada Nº 18616 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9576 de 16/11/2015

MENSAGEM Nº 50/2015 - INSTITUI O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE Leí Sancionada Nº 18573 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9547 de 1/10/2015 Lei S:

MENSAGEM Nº 51/2015 - AUTORIZA PARA A COPEL DISTRIBUIDORA S. Leí Sancionada Nº 18603 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO PROJETO MAIS V Leí Sancionada Nº 18610 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9569 de 5/11/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO GRUPO DE AMPA Leí Sancionada Nº 18637 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9591 de 7/12/2015

MENSAGEM Nº 49/2015 - ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS QUE ESPEC Leí Sancionada Nº 18658 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ORGANIZAÇÃO DE Leí Sancionada Nº 18630 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9583 de 25/11/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Leí Sancionada Nº 18645 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9596 de 14/12/2015

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI 16.688, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010, QL Leí Sancionada Nº 18769 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9691 de 5/5/2016

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DE P Lei Sancionada Nº 18656 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015  
MENSAGEM Nº 52/2015 - REVOGAÇÃO DAS LEIS NºS 17.465, DE 2 DE J Lei Sancionada Nº 18686 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015  
MENSAGEM Nº 053/2015 - DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE VAG, Lei Sancionada Nº 18599 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9565 de 28/10/2015  
MENSAGEM Nº 055/2015 - ACRÉSCIMO DE ART. 13-A NA LEI Nº 18.136, | Lei Sancionada Nº 18600 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9565 de 28/10/2015  
MENSAGEM Nº 054/2015 - ALTERAÇÃO DA LEI 18.136, DE 3 DE JULHO [ Lei Sancionada Nº 18601 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9568 de 4/11/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA À TENISTA TELIANA Lei Sancionada Nº 18724 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO SÃO Lei Sancionada Nº 18633 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9583 de 25/11/2015  
CONCESSÃO DO TÍTULO DE CAPITAL DA INDÚSTRIA MOVELEIRA AO M Lei Sancionada Nº 18651 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO ESTADO DO PA Lei Sancionada Nº 18745 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9672 de 7/4/2016  
DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS EM N. Lei Sancionada Nº 18626 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9581 de 23/11/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO OBR Lei Sancionada Nº 18639 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9591 de 7/12/2015  
MENSAGEM Nº 57/2015 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO OF Lei Sancionada Nº 18660 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9605 de 28/12/2015  
MENSAGEM Nº 56/2015 - ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANU/ Lei Sancionada Nº 18661 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9605 de 28/12/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOC Lei Sancionada Nº 18749 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9677 de 14/4/2016  
MENSAGEM Nº 46/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO C Lei Sancionada Nº 18666 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015  
MENSAGEM Nº 58/2015 - ALTERAÇÃO E INCLUSÃO DOS DISPOSITIVOS Lei Sancionada Nº 18685 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015  
DENOMINA A RODOVIA PR-461 NO TRECHO QUE LIGA AS RODOVIAS F Lei Sancionada Nº 18753 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9677 de 14/4/2016  
DISPÕE SOBRE O MONITORAMENTO DE TRÁFEGO EM SERVIÇOS DEL Lei Sancionada Nº 18696 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016  
CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOC Lei Sancionada Nº 18737 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18734 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016  
Lei Sancionada Nº 18669 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/ DISPÕE SOBRE OBRIGAÇÕES E DIRETRIZES A SEREM ATENDIDAS PELAS TRANSI  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO ORT Lei Sancionada Nº 18653 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO PAR Lei Sancionada Nº 18654 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18655 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015  
CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS Lei Sancionada Nº 18674 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18718 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18719 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18722 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO COLI Lei Sancionada Nº 18732 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DE M Lei Sancionada Nº 18733 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DA F Lei Sancionada Nº 18736 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18735 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9668 de 1/4/2016  
CONCESSÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO INSTITUTO INÁCI Lei Sancionada Nº 18767 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9691 de 5/5/2016  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA, A COMUNIDADE TEF Lei Sancionada Nº 18721 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016  
CRIA VARAS JUDICIAIS, CARGOS DE JUIZ DE DIREITO, CARGOS DE P Lei Sancionada Nº 18644 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9596 de 14/12/2015  
INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO PARANÁ O DIA DC Lei Sancionada Nº 18671 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015  
INSTITUI O AUXÍLIO-SAÚDE AOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMIS' Lei Sancionada Nº 18692 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015  
CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS Lei Sancionada Nº 18717 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016



CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO SER Lei Sancionada Nº 18762 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9682 de 22/4/2016

MENSAGEM Nº 059/2015 - DESAFETAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA O PC Lei Sancionada Nº 18663 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015 Lei 5

INSTITUI AUXILIO DE CARÁTER RESSARCITÓRIO, PARA FAZER FRENT Lei Sancionada Nº 18694 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.376, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012, DE CONC Lei Sancionada Nº 18652 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9600 de 18/12/2015

MENSAGEM Nº 061/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO Lei Sancionada Nº 18643 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9594 de 10/12/2015

MENSAGEM Nº 060/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO Lei Sancionada Nº 18684 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

CONCESSÃO DO TÍTULO DE ESTADO DA CONSCIÊNCIA DA PAZ AO PAI Lei Sancionada Nº 18704 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

INSTITUI, NO ESTADO DO PARANÁ, O GERAÇÃO ATITUDE, PROGRAM Lei Sancionada Nº 18763 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9685 de 27/4/2016

INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO PARANÁ O DIA DA Lei Sancionada Nº 18723 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9654 de 11/3/2016

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO CAS Lei Sancionada Nº 18673 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

CONCESSÃO DE TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA AO CONSELHO DA C Lei Sancionada Nº 18680 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

ALTERA A LEI Nº 11.515, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996, DE CONCESSÃ Lei Sancionada Nº 18682 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

INSTITUI O "DIA DAS MENINAS DA ORDEM ARCO-ÍRIS", NO ESTADO DC Lei Sancionada Nº 18758 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9682 de 22/4/2016

ALTERA, CONFORME ESPECIFICA, O TERMO INICIAL DOS EFEITOS FII Lei Sancionada Nº 18699 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9611 de 8/1/2016

MENSAGEM 68/2015 - AUTORIZA O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DC Lei Sancionada Nº 18667 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

MENSAGEM Nº 64/2015 - ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.94 Lei Sancionada Nº 18659 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

MENSAGEM Nº 70/2015 - FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA DO PARAN Lei Sancionada Nº 18662 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

MENSAGEM Nº 69/2015 - ESTABELECE A ESTRUTURA DE CARGOS EM Lei Sancionada Nº 18665 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

MENSAGEM Nº 66/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO E Lei Sancionada Nº 18683 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

MENSAGEM Nº 67/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO, / Lei Sancionada Nº 18687 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

MENSAGEM Nº 65/2015 - AUTORIZA PARA O PODER EXECUTIVO EFET Lei Sancionada Nº 18688 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

MENSAGEM Nº 63/2015 - ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO CAPUT E INCL Lei Sancionada Nº 18689 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

OR DE REFERÊNCIA DE CUSTAS (VRC)E DAS TABELAS DO REGIMENTO Lei Sancionada Nº 18695 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9604 de 28/12/2015

MENSAGEM 072/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO EF Lei Sancionada Nº 18690 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

OFÍCIO Nº 657/15- DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO E DE REM Lei Sancionada Nº 18691 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9603 de 23/12/2015

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃ Lei Sancionada Nº 18761 de 2016 Publicada no Diário Oficial Nº 9682 de 22/4/2016

INSTITUI O DIA ESTADUAL DA INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PESQU Lei Sancionada Nº 18646 de 2015 Publicada no Diário Oficial Nº 9596 de 14/12/2015

DENOMINA O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU COMO A "CAPITAL DO TI Lei Sancionada 18641/2015



## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### PROJETO DE LEI N.º 1.162, DE 2007.

#### Apensados

(PL 1752/2007, PL 3927/2008, PL 6502/ 2009, PL 7414/2010, PL 2537/2011 e PL 2614/2011)

Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Mário Heringer

**Relator:** Deputado Darcísio Perondi

#### I - RELATÓRIO

O PL nº 1.162/2007 destina-se a criar e regular medidas de prevenção de acidentes em piscinas. Logo em seu início, em seu art. 2º, aporta definições de vários termos que são empregados no restante do texto, além de uma classificação das piscinas em privativas, coletivas e públicas.

Delimita as responsabilidades concernentes aos usuários de piscinas coletivas e públicas, aos responsáveis pelos estabelecimentos com piscinas coletivas ou públicas e aos proprietários de piscinas privativas. Em seguida, enumera os equipamentos de segurança de instalação obrigatória e diversas informações a serem disponibilizadas por sinalização nas imediações das piscinas. Obriga os fornecedores de piscinas a informar os riscos inerentes ao produto, e estabelece penalidades para os infratores. Segundo o projeto, caberá ao Executivo municipal a regulamentação da lei, com prazo de cento e oitenta dias para adequação. Por último, altera a redação do inciso I do art. 27 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para introduzir como diretriz nos currículos escolares a valorização da segurança pessoal e coletiva.

O autor justifica a proposição pela necessidade de prevenir os acidentes por mergulho, nos quais o banhista, ao mergulhar em água rasa, choca a cabeça contra o fundo e sofre trauma e frequentemente lesão medular, com sérias consequências.

O projeto recebeu os seguintes apensos:

- Projeto de Lei nº 1.752, de 2007, oriundo da Comissão de Legislação Participativa, que dispõe sobre a vigilância das piscinas de uso público. Obriga a presença de no mínimo três guarda-vidas habilitados, estabelece um rol de equipamentos indispensáveis e a sinalização de segurança.

- Projeto de Lei nº 3.927, de 2008, do Sr. Augusto Carvalho, que dispõe sobre o funcionamento de piscinas coletivas e públicas. Traz classificação das piscinas conforme a sua localização e utilização, e define quais estarão sujeitas à lei. Define normas para presença de salva-vidas, para o seu treinamento e habilitação e para equipamentos que deverá ter à disposição. Normatiza em detalhe a construção das piscinas, os equipamentos dos quais são dotadas, os tanques de salto, trampolins e plataformas, solário, casa de máquinas, instalações elétricas, vestiários e exigências de qualidade da água. Estabelece que os responsáveis pelas piscinas manterão operadores habilitados perante a Secretaria de Estado de Saúde que terão um rol de obrigações. Por fim, dispõe sobre a obrigatoriedade e periodicidade dos exames de saúde, e acrescenta disposições gerais sobre o uso de piscinas e as orientações a serem ministradas a banhistas em geral. Prevê regulamentação pelo executivo em sessenta dias da publicação da lei.

- Projeto de Lei n.º 6.502, de 2.009, do Sr. Edmar Moreira, que dispõe sobre a afixação de placa de advertência em piscinas de uso comum. Traz as informações que deverão constar nas placas. Fixa multa pelo descumprimento da Lei.

- Projeto de Lei n.º 7.414, de 2.010, do Dr. Rosinha, que dispõe sobre normas de segurança para a construção de piscinas. O projeto exige que o sistema hidráulico de piscina deve estar de acordo com o disposto em norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Dispõe que a velocidade de passagem da água pelos drenos e grades de fundo do sistema hidráulico da piscina deve ser de no máximo 0,6m/s Obriga a instalação no sistema hidráulico de piscina de no mínimo dois drenos ou grades de fundo por moto bomba, interligados numa distância mínima de um metro e meio entre eles. Obriga a utilização de tampas de dreno que previnam o turbilhonamento e o enlace de cabelos.

- Projeto de Lei n.º 2.537, de 2011, do Sr. Miriquinho Batista que dispõe sobre normas de segurança e prevenção de acidentes em piscinas de uso público e coletivo. Dispõe sobre o funcionamento de piscinas de uso público e coletivo,

inclusive com as regras para a disponibilização de salva-vidas. Estabelece as regras para o uso de grades em torno das piscinas, bem como os equipamentos de seguranças necessários. Estabelece diversas penalidades.

- Projeto de Lei n.º 2.614, de 2011, do Sr. Jefferson Campos que torna obrigatória a instalação de grade de proteção em volta de piscinas publicas e privadas no país. Define piscina e estabelece penalidades.

A proposição foi encaminhada em regime de tramitação ordinária às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Desenvolvimento Urbano (CDU) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), com apreciação conclusiva pelas Comissões. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O mérito principal, mas não o único, do PL nº 1.162/2007, está em concentrar esforços na segurança e prevenção de acidentes de banhistas. Seja pelos aspectos humanos sociais ou econômicos, a prevenção é sempre preferível às medidas corretivas ou paliativas.

Tendo seu foco principal nos acidentes em mergulho, o projeto estabelece diversas normas para uso de piscinas. Nestas, segundo a pesquisa da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, citada pelo próprio autor, ocorrem não mais de 16,9% dos acidentes desse tipo. Os restantes 83,1%, que ocorrem em praias, rios e lagos, são, malfadadamente, refratários a qualquer tentativa de prevenção por instrumento legal, dada a impossibilidade de exercer o necessário controle. Sua prevenção depende de informação e conscientização, e deveria ser objeto de campanhas educativas permanentes.

O impacto parcial em nada diminui as virtudes da iniciativa que, ao ampliar as medidas de segurança em piscinas, teria o efeito cumulativo de reduzir também a ocorrência de afogamentos e outros traumatismos menos graves. O único senão a apontar seriam algumas disposições que não necessitariam constar em texto de lei.

Referimo-nos especificamente aos incisos IV, V e VI do art. 4º, que obrigam a colocação de sinalização de alerta contra atitudes e situações cuja prevenção já se encontra no inciso II do art. 3º, como de responsabilidade dos proprietários, administradores e responsáveis técnicos pelos estabelecimentos com piscinas. A sinalização é uma das medidas de que, previsivelmente, aqueles agentes deverão valer-se para alcançar sua finalidade de evitar acidentes.

O projeto prevê a regulamentação da lei pelo Executivo municipal, entretanto, para que possamos dar uma segurança maior à população, com regras claras e seguras, é importante que a lei federal traga o regramento para a construção, funcionamento e manutenção das piscinas em todo o país.

Todos os demais projetos apresentados e que se encontram apensados são extremamente meritórios, entretanto, após uma análise mais apurada, conclui pela adoção de um substitutivo a partir do projeto apresentado pelo Deputado Dr. Rosinha.

O Brasil lidera o ranking de afogamentos no mundo. Em 2000 aconteceram 5.963 casos, com um índice de 3,5 mortes por cada 100 mil habitantes. Em 2008, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), esse número subiu para 6.800 casos. Só entre crianças de 0 a 14 anos, aconteceram mais de 1.800 mortes no País. Muitos desses casos aconteceram dentro de piscinas, provocados principalmente pela sucção de ralos.

No Brasil, o afogamento é a segunda maior causa de mortes entre crianças de até 3 anos de idade. Para tentar reverter essa triste estatística é preciso uma legislação específica que trate a matéria.

Em 2012 recebi em meu gabinete um grupo de técnicos e pais de vítimas da sucção de ralos de piscinas. Na ocasião, foram repassadas informações importantes e sugestões de Emendas para a elaboração desse Substitutivo.

Integravam o grupo, Odele Souza, mãe de Flávia, que há 16 anos vive em coma; Antônio Carlos Santos, pai de Luiza, falecida em fevereiro de 2011; Lawrence Doherty, representante de uma empresa americana de equipamentos de segurança; e Augusto César Araújo, da Associação Nacional de Fabricantes de Piscinas (Anapp). O substitutivo que estou apresentando para apreciação de Vossas Excelências, no que diz respeito aos dispositivos de segurança, é semelhante ao aprovado em 2009 pelos Estados Unidos, que propõe a instalação de dispositivos de segurança nas piscinas e dá prazo para que as empresas fabricantes se adequem. O texto sugere algumas opções de dispositivos para evitar acidentes por sucção, como tampa antiaprisionamento, que cobre o ralo de fundo, botão de emergência para desligamento da bomba, respiro atmosférico, tanque de gravidade e barreiras de proteção para impedir o acesso de crianças pequenas à piscina. Um dos dispositivos no mercado é o Sistema de Segurança de Liberação de Vácuo (SSLV), que funciona por sensor e automaticamente desliga a bomba da piscina ao mesmo tempo em que desativa a sucção da água se for detectada a obstrução ou bloqueio no ralo da piscina.

Proponho, ainda, que todas as piscinas privadas, coletivas e públicas, existentes e em construção no território nacional, se adequem e passe a ser obrigatória a instalação de tampas antiaprisionamento ou tampas não bloqueáveis para evitar o turbilhonamento e o enlace de cabelos, bem como a sucção de outros membros do corpo humano ou objetos como roupas e acessórios. Os acidentes causados pelos sistemas de sucção das piscinas podem ser evitados, mas para isso é preciso que se invista em segurança. Segundo Odele Souza, que criou um blog sobre o acidente de sua filha e que virou referência no Brasil e no mundo, sobre a necessidade da aprovação de uma Lei que regule a construção a prevenção de acidentes em piscinas. “É fundamental para que as piscinas deixem de ser armadilhas silenciosas e submersas. Não devemos ser reféns de nossa dor. Temos é que trabalhar essa dor de maneira que ela seja útil. A Lei não vai servir para minha filha, que está em coma irreversível, mas ela vai me trazer um pouco de paz. Ela vai salvar vidas e eu vou ver em cada criança saudável brincando na piscina, um pouco da minha filha”, afirmou Odele.

No dia 1º de janeiro de 2014 o garoto Kauã Davi de Jesus Santos, de 7 anos, se afogou nesta quarta-feira após ter o braço sugado pelo ralo de uma piscina, em Caldas Novas. O menino foi resgatado pelo Corpo de Bombeiros e levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade. No dia 14 de janeiro no mesmo condomínio um novo acidente ocorreu e um senhor de 43 anos teve a perna quebrada após ficar preso em ralo na mesma piscina.

Por todo o exposto, somos favoráveis pela aprovação do Projeto de Lei 1162, de 2007 e dos demais apensados, na forma do substitutivo apresentado.

Sala das sessões, de março de 2014.

**DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI**

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

**PROJETO DE LEI N.º 1.162, DE 2007.**

**Apensados**

**(PL 1752/2007, PL 3927/2008, PL 6502/ 2009, PL 7414/2010, PL 2537/2011 e PL 2614/2011)**

**SUBSTITUTIVO DO RELATOR**

Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei disciplina a prevenção de acidentes em piscinas no território nacional.

Art. 2º. Para efeito do disposto nesta Lei:

I – O termo PISCINA designa o conjunto de instalações destinadas às atividades aquáticas, compreendendo o tanque e demais componentes relacionados com seu uso e funcionamento;

II – O termo TANQUE designa o reservatório destinado à prática de atividades aquáticas;

III – O termo EQUIPAMENTOS designa os equipamentos de salto e lazer associados ao tanque, compreendendo, blocos de saída, plataformas de salto, trampolins, escorregadores e toboáguas;

IV – Águas com profundidade inferior a 2m são consideradas com profundidade insuficiente para mergulhos e saltos de ponta, salvo as exceções definidas em regulamento;

V. O termo DRENO OU RALO DE FUNDO designa dispositivo colocado no fundo da piscina para permitir a captação da água pela motobomba para a recirculação e/ou escoamento da mesma.

VI. O termo TAMPA ANTI-APRISIONAMENTO designa o dispositivo de segurança que cobre o ralo de fundo, permitindo o escoamento de água, porém impedindo a sucção de cabelos ou mesmo de pessoas pela força da sucção. A tampa anti-aprisionamento tem que estar num formato abaulado com

aberturas de no máximo 10mm, permitindo o fluxo de água na velocidade máxima de 0,6m/s sem provocar a formação de vórtices e deve obrigatoriamente constar seu tempo de vida e características do material.

VII. O termo TAMPA NÃO BLOQUEÁVEL designa o dispositivo de segurança que cobre o dreno de fundo com a tampa superdimensionada, com dimensões maiores de 46 x 58 cm ou com diagonal maior de 75 cm e evita que qualquer parte do corpo bloqueie toda a tampa do ralo de fundo, permitindo que a água possa passar ao redor do corpo e escoar pela tampa, evitando assim que a pessoa fique presa.

VIII. O termo SISTEMA DE SEGURANÇA DE LIBERAÇÃO DE VÁCUO (SSLV) designa o dispositivo de segurança que automaticamente monitora a sucção (vácuo) do sistema de recirculação de água da piscina e automaticamente desliga a motobomba da piscina ou tanque em menos de três segundos após detectar uma obstrução no ralo de fundo.

IX. O termo RESPIRO ATMOSFÉRICO designa um tubo conectado à linha de sucção entre o ralo de fundo e a motobomba e deve ser aberto para a atmosfera com altura superior ao nível de água da piscina, que alivia a sucção do ralo de fundo no caso de seu bloqueio.

X. O termo DIFUSOR DE SUCÇÃO designa um dispositivo de segurança instalado dentro do ralo de fundo ou outra boca de sucção que permite o escoamento da água e previne a formação de vórtices e o vácuo de sucção, responsável pelo risco de aprisionamento.

XI. O termo TANQUE DE GRAVIDADE designa um sistema de alimentação de água composto por um tanque coletor paralelo próximo à piscina, por onde a água será sugada pela moto bomba e onde não há acesso de banhistas. Este método de recircular, filtrar e/ou aquecer elimina a sucção direta do dreno de fundo e retira a água do tanque de coletor.

XII. O termo BOTÃO DE PARADA DE EMERGÊNCIA designa o dispositivo de segurança que manualmente acionado, desliga a moto bomba da piscina imediatamente após ser ativado.

XIII – As piscinas são classificadas em:

- a) Privativas: destinadas ao uso doméstico restrito;
- b) Coletivas: localizadas em clubes, hotéis, motéis, academias, escolas, edifícios, condomínios residenciais, hospitais, centros de reabilitação ou outras entidades de natureza privada ou pública em que haja uso coletivo e seleção dos usuários

por critérios tais como de associação, matrícula, hospedagem, moradia ou internação;

c) Públicas: destinadas ao público em geral.

Art. 3º. O cuidado com a integridade física dos usuários de piscinas é de responsabilidade compartilhada, cabendo, respectivamente:

I – Aos usuários de piscinas coletivas ou públicas:

a) manter e zelar para a manutenção de comportamento responsável e defensivo na piscina;

b) respeitar e fazer respeitar a sinalização de advertência e as normas de utilização da piscina, incluindo normas específicas para utilização do tanque e dos equipamentos;

II – Aos proprietários, administradores e responsáveis técnicos dos estabelecimentos que possuem piscina coletiva ou pública:

a) Respeitar, na construção e manutenção das piscinas, as normas sanitárias e de segurança definidas em regulamento, considerando, obrigatoriamente, salvo nos casos excepcionados pelo regulamento, a necessidade de isolamento do tanque em relação à área de trânsito dos espectadores e banhistas e a necessidade de colocação de piso anti-derrapante na área da piscina;

b) Disponibilizar salva-vidas, conforme regulamento, que sejam identificavelmente trajados, treinados e credenciados por órgão competente sobre as técnicas de salvamento, incluindo, obrigatoriamente, resgate da vítima, primeiros socorros e respiração artificial, salvo nos casos excepcionados pelo regulamento;

c) Disponibilizar, conforme regulamento, condições de trabalho adequadas aos salva-vidas de que trata a alínea “b”, incluindo, cadeiras de observação, telefone de fácil acesso com lista dos números para emergência, instalações e equipamentos de pronto-atendimento;

d) Disponibilizar informações de segurança, nos termos desta Lei, salvo nos casos excepcionados pelo regulamento;

e) Proibir o acesso ao tanque e aos equipamentos de usuários sob efeito de álcool ou drogas;

f) Coibir saltos, acrobacias e mergulhos de ponta em locais cuja profundidade da água seja considerada insuficiente nos termos do inciso IV, artigo 2º, desta Lei.

§1º Os professores ou instrutores de natação, hidroginástica, pólo aquático, nado sincronizado, saltos ornamentais e demais atividades físicas realizadas em piscina, desde que devidamente treinados e exclusivamente responsabilizados por suas próprias turmas de alunos ou pelos atletas participantes de competições, são considerados salva-vidas, para os fins do disposto na alínea “b” deste inciso.

§2º O Certificado de Habilitação do salva-vidas deverá ficar em local de fácil acesso à fiscalização.



III - Aos proprietários de piscinas privativas, respeitar, na construção e manutenção das piscinas, as normas sanitárias e de segurança definidas em regulamento, considerando, obrigatoriamente, a manutenção de dispositivo de segurança para prevenção de afogamento por queda na água.

§3º Para os efeitos do disposto no inciso III deste artigo, consideram-se dispositivos de segurança, dentre outros estabelecidos em regulamento:

I – Grades, cercas e similares que assegurem o isolamento do tanque em relação à área de circulação dos banhistas e espectadores, e, deverão estar equipadas com portão de segurança com dispositivo de fechamento automático e trinco auto-travante com mecanismo de abertura com altura mínima de 1.5m do piso;

II – Redes, capas e similares que assegurem contenção de corpo estranho, impedindo a imersão total no tanque;

III – Sensores, alarmes, sistemas de detecção e similares que informem a presença de corpo estranho na área interna do tanque.

IV - Botão de parada de emergência, respiro atmosférico, sistema de segurança de liberação de vácuo, tampa não bloqueável, tampa anti-aprisionamento, que evitem o aprisionamento por sucção.

§4º Durante o arrendamento da piscina, as responsabilidades dispostas nos incisos II e III deste artigo são automaticamente transferidas para o arrendatário.

Art. 4º. As informações de segurança de que trata a alínea “d”, inciso II, art. 2º desta Lei consistem em:

I – Sinalização da profundidade regular da água nas bordas e nas paredes do tanque, a cada cinco metros, no mínimo, com indicação de distintas profundidades, quando couber;

II – Sinalização de alerta, em lugar visível e tamanho legível, indicando alteração da profundidade regular da água e risco de acidentes, quando couber;

III – Sinalização de alerta, em lugar visível e tamanho legível, recomendando a que se evite o mergulho de ponta em locais cuja profundidade da água seja considerada insuficiente nos termos do disposto no inciso IV, artigo 2º, desta Lei;

IV – Sinalização de alerta, em lugar visível e tamanho legível, indicando proibição de acesso ao tanque e aos equipamentos sob efeito de álcool ou drogas;

V – Sinalização, em lugar visível e tamanho legível, indicando, para os casos de mergulhos de ponta a partir da borda e dos equipamentos, uso do tanque sob efeito de álcool ou drogas, uso dos equipamentos sem domínio técnico de salto em água, uso do tanque sem treinamento em natação ou natação instrumental, a exposição a, pelo menos, os seguintes riscos:

a) Fratura cervical;

b) Lesão medular de tipo tetraplegia;